



INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

POR UMA LEITURA CRÍTICA DA CONJUNTURA
A PARTIR DE MILTON SANTOS

Mónica Arroyo

Adriana M. Bernardes Silva

Organizadoras

INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

POR UMA LEITURA CRÍTICA
DA CONJUNTURA A PARTIR
DE MILTON SANTOS



© Universidade de São Paulo - USP,
2023

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

Organização

Mônica Arroyo
Adriana M. Bernardes Silva

Produção Editorial

Aline Pereira de Barros | Letra1

Revisão

Aline Pereira de Barros | Letra1
Luísa Hall | Letra1
Paulo de Toledo | Letra1

Capa e Projeto gráfico

Marta Zimmermann | Letra1

Diagramação

Juliana Carneiro | Letra1

CONSELHO EDITORIAL

Sonia Maria Vanzella Castellar (FEUSP - PPGH)
Reinaldo Paul Perez Machado (DG/FFLCH/USP)
Rita de Cássia Ariza da Cruz (DG/FFLCH/USP)
Wanderley Messias da Costa (DG/FFLCH/USP)
Ângelo Serpa (IG/UFBA)
Iná Elias de Castro (DG/UFRJ)
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior (NAEA/UFPA)
Fabio Betioli Contel (DG/FFLCH/USP)
Rodrigo Ramos H.F. Valverde (DG/FFLCH/USP)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

159

Instabilidade dos territórios [recurso eletrônico] : por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos / Organizadores: Mônica Arroyo, Adriana M. Bernardes Silva. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2023.
41.200 Kb; PDF.

ISBN 978-85-7506-443-6
DOI 10.11606/9788575064436

1. Urbanização – Aspectos sociais. 2. Sociologia Urbana. 3. Geografia Urbana. 4. Território. 5. Políticas Públicas. I. Arroyo, Mônica, org. II. Silva, Adriana M. Bernardes, org.

CDD 304.23



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.



pós-graduação em
GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

**POR UMA LEITURA CRÍTICA
DA CONJUNTURA A PARTIR
DE MILTON SANTOS**

**Mónica Arroyo
Adriana M. Bernardes Silva
Organizadoras**

SUMÁRIO

Introdução	9
-------------------------	----------

PRIMEIRA PARTE – SOBRE RECORDAÇÕES

Milton Santos e o engajamento social da geografia.....	23
---	-----------

Sueli Angelo Furlan

O talento, o rigor, a seriedade, o olhar para o futuro são o retrato de Milton Santos.....	27
---	-----------

Rosa Ester Rossini

Milton Santos: um arquivo vivo para os Estudos Brasileiros	31
---	-----------

Flavia Grimm e Jaime Tadeu Oliva

SEGUNDA PARTE – CENTRALIDADE DA PERIFERIA E DIREITO AO TERRITÓRIO

Um olhar descolonial em Milton Santos	49
--	-----------

Rogério Haesbaert

A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul.....	67
---	-----------

Mónica Arroyo

Projeto nacional e políticas públicas: Pelo direito ao território.....	79
---	-----------

Lisandra Pereira Lamoso

Políticas públicas territoriais de saúde no Brasil em tempos de crise democrática e institucional	93
--	-----------

Ricardo Mendes Antas Jr.

TERCEIRA PARTE – URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E POBREZA ESTRUTURAL NA CIDADE E NO CAMPO

Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil.....	113
--	------------

Denise Elias

Globalização e urbanização corporativa: manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana	137
--	------------

María Laura Silveira

Cidades e urbanização corporativas na Amazônia contemporânea: atualidades de um pensar geográfico desde o Sul global.....	153
--	------------

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Meio técnico-científico informacional e circuitos da economia urbana: contribuições do geógrafo Milton Santos para a compreensão da modernização tecnológica no tempo presente.....	173
--	------------

Catia Antonia da Silva

Milton Santos 20 anos – Arquitetura e urbanismo, técnicas doces.....	191
---	------------

Manoel Lemes da Silva Neto

QUARTA PARTE – VIOLÊNCIA DA INFORMAÇÃO: REDES TÉCNICAS E POLÍTICAS

Informatização planetária e usos do território brasileiro: disputas e tendências.....	225
--	------------

Adriana M. Bernardes Silva

O espaço digital: como nos querem fazer crer, como é, como poderia ser.....	243
--	------------

Nina Santos

Novos eventos e o aprofundamento da violência da informação: a dataficação e a desinformação massiva.....	251
--	------------

André Pasti

Digitalização do espaço e uso algorítmico do território.....	265
---	------------

Fábio Tozi

QUINTA PARTE – O TERRITÓRIO COMO LIMITE À AÇÃO CEGA DAS FINANÇAS

Milton Santos: uma luz que continua acesa.....	279
---	------------

Ladislau Dowbor

As finanças e o espaço geográfico: considerações a partir da obra de Milton Santos.....	293
--	------------

Fabio Betioli Contel

Redes econômico-financeiras e centros <i>offshore</i>	309
--	------------

Leila Christina Dias

Tecnificação, financeirização e multiplicação da escassez: reflexões sobre dinâmicas e contradições da pobreza no período atual.....	323
---	------------

Marina Regitz Montenegro

SEXTA PARTE – TERRITÓRIO COMO ABRIGO: CIRCUITOS E CENAS CULTURAIS

Roda de conversa com Allan da Rosa: Literatura, imaginários, densidade comunicacional e cotidiano nas cidades.....	341
---	------------

Allan da Rosa, Mauricio Moysés e Sílvia Lopes Raimundo

Milton Santos e o existir em ato: contribuições do teatro negro para as geografias das existências.....	363
--	------------

Anita Loureiro de Oliveira, Hilton Cobra e Raquel de Padua Pereira

Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção.....	379
---	------------

Antônio Carlos Malachias e Vanir de Lima Belo

EPÍLOGO

Um olhar dissonante.....	399
---------------------------------	------------

Denise Stoklos e Milton Santos

Sobre os autores	409
-------------------------------	------------

INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

**POR UMA LEITURA CRÍTICA
DA CONJUNTURA A PARTIR
DE MILTON SANTOS**

Introdução

Milton Santos faleceu em 24 de junho de 2001. Decorridos 20 anos desde seu falecimento, sua obra permanece viva. Segue sendo debatida e atualizada. O vigor de seu pensamento crítico pode ser apreciado nas tramas de método que sustentam inúmeras pesquisas, tanto na descoberta de questões-problema, quanto na descoberta e delimitação de variáveis significativas e respectivos caminhos metodológicos para interpretá-las. À luz do sistema conceitual por ele proposto, vem se realizando interpretações de complexas situações geográficas que perfazem o período atual, nos permitindo analisar questões histórico-estruturais e conjunturais que afetam particularmente os espaços da periferia do mundo. Nessa perspectiva, o objetivo principal deste livro é discutir a atual conjuntura histórica sob a inspiração de sua proposta teórica e identificar os processos e disputas contemporâneas pelos usos dos territórios. Entendemos que o tempo presente nos impõe outros tantos desafios analíticos e nos convida a desvelar e debater caminhos à ação emancipatória, considerando estarmos diante, a um só tempo, do aprofundamento da crise e de uma *transição em marcha*.

A ideia de história, sentido e destino, como nos ensina Milton Santos, não pode ser aviltada em nome da obtenção de metas estatísticas ou eleitoreiras. A consciência coletiva dos direitos e as resistências à ordem imposta, bem como a busca por um projeto nacional e outras formas de gestão e planejamento, são um caminho necessário à edificação de um território mais igualitário e soberano. Como enfrentar este novo momento é a pergunta que todos(as) os(as) autores(as) que participam desta obra se desafiam a refletir.



O livro está organizado em seis partes, congregando capítulos que, inspirados na obra de Milton Santos, estabelecem um debate fértil sobre o presente histórico e seus desafios. **Sobre recordações e arquivos** é o título da primeira parte, que apresenta uma reflexão de Sueli Angelo Furlan sobre a importante contribuição de Milton Santos no *engajamento social da geografia* e traz o depoimento da Professora Rosa Ester Rossini, colega e amiga do homenageado, com sua ponderação sobre *o talento, o rigor, a seriedade e o olhar para o futuro de Milton Santos*. Por sua vez, Flavia Grimm e Jaime Tadeu Oliva explicam o processo de criação do Fundo Milton Santos, formado por sua biblioteca e arquivo de documentos, que se encontra no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo. Conforme destacam os autores, as possibilidades de pesquisa são muitas, especialmente pela diversidade de temáticas contidas nos documentos disponíveis para consulta. Trata-se de um arquivo vivo para o debate interdisciplinar, *um arquivo vivo para os Estudos Brasileiros*, um arquivo vivo para os debates epistemológicos em geografia e para a teoria social.

Na segunda parte do livro, intitulada **Centralidade da periferia e direito ao território**, os(as) autores(as) buscam refletir a inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho e os desafios à produção de uma cidadania plena, um verdadeiro direito ao território. O pensamento hegemônico postula que a nação ativa seria aquela que segue os desígnios da acumulação e das finanças, e o restante, desse ponto de vista, seria a nação passiva. Mas, não seria o contrário? Isto é, não seria a verdadeira nação ativa aquela formada pela maior parte da população? Não seria a nação, portanto, dotada de uma energia própria, autêntica, fundada em sua própria existência e cujas manifestações de resistência e relações horizontais apontam para caminhos de emancipação e soberania? Pensar na centralidade da periferia como novo fator dinâmico da história continua a ser um desafio para afrontar no século XXI.

Nesse sentido, Rogério Haesbaert explora diversas entradas na obra de Milton Santos que hoje podem ser caracterizadas como próximas a uma *perspectiva descolonial*, com o intuito de desvendar outras sendas nem sempre percebidas em seu trabalho e que também são responsáveis por sua riqueza e seu pioneirismo. Assim, ressalta a forma própria de Milton Santos ver o Brasil, a América Latina e o próprio mundo a partir do Sul, o seu contexto geo-histórico, bem como destaca a sua capacidade ímpar de construir um olhar singular sobre a Geografia a partir de um projeto teórico-intelectual sólido e de uma aguda intuição. Rogério finaliza seu texto refletindo sobre a abertura de outras vertentes ou questões em que o pensamento ou a abordagem descolonial pode se inspirar, pautada em elementos presentes na obra de Santos.

À realidade persistente das heranças coloniais nos países do Sul, soma-se agora a globalização perversa, evidenciando que o processo de desenvolvimento geograficamente desigual é aprofundado diante das exigências do capitalismo informacional. A tomada de consciência dessa situação estrutural, todavia, contribui para a emergência, dentro de cada formação socioespacial, de novas contradições e pode levar a uma revisão dos pactos territoriais vigentes. Há uma *transição em marcha e desafios às formações socioespaciais do Sul*, conforme debate Mónica Arroyo ao considerar a centralidade da periferia e a centralidade do social, sugeridas por Milton Santos. Dessa perspectiva, a autora discute as perversidades em tempos de pandemia e as disputas do território evidenciadas pelas privatizações em curso no Brasil.

Daí permanecer urgente o enfrentamento da construção de um projeto nacional, como aponta Lisandra Lamoso ao refletir sobre *projeto nacional, políticas públicas e direito ao território*. Ao revisitar a participação de Milton Santos em programa de TV, a autora destaca a força do pensamento dialético, da visão de processo histórico e da compreensão sobre a formação socioespacial brasileira, presentes nas respostas e reflexões de Santos. E recomenda retomar a leitura do livro *O espaço do cidadão* para vislumbrar o amálgama entre políticas públicas e projeto nacional. Conforme Lisandra, isso permitiria compreender que o direito ao território é a finalidade da grande política, é pela garantia do direito ao território que as políticas públicas devem ser elaboradas.

Na pandemia, a desigualdade imperante no acesso aos serviços de saúde e na distribuição de vacinas contra a Covid-19 no mundo, bem como o quadro de recessão e endividamento que muitos países atravessam, escancaram a perversidade da globalização. Ricardo Mendes, contribuindo ao entendimento desse contexto, aborda as *políticas públicas territoriais de saúde no Brasil em tempos de crise democrática e institucional*. Para isso, analisa as dinâmicas internas conjugadas às dinâmicas externas no campo da saúde na formação socioespacial brasileira. Discute as articulações entre as economias políticas da urbanização, da cidade e da saúde no Brasil e as respostas do território perante o evento da pandemia de Covid-19. Para finalizar, Ricardo reflete sobre a importância do modelo cívico como referência para as políticas públicas territoriais.

Urbanização corporativa e pobreza estrutural na cidade e no campo constitui a terceira parte do livro. Os processos de urbanização contemporânea decorrem de uma nova divisão do trabalho que, no campo, substitui o trabalho pelo capital e, nas cidades, revela o uso privado dos meios coletivos, sempre renovados com dinheiro público. A cidade, sobretudo a grande cidade, é o reino dessa urbanização corporativa e da economia capitalizada, mas, ao mesmo

tempo, é a arena de uma economia popular, nascida ao abrigo de um extenso meio construído e da possibilidade de produzir e consumir com baixos graus de capital, assim como também acontece com os pequenos produtores rurais. Desse modo, cidades e campo revelam as feições particulares da pobreza estrutural globalizada e a respectiva luta pelo direito ao território como lugar de uma existência mais justa.

Nesse contexto, Denise Elias discute *agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil*, apresentando suas pesquisas baseadas no arcabouço teórico-conceitual e metodológico proposto por Milton Santos. Assim a autora expõe sua interpretação geográfica das transformações da agropecuária e do espaço agrário do Brasil associadas à revolução tecnológica e aos novos signos do período técnico-científico-informacional. Também discute alguns pontos de entrave que, conforme sua apreciação, precisam urgentemente ser desvencilhados para enfrentar as perversidades do período atual: o nó da terra, o nó da psicoesfera do agronegócio, o nó do alimento como mercadoria, o nó da concentração econômica e o nó da simbiose entre o Estado e os agentes do agronegócio.

Por sua vez, Maria Laura Silveira esboça um retrato do período da globalização a partir dos processos e variáveis que reorganizam o espaço na atual divisão internacional do trabalho e se aprofunda na discussão sobre a *urbanização corporativa e as manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana*. Analisa suas manifestações constitutivas e relacionais na contemporaneidade e constata que finanças e consumo são os dois grandes traços de união entre os circuitos superior e inferior. Por fim, Maria Laura aponta um conjunto de tendências sobre novas formas de trabalho, graus de organização e capitalização, incidência das técnicas de informação e reflete sobre a experiência da escassez na cidade globalizada.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior discorre sobre *cidades e urbanização corporativas na Amazônia contemporânea* a partir do edifício teórico elaborado por Milton Santos. Destaca a atualidade de sua obra por meio de estudos sobre a relação cidade-campo e a condição reservada aos espaços regionais periféricos, submetidos a um processo de modernização pontual e impactante, responsável por demarcar as diferenciações inter-regionais e intrarregionais. Do mesmo modo, o autor disserta sobre as manifestações da urbanização corporativa no território nacional e a forma como ela se expressa no espaço regional amazônico por meio da ação de grandes empresas. Para finalizar, propõe vislumbrar outras racionalidades que se contraponham à planificação e ao ordenamento territorial regional que tomam como pressuposto a urbanização corporativa.

Catia Antonia da Silva debruça-se sobre as *contribuições de Milton Santos para a compreensão da modernização tecnológica no tempo presente*. Para isso, analisa a relação entre cidadania, limites da democracia no Brasil a partir da expansão do modelo neoliberal de mercado capitalista fundamentado na baixa distribuição de riqueza e na modernização tecnológica que acirra essa concentração. Discute os circuitos da economia urbana, o mercado de trabalho, as novas formas de precarização, o mercado digital globalizado e seus impactos no lugar, assim como averigua os processos de desemprego no contexto da pandemia da Covid-19 e o predomínio da uberização nas atividades dos jovens trabalhadores.

Partindo da interlocução que Milton Santos manteve com os arquitetos e urbanistas, Manoel Lemes da Silva Neto reflete sobre as possibilidades de analisar seu pensamento sob o ponto de vista da cultura arquitetônica e afirma que a obra de Santos é um convite a se pensar projetos. Por isso, no seu texto sobre *arquitetura e urbanismo, técnicas doces*, Manoel sugere que pensar o espaço humano equivale a atingir metas sociais amplas; é projetar no sentido estrito da palavra, do projeto de espaço construído, de formas arquitetônico-urbanísticas que podem resultar de técnicas doces, apropriadas e a serviço da humanidade. Sua leitura diz respeito a uma interpretação da arquitetura que ao se fazer, se faz cidade; aquela que é comum, banal e popular, de todos, para todos. E assim discute possibilidades de intervenção espacial por meio de vários projetos.

A quarta parte do livro se volta a tratar a temática da **violência da informação, as redes técnicas e políticas**. Trata-se de uma temática central na obra de Milton Santos que, pioneiramente, abriu uma agenda de pesquisas sobre a questão. A cada dia, a revolução informacional ganha novos elementos. O capital informacional cada vez mais concentrado guarda relação direta com a precarização do trabalho, com as ameaças à soberania, com a privatização dos bancos de dados públicos e com a produção de um novo tipo de psicofera mais alienante, tornando difícil a regulação dos elementos que compõem este novo universo (como são os fluxos financeiros digitalizados, as redes sociais e seus algoritmos, as chamadas *fake news*, entre outros processos). Todavia, é possível identificar, conforme Milton Santos, outras formas de racionalidade que emergem da própria violência impetrada pelo uso despótico dessa informação hegemônica de caráter descendente. Movimentos sociais, coletivos nas periferias das grandes cidades e grupos de reivindicação política subalternizados, dentre outras manifestações, produzem informações de caráter ascendente, mais horizontalizadas, apontando para possibilidades concretas de outros usos dessa nova tecnosfera a favor da sociedade como um todo.

Pondo em questão o processo e as tendências de *informatização planetária e os usos do território brasileiro*, Adriana M. Bernardes Silva salienta as disputas

pela informação. Ressalta a necessidade de se compreender as condições críticas de difusão (hierárquica e seletiva) do meio técnico-científico-informacional associadas ao uso corporativo do território e ao correlato aprofundamento da crise nas cidades. Nas últimas décadas, tornou-se nítida a violência das ações do capital informacional no Brasil, bem como as forças ascendentes de uma sociedade em movimento buscando enfrentar o campo do informacional. Há movimentos e lutas disputando o potencial da revolução tecnológica-digital; todavia, só os visibilizamos quando angulamos o olhar para as tramas que tecem o espaço banal. Ali, encontramos as parcelas subalternizadas da sociedade que buscam e disputam os novos meios (técnicos e políticos) e, assim, reconstroem a sobrevivência, de a resistência, a insurgência.

Por isso, é urgente problematizar a dinâmica do *espaço digital*, conforme destaca Nina Santos. Para a autora, há uma violência que reside não na informação em si, mas no sistema de produção e circulação de informação. O uso desse sistema tem sido desvirtuado, distorcido, posto que deveria salvaguardar a democracia e o interesse público e não os interesses particulares. Daí ser importante diferenciar espaço digital e a plataformização, essa última devendo ser entendida como a forma hegemônica da topografia da rede. Assim como, é necessário problematizar as novas e complexas formas de mediação com o advento das mídias sociais. As tecnologias da informação, observa a autora, devem ser apreendidas a partir das suas apropriações.

André Pasti, nesse sentido, considera que na atual conjuntura há um aprofundamento da violência da informação. Tece suas reflexões considerando a imbricação entre dois relevantes eventos: *a dataficação e a desinformação massiva*. Discute como o avanço da concentração de poder nas plataformas digitais e algorítmicas combina-se com velhas dinâmicas comunicacionais. Renova-se a base técnica da comunicação, emergem novos atores na globalização e não se supera completamente as dinâmicas preexistentes. O poder segue extremamente concentrado quando se trata de informação e comunicação. A ação hegemônica se apoia, segundo o autor, nas transformações recentes da tecnosfera e da psicosfera a partir do dataísmo e do paradigma administrativo, incorporando-se novos desafios às lutas por direito ao território, que envolve o direito à comunicação.

Fabio Tozi, por sua vez, aborda a *digitalização do espaço e o uso algorítmico do território*. Segundo o autor, nessa nova fase do capitalismo informacional, a instantaneidade torna-se um imperativo. Trata-se de uma nova racionalidade, hegemônica, envolvendo uma racionalização das relações socioespaciais,

com destaque para a realidade urbana. As plataformas digitais, para o autor, constituem-se como plataformas territoriais, uma vez que dependem dos territórios e seus recursos informacionais. Daí o autor falar em usos algorítmicos do território, salientando a unidade entre técnica, política e território.

Na quinta parte do livro, **o território como limite à ação cega das finanças**, problematiza-se o enorme poder que as finanças possuem no capitalismo contemporâneo para definir processos na escala global, na escala dos territórios nacionais e no cotidiano das populações em seus lugares de vida. A fluidez do dinheiro global diminui a soberania de Estados e impõe uma lógica despótica, rentista e excludente a praticamente todas as dimensões da vida social. Essas transformações se dão porque concomitantemente se difunde – de forma seletiva e hierárquica – um meio técnico-científico informacional que permite uma unicidade técnica, temporal e funcional do planeta, consolidando uma busca desenfreada de riqueza financeira por parte de oligopólios globalizados. A insustentabilidade estrutural deste arranjo leva, por sua vez, ao surgimento de formas de entendimento, de atuação política e de usos do território alternativos, baseados em racionalidades financeiras e econômicas não-instrumentais e contra-hegemônicas, que podem ser sinais do ocaso da atual tirania do dinheiro.

Ladislau Dowbor, no seu texto *Milton Santos: uma luz que continua acesa*, observa que, no centro das análises deixadas pelo autor, está o estudo das dinâmicas, das transformações, muito mais do que do “estado das coisas”. Com esse mesmo espírito, Dowbor destaca que o protagonismo dos municípios e das comunidades na base da sociedade constitui um imenso potencial de dinamização do conjunto do país. Por isso, valoriza o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento. Para o autor, resgatar o potencial econômico da gestão local não envolve apenas eficiência de gestão, envolve também colocar uma parte maior da economia na escala em que as pessoas têm sobre ela um controle maior, resgatando assim o controle sobre as suas próprias vidas.

O tema das finanças e da moeda na obra de Milton Santos é analisado por Fabio Contel, que examina as relações entre *as finanças e o espaço geográfico* focando em dois períodos de sua obra. A sua produção na década de 1970 contém materiais para discutir as finanças como elemento da modernização do território e da economia, mais diretamente relacionados às dinâmicas industriais, construção de infraestruturas, avanço das redes bancárias. Já no final da década de 1980 até 2001, as finanças ganham mais protagonismo no

discurso de Santos, e constituem uma das bases, junto com a informação, para o entendimento do mundo contemporâneo. A circulação financeira passa a ser ainda mais seletiva e centralizada, concentrando a riqueza em circuitos cada vez mais específicos, como os que compõem as grandes praças financeiras, os centros financeiros *offshore*, e demais fluxos das altas finanças globais.

Leila Dias, por sua vez, investiga as redes e os espaços nos quais as finanças contemporâneas se organizam para compreender a crescente complexidade da geografia das finanças e dos grupos econômicos no Brasil, à luz da inserção do país no processo mais amplo de mudança do sistema financeiro internacional. *Redes econômico-financeiras e centros offshore* são o foco principal de sua análise, principalmente as redes organizadas pelos maiores grupos industriais estrangeiros que operam no Brasil. Leila identifica o papel crescente dos centros *offshore* nas conexões entre as sedes e as subsidiárias dos grupos, a diferenciação entre os centros, as estruturas de propriedade mais complexas que incluem uma diversidade de serviços, e as estruturas corporativas de propriedade que contribuem para reduzir impostos a pagar. Conforme sinaliza a autora, fuga de capital, evasão fiscal e lavagem de dinheiro constituem eventos organizados em rede, impactando brutalmente países e populações.

A indagação sobre a natureza e a composição da pobreza na globalização leva Marina Montenegro à busca da apreensão das variáveis chave desse período, uma vez que a pobreza atual, embora assuma manifestações diversas em cada lugar, é, também, dialeticamente, uma pobreza globalizada, resultante da combinação das novas hegemonias e contradições. Assim, a autora discute *tecnificação, financeirização e multiplicação da escassez* na contemporaneidade. A difusão da técnica contemporânea potencializa as finanças e o consumo, criando novos elos entre os circuitos da economia urbana. A diversificação de agentes e produtos financeiros, o crescimento do comércio eletrônico, o avanço da plataformização do consumo e do próprio trabalho, a expansão dos sistemas de pagamento digitais, apontam, entre outros, para a multiplicação recente dos vetores de financeirização da sociedade e do território.

A sexta parte do livro, por sua vez, aborda **o território como abrigo: circuitos e cenas culturais**. Entende-se que o território usado concretiza o agir político entre os usos econômicos e os sociais dos recursos, entre as ideologias do crescimento e da globalização e as formas de resistência a partir da criatividade e do saber local, elementos da política elaborada de baixo para cima. Constituída no cotidiano vivido por todos, a força do lugar expressa corporeidades redescobertas em contraste à fluidez e vertigem da aceleração

contemporânea. É chave analítica para se desvendar a resistência do homem lento e da cultura popular, fundamentos, pois, de um período popular da história no tempo presente. Os textos que compõem essa sexta parte do livro, resultam de três rodas de conversa que tiveram como finalidade, justamente, refletir sobre o pensamento de Milton Santos em diálogo com a arte em suas diversas expressões. Uma troca de ideias sobre literatura, artes cênicas e música, importantes manifestações da cultura popular brasileira, nos aproximam do espaço banal, do território como abrigo.

Assim, Allan da Rosa, Mauricio Moysés e Sílvia Lopes Raimundo discorrem sobre *literatura, imaginários, densidade comunicacional e cotidiano nas cidades*. Um rico diálogo. Refletem, a partir de Milton Santos, o advento de um período popular da história dinamizado por homens lentos e seus nexos de solidariedade, circularidade, comunicação, situados em coletivos, nas periferias e no espaço banal. Os autores(as) evidenciam algumas noções-base para se romper com as visões idealizadas e ideologizantes da periferia. Assim como, destacam o pensamento e o intelectual negro, seu lugar na Universidade, no conhecimento e nas artes; os povos pretos nas Américas. Há uma cultura popular na literatura, no *Rap*, que vem do chão, do território, das periferias, retrato da multiculturalidade e que dá forma aos coletivos e seus circuitos e cenas periféricos. Reforçam-se identidades construídas nas resistências, nas existências do cotidiano, na necessidade e na sobrevivência em busca de cidadania e liberdade frente a séculos de opressão.

As contribuições do teatro negro para as geografias das existências constituem outro rico diálogo em roda. Anita Loureiro de Oliveira, Hilton Cobra e Raquel de Padua Pereira abordam *o existir em ato*. Destaca-se aqui o teatro de Hilton Cobra, representando o teatro negro da Cia dos Comuns, imbricando-se com a epistemologia das existências de Milton Santos, numa relação dialógica que nutre formas de resistência ao racismo; é emancipadora e preenche de afetos, de emoções. O espetáculo *Bakulo* (2005), por exemplo, foi produzido a partir desse encontro entre Santos e a Cia dos Comuns, desbravando a discussão do novo milênio, a vida no mundo, as cidadanias mutiladas, e as possibilidades de uma outra globalização. A Cia dos Comuns estabelece métodos, técnicas e pedagogias do teatro a partir do uso do território, a partir dos sujeitos corporificados constitutivos de *uma poética da revolta!*

Antônio Carlos Malachias e Vanir de Lima Belo dialogam sobre *o período popular da história, sobre música, razão e emoção*. Inspirados em Milton Santos, os autores entendem que razão e emoção são categorias de análise existenciais, são

categorias indissociáveis e centrais na interpretação das realidades socioespaciais. Tomando o samba e os desfiles das escolas de samba, os autores discutem que, mesmo diante do empresariamento dos desfiles, da captura da cultura popular por grandes empresas, as escolas de samba resistem no espaço banal e enfrentam os desafios do período. São espaços populares da existência onde se mesclam formas de sobrevivência, de geração de renda com as lutas, as idealizações, as ações e os sonhos. Nesse sentido, na roda se destacou, entre outros, o épico desfile da escola Paraíso do Tuiuti, de 2018, com a potência criativa do samba enredo *Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?* Em discussão, por meio da razão e da emoção, a cidadania historicamente mutilada, a questão negra, o preconceito racial, o espaço geográfico do tempo presente e o futuro como possibilidade.

O livro conta ainda com um **epílogo**, preenchido com um diálogo que nos emociona entre Denise Stoklos e Milton Santos: *Um olhar dissonante*. Trata-se de um encontro promovido pela *Folha de São Paulo* no dia 7 de março de 2000, para conversar sobre os 500 anos do Brasil e sobre a peça *Vozes Dissonantes*, destaque do Festival de Curitiba na época. Denise e Milton falam de teatro, universidade, cultura e problemas sociais, sem esmorecer a esperança no “presente do futuro”.

* * *

Acreditamos que, para manter-se viva, com grande capacidade explicativa, uma teoria precisa ser constantemente confrontada com os novos conteúdos da realidade, com o movimento da história. Nesse sentido, é importante lembrar que em 2011, quando se completavam 10 anos de sua despedida, organizamos o Seminário “Milton Santos: caminhos e desdobramentos da pesquisa geográfica”, sendo apresentados diversos trabalhos que, fundamentados no sistema de conceitos proposto pelo professor, permitiram debater a multiplicidade de manifestações do espaço geográfico contemporâneo. As pesquisas debatidas naquele Seminário foram publicadas na *Revista Geousp*, v. 17, n. 2, 2013.

Agora, nesta ocasião, apresentamos discussões inspiradas no Seminário “Um período, uma crise: globalização e instabilidade dos territórios. Por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos”, inscrito nas homenagens aos 20 anos do seu falecimento. O seminário foi realizado virtualmente em junho de 2021 e transmitido pelo Canal *Youtube* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Seminário Milton Santos 20 anos – FFLCH-USP).

Neste tributo especial a sua grande contribuição para o pensamento crítico contemporâneo, salientamos que a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de caminhos pensados a partir dos lugares, desde que concebidos em conjunto, dentro do corpo da federação. A leitura dos territórios, por conseguinte, permanece sendo nosso grande desafio e se coloca como um chamado vindo de múltiplas vozes que se expressam numa diversidade de ambientes acadêmico-científicos, escolares, artístico-culturais, de movimentos sociais, de cidadãos e cidadãs.

São Paulo, novembro de 2022

Mónica Arroyo
Adriana M. Bernardes Silva



PRIMEIRA PARTE

**SOBRE RECORDAÇÕES
E ARQUIVOS**

Milton Santos e o engajamento social da geografia

Sueli Angelo Furlan

Pensar um período de crise e globalização e a instabilidade dos territórios contemporâneos é para geografia uma missão-contribuição. É um momento de relembrar e celebrar as ideias, a ciência e, particularmente, no caso do Professor Milton Santos, o engajamento social da geografia. A Geografia tem essa marca de ciências da realidade. Em sua vasta obra, Milton Santos enfatizava o “colher no real”, estar diante do real e construir o olhar geográfico que explica múltiplos tempos sobrepostos.

Passaram 20 anos de sua despedida e não nos parece tanto, diante da atualidade e do legado de sua produção intelectual. Para mim, que fui sua aluna na graduação, é inesquecível o fato de o Professor Milton ter formado tantas pessoas das mais variadas áreas, que carregam consigo as suas ideias, e fazem delas também sua potência para pensarmos em rupturas e transformações. Eu digo isso porque entendo que as crises nos fazem pensar em rupturas. Seguimos em sua análise de conjuntura que vai além das reflexões sobre governos, mas sim sobre o Estado. Que Estado temos e quais instituições organizam nosso país. Precisamos pensar nosso país! Sobretudo construir caminhos na crise. Construir futuro na crise. Em sentido geográfico, enfrentar o pensamento e valores que desejamos para o país e construir futuro através das transformações.

Penso que, para nós geógrafos, é um orgulho encontrar nas leituras da obra do Professor Milton Santos tantas referências analíticas do mundo e seus múltiplos conflitos.



Este livro, além de revisitar o pensar desse grande intelectual, promove a revivência, o reavivar a potência de sua reflexão, que não é só um pensar e agir para os geógrafos, é um revérbero para o nosso país. Lugar e mundo sempre estiveram na discussão acadêmica do Professor Milton, e sempre sua leitura nos atrai por suas provocações, não só as provocações escritas, mas também suas falas que cotidianamente tínhamos quando conversávamos no ambiente de trabalho. Professor Milton sempre nos estimulou a pensar, refletir, particularmente em suas aulas e grupos de estudo. Fui sua aluna na disciplina Geografia Política, que jamais esqueerei, foi uma experiência singular em minha formação de geógrafa, na construção intelectual, embora trabalhe com outros campos de pesquisa.

Creio que a nossa crise tenha muitas faces, muitas escalas, muitas condicionantes, muitas coisas que são explícitas e outras nem tanto, mas pensar nos territórios em conflito, nas disputas e territorialidades, questões que estão vivas na análise de conjuntura atual.

Não é simples, nem óbvio, analisar conjuntura. Nestes últimos anos, estamos vivendo a desconstrução de conquistas fundamentais em nosso país. Compreender esse momento transicional não é simples. Poderíamos dizer... bem, tudo faz parte de uma lógica que conhecemos, das disputas de poder, de domínios territoriais, das forças econômicas que atuam, das forças financeiras, das forças políticas, também das forças ideológicas, predominantemente.

Mas isso que parece assim uma análise a primeiro momento trivial à Geografia, é de grande complexidade, de temporalidades maiores. Como caminhar, enfrentar e reencontrar o Brasil das conquistas?

Ao tematizarmos ideias do Professor Milton Santos, estamos alimentando nossa crítica. Em nossas trajetórias acadêmicas gostamos de celebrar porque, gostamos não só de lembrar, mas de dizer onde estamos, para onde caminhar a partir da formação que construímos com pensadores tão importantes como o Professor Milton Santos.

Pensar nessas trajetórias, ou travessias, nos leva a ativar aquilo que podemos pensar e como conduzir a formação daqueles que serão provocados também... nossos alunos de pós-graduação... nossos alunos da graduação.

O Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo tem uma postura democrática de distinguir a contribuição intelectual dos nossos docentes, valorizar suas trajetórias antes e depois da passagem pelo Departamento, reconhecer a potência da Geografia, e por isso temos tanta dedicação na preparação desse livro.

Gostaria de enfatizar que o Departamento de Geografia se sente orgulhoso de poder estar fazendo, provocando, a visão crítica e ao mesmo tempo necessária e relevante, para que possamos ter esperança. Sou extremamente esperançosa porque acredito na transformação e que o conhecimento é indissociável das ações. Aos leitores deste livro, desejo também que dignamente possamos revisitar as ideias desse grande professor que iniciou tantos de nós no pensamento geográfico. Trabalho com a conservação da natureza, e muito que aprendi com o Professor Milton, analisando territorialidades e conservação e conflitos territoriais. Boa leitura a todas e a todos!

COMO CITAR

FURLAN, Sueli Angelo. Milton Santos e o engajamento social da geografia.
In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios*: Por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 23-25.



O talento, o rigor, a seriedade, o olhar para o futuro são o retrato de Milton Santos

Rosa Ester Rossini

O retorno do exílio do Professor Milton Santos, imposto pela Ditadura Militar, ocorreu nos anos 1970, não só pelo seu desejo, mas da comunidade científica brasileira, em particular, de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia, objetivando tanto reinseri-lo no mercado de trabalho como, principalmente, usufruir do seu conhecimento teórico-metodológico que atraía os/as professores/as e pesquisadores do Brasil e do exterior.

Inicialmente, no Brasil, o Professor Milton foi trabalhar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entretanto, com frequência vinha proferir palestras e ministrar cursos em São Paulo, em especial, a convite dos/as professores/as da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Graças à admiração e respeito que a comunidade acadêmica e científica sentia pela sua magistral figura e à amizade da Professora Maria Adélia Aparecida de Souza, que trabalhava também na Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo, foi convidado a participar do projeto sobre as “Cidades Médias do Estado de São Paulo”. Em 1983 o Professor Milton se integra ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde permaneceu trabalhando até o final de sua vida. A sua chegada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP propiciou uma “mudança de vento” para a comunidade geográfica e das Ciências Humanas e Sociais.



Vale destacar que a geografia brasileira vivia e convivia com perspectivas de mudanças, reconhecendo a necessidade de encontrar uma alternativa à escola positivista. No Rio de Janeiro, leia-se IBGE, boa parte dos intelectuais, sob a liderança do Professor Speridião Faissol, haviam abraçado a linha Teorética ou Quantitativa, liderada pelo americano Brian Berry, da Universidade de Chicago. O Departamento de Geografia de Rio Claro, da UNESP, nos anos 70 do século XX, estava embevecido com os “métodos quantitativos”, chegando mesmo a criar uma revista denominada *Boletim de Geografia Teorética*, liderada pelo Professor Antônio Christofolletti.

No Departamento de Geografia da USP, havia enorme indecisão, posto que alguns/mas professores/as começavam a pensar em uma “nova geografia” a partir da metodologia próxima ao materialismo histórico e dialético. Participaram desse movimento Lea Goldenstein, Maria Cecília França, Pasquale Petrone, Nice Lecocq Muller, bem como Armando Corrêa da Silva e seus discípulos, Antonio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa, André Martin, dentre outros. A grande maioria dos colegas trabalhava ainda na linha positivista, tendo o espaço como palco dos acontecimentos.

A chegada do Professor Milton, conforme dito, contribuiu para a discussão que vislumbra e destaca o estudo das relações entre sociedade e espaço. Fortaleceu a introdução do pensamento geográfico no centro do pensamento social dando visibilidade à disciplina e promoveu a autoestima dos/as pesquisadores/as e professores/as tanto de geografia como das ciências humanas e sociais, tanto do Departamento de Geografia da USP como do país, posto que sua personalidade, na sua obra, possibilitou um novo olhar sobre o espaço. Seus livros e artigos incitam para a reflexão teórica e para a epistemologia da geografia como um roteiro para o desenvolvimento de pesquisa articulando teoria e empiria.

Em cada encontro individual, em cada reunião, tanto no Laboplan – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental – do Departamento de Geografia, como em conversas privadas, tínhamos sua compreensão, um verdadeiro guia para nossas pesquisas, nos possibilitando um novo olhar e perspectivas para continuar nossos projetos. Seu humor e sua ironia eram sempre inteligentes e proporcionavam condições de elaboração dos conhecimentos, eticamente comprometidos com a construção de um mundo mais generoso.

Parece que um de seus livros preferidos, embora todos fossem importantes e inovadores, foi *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Nesse livro, transpareceu seu interesse de produzir conhecimento, ensinar, orientar e fazer crítica socialmente comprometida e necessária a partir da realidade da periferia. Seus

livros são, em sua maioria, direcionados à reflexão teórica assim como para a epistemologia do espaço geográfico e a metodologia de elaboração da redação como um roteiro do desenvolvimento da pesquisa. Um de seus grandes méritos foi integrar tanto os estudantes da iniciação científica, de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado aos seus trabalhos de pesquisa. Lembro-me, com muita alegria, uma das conversas que tivemos a respeito da orientação de estudantes. Dizia ele: “quando recebo um/a estudante, a primeira coisa que eu ensino é sentar. Cadeira não tem prego, posto que eles/as ficam no senta e levanta, senta e levanta e não conseguem alinhar uma ideia. No corredor discutimos o que lemos e aprendemos, isto é, o que sabemos, portanto, aprender a sentar é a primeira grande tarefa”.

Tinha forte convicção de que a renovação epistemológica da geografia contribuía muito para a construção de um futuro mais equitativo. Assim sendo, exigia sempre muita disciplina e seriedade no uso do tempo e das leituras de modo a despertar nos estudantes o respeito e dedicação ao trabalho científico. Integrou sempre seus estudantes não só no grupo de pesquisa que liderava, mas também às redes de pesquisa nacional e internacional de modo a inseri-los cientificamente nas discussões e novos olhares sobre os avanços teórico-metodológicos dos estudos e pesquisas.

Hoje, 20 anos depois de sua partida, estamos com a certeza de seu olhar para o futuro e em relação aos seus discípulos, a maioria tem produção científica de reconhecimento nacional e internacional.

Em cada conversa, tanto no seu gabinete como no corredor ou em uma reunião do grupo de estudos ou em cada aula, suas palavras nos orientavam no caminhar do nosso trabalho e sempre nos proporcionavam um novo olhar e uma nova perspectiva para avançarmos. Como testemunho concreto de sua generosidade científica é que consegui concluir, em 1988, depois de 12 anos de leituras, trabalhos de pesquisa, conversas informais, participação em congressos e reuniões científicas, redigir a tese de livre-docência inserindo a discussão sobre o tema mulheres como força de trabalho na agricultura canavieira paulista. Muito obrigada, Professor Milton, “devo mais essa ao senhor”. Foi também enorme honra para mim a participação do Professor Milton Santos tanto na minha livre-docência como na presidência do concurso para Professor Titular, em 1990.

Em tudo o que realizou, após seu retorno ao Brasil, teve sempre a presença e a participação incansável da companheira, Marie-Hélène. Mas, também, em sua experiência internacional de residência e trabalho, em países como França, Tanzânia, Estados Unidos, Venezuela, dentre outros, Marie-Hélène

o acompanhou e apoiou na sua caminhada. Nunca descurou do respeito à geografia e aos geógrafos, posto que também é geógrafa. Entre outras ações, busca manter viva a presença do Professor Milton Santos apoiando bolsistas de Iniciação Científica junto à Universidade Federal da Bahia, bem como doou a Biblioteca do Professor Milton Santos ao acervo da Universidade de São Paulo.

A melhor maneira de homenageá-lo, mesmo sentindo muito sua ausência, é a de continuar aprofundando suas reflexões, ideias e seus ideais de solidariedade, com um olhar para o presente e para o futuro. Sua preocupação em construir uma discussão sobre o momento atual estava muito vinculada ao que ele denominou de “Período Técnico Científico Informacional”, e, na Pandemia do Covid-19, no Brasil e no mundo, ficou patente a utilização dos equipamentos vinculados à informatização em benefício da educação e do trabalho à distância. Ao mesmo tempo, fica evidente, como ele sempre o fez, que não basta trabalhar o presente, mas ter um olhar sério e rigoroso para o futuro de modo a construir as possibilidades de um mundo mais generoso.

Nas suas palavras, “o mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares [...]. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1996, p. 271). Compete a nós a transformação dessas possibilidades em realidade concreta.

REFERÊNCIA

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

COMO CITAR

ROSSINI, Rosa Ester. O talento, o rigor, a seriedade, o olhar para o futuro são o retrato de Milton Santos. In: ARROYO, Mônica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios*: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 27-30.



Milton Santos: um arquivo vivo para os Estudos Brasileiros

Flavia Grimm

Jaime Tadeu Oliva

O Fundo Milton Santos, formado por sua biblioteca e arquivo de documentos, encontra-se no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo. Esse instituto foi criado em 1962, pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de um centro interdisciplinar de pesquisas sobre os *Estudos Brasileiros* e de guarda e publicação de documentação, de material bibliográfico e artístico sobre o Brasil. Um dos destaques, parte desse patrimônio cultural que está presente no IEB, são os fundos.

Segundo o Guia do IEB,

Por *fundo* compreende-se um conjunto de documentos de caráter pessoal, científico, artístico, profissional ou técnico, produzidos e/ou reunidos em decorrência das atividades de seu titular. Por *coleção* compreende-se um conjunto de documentos de vários tipos e origens reunidos por uma pessoa ou instituição, em geral relacionados a um assunto ou a uma personalidade. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010, p. 59).

Nessa linha, para Camargo e Bellotto (1996), *fundo* representa uma “unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outra”, enquanto *coleção* corresponde a “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum”.



No IEB os fundos e as coleções, que correspondem ao seu fabuloso acervo, estão salvaguardados em seu Arquivo, na sua Biblioteca e na sua Coleção de Artes Visuais. Os fundos estão sob a guarda dessas três áreas. No caso do Fundo Milton Santos, grande parte encontra-se no Arquivo.

Esse fundo foi doado ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo pela esposa de Milton Santos, a senhora Marie-Hélène Tiercelin dos Santos, em 2009¹. A seguir (Figura 1), imagem da carta de intenção de doação, documento que compõe o Processo USP de número 2004.1.234.31.7.

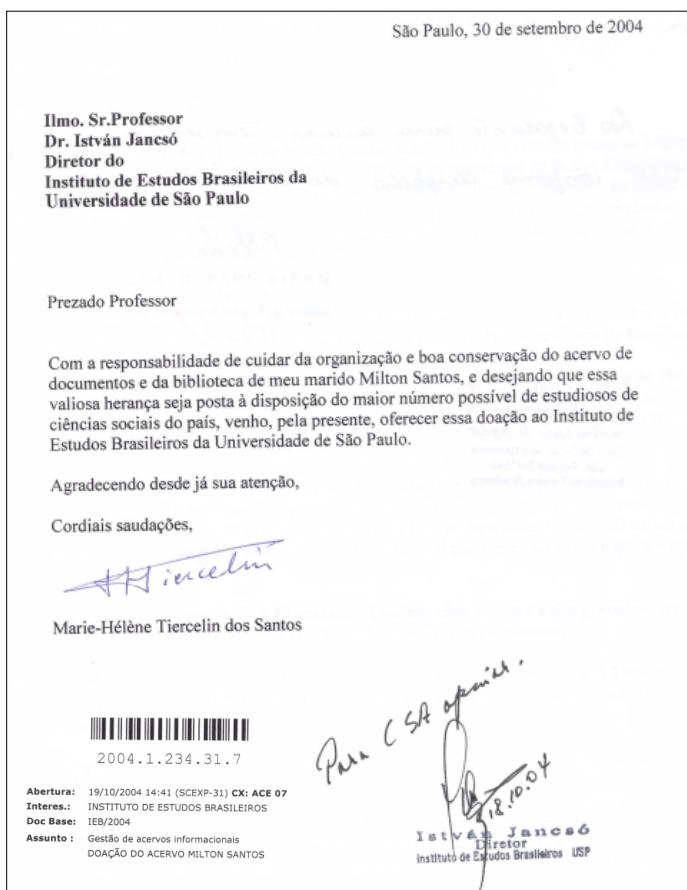


Figura 1. Carta de intenção da esposa de Milton Santos, doando seu acervo ao IEB.

¹ Importante destacar que a senhora Marie-Hélène Tiercelin dos Santos doou o fundo de seu marido ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo por conhecer a instituição e sua trajetória no campo da publicização de acervos para pesquisa de intelectuais e artistas importantes para o entendimento de nosso país. Doou, também, por saber que no Instituto há a presença da área temática da geografia em necessário diálogo com as outras ciências sociais e humanidades, o que condiz com o perfil de Milton Santos.

No IEB o fundo Milton Santos passou a conviver com outros fundos e com coleções, o que por si só representa uma trama virtual de representação e de reflexão sobre o Brasil. Compõem essa trama os fundos de Mário de Andrade, de Mozart Camargo Guarnieri, de Tarsila do Amaral, de Graciliano Ramos, de Anita Malfatti, de João Guimarães Rosa, de Caio Prado Jr., de Fernando de Azevedo, de Antonio Candido de Mello e Souza, de Gilda de Mello e Souza, de Celso Furtado, de Paul Singer, de Pierre Monbeig², de Manuel Correia de Andrade³, de Alice Piffer Canabrava, de Aracy Abreu Amaral, de Ernani Silva Bruno, de Waldisa Russio, de Alberto Lamago e tantos outros muito preciosos. Nota-se, nos exemplos citados, a convivência das artes com o pensamento intelectual e a presença importante de geógrafos relevantes no Arquivo do IEB. Mas, algo que vale ressaltar também é que entre esses exemplos encontram-se alguns dos denominados “intérpretes do Brasil”. Essa denominação merece um esclarecimento.

Começemos por relatar que na disciplina do programa de pós-graduação do IEB, *Intérpretes do Brasil*: como pensar o Brasil hoje, uma das aulas (no segmento “novos intérpretes”) era sobre o geógrafo Milton Santos o que gerou algumas indagações dos participantes, tais como: “– mas, Milton Santos é um geógrafo e do lugar dessa disciplina ele pode ser considerado um intérprete do Brasil?”; “– que interpretação própria, Milton Santos faz do Brasil?” Esses questionamentos são um bom ponto de partida para problematizarmos a ideia de intérprete e para argumentarmos que, sendo geógrafo, Milton Santos pode ser incluído na trama dos *Estudos Brasileiros* (o que vamos explicitar um pouco adiante) e sua obra pode ser, de fato, tida como uma importante contribuição na interpretação do Brasil contemporâneo.

No cenário atual das ciências humanas brasileiras, as obras clássicas sobre o Brasil nem sempre são bem recepcionadas. Isso pode soar extravagante diante das celebridades que cercam algumas delas, a ponto de renderem aos seus autores uma atribuição referencial na nossa cultura: “intérpretes do Brasil”. Em seus livros, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Raymundo Faoro e outros, teriam respondido sobre *como pensar o Brasil* utilizando o *ensaio* como gênero discursivo e frequentemente a figura teórica da *formação* para encontrar o “vínculo estruturador e elucidador do país”.

² Os documentos do geógrafo francês foram depositados no IEB em 1990. São 2.220 documentos processados, sendo a maioria de material de pesquisa, que inclui mapas desenhados de próprio punho e cadernos de campo de viagens. Constam também documentos de sua participação na Associação dos Geógrafos Brasileiros (*Guia IEB*, 2010, p. 230-231)

³ O fundo do geógrafo pernambucano foi encaminhado para o IEB em 2016. Sua biblioteca se configura como a grande parte do acervo, estimada em cerca de 70 mil volumes, é especializada em temas relacionados às regiões Nordeste e Norte. Estima-se também a existência de cerca de 5 mil documentos.

É importante notar que as grandes “interpretações do Brasil”, da chamada geração de 1930, não eram universitárias, surgiram num contexto bem distinto e isso as marcará em termos epistemológicos. As obras são vistas como brilhantes e até fundadoras do chamado “pensamento social brasileiro” (BOTELHO; LAHUERTA, 2005), mas também, como um pouco especulativas, nem sempre sustentadas por uma pesquisa de base empírica razoável. Ou seja: nalguma medida duvida-se discretamente de sua cientificidade, de uma dada cientificidade.⁴ Quanto ao aspecto globalizante dessas interpretações, há uma ambivalência em sua recepção: 1). Ser globalizante não se harmoniza facilmente com as práticas parcelares/analíticas, fundamentos do contexto disciplinar acadêmico atual; 2). As interpretações globalizantes clássicas não deixam de enfatizar dimensões diferentes da realidade, como a econômica, a cultural, a cultural estética, a histórica, a política, etc. e, diante da influência notória que elas exerceram, muitas são reivindicadas pelas disciplinas acadêmicas atuais. No entanto, algo relevante pode-se notar: com a institucionalização disciplinar das ciências humanas, não se verificou uma “cientificação” do objeto Brasil, mas sim certa recusa epistemológica sobre a pertinência de adotar-se um objeto global dessa magnitude.

Se atualmente for possível pensar globalmente sobre o país, não será uma empreitada que possa dispensar uma avaliação da relação dessa herança com o quadro que se estruturou nas ciências humanas no Brasil, principalmente no seu aspecto epistemológico, em que a dominância é uma dada configuração disciplinar e um modo congelado de se refletir sobre a “divisão de trabalho” científica.

A despeito das contestações sobre a pertinência de um objeto visto como excessivamente globalizante, permanece a demanda social produzida no “âmbito do Brasil” por interpretações mais globais, que transcendam os territórios disciplinares e que decifrem o Brasil, especialmente em momentos de crise quando essa formação social (formação socioespacial, como diria Milton Santos) se instabiliza, parece desmoronar ou tomar rumos imprevisíveis. Porém, quando a “formação brasileira” entra num regime de cruzeiro, o objeto global é mais ou menos abandonado.

Um pouco na contramão do que domina nas ciências humanas, na obra de Milton Santos, a partir da geografia, o objeto-país Brasil adquire legitimidade científica. É certo que, no cenário cultural/científico brasileiro, a geografia e

⁴ O historiador Tony Judt (2007), realçando que o brilho de muitos intelectuais públicos (ele está se referindo aos ensaístas franceses, Sartre, Merleau-Ponty, etc.) escondia uma relação frágil com o mundo empírico, relação essa mais bem resolvida num mundo acadêmico que protagoniza uma pesquisa mais metódica, mais paciente, mais documental, etc.

a história têm vínculos tradicionais com a figura da totalidade *país*, ou então *nação*. Mas, no âmbito de uma geografia renovada isso já não é tão comum. O que permite que a obra de Milton Santos, mesmo a partir de uma disciplina, tenha o condão de inserir-se num discurso global?

Antes de responder essa questão vamos complementar quais as características do contexto epistemológico dominante no sistema universitário: sua marca é a pulverização das pesquisas em razão de uma disciplinarização intensa, por estudos acadêmicos mais restritos a públicos especializados e por um desprestígio crescente da forma epistemológica *interpretação* e do gênero discursivo *ensaio*. Esses últimos foram substituídos pela *análise*, figura epistemológica de maior prestígio científico, e por gêneros discursivos fortemente normatizados no âmbito das revistas científicas das instituições disciplinares.⁵

Um aspecto que ilustra a mutação epistemológica mencionada se revela no prestígio diferenciado dos intelectuais da área das ciências humanas, que varia conforme suas práticas intelectuais. Uma distinção já clássica feita por Norberto Bobbio seria entre os *ideólogos* (os que trabalham princípios) e os *experts* (especialistas que fornecem conhecimentos técnicos). Especialistas proliferam aos borbotões, colados à lógica da racionalização instrumental que nos domina. Esses tendem a empurrar para os bastidores os ideólogos, a estigmatizá-los como “dinossauros”, sobretudo quando eles são associados a qualquer perspectiva antissistêmica, insistindo num ensaísmo rebelde, não se submetendo às rotinas institucionais e experimentando “interpretações globais”.

No entanto, tendo em vista uma obra como de Milton Santos podemos encontrar uma solução para esse impasse, afinal sua trajetória e obra correspondem a ditames mais ou menos generalizados de cientificidade e da disciplinarização, mas essas características não mutilaram, em seus trabalhos, a realidade global, pulverizando-a em fragmentos desconectados que impedem interpretações globais consistentes. Contudo, é importante notar que essa solução não é um acontecimento fortuito. Houve por parte do geógrafo grande empenho intelectual que fez dele um sólido leitor das ciências sociais e da filosofia tornando-o capaz de construir edifícios teóricos coerentes que preservaram a possibilidade de um olhar global sobre as realidades sociais, mesmo que seu ponto de partida fosse o espaço. Afinal, para ele o espaço nada mais era que uma dimensão da

⁵ Russel Jacoby (1990), em os *Últimos intelectuais*, lamenta o empobrecimento do pensamento crítico quando esse é restrito aos ambientes universitários (os intelectuais saem dos cafés nos espaços públicos e se instalam nas lanchonetes dos *campi* universitários isolados). Lamenta também a substituição do texto escrito para o público em geral por textos voltados apenas para os pares e a disciplinarização e suas disputas.

realidade total, algo que ele repetiu sempre em suas aulas e registrou em suas obras normalmente permeadas por discussões epistemológicas,

O mundo é um só. Ele é visto de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que para cada qual, deve garantir, como uma forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar. (SANTOS, 1996, p. 17).

Assim, o que se observa na geografia e na obra de Milton Santos não é rompimento parcelar da totalidade social, como a disciplinarização marcada pelo extremismo analítico o fez, crente num metodologismo instrumental que construía sua própria concepção de saber, um saber corporativo descolado da vida real. Sua abordagem disciplinar sempre foi dimensional. O espaço é uma dimensão do social e não uma parte com sentido em si, o que se expressa também no seu último enunciado, já célebre, de que o espaço geográfico é “um conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996). As ideias de sistemas de objetos e de sistemas de ações nos remetem para aspectos abrangentes da realidade total, e somente em relação a esse contexto geral esses sistemas adquirem seus significados. É a partir dessa postura teórica (crítica à disciplinarização cientificista e instrumental) que se concentra nas relações entre as dimensões das realidades sociais (o espaço é uma delas) que a obra de Milton Santos pode falar sobre o Brasil total e inserir-se no âmbito dos *Estudos Brasileiros*. O que evidencia a importância de seu fundo compor parte do acervo do IEB.

Desde sua fundação, o IEB dedica-se no desenvolvimento de uma área de saber que se organiza na contracorrente da disciplinarização “cientificista”. Uma área interdisciplinar e intercultural, os *Estudos Brasileiros*. A inspiração para essa iniciativa foram os *American Studies*⁶, nos EUA.

Nos EUA os *American Studies* se institucionalizaram pela ancoragem que eles teriam no “mito fundador” dessa nação. Esse país possui, no plano simbólico, uma poderosa história fundacional que cultiva a autonomia em relação às nações europeias colonizadoras. Daí uma reverência incomum por sua Constituição, tratada como uma espécie de “inauguração da história”.

⁶ Nos EUA, há uma área do conhecimento institucionalizada em várias universidades (em mais de 200 instituições), tanto em cursos de graduação como de pós-graduação, com associações tanto nacionais como internacionais, denominada *American Studies*.

Isso, somado a certo isolamento geográfico inicial, mais os dois séculos de sucesso econômico, e depois a extensão dessa força local ao planeta, manteve junto aos norte-americanos contemporâneos a certeza de um *excepcionalismo*⁷ daquela nação. Desde sua origem (décadas de 1920/1930), os *American Studies* incorporaram trabalhos das várias ciências sociais e humanidades em geral. E desde sempre se falou em interdisciplinaridade. O que se diz atualmente é que a própria fundação desse campo foi uma reação contra a rigidez das disciplinas acadêmicas tradicionais. Afirma-se também que a “América” é uma realidade complexa demais para ser analisada com as ferramentas de uma única disciplina. Assim, com base numa grande variedade de tradições intelectuais nas ciências humanas, os participantes dos *American Studies* desenvolveram novas teorias que investem no entendimento das relações entre política, economia, história, condições espaciais, valores, arte, literatura e identidade racial, étnica e de gênero, etc. (OLIVA, 2021).

No Brasil, a área de *Estudos Brasileiros* foi constituída já numa atmosfera de revisão crítica dos fundamentos e das práticas dos *American Studies*, em que se realçava mais as virtudes da interdisciplinaridade e menos a tese do excepcionalismo.

De forma direta, entende-se por *Estudos Brasileiros* uma área organizada em torno da ideia de sociedade: trata-se do social que forma uma totalidade, associando um certo número de realidades, segundo diferentes dimensões interativas relevantes no mundo contemporâneo: a econômica, a sociológica, a cultural/artística, a política, a temporal, a espacial. Pode-se argumentar que Estado, nação, nacionalidade, país, território e mercado também são ideias globalizantes, mas, a rigor, todas elas terminam sendo objeto interno das ciências sociais (não só da sociologia), cuja referência é a ideia de sociedade.

Embora o Brasil paire nos estudos disciplinares das ciências sociais, isso não constitui um cenário interativo, pelo menos não tanto como uma ação consciente da interdisciplinaridade na produção de conhecimento sobre o Brasil. Ora, a própria ideia de *Estudos Brasileiros* só se sustenta se o pressuposto de afrouxamento das fronteiras disciplinares se der e, em seu interior, não se realizar uma busca cega de uma globalidade. O método é a interdisciplinaridade e eventualmente a transdisciplinaridade, entendida como as trocas e interações de saberes advindos não só das ciências/disciplinas, mas também de outros âmbitos culturais como das artes, das religiões, dos saberes práticos, etc.

⁷ Aqui vale notar que na linguagem crítica da filosofia e das ciências sociais contemporâneas, excepcionalismo tem uma carga pejorativa e a crítica sempre vem acompanhada de outros epítetos, igualmente negativos, como essencialismo e culturalismo.

A ideia é fazer transitar as problemáticas disciplinares fundamentais em rede. Certamente, as elaborações vão conflitar e parte da ação interdisciplinar é o empenho em entender os conflitos e dar um sentido produtivo a eles.

Quanto mais as disciplinas e as obras envolvidas tiverem posturas críticas avançadas em relação ao processo de disciplinarização analítico, como é o caso da obra de Milton Santos, mais óbvias e importantes serão suas contribuições na produção de um discurso consistente sobre o Brasil, que é o objeto dos *Estudos Brasileiros*. Por tudo isso, que entendemos não haver melhor lugar para a guarda do Fundo Milton Santos, pois para além da geografia, sua obra se integrou num conjunto indispensável para o entendimento do mundo que vivemos, e claro, do Brasil.

O Estado da Arte do Fundo Milton Santos no IEB

O Fundo Milton Santos, composto de biblioteca e arquivo, é muito complexo não só pelo seu volume, que é notável, mas também por sua diversidade. Estima-se que seu arquivo possua cerca de *60 mil documentos*. Este é, atualmente, o maior arquivo depositado no Instituto. Antes da sua incorporação, os maiores arquivos eram de Mário de Andrade e de Caio Prado Jr., cada um com respectivamente 33 e 30 mil documentos.

Importante destacarmos que o fundo Milton Santos teve sua *integralidade mantida*, não foi mutilado, não teve partes extirpadas e encaminhadas para diferentes instituições. O acervo acompanha três movimentos da produção documental de Milton Santos no Brasil, sendo eles: na Bahia, onde ele nasce e vive até 1964;⁸ em São Paulo, onde ele passou a residir definitivamente a partir de 1983; tanto em sua residência como na Universidade de São Paulo, onde se estabiliza como professor até o final de sua vida em junho de 2001, junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Desse volume total, entre São Paulo e Salvador, a maior parte se encontrava em sua residência na metrópole paulista e, imprescindível destacar, tanto a biblioteca quanto os documentos apresentavam a organização original estabelecida pelo próprio Milton Santos. Tal situação é importantíssima para

⁸ A parte que se localizava em Salvador, encontrava-se na residência que foi dos pais de Milton Santos, na Estrada da Rainha, e incluía uma biblioteca e documentos. Entre 27 de outubro e 1 novembro 2014, por iniciativa da Sra. Marie-Hélène, esse conjunto foi encaminhado para o IEB em São Paulo, apesar do interesse de algumas instituições baianas. Nesse caso, a Sra. Marie-Hélène custeou a mudança e o transporte até São Paulo. O empacotamento e a retirada foram supervisionados por Flavia Grimm.

a arquivologia, e isso foi possível porque, além da doação do fundo em sua totalidade pela família, os documentos que se encontravam em sua residência praticamente não foram manuseados, tampouco retirados do ambiente original.

Devido a sua vida itinerante, provavelmente muitos documentos inéditos, produzidos e acumulados entre 1965 e a primeira metade de 1977, enquanto o geógrafo esteve exilado, vivendo entre a África, as Américas do Norte e Central e a Europa, perderam-se. Isso porque não era viável os papéis serem carregados em sua totalidade, entre as diferentes cidades nas quais Milton Santos e Sra. Marie-Hélène moraram. Mas tantos outros foram guardados ao longo desses anos pelo geógrafo e podem ser localizados nas partes do acervo que estavam em São Paulo. Felizmente, não há dúvidas que o conjunto doado ao IEB abriga a totalidade de documentos produzidos e acumulados após seu retorno ao Brasil em junho de 1977.

Na Figura 2, foto do escritório de Milton Santos em sua residência em São Paulo.

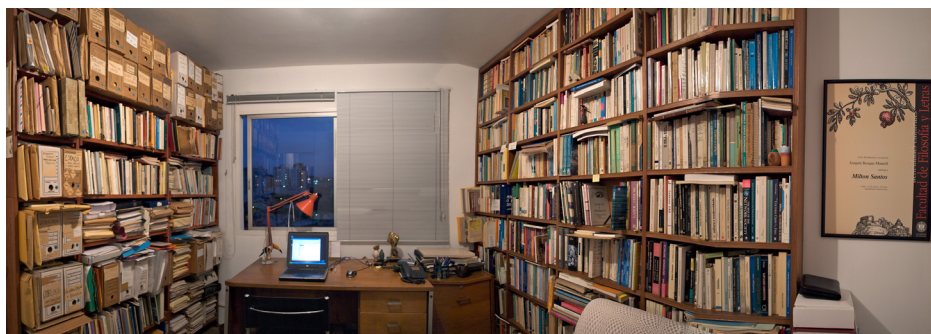


Figura 2. Escritório de Milton Santos. Foto: André Stolarski, junho 2009.

Notam-se na parte esquerda da imagem as caixas de papelão de “arquivo morto”, pastas e envelopes com documentos. À direita, podemos ver a biblioteca, ou melhor, parte da biblioteca, pois esta ocupava também outros cômodos do apartamento. O mesmo vale para os documentos, existiam caixas e pastas em outras partes da residência (a respeito das características dessa parte do acervo, ver Grimm, 2011b)

No caso do Fundo Milton Santos, foram três retiradas para se completar a transferência para o IEB. O primeiro conjunto transferido para o IEB foi a biblioteca mantida em sua residência de São Paulo, em maio de 2010. Procurou-se manter os critérios de organização que Milton Santos fazia dos seus livros. Foram

mantidas as grandes áreas: história e filosofia da técnica, economia política e marxismo, história e teoria da geografia, história e geografia do Brasil, ciências sociais e filosofia. Na biblioteca constavam também todas as publicações de autoria de Milton Santos, como livros, publicações menores e artigos em livros e revistas, entrevistas e textos publicados em jornais.⁹

A segunda retirada foi a dos documentos e dos objetos tridimensionais que também estavam em seu apartamento em São Paulo. Isso aconteceu em 2012. Todo cuidado foi tomado para manter reunidas as caixas, as pastas e os envelopes dos grandes temas de trabalho estabelecidos por Milton Santos. Isso é importante para a avaliação da trajetória intelectual de Milton Santos, afinal o modo de organização dos materiais selecionados é um valioso referencial da evolução de seu pensamento.¹⁰ Ainda como parte dessa segunda retirada, houve a transferência dos documentos que se encontravam nas salas de trabalho de Milton Santos no Departamento de Geografia da USP. Do conjunto, uma primeira parte corresponde aos materiais que o geógrafo guardou por muitos anos na sala que dividia com o Professor Armen Mamigonian. Em 1999, Milton Santos passou a trabalhar em uma sala no térreo do prédio que, anteriormente, era utilizada para a preparação e realização de eventos científicos no prédio. Nessa sala, um novo movimento de acúmulo documental se iniciou. Somaram-se aos materiais de eventos organizados pelo próprio Milton Santos (e outros professores) ali existentes, documentos pessoais como as etapas da redação de livros, relatórios, material estatístico, artigos científicos, artigos publicados em jornais. Além disso, havia inúmeras correspondências derivadas de uma agenda bastante intensa de convites para conferências, palestras e participação em eventos, sobretudo após o recebimento do prêmio Vautrin Lud, como apontado por Flavia Grimm (2011a). Alguns anos após seu falecimento, o material que se encontrava em seu armário na sala de professor do primeiro andar do prédio foi cuidadosamente empacotado e acomodado na sala no térreo.

⁹ Esse material foi separado por Flavia Grimm, que acompanhou a retirada da biblioteca pela equipe do IEB, liderada por Elisabete Marin Ribas. Foi reunida, portanto, praticamente a totalidade da produção teórica de Milton Santos, desde fins dos anos 1940 até 2001. Não existem nesse conjunto cerca de 10 artigos publicados em revistas estrangeiras que o próprio geógrafo não possuía em seu acervo. Seguramente não há outra possibilidade de ter acesso a totalidade desse material riquíssimo, além do IEB (biblioteca e arquivo).

¹⁰ Antes da doação por parte da Sra. Marie-Hélène e a retirada dos livros em 2010 e dos documentos em 2012, o arquiteto Manuel Lemes da Silva Neto (professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas), ex-aluno de Milton Santos, fez um cuidadoso registro fotográfico de todas as estantes e armários que abrigavam o material.

Com a autorização da Sra. Marie-Hélène Tiercelin dos Santos, o conjunto foi transferido para o IEB.¹¹

Em 2014 foi feita a terceira retirada na cidade de Salvador. De lá veio sua biblioteca de juventude, na qual havia um conjunto de obras de economia política, outras sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, dependência e terceiro mundismo, urbanização na América Latina e na África e em número reduzido, algumas obras relacionadas ao direito (Milton Santos era bacharel em direito, após realizar os estudos entre 1944 e 1948). De lá também veio um conjunto documental pequeno, porém importante, pois nele foram encontrados documentos relacionados ao período que Milton Santos foi presidente da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia, entre 1963 e 1964.

O processo de inserção de todos os materiais de um fundo junto ao acervo do instituto é muito meticuloso. Vamos exemplificar como foram recepcionados e tratados os materiais do fundo Milton Santos. Os livros que se encontravam em São Paulo foram encaminhados para a Biblioteca e já foram higienizados e estão disponíveis para consulta no próprio instituto. Os documentos de São Paulo e Salvador foram para o setor do Arquivo. Após sua chegada, foram necessários muitos meses para que parte deles pudesse ser disponibilizada para a pesquisa pública. Isso porque são necessários trabalhos técnicos que visam a preservação desses documentos.¹² Entre estes trabalhos, um é essencial: a descrição documental e a inserção de informações no banco de dados disponível do Catálogo Eletrônico do IEB. É interessante notar que se acondiciona e descreve-se individualmente desde uma pequena nota de leitura, um cartão de apresentação até teses e densos relatórios de pesquisa. De todo esse trabalho minucioso de acondicionamento resultou na organização de 329 caixas polionda de documentos, sendo 292 correspondentes aos documentos que estavam em São Paulo e 37 caixas dos documentos que estavam em Salvador.¹³ Os armários que acondicionam as caixas do Fundo Milton Santos (Figura 3) estão preparados para manter as condições adequadas de luminosidade e de temperatura para promover maior longevidade dos documentos.

¹¹ Antes da transferência o conjunto foi organizado e empacotado pelas Professoras Mônica Arroyo (FFLCH – USP) e Maria Laura Silveira (CONICET-UBA) e pela geógrafa Paula Borin, com o apoio de Flavia Grimm.

¹² Cada gênero documental (textual, iconográfico ou tridimensional) necessita de um tipo de acondicionamento específico, o que permite que o documento seja visualizado sem que seja diretamente manipulado, prolongando sua vida.

¹³ Diferentemente da situação dos documentos da residência em São Paulo, que estavam organizados por Milton Santos, os documentos vindos da Bahia não apresentavam nenhuma organização prévia, conforme Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado de Flavia Grimm (2015).



Figura 3. Armários que acondicionam as caixas do Fundo Milton Santos, preparadas para manter o material em condições adequadas para sua maior longevidade.

Foto: Flavia Grimm, fevereiro 2019.

Uma característica importante do fundo Milton Santos é ser predominantemente em suporte papel: são textos manuscritos, datilografados e digitados e impressos; cópias de artigos de revista e matérias de jornal; correspondência; notas de leitura; esquemas; material estatístico e cartográfico; relatórios, teses e mestrados; transcrição de aulas, de palestras e de conferências, entre outros. Mas há também um vasto material audiovisual, como fitas de videocassete VHS, fita magnética K7, CD's e DVD's. Nesse último conjunto, há várias preciosidades: muitas aulas e palestras gravadas que estão sendo objeto de transcrição e estudos para futuras publicações; fitas de vídeo cassete VHS do Encontro Internacional “O Novo Mapa do Mundo” (realizado por Milton Santos e pela Professora Maria Adélia de Souza, em 1992) e fitas do Encontro Internacional “O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo” (realizado por Maria Adélia de Souza, em homenagem aos 70 anos de Santos, em 1996). Felizmente, após mais de 20 anos guardadas, elas se encontram em bom estado de conservação e estão sendo digitalizadas para posterior disponibilidade ao público.

A complexidade dos trabalhos com um fundo dessa envergadura é enorme e exige muito tempo. O processamento tem várias fases e no caso do Fundo Milton Santos ainda há um longo percurso a se trilhar. Por exemplo, ainda não estão higienizados e acondicionados em caixas os documentos que vieram do

Departamento de Geografia, que corresponde a um volume grande, estimado em 20 mil documentos. Esse trabalho exige um volume grande de pessoas engajadas para além do corpo técnico fixo do Arquivo do IEB. São necessários estagiários treinados e financiamento para aquisição dos materiais de acondicionamento, assim como a presença de pesquisadores que conheçam bem a obra e o fundo para dirimir dúvidas no processo de processamento dessa imensa massa documental. De todo modo, desde 2014, temos mais de três mil documentos disponíveis para a pesquisa pública no Catálogo do IEB. Foram cinco anos à disposição do público, e mais um ano e meio fechado em razão da pandemia da Covid-19. E, já se percebe, trata-se de um dos acervos mais procurados para pesquisa no Instituto, o que certamente aumentará na medida em que evoluir o processamento da documentação. Vale ressaltar que esse rico acervo do IEB é para consulta pública e quanto mais se democratiza o acesso aos livros, documentos e coleções, mais pessoas tem contato com esse material e mais pesquisas podem ser realizadas.¹⁴

No Arquivo do IEB, atualmente, há vários registros de consulentes que estão visitando e desenvolvendo pesquisas junto ao fundo Milton Santos. A seguir alguns exemplos: 1. Federico Ferretti passou pelo arquivo do IEB e o resultado de sua pesquisa encontra-se em *Inventing critical development: A Brazilian geographer and his Northern networks*, em co-autoria com Breno Pedrosa;¹⁵ 2. o geógrafo Breno Viotto Pedrosa pesquisou correspondências no arquivo do IEB e escreveu o artigo *O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação*;¹⁶ 3. o pesquisador Bruno de Oliveira Moreira, doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia, visitou o arquivo e, entre outras publicações, destacamos *Milton Santos, da prisão ao exílio (1964): questões de partida*.¹⁷

Um outro destaque sobre o que já resultou em termos de pesquisa a presença do fundo Milton Santos no IEB foi a realização de dois pós-doutorados. O primeiro deles foi o pós-doutorado de Flavia Grimm denominado *Milton*

¹⁴ Elisabete Ribas ressalta que apesar da política do livre acesso, as pessoas ainda procuram pouco pelos serviços que o instituto pode oferecer e ressalta que o principal público são pesquisadores, professores e alunos de graduação e de pós: “A gente gostaria que as pessoas usassem o arquivo como se fosse um museu. Inclusive, gostaríamos que pais e filhos viessem visitar”, afirmou Ribas que era supervisora do Arquivo naquele momento. Para ela, é muito importante que os cidadãos desenvolvam um senso de empatia com a história do Brasil e diretrizes como a do IEB dão proximidade entre o acervo e as pessoas (RIBAS *et al.*, 2014, p. 12).

¹⁵ Publicado em *Transactions of the Institute of British Geographers*, 02 May 2018 (<https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/tran.12241>)

¹⁶ Publicado em *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 25, n. 2, p. 429-448, abr-jun. 2018.

¹⁷ Publicado nos Anais do 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH, Recife, 2019 (https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1566240583_arquivo_bruno_moreira_texto.pdf)

*Santos: um arquivo vivo para o diálogo interdisciplinar. O planejamento em debate.*¹⁸

Ocorrida entre meados de 2013 e meados de 2016, a pesquisa teve dois objetivos: contribuir na organização e processamento do arquivo e realizar uma análise de documentos existentes no arquivo vinculados à discussão do planejamento, temática interdisciplinar muito cara ao autor ao longo de sua vida profissional e acadêmica.

A análise dos documentos começou junto ao material encontrado na Bahia e posteriormente incorporados ao IEB. Entre outros documentos, ali se encontravam relatórios, artigos e correspondências do período que o geógrafo foi presidente da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia, durante o curto governo de João Goulart. O tema do planejamento é uma constante da trajetória de Santos, num primeiro momento com uma atuação efetiva e realização de pesquisas em diferentes regiões na Bahia; após a saída do Brasil em fim de 1964, ao longo dos anos 1970, evidencia-se uma atuação mais discreta a partir das missões de estudo e pesquisa em diferentes países; após seu retorno ao Brasil, primeiramente atuando em algumas instituições de planejamento. No entanto, desde os anos 1970, Santos aponta para críticas contundentes ao planejamento realizado em muitos países pobres e, desde então, mesmo não atuando diretamente, produz uma rica bibliografia que dialoga com o tema e coloca um enfoque mais abrangente no qual é preciso pensar num projeto de Brasil. Mas ainda assim, sempre participou de mesas redondas e debates sobre o tema do planejamento, sempre com uma visão crítica e globalizante. Para a elaboração desse enredo sobre o planejamento na trajetória do geógrafo baiano, a análise de documentos do arquivo e algumas publicações se entremearam ao longo da pesquisa de pós-doutorado, que levaram a proposição de quatro períodos: 1) debates sobre planejamento e atuação na Bahia; 2) o exílio, a especificidade da urbanização nos países periféricos e o planejamento; 3) o reencontro com o Brasil e críticas ao planejamento; 4) das críticas aos planejamentos à importância da cidadania plena e de um projeto nacional. Essa pesquisa ajuda a dar mais visibilidade ao tema do planejamento na démarche de Santos, que, sabemos, esteve presente na vida do geógrafo de várias formas e terminou em parte não tendo a ressonância que merecia. Apesar de fortemente reconhecida por arquitetos e urbanistas.

O segundo pós-doutorado junto ao fundo Milton Santos foi realizado pela Professora Luciana Salazar Salgado do Departamento de Linguística da Universidade Federal de São Carlos. Como já é percebido, a obra de Milton

¹⁸ Doutora em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, com a tese *Trajетória epistemológica de Milton Santos. Uma leitura a partir da centralidade de técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis* (2011).

Santos extrapola o âmbito da geografia. Seu pensamento tem servido para diálogos produtivos com elaborações teóricas e questões tratadas em outras áreas disciplinares. No caso, a Professora Luciana, a partir de seu programa de pesquisa, há muito dialoga com a obra de Milton Santos, em especial à centralidade que ele atribui à questão da técnica na estruturação do mundo contemporâneo. O projeto que ela desenvolveu no IEB denominou-se *Tecnoesfera e psicoesfera de alta potência difusora: contribuições teóricas de Milton Santos para o estudo dos fluxos de textos*, e partia do pressuposto que nos estudos dos discursos, a capacidade de produzir narrativas está ligada ao modo como estes discursos se distribuem, e isso torna indispensável o estudo das técnicas, dos objetos técnicos. Mas, é algo mais além do que a técnica como meio de circulação, e sim a técnica participando como produtora de sentidos juntamente com a língua, os valores, os modos de dizer. Em suma: as informações, as comunicações estão inscritas em dadas materialidades e isso não é indiferente na produção dos sentidos. Nesse sentido, a Professora Luciana enxergou um certo *continuum* entre o espaço comunicativo e o espaço geográfico.

Diretamente relacionado a esse estágio pós-doutoral feito no acervo Milton Santos ela publicou o artigo “Contribuições da obra de Milton Santos para os estudos discursivos da técnica algorítmica: uma introdução ao problema dos objetos técnicos como partícipes da produção dos sentidos” num livro coletivo do IEB chamado *Estudos brasileiros em três tempos: 1822, 1922, 2022. Pensar o Brasil: Desafios e Reflexões*, e um livro em coautoria com Jaime Tadeu Oliva, chamado *Espaço comunicativo e fratura social*, ambos publicados pela editora Fino Traço.

A riqueza do arquivo de documentos também foi intenção de pesquisa junto à parte do acervo que se encontrava em Salvador. Antes de sua retirada e incorporação no IEB, William Antunes fez uma pesquisa junto aos documentos e elaborou a monografia denominada *Uma história da teoria dos dois circuitos e ensaios* (2013) pela Universidade Federal da Bahia, inspirada em documentos inéditos que apresentavam a operacionalização das ideias iniciais do que se tornaria a teoria dos circuitos da economia urbana. Outro trabalho importante que contou com pesquisa no arquivo pessoal de Santos na Estrada da Rainha e com o arquivo do próprio jornal *A Tarde* é o livro *Milton Santos: correspondente do jornal a tarde 1950-1960*, organizado pela Professora Maria Auxiliadora da Silva (Universidade Federal da Bahia) e pelo próprio William Antunes.

Os trabalhos mencionados aqui certamente representam os primeiros realizados junto a esse fundo imenso e rico. As possibilidades de pesquisa são infinitas, não só pela grandiosidade do fundo Milton Santos, mas sobretudo por sua diversidade. Sendo um arquivo vivo para o debate interdisciplinar,

um arquivo vivo para os *Estudos Brasileiros*, um arquivo vivo para os debates epistemológicos em geografia, área de estudo escolhida por esse que foi um grande intelectual do Brasil para o mundo. E esperamos também que seu fundo (biblioteca e arquivo) no IEB venha a ser um atrativo para que todas as pessoas consultarem, um fundo efetivamente público.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, São Paulo, n. 28, p. 7-15, 2005.

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

GRIMM, F. *Trajetória epistemológica de Milton Santos*. Uma leitura a partir da centralidade de técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011a. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26062012-143800/pt-br.php>.

GRIMM, F. Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. *Revista IEB*, São Paulo, n. 52, p. 132-136; 165-182, 2011b.

GRIMM, F. *Relatório de pesquisa de pós-doutorado*. Projeto Milton Santos: um arquivo vivo para o diálogo interdisciplinar. O planejamento em debate. São Paulo: IEB/USP; Fapesp, , 2015.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*: a cultura americana na era da academia. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural; Edusp, 1990.

JUDT, T. *Passado imperfeito*. Um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

OLIVA, J. T. É possível o objeto Brasil? In: PAIXÃO, Fernando; TONI, Flávia Camargo (org.) *Estudos brasileiros em 3 tempos: 1822-1922-2022*: Pensar o Brasil: desafios e reflexões. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 11-86.

RIBAS, E.; GRIMM, F.; OLIVA, J. T. Acervos – Onde as memórias ganham vida. IEB libera acesso ao novo acervo do geógrafo Milton Santos. *Espaço Aberto*, São Paulo, n. 166, nov. 2014.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros. *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. Organização Ana Lúcia Duarte Lanna; produção editorial Fernanda da Silva Rodrigues Rossi. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

COMO CITAR

GRIMM, Flavia; OLIVA, Jaime Tadeu. Milton Santos: um arquivo vivo para os Estudos Brasileiros. In: ARROYO, Mônica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios*: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 31-46.



SEGUNDA PARTE

CENTRALIDADE DA PERIFERIA E DIREITO AO TERRITÓRIO

Um olhar descolonial em Milton Santos

Rogério Haesbaert

Abordar a rica e múltipla obra do geógrafo Milton Santos, reconhecido mundialmente por seu caráter inovador e como principal autor da disciplina geográfica na América Latina, é um grande desafio. Ousarei aqui apropriar-me de alguns de seus trabalhos pela chamada perspectiva descolonial – que, apesar de não ter sido explicitada como tal pelo autor,¹ é encontrada em sua obra e em suas posições políticas, como veremos, por meio de alguns de seus princípios norteadores. Este artigo, entretanto, da mesma forma como foi o evento que lhe deu origem, é antes de tudo um tributo a Milton Santos como grande intelectual e, em nosso caso, também como um amigo. Tomo a liberdade, assim, de começar por um relato mais subjetivo, no contexto de nossa relação pessoal e acadêmica.

Conheci Milton Santos no emblemático encontro de geógrafos realizado pela Associação Brasileira de Geógrafos em Fortaleza, em 1978. Em pleno início da abertura política “lenta, gradual e segura” da Ditadura Militar, promovida pelo general presidente Ernesto Geisel, Milton voltava ao Brasil para contribuir com o fortalecimento de uma Geografia crítica de base

¹ Por motivos óbvios, pois a “colonialidade do poder”, proposta por Aníbal Quijano (1992), só se firma após a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade, formalizado durante congresso apoiado pela CLACSO em 1998, na Venezuela. Quanto ao termo “descolonial” (como preferimos, evitando o anglicismo “decolonial”), ele se manifesta mais claramente a partir da metade da primeira década deste século, em especial a partir da obra *El giro descolonial* (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).



materialista dialética, frente à emergência do neopositivismo de matriz anglo-saxônica que marcou aquela década, especialmente em centros de investigação como o IBGE e a UNESP de Rio Claro, no Estado de São Paulo. Como estudante de graduação numa universidade interiorana (Santa Maria, no Rio Grande do Sul), foi grande o impacto de sua presença naquele momento e, junto com o lançamento de seu livro *Por uma Geografia Nova*, decisivo na minha formação a partir dali.

Atraído pelo pensamento miltoniano, lembro com que satisfação recebi de meu pai, como presente de formatura, em 1979, o livro *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana*. Naquele momento, não imaginava que, três anos depois, Milton Santos seria meu professor no mestrado na UFRJ, e que fosse ser convidado para participar de sua pesquisa junto ao complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. Ali desenvolvi uma pesquisa que envolveu trabalho de campo com aplicação de uma centena de questionários na Vila do João, recém-criada para remoção dos moradores de palafitas do Canal do Cunha, entre o complexo de favelas e a ilha do Fundão, onde hoje estão as pistas da Linha Vermelha. Pesquisa finalizada, Milton me surpreendeu com sua presença durante a apresentação do trabalho no Encontro de Geógrafos da AGB, realizado na USP em 1984.

Mais tarde, embora não tenha logrado, como pretendia, sua orientação para o doutorado, fui brindado com sua participação na banca de qualificação na USP e com uma carta de recomendação para o doutorado sanduíche na França sob supervisão de seu amigo Jacques Lévy – carta que, com muito orgulho por sua generosidade, conservo até hoje comigo. Completando esse ciclo do doutorado, ele escreveu o prefácio do livro resultante da tese, *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*, publicado pela editora da UFF em 1997. Finalmente, em 1999 tivemos a satisfação de recebê-lo para a aula inaugural de nosso curso de Pós-Graduação em Geografia (Figura 1), organizando depois o primeiro número da revista *GEOgraphia*, aberto com o texto da conferência, “O dinheiro e o território” (SANTOS, 1999a).

Milton Santos teve, assim, um papel muito importante tanto em minha formação intelectual, de forma direta, quanto por intermédio do estímulo que me proporcionou para trilhar outros caminhos. Este é também um texto de gratidão e reconhecimento. Olhar hoje sua obra por uma perspectiva descolonial significa, um pouco, desvendar outras sendas nem sempre percebidas em seu trabalho e que também são responsáveis por sua riqueza e seu pioneirismo.



Figura 1. Aula inaugural proferida pelo Professor Milton Santos na fundação do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em março de 1999. Na mesa: Rogério Haesbaert, Cícero Rodrigues (Reitor), Milton Santos, Ruy Moreira e Carlos Walter Porto-Gonçalves. (Fotografia de Tomoko Paganelli)

Sobre a abordagem descolonial

O principal objetivo deste texto é analisar algumas das obras mais relevantes de Milton Santos a partir de um olhar descolonial, privilegiando, assim, a especificidade de seu *lôcus* de enunciação geo-histórico – ou, em outras palavras, seu lugar de fala terceiro-mundista, latino-americano e afrodescendente (esse, menos enfatizado no conjunto de sua obra). Questiona-se, então, o que hoje se denomina colonialidade do saber (mas também do poder e do ser) na construção do conhecimento, especialmente no âmbito da América Latina (ou, “descolonialmente” falando, como propõe Arturo Escobar [2016], “Abya Yala/Afro/Latino-América”). Não se trata, porém, em hipótese alguma, de negar ou subestimar a importância do pensamento que vem do “centro”, como fica evidente na obra de Milton Santos, mas de ressaltar sua forma própria de ver o Brasil, a América Latina e o próprio mundo a partir de nosso contexto geo-histórico. Como afirmaram Lemos, Silveira e Arroyo:

Não recusamos o olhar estrangeiro. Nossos mestres o fizeram com rigor e beleza e, com eles, construímos uma geografia generosa. Mas rejeitamos olhares

alheios, aqueles fundados em teorias e conceitos que não se inspiram nas nossas realidades periféricas, mas as tomam como meros exemplos, incompletos, do que se passa no centro do mundo. (ARROYO; LEMOS; SILVEIRA, 2006, p. 11).

Antes de ingressarmos de forma mais direta em uma “descolonialidade miltoniana” cabe retomar, ainda que de modo muito sucinto, alguns dos traços que marcam essa vertente de pensamento. Em sentido lato, pode-se afirmar que se trata de uma crítica epistêmico-política ao colonialismo em seu mais amplo sentido – a colonialidade, que vai muito além do sentido histórico da colonização europeia, no nosso caso. Busca-se reconhecer a longevidade de heranças coloniais dentro do que se denomina sistema-mundo capitalista moderno-colonial eurocentrado, gerador de profundos laços de dependência e/ou periferação marcados, ao mesmo tempo, por exploração econômica, dominação política e opressão cultural.

No caso latino-americano, a descolonização epistêmica tem raízes, por exemplo, na obra do marxista peruano José Mariátegui, ao inserir em sua leitura materialista dialética o pensamento e as questões indígenas e camponesas. Ele constrói suas propostas praticamente ao mesmo tempo em que Gramsci renova o marxismo pensando a periferia europeia por meio da análise do “bloco agrário” e da “questão meridional” na Itália. Mariátegui será inspiração fundamental de um dos autores mais importantes na construção de uma abordagem descolonial, o também marxista peruano Aníbal Quijano.

Outras correntes e autores que inspiram e/ou fundamentam a descolonialidade são a Teologia da Libertação e Paulo Freire, no Brasil, a filosofia da libertação de Enrique Dussell e a teoria da dependência. Esse pensamento se consolida com a criação do grupo Modernidade-Colonialidade, no final dos anos 1990, com autores como, além dos próprios Quijano e Dussell, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Edgardo Lander e Fernando Coronil. Esse grupo, aos poucos expandido (BALLESTRIN, 2013), foi o principal mentor e difusor do termo, embora alguns critiquem o grupo por certo academicismo (alguns sem envolvimento direto com os movimentos sociais) e pelo anglicismo (muitos, oriundos de instituições universitárias norte-americanas, forjaram o termo anglófono “decolonial”).² Intelectuais-ativistas, como a boliviana Rivera Cusicanqui, reivindicam a indissociabilidade entre a reflexão acadêmica

² Sobre a origem do termo decolonial, ver Maldonado-Torres, 2020.

e o agir político (um “pensar com” por meio da pesquisa-ação) junto aos movimentos sociais como uma das bases para uma perspectiva efetivamente des- ou anticolonizadora.

Outro elemento importante desse pensamento é a chamada abordagem interseccional do poder, para além da sobrevalorização da classe social e da análise socioeconômica, associando-a sempre, de modo inseparável, às dimensões biofísica, étnica, de gênero, geracional, nacional, religiosa e mesmo linguística de cada sujeito/grupo social. Nesse sentido, a abordagem descolonial critica no seu âmago as múltiplas dimensões da desigualdade, advindas tanto da exploração do trabalho quanto da opressão do patriarcado/machismo e do racismo, complexificando as concepções hierárquicas binárias dominantes na colonialidade do saber/poder.

Além de ter sido gestado no contexto latino-americano, muito do pensamento descolonial se relaciona ao diálogo diaspórico com autores ditos pós-coloniais, como o anglo-jamaicano Stuart Hall, o palestino Edward Saïd, a indiana Gaiatri Spivak e à contribuição, mais antiga e que alimentou ambas as perspectivas (pós e descolonial), de afro-americanos como Frantz Fanon e Aimé Césaire, manifestada também na releitura feita por autores africanos contemporâneos como Achille Mbembe.

Ao mesmo tempo, aportes provenientes de diferentes periferias da Europa também devem ser lembrados. Além de Gramsci, já citado, podemos lembrar Robert Lafont (1971 [1967]) e seu *Manifesto regionalista* para o caso do sul da França e, ainda hoje, Boaventura de Sousa Santos e suas “Epistemologias do Sul” a partir do “Sul do Norte” constituído pelo contexto português. Sintomaticamente, Milton Santos foi o único geógrafo presente na coletânea “Epistemologias do Sul”, organizada por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010).

No caso brasileiro, sem dúvida, dois interlocutores de Milton Santos podem ser colocados nessa esfera de influências e/ou de características hoje interpretadas como descoloniais, marcantes nas geografias de Josué de Castro e Manuel Correia de Andrade (ver a análise desses autores feita por Ferretti, 2019). No caso de Josué de Castro, considerado por Milton “um gênio” e “claramente terceiro-mundista”, a influência sobre sua obra é reconhecida por Santos, desde o livro *Geografia humana*, que leu durante o ginásio, até os clássicos *Geografia* e *Geopolítica da Fome*.

Expressões descoloniais em Milton Santos

Pensando a partir do Sul

Ainda que seja por meio de uma leitura que está longe de ser exaustiva, percorrendo algumas obras escolhidas e/ou mais conhecidas de Milton Santos, podemos sem dificuldade reconhecer em sua obra elementos daquilo que hoje se denomina abordagem descolonial. Em primeiro lugar, o geógrafo, desde o início de suas reflexões, tinha consciência da posicionalidade de seu pensamento a partir do Sul global. Para isso contribuíram substancialmente, além da vivência na Bahia, que pode ser tida como uma “periferia da semiperiferia” brasileira, suas viagens e estadas em países periféricos. Entre essas viagens pode-se lembrar aquelas a Cuba, Costa do Marfim, Senegal e Mali, retratadas em um de seus primeiros livros, *Marianne em preto e branco* (SANTOS, 1960). Como docente, vale lembrar sua passagem pela Tanzânia, na África, entre 1974 e 1975,³ e na Venezuela, em 1976. Em seu livro de 1960 ele reconhecia a importância de nosso conhecimento, mesmo para os europeus: “Não sou dos que pensam que o Brasil e os brasileiros só têm a aprender nos outros mundos. não têm nada a ensinar, na Europa inclusive: de fato, muito temos, já, a ensinar” (SANTOS, 1960, p. 86).

Em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, de 1971, o próprio título já indica sua preocupação em ressaltar a especificidade de sua posição geográfica no modo de olhar o mundo. Reconhece, assim, que a própria definição de espaço nos “países subdesenvolvidos” (termo controverso, mas de ampla utilização àquela época) não corresponde à visão genérica proveniente dos países centrais:

... a definição de espaço nos países subdesenvolvidos, mesmo tomando-se como base sua natureza íntima, não é comparável às definições adotadas nos países desenvolvidos, as quais frequentemente aparecem como alguma coisa geral. (SANTOS, 2009 [1971], p. 122).⁴

Na fase final de sua obra a questão da multiplicidade e a mescla de leituras de mundo aparece de forma explícita, ao condenar, por exemplo, uma “falsa globalidade” que ignora mestiçagens e localismos:

³ Sobre essa passagem pela Tanzânia, ver o artigo do próprio Milton Santos, “Sonho e pesadelo: os problemas espaciais da transição ao socialismo no caso da Tanzânia” (SANTOS, 2020 [1978]) e os comentários de Jesus Neto (2020) na mesma publicação.

⁴ A partir daí, o autor identifica diversas características – o espaço dos “países subdesenvolvidos” seria derivado [na associação com “uma vontade longínqua”], aberto [desocupado ou desprezado], seletivo, descontínuo/fracionado, menos fluido, mais instável e diferenciado (no jogo entre “tempos externos” e “tempos internos”).

Do ideal ilusório da branquidade passamos à perseguição da falsa globalidade, esquecidos de que mestiçagem e valorização do local estão no mesmo plano que a realização da globalidade. (SANTOS, 2006 [1996], p. 20).

Da mesma forma, uma “língua hegemônica” (como o inglês) não é capaz de abarcar essa multiplicidade:

Una lengua hegemónica, cuantitativamente mayoritaria, puede no estar al servicio del lenguaje cualitativamente adecuado para abarcar un mundo lleno de interpretaciones y significaciones. (SANTOS, 1997, *apud* ZUSMAN, 2018, p. 17).

Tomando um de seus trabalhos mais importantes, *Por uma Geografia Nova* (SANTOS, 1978), também podemos verificar no próprio título sua ironia. Ele contrapõe à “Nova Geografia” (a “New Geography” anglófona, quantitativa) uma “Geografia Nova”. Ironicamente, também, a “língua hegemônica” não conseguiu captar ou reproduzir o contraponto desse jogo de palavras, ficando a recente tradução de seu livro para o inglês (SANTOS, 2021) com a mesma designação da “New Geography” neopositivista. Os tradutores ressaltaram o caráter precursor da obra, considerando-a “tanto uma crítica interna da disciplina anglocêntrica do Norte quanto uma crítica sistemática externa de suas premissas e falhas”.

O primado da estrutura econômica e sua herança “colonizadora”

Desde seus primeiros escritos, como bem aponta Cirqueira (2010), Milton Santos reconhece as contradições do processo colonizador sobre os espaços dos “países subdesenvolvidos”, propondo elaborar, inclusive, uma análise comparativa entre o Brasil e a África. No livro *Manual de geografia urbana* (SANTOS, 1981), cujo original é de 1967 mas que só foi publicado no Brasil 14 anos depois, ele inicia um capítulo com a longa e famosa citação de Frantz Fanon sobre o “mundo fragmentado”, “partido em dois”, que se reproduz entre a cidade do colonizado (negra, indígena, árabe, ...) e a do colonizador. Isso para reconhecer a segregação étnico-racial entre “a cidade branca”, mais rica, e “a cidade de cor”, pobre, mas também para reafirmar o primado da estrutura econômica e da totalidade da formação social na sua análise.

Em *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana* (SANTOS, 1979a), talvez o livro que manifesta sua mais inovadora e difundida proposição teórica, o autor, consciente de sua perspectiva periférica inovadora frente a “teorias consagradas”, sem falsa modéstia, afirma:

Este livro... será uma nova contribuição à busca de uma teoria do espaço e da urbanização que faz tanta falta ao Terceiro Mundo”. (Introdução à edição francesa, p. 9) (...) o reconhecimento da existência dos dois circuitos obriga a uma nova discussão das teorias consagradas, tais como a da base econômica (exportações urbanas), dos lugares centrais e dos polos de crescimento ...” (1979a, p. 16).

Nesse mesmo livro o autor questiona uma noção importante na retomada conceitual feita hoje pelo pensamento descolonial, a de colonialismo interno, proposta, entre outros, por Pablo González Casanova, em 1965. Sobre o tema, já em seu texto “A periferia está no polo: o caso de Lima, Peru” (SANTOS, 1979b [1975]), ele afirmava:

A nível do país, a associação muitas vezes feita entre o que se decidiu chamar de “colonialismo interno” (P. Gonzalez Casanova, 1969) [aqui, em uma nota, ele cita autores da “extensiva bibliografia” sobre o tema, onde inclui dois autores chave do pensamento descolonial, Frantz Fanon e Aníbal Quijano] e a “troca desigual” (A. Emmanuel, 1969) só serve para embaralhar as cartas. Se existe a troca desigual entre países, tal conceito não é transferível às relações internas, entre subespaços de uma mesma nação (P. Jalée, 1969, p. 161) (SANTOS, 1979b, 61).

Milton Santos questiona, assim, a transferência de relações externas, entre países (associadas à “troca desigual”) às relações internas, entre cidades/regiões. Afirmar que o “importante a ser ressaltado é a filiação direta do que é chamado de colonialismo interno em relação à dependência externa” (1979a, p. 232).⁵

Para González Casanova, partindo de referências antigas, como a alusão de Lênin às “colônias internas” da Rússia na ex-União Soviética, e baseado na realidade mexicana, o colonialismo interno representa sobretudo “o domínio e a exploração de certos grupos culturais por outros” (GONZÁLEZ, 2015 [1965], p. 74). Assim, os indígenas poderiam ser tratados como nossa “sociedade colonizada” ou as “colônias internas” dos Estados-Nações latino-americanos. Diante dessa constatação fica nítida, na crítica de Santos, uma leitura de base econômica, que nessa obra subestima o peso da dimensão cultural (conjugada, obviamente, à econômico-política) destacada por González Casanova.

⁵ “Sem dúvida, na situação atual dos países subdesenvolvidos, os lucros acumulados pelos grupos dominantes constituem um obstáculo a que os grupos dominados aumentem sua participação nos resultados do trabalho coletivo. Mas esse “colonialismo interno” vai buscar sua explicação no “colonialismo externo”; este é responsável pela seleção das regiões capazes de polarizar e das firmas ou indivíduos capazes de se beneficiarem com essa polarização. Esses indivíduos não são obrigatoriamente estrangeiros, como afirma Gonzalez Casanova (1969), (...). Entretanto, o importante a ser ressaltado é a filiação direta do que é chamado de colonialismo interno em relação à dependência externa”, (SANTOS, 1979a, p. 232).

Tal como no *Manual de geografia urbana*, entretanto, Milton Santos, coerente com sua posição teórica de forte influência no materialismo histórico, ressalta a maior importância das relações socioeconômicas nesse jogo de poder, mas sempre muito atento à especificidade do legado da colonização no contexto dos “países subdesenvolvidos”.

A “flexibilidade tropical” e a “força [da contra-racionalidade] dos homens lentos”

Outro traço forte da visão geográfica miltoniana sempre foi sua aguda intuição, com uma percepção muito apurada que identificava processos espaciais e propunha denominações inovadoras. Nesse rol aparecem, dentro de uma perspectiva descolonial, a “flexibilidade tropical” e o “elogio da lentidão” ou a “força dos homens lentos”, nem sempre aprofundados, mas muito ricos para reapropriações e desdobramentos.

A flexibilidade tropical é uma crítica à genérica flexibilidade capitalista que ele reconhece como sendo uma rigidez do moderno ambiente urbano, mas com importantes particularidades no caso das metrópoles do “Terceiro Mundo” (termo recorrente em sua obra). Nesse contexto seria mais apropriado falar de uma “flexibilidade tropical de que as cidades dispõem e que atenua o tamanho de sua crise” (SANTOS, 1994, p. 80) Nesse sentido:

... as grandes cidades do Terceiro Mundo são, por um lado, rígidas na sua vocação internacional e, por outro, são dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho. (SANTOS, 1994, p. 79).

No que concerne à “força dos homens lentos”, Milton Santos, também a partir de uma visão “terceiro-mundista”, afirma que à “cidade informada” e aos “espaços inteligentes” opõe-se “a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que também aparecem como zonas de resistência” (1994, p. 79). Esses “espaços opacos”, frente às “áreas luminosas”, não são regidos pela precisão da razão, mas pela “aproximação” e abertura, pela lentidão e não pela aceleração. Espontaneidade, criatividade e solidariedade seriam marcas dos “que estão ‘embaixo’, sobretudo os ‘pobres’”, surgindo aí “contra-racionalidades” que costumam ser lidas como “irracionalidades”. E acrescenta, lembrando um de seus filósofos prediletos, Sartre, “para quem a escassez é que torna a história

possível, graças à ‘unidade negativa da multiplicidade concreta dos homens’” (1994, p. 84). Assim, de modo bastante otimista:

Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independente e acima dos partidos e das organizações. (...) Isso seria aparentemente uma fraqueza, mas na realidade é uma força, já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano (SANTOS, 1994, p. 144-145).

Por outro lado, através de seu olhar latino-americano sobre o mundo, “Santos buscó construir una interpretación del mundo desde la periferia que contemple sus especificidades y su articulación con el centro”. (ZUSMAN, 2018, p. 56) Uma das evidências mais claras desse feito aparece em sua proposta conceitual de formação socioespacial, uma das mais fecundas de sua obra. “Equívoco grave” dos “continuadores de Marx”, aponta ele em *Por uma Geografia Nova*, não considerarem o espaço na categoria de formação econômica e social, que sempre foi uma *formação socioeconômica e espacial*, pois a sociedade só se objetiva através das “formas geográficas”, objetos que “orientam, depois” a sua “evolução”. (SANTOS, 1978, p. 199)

Pensar a especificidade de formações socioespaciais periféricas como a latino-americana é, de algum modo, também pensar a descolonialidade do poder das (r)existências que brotam nesses contextos e que são por ele reconhecidas. Como afirma Zusman, “el interés por tematizar las espacialidades de la periferia ... tiene que ver ... también con la creencia de que la nueva sociedad se gestaría en los países del sur” (ZUSMAN, 2018, p. 57).

Por uma outra globalização “terceiromundista”

Pensar em formações socioespaciais específicas na ótica de fundamentação materialista histórica do autor é pensar também sua inserção nos circuitos capitalistas da globalização. Em seus últimos trabalhos, Milton Santos se tornou mais atento à dimensão cultural e existencial do território, ressaltando o elo ao mesmo tempo diverso e articulado entre as escalas locais e global. Um “olhar para dentro”, voltado às práticas territoriais, é cada vez mais imperioso, pois “os ricos e as classes médias, de tanto olhar para fora por essa busca incessante de cosmopolitismo, reduzem a capacidade de uma relação fecunda com o

território próximo” (2006 [1996], p. 24) Assim, o autor reforça sua aposta nas “novas solidariedades”, agora movidas também pela emoção:

Essa geração local de novas solidariedades, vividas na emoção, permite soluções locais e globais através do que fazemos todos os dias. Essa negociação permanente é feita, sobretudo, pelos mais pobres, porque nós não negociamos nada. (...) os pobres e os migrantes da cidade são forçados pela sua circunstância a essa negociação permanente. Quando sabemos que para fazer o mundo são necessários dois e que não negociamos nada (...) as cidades latino-americanas são mestiças, sabemos também que há uma produção do mundo todos os dias a partir daqueles que utilizam a ação comunicativa, que não somos nós das classes médias, pois somos incapazes de fazê-lo. (SANTOS, 2006, p. 24-25).

A luta “por uma outra globalização” implica a distinção entre uma globalização como fábula (como nos fazem crer), como perversidade (como efetivamente é) e a de uma consciência universal (como poderia ser). Essa consciência universal deve ser representada por uma “cultura da vizinhança” no que ele denomina de fundação de um “período popular da história” (SANTOS, 2000). Como parte dos “de baixo”, esse novo espaço-tempo representaria também, em seus termos, uma espécie de “terceiromundização”. Assim, aludindo a Samuel Pinheiro Guimarães, ele afirma:

Graças à globalização, está ressurgindo algo muito forte: a história da maioria da humanidade conduz à consciência da sobrevivência dessa tercermundização (que, de alguma forma, inclui, também, uma parte da população dos países ricos. (SANTOS, 2000, p. 150).

Milton Santos destaca, igualmente, o elo local-nacional que participa nessa construção de uma outra globalização. Em vários de seus escritos aparece o destaque para um “projeto de nação”, pautado na experiência cotidiana e nas relações horizontais, como expresso neste trecho:

... a nação não se reconhece no vertical, nos vetores trazidos pela globalização que são destrutores da solidariedade. A nação se reconhece e se refaz cotidianamente a partir desse enlace no horizontal que é a vida cotidiana no espaço compartilhado. (SANTOS, 2006 [1996], p. 26).

Trata-se, contudo, de um debate do nacional que exige novas definições e vocabulário. Advoga, assim, a transmutação daquilo que ele considera a relação entre “nação ativa” e “nação passiva”. Comumente se trata como “nação ativa”

aquela “que obedece cegamente o desígnio globalitário” na associação entre burguesias nacionais e internacionais e uma “nação passiva” a grande maioria da população, marcada pela inferiorização, a experiência da escassez e a “exigência prática da conformidade” (SANTOS, 1999b). Na sequência da “força dos homens lentos”, Santos – de algum modo “descolonizando” – propõe inverter esse raciocínio, transformando a “nação passiva” da maioria em “nação ativa”. Aí, o papel do intelectual é chave, mostrando analiticamente a força da “vida sistêmica” da chamada nação passiva em suas “manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada e totalitária do espaço social pela chamada nação ativa” (SANTOS, 1999b).

Uma relação complexa (“complicada”, dirá) com o mundo negro

Outras duas questões muito caras ao pensamento descolonial são aquelas relacionadas aos temas gênero e étnico-racial, especialmente num continente como a América Latina, marcado até hoje por forte patriarcalismo e legado da escravidão, por meio de diferentes formas de segregação impostas pelo machismo e pelo racismo. Com relação à questão de gênero, como na maior parte da Geografia até os anos 1990, podemos afirmar que não adquire centralidade na obra de Milton Santos. Esta é uma posição recorrente entre grandes geógrafos, homens, até pelo menos nos anos 1990, como fica evidente na crítica incisiva feita por Massey (1994) a obras emblemáticas de David Harvey e Edward Soja sobre a (pós)modernidade.

Em se tratando de um dos raros grandes intelectuais negros do país, Milton Santos inspira hoje vários movimentos sociais e expressões da cultura afrodescendente no Brasil. Sua relação com a negritude, entretanto, embora presente em vários momentos de sua obra (como bem assinala Cirqueira, 2010), aparece de modo mais explícito ao final de sua trajetória acadêmica, envolvendo por vezes posições controversas.

Em uma longa entrevista concedida à revista Caros Amigos, em 1998 (e depois republicada pelo Portal Geledes [SANTOS, 2016]), o autor é inquirido sobre a problemática racial no Brasil (e também nos Estados Unidos, onde lecionou). Ele se expressa claramente a favor de uma mobilização radical dos negros no Brasil. Assim, falando da ascensão dos Panteras Negras nos EUA àquela época, ele responde:

... essa reação eu imaginava. É nesse sentido que digo que no Brasil os negros vão deixar de ter a posição que têm hoje, pois ainda sorriem, e vão começar a

ranger os dentes. O que é preciso é que os negros queiram ser a nação brasileira. Não tem de imitar americano, nem querer ser africano. Porque, quando quero ser africano – ou africano brasileiro –, acabo sendo menos político. Sou político no meu país, porque não há política global, por enquanto. Então, esses atos de violência nos Estados Unidos vão ter o correspondente no Brasil em atos de revolta. De rebelião, de manifestações grandes, em outra escala e com mais força. (SANTOS, 2016 [1998]).

Embora essa previsão ainda pareça longe de se concretizar, sem dúvida o movimento negro se fortaleceu muito no Brasil nas últimas décadas, e essa identidade negro-brasileira vem cada vez mais se reafirmando. Para tanto, certa ascensão como classe média e acesso à universidade teriam sido fundamentais:

Se eu olhar para trás, há um crescendo, tanto na velocidade quando na intensidade. Pode estar misturado com vontade de ser classe média, que polui um pouco as coisas, mas há um crescendo. O fato de que os negros tenham ido para a faculdade também é importante (...). Quando estou pensando na classe média, penso na minha solução individual, que é o pensamento da classe média típico, não é? Mas está havendo uma tomada de consciência, digamos assim, do fato de ser relegado. Porque os negros não fazem parte da nação brasileira, isso é outra coisa. Sinto isso. Pessoalmente é minha experiência. (SANTOS, 2016 [1998]).

Mas Santos lembra uma distinção interessante em relação à população pobre em sentido mais amplo, pois “quando se é negro, é evidente que não se pode ser outra coisa, só excepcionalmente não se será o pobre. É muito diferente. (...) Não será pobre, não será humilhado, porque a questão central é a humilhação cotidiana. [Sendo negro] ninguém escapa, não importa que fique rico. E daí o medo, que também tenho, de circular. Acredito que tenham medo”. Esse “medo da humilhação” é extensível a todos os negros – é quando ele se reporta até mesmo a sua simpatia (mas não apoio político) pelo então prefeito Celso Pitta, de São Paulo, “pisado como ele é pisado todo dia” em parte por ser negro.

Dois anos depois, em outra longa entrevista publicada no livro *Território e sociedade* (SEABRA *et al.*, 2000), ao ser indagado sobre a “questão da negritude” no período em que viveu na Bahia, Milton Santos afirma:

Para mim é muito complicado, é uma questão que não gosto muito de discutir, mas vou abrir uma exceção. A biografia do sujeito influi muito na sua história. Minha família, do lado de meu pai, era de lavradores urbanos de Salvador. (...) Meus avós eram meeiros de um grande proprietário urbano. (...) Descendente de pequenos agricultores urbanos por parte de pai, com avós meeiros. (...) Do lado da minha mãe era diferente (...), de uma pequena burguesia negra antiga.

(...) [avós professores primários antes da abolição; avô prefeito de Glória, bisavô amigo de Ruy Barbosa], uma pequena burguesia negra que tinha espaço naquela sociedade. (...) (p. 85) Por isso tive uma educação que me levou a não saber o que era o candomblé, nunca entrei num estádio de futebol. Você fala de negritude, e ela está presente pela minha própria condição física, mas ao mesmo tempo tive toda a educação para ser um homem da corte, um homem da vida social plena. (SEABRA *et al.*, 2000, p. 86).

Finalmente, ele resume: “(...) minha relação com o mundo negro é muito complicada. Esta história de vida, de alguma forma, me marca até hoje”. Indagado sobre uma eventual cobrança para assumir um posicionamento público frente à causa dos movimentos negros ele responde: “é possível que tenham cobrado, mas ninguém ousa me cobrar porque eu vou dizer não. Eu não sou militante de nada” (SEABRA *et al.*, 2000, p. 8). Essa expressão surpreendente não impede, entretanto, o fato dele ter aceitado vários convites para dialogar com o movimento negro e as releituras feitas de sua obra a partir dessa ótica. Para completar, gostaríamos de destacar um artigo específico no tema, em sua coluna na *Folha de São Paulo* (SANTOS, 2000), alguns meses depois dessa entrevista.

Nesse artigo, intitulado “Ser negro no Brasil hoje”, Milton Santos destaca a marca da “ambivalência com que a sociedade branca dominante reage, quando o tema é a existência (...) de um problema negro”. Lembra, então, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, “para quem, entre nós, feio não é ter preconceito de cor, mas manifestá-lo”. O debate se torna assim escorregadio e hipócrita, “resultado de uma ordem racial cuja definição é, desde a base, viciada”. “Ser negro no Brasil” com frequência é “objeto de um olhar vesgo e ambíguo” que marca o convívio cotidiano. Todo cuidado seria pouco para superar, na prática diária, essas ambiguidades.

Para prosseguir

Tomaremos a liberdade de não redigir propriamente uma conclusão deste texto. Isso não seria tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque realizamos aqui análises mais pontuais, privilegiando as expressões do próprio autor em sua construção de um pensamento singular, “brasileiro”, “latino-americano” e/ou “terceiro-mundista”. Trata-se de uma tarefa imperiosa prosseguir, desdobrando futuramente esta empreitada.

Como vimos, há inúmeras entradas na obra de Milton Santos que nos aproximam de abordagens que hoje podem ser caracterizadas como descoloniais.

Como todo grande autor, dotado de uma perspectiva própria – e somente por isso ele já seria descolonizador –, Santos desenvolve suas propostas teórico-conceituais a partir de um amálgama filosófico de múltiplas influências, demonstrando uma capacidade ímpar de construir um olhar singular sobre a Geografia e, por meio dela, sobre o mundo, a partir de sua condição de intelectual brasileiro, advogado de formação, mas geógrafo (ou um “filósofo do espaço”) pela prática.

Mais do que realizar aqui uma síntese das várias entradas identificadas e comentadas ao longo do texto, parece-nos mais interessante encerrar ressaltando a abertura de outras vertentes em que o pensamento ou a abordagem descolonial pode se inspirar, pautada em elementos presentes na obra do autor. Destacaríamos, assim, por exemplo, como uma das grandes questões a serem prosseguidas, a questão da negritude, ou melhor, das “Geografias negras”.

Apesar de ter abordado mais abertamente a questão do negro apenas no final de sua obra, podemos afirmar que Milton Santos não chegou a aprofundar a complexa geografização dessa problemática – exceto pontualmente ao longo de sua obra (como no reconhecimento da segregação étnico-racial subordinada à desigualdade econômica, em seu aqui citado “Manual de Geografia Urbana” [SANTOS, 1981 (1967)] ou ao enfatizar seu caráter nacional/brasileiro. Certamente não se imaginava o peso que a questão alcançaria na atualidade, em parte sob influência do pensamento descolonial e seus precursores negros (como Frantz Fanon e Aimé Césaire) e que hoje configura um rico conjunto de trabalhos em torno das “Geografias negras”.

Um aspecto interessante na construção de uma grande teoria geográfica do espaço (e, por extensão, do território), é que mesmo ao abordar a questão negra o autor estava atento, todo o tempo, à “totalidade” das formações socioespaciais em que ela se situava. Assim, afirma ele, a eficácia da ação dos movimentos negros:

... vai depender de uma ação política, que seja totalizante, globalizante, porque a política não é o setorial. A política não se define por interesses grupais, mas por interesses gerais, ainda que nestes se afirmem mais certas condições particulares. (...) não há uma questão negra fora da formação social brasileira. (...) os estudos negros ajudarão a conhecer melhor o Brasil, quando não sejam circunscritos apenas ao que seria uma questão negra concreta, pois nesse caso, a questão negra não será concreta, mas abstrata. (SANTOS, 2002 [1989] *apud* CIRQUEIRA, 2010, p. 138-139).

Em sentido amplo, na vasta obra de Milton Santos destaca-se não apenas o grande projeto teórico-intelectual (incluindo uma “epistemologia existencial” proposta em últimos trabalhos), visando construir uma teoria do espaço

geográfico (ou, como ele considerava a Geografia, “uma filosofia das técnicas”). Deve-se ressaltar também uma série de *insights* mais pontuais que revelam uma aguda intuição que continuará nos provocando ainda por muito tempo e que manifesta sua forma muito particular de olhar o mundo. Por exemplo, suas “rugosidades”, suas “verticalidades e horizontalidades”, seu “período popular da história”, sua “flexibilidade tropical” e a “força dos homens lentos” (e suas contradições), estão aí como ideias a serem relidas e desdobradas.

Outra questão muito importante é a do elo uno-múltiplo ou local-global. Embora Milton Santos tivesse toda uma visão de unidade teórica, privilegiando perspectivas globalizadoras, moldadas por meio de uma densa “família de conceitos”, há vários indicativos de sua abertura para o múltiplo e o diverso – uma marca da descolonialidade. Por exemplo, ao referir-se à “ ‘mistura’ de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu” e à “existência de uma verdadeira sociodiversidade” (SANTOS, 2000, p. 21), Milton Santos nos oferece férteis elementos para uma leitura da multiplicidade de caminhos/saídas ou, mais amplamente, e utilizando uma terminologia descolonial, de “multi” ou “pluriversos”, distintas trilhas para o reconhecimento de múltiplos saberes e práticas com que diferentes culturas/filosofias constroem soluções próprias diante de crises – como a grande crise civilizatória que hoje enfrentamos.

Ao lado do destaque para essa intensa socio ou etnodiversidade devemos lembrar, também, é claro, da bio/geodiversidade que, igualmente, está sendo colocada em xeque pelo padrão extrativista hegemônico globalmente imposto. Junto a essa (r)existência do múltiplo, contudo, Milton Santos nos ajuda a pensar a permanente relevância do uno, essa espécie de “consciência universal” do diverso que se configura como única alternativa para a preservação da vida no planeta. Lutar “por uma outra globalização” implicaria, nesse sentido, superar a visão biunívoca, hierárquica e economicista que delega a tudo/a todxs um valor contábil, recusando-se a reconhecer a multiterritorialidade que compõe, inexoravelmente, a existência humana (e não-humana, é preciso sempre lembrar).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.; LEMOS, A. I.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Questões Territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai.-ago. 2013.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CIRQUEIRA, D. M. *Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino-América. In: GUDYNAS, E. et al. *Rescatar la esperanza: más allá del neoliberalismo y el progresismo*. Barcelona: Entre Pueblos, 2016. p. 337-369.

FERRETTI, F. Decolonizing the Northeast: Brazilian Subalterns, Non-European Heritages, and Radical Geography in Pernambuco. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 109, n. 5, 2019.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. La Sociedad plural: la democracia en México. In: ROITMAN ROSEMAN, M. (org.). *Pablo González Casanova: Antología*. De la Sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI. México: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015 [1965].

JESUS NETO, A. G. Vivenciando o sonho e o pesadelo: Milton Santos e a Tanzânia. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 13, 2020.

LAFONT, R. *La revolución regionalista*. Barcelona: Ariel, 1971 [1967].

MALDONADO-TORRES, N. El giro decolonial. In: POBLETE, J. (org.) *Nuevos acercamientos a los estudios latino-americanos*. Buenos Aires: Clacso, 2020. p. 195-224.

MASSEY, D. Flexible sexism. In: MASSEY, D. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/razionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, 1992.

SANTOS, M. *For a new Geography*. Minneapolis: Minnesota University Press, 2021.

SANTOS, M. Sonho e pesadelo: os problemas espaciais da transição ao socialismo no caso da Tanzânia. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 13, 2020 [1978] DOI: 10.4000/terrabrasilis.6522.

SANTOS, M. Entrevista explosiva com Milton Santos. *Portal Geledés* (publicada originalmente em 1998 na revista Caros Amigos), São Paulo, 2016 [1998]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-explosiva-com-milton-santos>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: EdUSP, 2009 [1971].

SANTOS, M. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.) *Questões Territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 19-26.

SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje: ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 mai. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em: 20 ago. 18.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1., p. 2-13, 1999a.

SANTOS, M. Nação passiva, nação ativa. *Folha de São Paulo*, nov. 1999b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_2.htm. Acesso em: 27 jun. 2021.

SANTOS, M. *A natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981 [1967].

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a.

SANTOS, M. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979b.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. *Marianne em preto e branco*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.

SEABRA, O.; CARVALHO M.; LEITE, J. C. Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

ZUSMAN, P. *Milton Santos: la globalización vista desde el Tercer Mundo*. Los Polvorines: Ediciones, 2018.

COMO CITAR

HAESBAERT, Rogério. Um olhar descolonial em Milton Santos. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 49-66.



A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul

Mónica Arroyo

Cada época tiene posibilidades diferentes que son utilizadas, en cada época, según normas, que incluso limitan a algunas personas el uso de las posibilidades. Pero, hay que tener conciencia de que las posibilidades existen. Es ahí que está la llave para enfrentar el futuro: conocer las posibilidades.

Milton Santos
V E GAL (Encuentro de Geógrafos de América Latina)
La Habana, Cuba, 1995

Introdução

As palavras de Milton Santos na conferência proferida no V E GAL no dia 2 de agosto de 1995 resumem a sua visão de futuro, o seu modo de enxergar a dinâmica do mundo. No cotidiano da vida universitária, o Professor expressava sua preocupação com a realidade nacional e internacional; nunca dispensava compartilhar uma breve análise de conjuntura, seja na sala, no corredor ou na lanchonete, encontrando o momento para algum comentário, muitas vezes deliciosamente irônico. Um intelectual público, incansável e imprescindível, de quem sempre teremos saudades.



Neste texto, tecemos algumas reflexões inspiradas na leitura de sua obra com o intuito de participar das homenagens aos 20 anos do seu falecimento e manter viva a sua memória. Hoje atravessamos uma conjuntura extremamente difícil que nos convoca a discutir os problemas do Brasil e da América Latina, lembrado que “as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território” (SANTOS, 1994, p. 19).

Contribuição para a compreensão do mundo do tempo presente

Há, em Milton Santos, uma busca permanente por entender o mundo e, desse modo, contribuir para sua transformação. Trata-se de um compromisso com o seu tempo, a partir de um campo específico do saber – a geografia –, mas em permanente diálogo com outras disciplinas, outros saberes. Sua extensa obra assim o evidencia; sua trajetória como intelectual público, engajado na defesa de um mundo mais justo e igualitário, assim o revela. Estamos perante um dos grandes expoentes do pensamento social crítico latino-americano.

Como disse Santos numa entrevista, “a teoria é uma produção social datada, o que significa que as grandes mudanças históricas ferem mortalmente os conceitos vigentes” (SEABRA *et al.*, 2000, p. 41), daí a necessidade de sua atualização. Isto o levaria a um aprofundamento incessante em questões de teoria e método e à elaboração de um sistema de conceitos constitutivos e operacionais, fundado num exercício de análise da história, para fugir da descrição meramente adjetiva ou baseada em metáforas. Por isso sua preocupação e insistência com a metageografia, essa filosofia particular que lhe permite conversar com outras disciplinas; esse prisma com o qual se interpreta o mundo, de forma autônoma, mas não independente do saber geral. “Construir o objeto de uma disciplina e construir sua metadisciplina são operações simultâneas e conjugadas.” (SANTOS, 1996, p. 17). Nessa perspectiva, o autor não mede esforços numa teorização sistemática ao interior da geografia, tornando central a discussão sobre seu objeto, isto é, o espaço. E, ao mesmo tempo, dedica-se a estar em diálogo aberto e permanente com a filosofia, a história, a economia, a sociologia, dentre outras disciplinas. Ao final, como ele disse, o mundo é um só.

Para entender o mundo através do espaço, recorre à noção de totalidade e busca reconhecer as suas metamorfoses, cisões e particularidades.

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, económicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1977, p. 91).

A relação sociedade e espaço, entendida como uma totalidade em movimento de múltiplas determinações, leva o autor à formulação da categoria formação socioespacial, com o intuito de compreender a especificidade de cada sociedade – expressa na sua evolução própria, suas relações externas e internas, combinação das condições tecnológicas, de capital e de trabalho – como realidade historicamente determinada com base territorial. Esta discussão desenvolve-se inicialmente no seu artigo intitulado “Sociedade e espaço. A formação social como teoria e como método” (1977), bem como nos seus livros *Por uma geografia nova* (1978) e *Pensando o espaço do homem* (1982), entre outros escritos, nos quais fica evidente sua recusa dos enfoques prevaescentes na época pois eram, geralmente, análises externas ao fato geográfico, sem considerá-lo. Para Santos, isso era um sério problema porque as formações econômico-sociais não se realizam de nenhuma maneira fora do espaço. Nas suas palavras, “a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial” (SANTOS, 1978, p. 81). Ou seja, trata-se de uma realidade histórico-concreta, geograficamente existente e localizada. De igual maneira, o autor salienta a importância desta categoria para o estudo de realidades nacionais, o que não implica negar a sua utilização em outros níveis de análise.

A categoria de Formação Econômica e Social é assim extremamente útil ao estudo de uma realidade nacional pelo fato de que não se aplica à *Sociedade* considerada em um sentido geral, mais *a uma sociedade* precisa, cuja especificidade e particularismo devem ser realçados para que o estudo concreto de suas realidades autorize depois uma ação igualmente concreta. (SANTOS, 1978, p. 198, grifos no original).

O caminho de método seguido por Santos denota sua inquietação por indagar as condições do mundo contemporâneo, mostrando como a marcha do capitalismo impõe crises e contradições, mas também é uma opção que lhe permite explicar as especificidades do espaço dos países subdesenvolvidos e assim questionar a adoção mecânica de modelos e paradigmas ocidentais que pouco conseguem explicar a realidade do Terceiro Mundo, preocupação já presente

em seus textos dos anos 1960 e 1970. Nesse sentido, também se destacam as pesquisas sobre a formação socioespacial brasileira e suas manifestações particulares na configuração do modo de produção capitalista, publicadas em artigos e livros, dentre os quais *A urbanização brasileira* (1993), *Por uma economia política da cidade* (1994) e *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (2001).

A centralidade e suas manifestações

No seu último livro autoral *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2000), Milton Santos sintetiza, sob uma leitura geográfica, sua crítica à fase contemporânea do capitalismo. Cabe lembrar que no início da década de 1990, as ideias neoliberais estavam em voga na América Latina, tanto na política quanto em grande parte dos meios de comunicação, com uma pregação insistente em favor do Estado mínimo. A globalização se mostrava como uma panaceia a ser almejada pelos países latino-americanos, que deviam ajustar-se para entrar num mundo marcado pelo fim da história, a dissolução das fronteiras, o pertencimento a uma aldeia global, dentre outras fabulações. Em meio a esse discurso único e aparentemente triunfante, Milton Santos expõe, de forma sistemática e coerente, uma leitura crítica da globalização e emerge como uma voz dissonante ao longo dos anos 1990.

“A transição em marcha”, título da última parte desse livro, é um convite a pensar na possibilidade de realização de um outro futuro. E, para isso, o autor sugere uma inversão no ato de olhar o mundo, falando na centralidade da periferia. Assim, questiona a ideia de que a história seria sempre feita a partir dos países centrais, ou seja, a partir daquelas formações socioespaciais que ocupam o centro do sistema capitalista. Descortinar o mundo e interpretá-lo desde o Sul, desde América Latina, desde o Brasil, eis o desafio. Colocar a periferia no centro para discutir a hegemonia do poder econômico e político, a racionalidade dominante, a natureza da cooperação internacional e os problemas estruturais. Mas isso também nos leva a pensar a centralidade da periferia a partir das metrópoles, das grandes cidades, que revelam as desigualdades socioespaciais profundas engendradas no interior dos territórios nacionais. Essa periferia mostra a existência de relações cotidianas que criam uma cultura própria, resistente, utilizando os lugares como um abrigo e sendo uma base sólida para a construção de uma outra política.

Há uma outra manifestação ou camada de centralidade sugerida no livro: a centralidade do social ou a centralidade popular, conforme enunciada por Ana Clara Torres Ribeiro (2013), com quem Milton Santos tem um profícuo diálogo intelectual. Pensar a centralidade de todas as ações a partir do homem, isto é, da pessoa humana, em oposição ao lugar ocupado pelo dinheiro na sociedade contemporânea. Trata-se do dinheiro em estado puro, em suas formas mais agressivas, aquelas que giram em torno da especulação, da ganância, mas também em torno de um consumo alienante, fundamentalista, despótico. A atenção e preocupação pelo homem no sentido filosófico e existencial deve substituir o poder desse dinheiro. Nessa perspectiva, Santos convida a mudar o nosso foco para “o país de baixo”, das grandes maiorias populares, aqueles que parecem invisíveis perante a cobiça dos setores hegemônicos ou que, mesmo não sendo invisíveis, nunca poderão ser protagonistas da história enquanto esta seja conduzida pela cobiça econômica, política e ideológica de poucos. Camponeses, negros, indígenas, caboclos, ribeirinhos, trabalhadores e trabalhadoras do circuito inferior, homens e mulheres que lutam cotidianamente pela sua sobrevivência: dar centralidade a eles para olhar o mundo, para interpretar a história, esse é o apelo.

O cineasta Silvio Tendler inspirou-se nesta leitura e produziu o documentário “Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá” (2001), que discute os problemas da globalização sob a perspectiva das periferias. Uma bela obra que enaltece e imortaliza o diálogo entre dois grandes intelectuais brasileiros.

Formações socioespaciais do Sul do mundo em tempos de pandemia

A perversidade da globalização fica exposta de diversas maneiras, em diversos lugares: “Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal” (SANTOS, 2000, p. 19). No início do século XXI, a ocorrência de epidemias evidencia crises sanitárias de âmbito regional provocadas por doenças infecciosas: síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) em 2002-2003, gripe aviária (H5N1) em 2003-2005, gripe suína (H1N1) em 2009-2010, ebola em 2014-2016, zica em 2015-2016. Essas doenças se difundem em alguns países enquanto persistem outras como malária, tuberculose, febre amarela, dengue.

A pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) atingiu de modo simultâneo e acelerado todos os continentes em 2020-2021. A velocidade com que o vírus se espalhou nos primeiros meses levou a um aumento da ocupação de leitos de unidades de tratamento intensivo dos hospitais, chegando a operar, em muitas situações, com 100% de sua capacidade ocupada; assim, perante sistemas de saúde sobrecarregados, se procede à abertura de hospitais de campanha, mobilizando rapidamente equipes e equipamentos médicos. No início, a pouca experiência no manejo clínico-terapêutico da doença e a falta de estrutura hospitalar, especialmente de respiradores adequados ao tratamento, aparecem como problemas a serem enfrentados sobretudo nos sistemas públicos de saúde. Soma-se a isso o fato de que os profissionais de saúde nem sempre conseguem fazer seu trabalho com segurança, pela insuficiência de equipamentos de proteção individual como máscaras adequadas, aventais, óculos, protetores faciais e luvas (ARROYO, 2020a).

Ao drama da escassez de equipamentos, insumos básicos e remédios para intubação, agrega-se a corrida pelo acesso às vacinas contra o coronavírus, que passam a ser a principal ferramenta de controle da crise sanitária. A produção de vacinas está em mãos de grupos econômicos, principalmente de matriz norte-americana e europeia, que concentram a maior parte do mercado farmacêutico e que, aliados a empresas de biotecnologia, conseguiram desenvolver em menos de um ano plataformas de vacinas baseadas em diferentes tecnologias. De qualquer maneira, essa alta concentração econômica impediu ampliar a cobertura da vacinação a uma velocidade que permitisse controlar a transmissão do vírus, mesmo sabendo que a imunização só é efetiva se o ritmo de vacinação for mais rápido do que a contaminação. Inclusive cabe registrar que parte considerável dos países ricos reservou um número de doses maior do que necessário para seus habitantes em negociações diretamente com os fabricantes.

Nesse contexto, foi criada a COVAX, uma iniciativa internacional para comprar vacinas contra a Covid-19 e assegurar uma distribuição equitativa a todos os países de rendas baixa e média. Trata-se de um mecanismo conduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com a Aliança Mundial para Vacinas e Imunização (GAVI) e a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI), com a colaboração do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

As primeiras imunizações chegaram à Colômbia, Angola, Gana, Nigéria e Costa do Marfim entre fevereiro e março de 2021. No entanto, esse mecanismo

passou por várias dificuldades, o que tem contribuído para a persistência do acesso desigual às vacinas em todo o mundo. Em março de 2022, isso fica evidenciado pela situação na África, onde menos de 20% da população tem o esquema vacinal completo, enquanto a América Latina e o Caribe atingem, em nível regional, quase 70% da população total com um esquema completo contra a Covid-19. Todavia, percebe-se uma forte desigualdade entre a América Latina, que conseguiu vacinar 66% de sua população, e o Caribe, onde essa proporção chega a apenas 36%. Por sua vez, países como Argentina, Chile, Cuba e Uruguai vacinaram mais de 80% de sua população no início de abril de 2022; em contrapartida, outros países ainda não atingiram 40% de sua população vacinada, como Suriname, Guatemala, Bahamas, Jamaica, Haiti (CID; MARINHO, 2022).

Isso revela que muitas formações socioespaciais do Sul são fortemente dependentes dos países centrais para salvar a vida de sua população numa emergência como a crise sanitária revelada na pandemia da Covid-19. De igual maneira, deve ser apontada a dependência econômica e tecnológica, como o mostra o fato de testes analíticos, insumos altamente especializados (como resinas, membranas, reagentes) bem como equipamentos (tanto para unidades de produção como para análises) serem majoritariamente importados, mesmo em países como México, Brasil e Argentina, de relativo desenvolvimento industrial. Cabe a pergunta que criticamente coloca pesquisadores brasileiros da área da saúde perante essa situação: “Por que não somos autossuficientes na produção de vacinas e de biofármacos de forma mais ampla?” (GIORDANO *et al.*, 2021).

Outra discussão importante se estabelece acerca de como o monopólio das vacinas, conferido pelo sistema de propriedade intelectual vigente, constitui uma barreira ao direito à vida e à saúde. De modo a enfrentar essa situação, surge o chamado TRIPS *Waiver*, proposto inicialmente pela Índia e pela África do Sul em 2020, que implica na suspensão temporária de direitos de propriedade intelectual relacionados a medicamentos, vacinas, diagnósticos e demais tecnologias de saúde utilizadas no combate à Covid-19. Instalou-se um debate na Organização Mundial do Comércio (OMC), avançando para uma fase de negociação, o que representa “um episódio histórico na agenda dos movimentos sociais que, há décadas, mobilizam-se para que os interesses da saúde pública estejam acima dos interesses comerciais” (SILVA *et al.*, 2021, p. 113). Como lembram os autores, a luta por acesso a tecnologias de saúde tem ocupado um lugar central nas tensões entre países do Sul e do Norte Global.

Disputas nos usos do território

Ao concluir a parte III do livro *Por uma outra globalização*, depois de dissecar os problemas da globalização a partir da violência da informação e da violência do dinheiro, pilares do sistema ideológico que fundamenta as ações hegemônicas, Milton Santos pergunta o que fazer com a soberania.

É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infraestruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade. (...) Mas a cessão de soberania não é algo natural, inelutável, automático, pois depende da forma como o governo de cada país decide fazer sua inserção no mundo da chamada globalização. (SANTOS, 2000, p. 77-78).

O uso do território está em permanente disputa, decorrente de um complexo processo que envolve relações de cooperação e de conflito entre empresas e governos. A forma como se encaram essas relações depende, em grande parte, do projeto nacional em jogo (ou a ausência dele) e do modelo econômico escolhido, cujos objetivos podem ser inteiramente estranhos ou adversos ao interesse da grande maioria da população (DOWBOR, 2021). Isto se observa quando o comando do território é entregue a grandes empresas, deixando a produção e regulação em mãos de interesses privados, sobretudo naquelas suas porções estratégicas, sendo retiradas do controle soberano da nação. No Brasil recente, os processos de privatização das infraestruturas de energia e comunicação evidenciam essa tensão.

Em abril de 2021, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foi incluída no Programa Nacional de Desestatização. O estudo de Igor Venceslau (2021) mostra que essa empresa consegue distribuir cartas e encomendas no conjunto do território nacional pois existe uma agência ou posto de atendimento em todos os municípios brasileiros. Sua alta capilaridade territorial permite interligar desde áreas centrais das metrópoles até áreas rurais de baixa densidade demográfica. Por tudo isso os Correios são estratégicos. Manter o caráter público do serviço postal é fundamental na vida dos lugares, na economia local e na atividade dos pequenos produtores, porque implica amplo acesso à entrega de encomendas, de cargas. Atualmente, em algumas localidades, os Correios são a única empresa que realiza entregas de mercadorias com tarifas menores e mais homogêneas. Sem mencionar a importância da empresa na implementação de políticas públicas, contribuindo, por exemplo, na distribuição de vacinas em áreas mais distantes dos principais centros urbanos. Há uma disputa grande especialmente em torno do mercado de entrega de encomendas, fatia bem

lucrativa dos negócios cobiçada pelas empresas privadas de frete. Contudo, uma ampla e intensa mobilização por parte de sindicatos de trabalhadores, entidades profissionais e deputados de uma frente parlamentar, conseguiu se organizar para deter o processo de privatização e garantir o caráter público dos Correios.

No caso da Petrobrás, a situação é bastante diferente. Os desinvestimentos estão na pauta da companhia desde 2015, com uma expressiva parte das operações sendo repassadas para outras empresas. Os setores de gás e energia, abastecimento e distribuição perderam um volume considerável de investimentos nos últimos anos; entre os ativos que a Petrobrás colocou à venda sua participação, encontra-se a BR Distribuidora, a Liquigás Distribuidora, a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), a Transportadora Associada de Gás (TAG), a empresa de biocombustíveis Guarani S.A., a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), além de refinarias e usinas termoeletricas. Prioriza-se o foco em atividades de exploração e produção em águas profundas do pré-sal em detrimento das outras atividades (refino, logística, distribuição, exploração e produção em campos maduros em terra e em águas rasas). Cabe lembrar que o Brasil ainda dependente da importação de derivados (como gasolina, nafta, diesel, querosene de aviação e outros), enquanto exporta petróleo cru. Como explica Duarte (2021), a desestruturação da Petrobrás e a fragilização do seu papel na transição energética a tornam refém de interesses internacionais, seja por remeter parcelas significativas de seu lucro aos acionistas privados e não mais cumprir seu papel de instrumento de transformação da realidade social brasileira, seja por sua perda de capacidade de coordenação do circuito espacial produtivo de hidrocarbonetos no território nacional. O ambiente em favor da privatização encontrou-se fortalecido pela imagem da Petrobrás, construída pelos meios de comunicação, que criaram uma psicoesfera hostil a respeito da empresa, sem discutir com profundidade e pluralidade o seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional (MANTOAN, 2021).

O processo de privatização da Eletrobras foi autorizado, por medida provisória, em fevereiro de 2021, depois de duas tentativas anteriores do governo por meio de projetos de lei em 2018 e 2019. Esta decisão, ao capitalizar a Eletrobras, permite a transferência do controle da empresa à iniciativa privada, fazendo com que o Estado brasileiro perca o protagonismo no setor de energia elétrica e facilite a comercialização de energia a preços de mercado e não mais pela tarifa regulada. Trata-se de um insumo básico para a vida da população e para o funcionamento da economia local e regional, já que grande parte das atividades produtivas estão relacionadas à eletricidade. Segundo o manifesto contra a privatização, organizado pelo Conselho Regional de Economia do

Rio em abril de 2022, a Eletrobras é a maior empresa de geração e transmissão de energia elétrica da América Latina; com 94% de seu portfólio de geração constituído por fontes de energias renováveis, ela está presente em todos os estados da União, opera usinas hidrelétricas que detêm 50% da capacidade total de armazenagem dos reservatórios do país, localizados nas mais importantes bacias hidrográficas, e 41% das linhas de transmissão de energia elétrica. Além de desempenhar papel estratégico na garantia da segurança energética, a Eletrobrás tem papel preponderante na promoção de políticas públicas e na implementação de programas sociais (CORECON-RJ, 2022).

Retomando as palavras do Milton, a cessão de soberania não é algo natural, inelutável. Pelo contrário, resulta de decisões políticas que, por influência de fatores internos e externos, não se preocupam em cuidar e defender o patrimônio nacional construído historicamente na formação socioespacial brasileira. Entregar o patrimônio aos interesses e ganância da iniciativa privada, em grande parte estrangeira, é abrir mão da soberania territorial, que significa a capacidade de uma sociedade para exercer controle na exploração e regulação dos seus recursos. Nesse sentido, conforme propõem Bercovici e Costa (2021), torna-se necessário contestar as privatizações em curso e debater a nacionalização ou reestatização de atividades econômicas estratégicas pois não há óbice legal para a sua implementação.

Palavras finais

A transição em marcha é, ao mesmo tempo, um processo e uma utopia, um horizonte. América Latina tem experiências de lutas pela libertação e emancipação que marcaram significativamente o século XX e se estendem com novas formas no século XXI. Recuperar essa trajetória traz alento para discutir o presente e suas possibilidades. As mobilizações recentes em diversas formações socioespaciais latino-americanas, em busca de mudanças na ordem econômica e política, questionam a agenda neoliberal imperante que reproduz e agudiza as desigualdades estruturais (ARROYO, 2020b).

Essas manifestações revelam uma busca por outras centralidades – a centralidade popular, em que impere o social em lugar do dinheiro para poucos; a centralidade da periferia no contexto mundial, em que imperem as relações de cooperação e não de subordinação e subserviência. É mister buscar caminhos para revisar os pactos territoriais anquilosados e abrir novos consensos. Como Milton sempre nos encorajava, devemos sonhar com um mundo mais justo, pensar em outras maneiras de realizar a globalização, escrever uma nova história.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. Um retrato do início da pandemia nos territórios latino-americanos. In: ARROYO, M.; ANTAS, R.; CONTEL, F. (org.). *Usos do território e pandemia*. Dinâmicas e formas contemporâneas do meio-técnico científico informacional. Rio de Janeiro: Consequência, 2020a. p. 19-38.
- ARROYO, M. Descontentamentos nas cidades latino-americanas. Como fazer desta velha tradição uma força transformadora? In: BARROS, A. et al. (org.). *Geografia urbana: cidades, revoluções e injustiças entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020b. p. 485-498.
- BERCOVICI, G.; COSTA, J. A. F. *Nacionalização: necessidade e possibilidades*. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- CID, C.; MARINHO, M. L. *Dos años de pandemia de Covid-19 en América Latina y el Caribe: reflexiones para avanzar hacia sistemas de salud y de protección social universales, integrales, sostenibles y resilientes*. Serie Documentos de Proyectos (LC/TS.2022/63). Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.
- CORECON-RJ – Conselho Regional de Economia do Rio. Manifesto dos economistas, entidades e profissionais contra a privatização da Eletrobras, abril 2022. Disponível em: <http://www.coreconrj.org.br/interna2.php?i=3BD2BCFA87968074F36B821B24726D34&p=&m=00AA95F038EE2969E7A9A6D1CB484300&n=&n2=>. Acesso em: 26 de julho de 2022.
- DOWBOR, L. *O pão nosso de cada dia: opções econômicas para sair da crise*. São Paulo: Autonomia Libertária, 2021.
- DUARTE, L. Transformações recentes no circuito espacial produtivo de hidrocarbonetos e nas trajetórias da transição energética no Brasil. *Caravelle*, v. 115, p. 41-58, 2020.
- GIORDANO, R. et al. Produção de vacinas, questão de soberania nacional. *A Terra é Redonda*, junho de 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/producao-de-vacinas-questao-de-soberania-nacional/>. Acesso em: 17 de maio de 2022.
- MANTOAN, R. *A imagem da Petrobras construída pelos meios de comunicação*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.
- RIBEIRO, A. C. *Por uma sociologia do presente*. Ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 4.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço. A formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. Conferencia “Nuevas concepciones de la Geografía”, V Encuentro de Geógrafos de América Latina (V EGAL), La Habana, Cuba, 1995. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 306-317, jan./abr. 2022.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, O.; CARVALHO M. e LEITE, J. C. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SILVA, A. *et al.* Propriedade intelectual e desigualdades globais na pandemia de Covid-19. *Revista Sur*, v. 18, n. 31, p. 107-117, 2021.

VENCESLAU, I. *Correios, logística e usos do território brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

COMO CITAR

ARROYO, Mónica. A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul. *In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 67-78.



Projeto nacional e políticas públicas: Pelo direito ao território

Lisandra Pereira Lamoso

Introdução

“A aula hoje é sobre montanhas”, respondia de forma bem-humorada o Professor Milton Santos a uma pergunta, um pouco fora do assunto, que lhe foi direcionada por telespectador na oportunidade em que foi entrevistado pelo Programa Roda Viva¹, da TV Cultura. Participar de programa na TV aberta não foi evento raro para esse intelectual, que representou não só a Geografia, mas as ciências brasileiras, como uma voz forte e respeitada. Com frequência foi convidado a compartilhar seu conhecimento para fora ambiente acadêmico.

Ana Clara Torres Ribeiro², certa vez, apresentou-o como “um intelectual que não renega o seu lugar de compromisso que, na verdade, um lugar de compromisso com o Terceiro Mundo, com os pobres, com os países periféricos e que, a partir deste lugar, produz teoria”. Um intelectual que transita além de caixas temáticas porque é dotado de sólida cultura geral, o que o tornava

¹ O Programa foi no ano 1997. O vídeo está integralmente disponível no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>).

² Ana Clara Torres Ribeiro, em atividade organizada pelo Programa Fase, Agenda Nacional 12, parte 1^a, disponível no Canal Lastro UFRJ (<https://www.youtube.com/watch?v=bkn6C05scrE>).



respeitado mesmo pelos que discordavam de suas análises. Destacava-se da multidão dos especialistas efêmeros que não apresentam reflexões embasadas, apenas opiniões pessoais.

Um intelectual geógrafo deste porte nos deixava orgulhosos. Nos sentíamos (muito) bem representados e motivados a pensar o mundo. Escreveu que “o mundo, porém, é um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 1996, p. 271). Difícil de entender, em um primeiro momento. Filosófico, num segundo. Rico em conteúdo, com tão poucas letras. Admirável o resultado da organização das palavras, com significados precisos, nos ensinando tanto. Seu texto parece que tinha poesia, e mesmo quando não tinha, parecia que tinha.

A Geografia que se propunha/propõe pensar o mundo está um pouco diferente. Tem pensado de forma fragmentada, especializada, por vezes encaminhando-nos para domínio das técnicas sem que reconheçamos suas limitações. Tem se ocupado com “problemas particulares”, na interpretação que fazemos do que Maria Laura Silveira (2008) chamou de “geografias recortadas”.³

O Professor Milton Santos sabia traduzir a complexidade da fala acadêmica quando era exposto à audiência fora da Universidade, sendo simples sem ser simplório. No Programa Roda Vida, em 1997, foi convidado a falar sobre o tema do momento: a globalização.

Passados tantos anos daquela famosa entrevista na TV Cultura, muitas frases ecoam atualizadas, o que é raro em um mundo que se modifica rapidamente. Era Milton um visionário ou o Brasil esteve estacionado nos mesmos problemas e dilemas durante as últimas décadas? Penso que as respostas a ambas questões podem ser afirmativas. A frustração é termos brasileiros tão preparados e avançarmos tão lentamente no enfrentamento de nossos desafios nacionais. Que tipo de Brasil foi capaz de forjar um intelectual como Milton Santos? Qual o ambiente cultural, social, econômico, ideológico, ajudou a esculpir esses intelectuais que hoje temos como referência? O que Milton e os outros do seu tempo foram deve-se, em parte, ao caldo de dificuldades, desafios e enfrentamentos, com todos os custos que isso significa. Não é pouca coisa que tenha “surgido” na Bahia e sentido a perversidade da Ditadura Militar.

Este texto optou por homenageá-lo citando alguns trechos da mencionada entrevista ao programa para, em seguida, discorrer sobre alguns aspectos daquele

³ Maria Laura Silveira escreveu: “Contudo, hoje, uma das novidades mais significativas seja, talvez, a ênfase nos problemas particulares ou, em outras palavras, o surgimento de geografias recortadas, cuja definição advém ora de concepções limitadas de espaço – econômico, antropológico, cultural, turístico, ora do mercado, ora dos próprios instrumentos que permitem a análise” (SILVEIRA, 2008, p. 15).

debate. Utilizar o material em vídeo foi uma decisão pensando que as novas gerações são muito receptivas aos *podcasts*, vídeos em plataformas nas redes sociais e transmissões (famosas *lives*). Também como uma forma de chamar a atenção para um veículo diferente dos livros e dos artigos escritos pelo autor, uma motivação a quem ainda não tem familiaridade com esse querido geógrafo. Segundo, porque as respostas dadas naquele ano de 1997 iluminam perguntas que se colocam, novamente, na ordem do dia.

Conversando sobre Projeto Nacional

No ano em que escrevemos este texto, a conjuntura é de expectativa pelas eleições (2022), principalmente para o cargo de Presidente da República, além de representantes para o Poder Legislativo. Em algumas rodas de debate, aquelas preocupadas com os rumos do desenvolvimento inclusivo, paira a discussão sobre as características de um projeto nacional de desenvolvimento. O tão falado projeto de desenvolvimento nacional⁴ é uma questão cara, pois implica organizar a reflexão em torno do Brasil que queremos e das condições objetivas que são necessárias para sua construção.

Esse debate ocorre em meio a essa nova forma de globalização, apresentada como neoliberalismo. Assim como a globalização, o neoliberalismo, essa “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016), apresenta caminho único para nossos problemas econômicos e sociais, priorizando os verbos reduzir, vender, privatizar, enxugar, gerir, empreender, exportar, competir, merecer e excluir.

No passado tínhamos, como economia nacional, que nos integrar à economia globalizada. Atualmente, integrados que somos, fornecemos bens primários, terra e recursos naturais baratos para o processo de acumulação financeira que beneficia poucos e, como nos ensinava Milton, provoca alienação.

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e dais quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra. (SANTOS, 1996, p. 65).

⁴ Pinto (2020, p. 37) afirma que “o desenvolvimento é antes de tudo um projeto total da comunidade, é um cometimento deliberado do grupo que decide mudar as condições de existência em que se encontra e ascender a forma mais alta. [...] É sempre um propósito da sociedade inteira, e por isso implica que esta tenha se convencido da necessidade de empreender esse esforço coletivo.”

Nos anos 1990, a globalização comparecia em muitos títulos de eventos acadêmicos, em artigos na mídia, nas “conversas de boteco”, nos jornais da TV. Milton, com seu livro *Técnica, espaço e tempo*, oferece uma interpretação na contramão do discurso hegemônico. Estávamos presenciando a globalização perversa, desconsiderando que a globalização que nos era apresentada não passava de uma fábula, na metáfora do próprio autor. Entre seus efeitos mais nefastos, estavam as privatizações e concessões de serviços públicos, restrição do Estado como agente capaz de alguma defesa de espaços de cidadania.

Na segunda década de 2000, o neoliberalismo retoma o discurso da globalização de forma mais sofisticada⁵. Lembramos da entrevista de 1997 para fazer um paralelo entre os dois momentos. A globalização como caminho único foi o mote da fala do apresentador do programa, que iniciou da seguinte forma:

Um brasileiro tão conhecido no mundo, seu trabalho tão reconhecido no mundo, é também hoje um dos brasileiros que tem elaborado um pensamento crítico sobre o processo de globalização. Imagino que não deva ser fácil essa tarefa porque a globalização é quase um consenso na mídia, um consenso nos jornais, nas revistas, na televisão, todos os dias a gente ouve falar do processo de globalização como um processo que trará grandes vantagens para o Brasil. Quais são as principais críticas que o senhor faz a esse processo?⁶

A resposta exercita o que é, concretamente, pensar o mundo como possibilidades:

Acho que esse é um raciocínio anti-histórico, a-histórico. Se a gente olha para trás e observa tudo que o mundo se tornou através do tempo, a gente vê que as possibilidades de uso daquilo que é criado são numerosas. Por que neste fim de século seria assim, uma só senda, um só caminho, um só resultado? Eu creio que é isso que a gente tem que começar a discutir, entender porque é assim e buscar, através da análise, as formas de sugerir outras maneiras de combinar o que aí está.⁷

O raciocínio que apresenta em seguida só é possível para uma geografia que se ocupa com os tempos longos, que considera o passado e a unidade do tempo histórico:

⁵ Para além da dimensão econômica, os autores trabalham a ideia de que o “neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21)

⁶ Todos os trechos foram transcritos do Programa Roda Viva, integralmente disponível no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>).

⁷ *Ibidem*.

A humanidade, durante dois séculos, sonhou com a possibilidade de uma ciência a serviço do homem e, quando isso se obtém, exatamente, esses objetivos são, digamos assim, deixados de lado para que essa globalização que nós estamos presenciando sirva a um número extremamente limitado não só de pessoas, mas também um número limitado de empresas e um número limitado de instituições.⁸

O neoliberalismo que a política de governo apresenta ao Brasil coloca em pauta privatizações, redução da participação do Estado, entregar ao mercado a oferta de bens e serviços, transferindo o que resta para o mando do capital privado. Quando dizemos “o que resta”, nos referimos aos Correios, bancos públicos, subsidiárias de estatais e parte da dignidade nacional, na medida em que se curva aos interesses de outros países em detrimento do necessário nacionalismo econômico. Quando, após décadas de investimentos públicos e muito trabalho, o Brasil pode contar com resultados da riqueza do pré-sal, estes serão deixados de lado para que uma fração seleta do clube dos ricos fique com os resultados. É isso mesmo?

O momento histórico tem variáveis que não estavam presentes na década de 1990, pelo menos não na mesma intensidade, são elas: propagação indiscriminada de notícias falsas potencializadas pelas redes sociais; enfraquecimento dos sindicatos; táticas da guerra híbrida; práticas de jurídicas de *law fare*; desindustrialização; maior dependência do ciclo de *commodities*; defesa de práticas totalitárias; discurso de ódio e o conservadorismo moral. O processo de desmantelamento da nação está em curso. Uma das vias de entendermos essa condição é a falta de um projeto nacional que imponha resistências ao esfacelamento do Brasil enquanto nação e proponha formas efetivas de combinar os recursos nacionais, tanto no sentido das forças produtivas quanto da luta de classes, a qual envolve formação de consciência política⁹, uma tarefa para as próximas décadas.

A questão sobre o projeto nacional também apareceu na entrevista, embora o formato da questão tenha nos parecido dotado de certa ingenuidade, talvez de ironia.

⁸ *Ibidem*.

⁹ Sobre desenvolvimento e consciência, Pinto (2020, p. 37) escreveu “Ora, convencer-se de alguma ideia é próprio da consciência. Logo, o desenvolvimento supõe a consciência, onde aparece primeiramente como ideia, plano de ação, antes de converter-se em cometimento social. Não se tratando de atitude individual isolada, é claro que só a consciência da sociedade, enquanto totalidade, pode ser a sede daquela ideia”. Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) foi um importante filósofo brasileiro que teve sua obra reeditada recentemente.

Pergunta o jornalista:

Quando o senhor fala desse problema da falta de um projeto nacional, evidentemente o senhor não acredita que ele possa surgir a partir da vontade geral. Quem iria apoiar um projeto nacional politicamente? Isso vai depender da boa consciência dessas elites que hoje estão no poder ou de um projeto popular? De onde vai sair o apoio político para um projeto nacional?¹⁰

A resposta apontou para a clareza que Milton tinha sobre o papel das forças políticas, das instituições, das condições já presentes na sociedade brasileira, além de dizer claramente como compreendia ser o papel do intelectual na sociedade:

Há duas coisas. Uma coisa é a minha posição como intelectual. O intelectual tem que se habituar a estar sozinho. Não tenho que me preocupar com quem me acompanha. Não é próprio do intelectual preocupar-se com apoio ou não. É a produção das ideias, a coragem de defendê-las até o fim.¹¹

Continua sobre a elaboração do que considera ser um processo dinâmico e complexo de desenvolver propostas para serem debatidas e apropriadas pelas forças políticas as mais variadas:

Neste caso a elaboração de um quadro que permita, depois, a utilização pelas forças políticas. Quando falo forças políticas estou falando dos sindicatos, dos sindicatos patronais, das Igrejas, dos Partidos também, é uma outra coisa. Isso não vai depender dessas forças, no meu modo de ver, vai depender deste turbilhão que o Brasil é hoje do qual a gente não se dá bastante conta. Há um turbilhão, uma efervescência de baixo que a gente não está podendo captar completamente nem integralmente, que vai um dia ou outro confluir com a produção de ideias para forçar um outro caminho.¹²

O jornalista retomou a palavra para contra-argumentar:

Mas eu perguntei isso ao Senhor pelo seguinte, na França, a adoção da esquerda à direita não-fascista, de valores republicanos, que inclui a solidariedade social que o senhor defende tanto, demorou 150 anos de revolução e sangue. Eu não

¹⁰ Pergunta do jornalista Víncius Torres Freire, na ocasião apresentado como editorialista do *Jornal Folha de São Paulo*. As falas foram transcritas *ipsis literis*, sem qualquer correção ou adaptação para linguagem escrita, por isso registram a expressão oral.

¹¹ Trecho transcrito do Programa Roda Viva, integralmente disponível no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>).

¹² *Ibidem*.

perguntei o que o senhor faria para criar um projeto nacional, mas de onde o senhor avalia que sairia. Na França demorou 150 anos. E a gente?¹³

Ao que Milton Santos responde de forma ainda mais completa, nos proporcionando apreciar a força do pensamento dialético, da visão de processo histórico e da compreensão sobre a formação socioespacial brasileira esta, aliás, uma de suas principais contribuições.

Não creio que tenha demorado 150 anos. Houve vários projetos nacionais na França desembocando em fórmulas políticas a partir, quase sempre, de fórmulas intelectuais. Uma produção de ideias que permitiu uma produção de um ideário político que permitiu uma ação política conduzindo a diferentes formas de acordo nacional a partir de projetos. Porque na realidade não há um só projeto nacional. Essa unanimidade é impossível, como foi dito na primeira pergunta. Eu creio que isso vai se dar no Brasil também com um pouco mais de dificuldade em função da história do Brasil, um país que nunca pode construir uma ideia de cidadania, que nunca teve uma cidadania. Essa ausência de cidadania tem uma implicação na produção, que é capenga, sempre, de um projeto nacional.

Na segunda parte da entrevista, retorna a questão do projeto nacional por uma pergunta¹⁴ que coloca em pauta o papel dos partidos políticos nesse processo e resulta no seguinte diálogo:

Pergunta – A oposição, os partidos de oposição, eles têm esse projeto? Partido dos Trabalhadores e toda essa gama de outros partidos que estão na oposição, eles têm um projeto com o qual o Senhor poderia se afinar? Ou que lembraria o tempo dos partidos a que o senhor se referiu na década de 50, início da década de 60?¹⁵

Resposta – A questão, Fernando, central é que o próprio aparelho de Estado não tem um projeto explícito. Então em um país onde o aparelho de Estado não tem um projeto, os partidos dificilmente têm o que discutir. Este contraste é indispensável. As informações, a produção desse projeto cumpre primariamente ao aparelho de Estado. [...] Num país normal [...] há vários projetos e a política é exatamente o exercício da escolha desses projetos, da apresentação desses projetos para a opinião pública, da conquista da opinião pública em função desses projetos.¹⁶

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Fernando Conceição, graduado em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia. Concluiu Mestrado e Doutorado pela USP, na área de Comunicação Social.

¹⁵ Trecho transcrito do Programa Roda Viva, integralmente disponível no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>).

¹⁶ *Ibidem*.

A resposta também nos parece atual sobre a debilidade dos governos e a necessidade estratégica de pensarmos na importância da formação de consciência política. Se o desenvolvimento econômico brasileiro passou pela via prussiana (ou pela modernização conservadora), os desafios colocados neste século XXI não serão perseguidos sem que se possa contar com a participação das forças populares. A formação da consciência se dará em outro patamar, incorporando as pautas dos negros, a pauta LGBTQIA+, das mulheres, dos indígenas, dos quilombolas, entre outros, sem perder a unidade da luta de classes. Essa ideia de sociedade inteira está inspirada no texto do filósofo Álvaro Vieira Pinto, de que o desenvolvimento,

É sempre um propósito da sociedade inteira, e por isso implica que esta se tenha convencido da necessidade de empreender esse esforço coletivo. Ora, convencer-se de alguma ideia é próprio da consciência. Logo, o desenvolvimento supõe a consciência onde aparece primeiramente como ideia, plano de ação, antes de converter-se em cometimento social. (PINTO, 2020, p. 37).

É importante essa menção porque, invariavelmente, quando se apresenta a necessidade de um projeto, a impressão corrente é que isso caberia aos políticos em campanha ou no exercício do cargo. Um reducionismo que não expressa a complexidade e o tamanho do desafio que está posto para intelectuais, em particular, e para a sociedade, como um todo.

Na sequência, Milton Santos chama a atenção para a confusão entre eleitoral e político:

Essa confusão entre eleitoral e político infelizmente, ela domina toda vida política nacional e até mesmo o Partido dos Trabalhadores. O eleitoral, ele é o imediato, ele é o circunstancial, ele é a caça de uma resposta próxima. O político não, ele sugere uma visão de país de mais longo prazo com a realização de etapas quando possível, e isso provoca posturas diferentes. As esquerdas têm sido compelidas a ter quase que sempre posições eleitorais. O que reduz a sua força dentro da nação porque ela passa a ter um papel de mobilização, que as vezes é muito importante, mas não de produção da consciência. O que nós precisamos, no caso do brasileiro, é produzir uma consciência nacional, seja ela de direita, de esquerda, de centro esquerda, de centro direita, o que for, mas uma consciência que permita um debate sério. Enquanto os partidos ficarem preocupados apenas na mobilização para ganhar votos nós estamos longe disso.¹⁷

¹⁷ *Ibidem*.

Um projeto nacional também se faz com noção de hierarquia, de distinção entre o que é secundário do que é central. Essa reflexão nos remeteu ao texto de Benjamin (2005) sobre o Brasil no início dos anos 2000, quando afirmou que as tensões experimentadas “refletem o choque entre o Brasil empresa-para-os-outros, que ainda somos, e o Brasil nação-para-si, que desejamos ser”. (BENJAMIN, 2005). E acrescenta: “ao contrário do que se pensa, nossa crise atual não é, simplesmente, uma crise econômica. Resulta, em primeiro lugar e antes de tudo, da progressiva perda da ideia de Brasil” (BENJAMIN, 2005). Crises, no plural, não serão entendidas pelo fatiamento de suas causas nem pela síntese que as toma como parte do próprio capitalismo. Embora sejam crises inerentes ao sistema capitalista, elas ocorrem com intensidades diferentes, elementos novos que exigem outras interpretações, provavelmente diferentes daquelas já aplicadas em períodos anteriores.

Compreender o Brasil nos remete a uma (entre tantas) das mais potentes contribuições do Professor Milton, que é a “formação socioespacial”, pela possibilidade que nos oferece para a interlocução com outras ciências, pela atualidade, por firmar uma reflexão que possibilita compreendermos não apenas Brasil, mas qualquer nação, na medida em que não permite generalidades e sim as especificidades do modo de produção em sua manifestação no espaço. Porém, não se trata de fácil tarefa lidar com a “produção concreta do mundo e dos lugares” (KHALIL, 2012, p. 6). Pensar a produção do mundo passa pela política porque ela faz parte da totalidade.

A (longa) transcrição diz sobre a política, de forma didática, falando a estudantes:

A política é, por natureza, aquilo que abraça a tudo e a todos e que busca, a partir de tudo e de todos, construir um sistema de vida; certamente a construção será mais ou menos perfeita na realidade, será mais ou menos imperfeita, mas ela tem que ser buscada a partir de todos. A política é ação. Ação é sempre política; ação é a forma como nós nos projetamos; ação é a forma como nós colhemos no futuro visível ou previsível, aquilo que queremos transformar em presente porque ação não é futuro. Ação não é passado; ação é apenas presente. E a ação resulta de uma vontade de dar limitações ao seu exercício, esta vontade que é também produto do meu conhecimento e da minha falta de conhecimento ou da interpretação que dou ao que existe, mas que é sempre vontade e limitação. Esta vontade é que entendemos por política. A política é que estabelece as normas, que propõe as normas de convivência através das quais me é dado fazer algo ou

me é negado fazê-lo; ao outro é permitido ou negado e a todos é conferido um lugar na produção das ações individuais que constituem o agir coletivo.¹⁸

Na sequência, traz para discussão a produção de ideias, esse importante papel que cabe ao intelectual. “A política também significa produção de ideias, da possibilidade de exprimi-las, de forma que comportamentos estabelecidos ou aceitos efetivem-se a partir de um processo ou de uma hegemonia.”¹⁹ É importante retomar os dizeres de Milton Santos sobre a política, no seu sentido mais amplo, porque nos ajuda a pensar sobre as políticas públicas, campo bastante explorado pela geografia e que foi objeto de uma das mesas do evento²⁰ de homenagem realizado em 2021.

Conversando sobre política pública

A política pública é a operacionalização de uma fração do projeto nacional. Sem um projeto nacional minimamente definido, as políticas públicas tornam-se fragmentos de propostas de governo, invariavelmente, descontinuadas com o fim dos mandatos eletivos. Pensarmos que a política pública deve ser parte de um projeto de nação norteadora por um “modelo cívico” (SANTOS, 1996). Seria um reducionismo compreender projeto nacional como plano econômico, modelo econômico, política econômica ou o nome que se deseje atribuir. “Numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão.” (SANTOS, 1996, p. 5). O livro *O espaço do cidadão*, do qual extraímos a citação, foi publicado pela primeira vez em 1987. No prefácio, o autor comenta sua intenção em tratar a questão da cidadania pelo ângulo geográfico e assim o faz.

Entendemos que na obra *O espaço do cidadão* há marcadores de princípios para nortear o que deve ser a preocupação dos geógrafos nas pesquisas sobre políticas públicas. Um dos princípios é pautado na igualdade: “A igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços,

¹⁸ Transcrição da palestra proferida por Milton Santos na I Semana de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Vale do Itajaí, em 20 de outubro de 1998. Publicado no livro organizado por Pereira e Provesi (2007).

¹⁹ *Idem*.

²⁰ Evento “Milton Santos 20 anos”. Mesa “Direito ao território: políticas públicas entre a desconstrução e a resistência em tempos de pandemia”, que contou com as apresentações de Tereza Campello, Renato Emerson Nascimento dos Santos, Ricardo Mendes Antas Junior, 23 de junho de 2021. disponível no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=Tkmdp-mO6Bg&t=21872s>).

sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe” (SANTOS, 1996, p. 116). Tomando esse princípio, como elaborar políticas que universalizem serviços e bens em um território tão heterogêneo? Ou como proporcionar moradia e serviços de saúde para quem vive na metrópole do sudeste e para quem vive na fronteira Brasil-Paraguai?

Se, na economia capitalista, “para cada serviço, há um volume mínimo de vendas no qual o negócio não vinga”, nas palavras de Santos (1996), a conclusão que chegamos é que não é possível a extensão da cidadania em territórios que não contem com a presença ativa do Estado, sendo ele central nas políticas públicas. Mesmo quando tomamos a necessidade da presença ativa do Estado, a dificuldade permanece. Como pensar as políticas públicas do Estado brasileiro? Não temos resposta a esse desafio. É um esforço coletivo que, sugerimos, pode ser bem-sucedido se buscar alguns aportes já apresentados na obra do Professor Milton.

Qualquer política passa pelo reconhecimento das heterogeneidades e as especificidades de cada espaço. Neste ponto temos dúvidas se os bancos de dados oficiais conseguem dar conta de apresentar informações suficientes. O trabalho de campo do geógrafo tem o papel de oferecer conhecimento para a elaboração de políticas, bem como também de avaliá-las para que possam ser aperfeiçoadas. A política de interiorização dos cursos de pós-graduação é um fato relevante. Embora nem sempre a presença institucional represente avanços no conhecimento dos problemas locais, muitas pesquisas têm sido realizadas com a sensibilidade de discutir as necessidades que estão postas e as condições concretas para se elaborar um quadro propositivo. Retomando a fala de Santos no trecho da entrevista que discutimos no início, trata-se da “elaboração de um quadro que permita, depois, a utilização pelas forças políticas”.

Se concordamos na importância das pesquisas para transformar o conhecimento do território em propostas, fazê-las exige domínio teórico-conceitual que pode, sem ser a única via, muito avançar com as formulações deixadas na obra de Milton Santos. Entre tantas, destacaríamos a contribuição da formação socioespacial e, em particular para políticas públicas, aprofundar as reflexões da obra *O espaço do cidadão* que apresenta nos seguintes pontos: relação entre cidadania e território; modelo cívico; modernização capitalista; níveis territoriais, escalas de ação; metamorfoses do consumo; classe, renda e lugar. Estes pontos seriam o amálgama entre políticas públicas e projeto nacional e trariam o princípio do direito ao território. O direito ao território é a finalidade da grande política, é pela garantia do direito ao território que as políticas públicas devem ser elaboradas.

Considerações finais

Nestas considerações finais, gostaríamos de chamar a atenção para algo tão caro ao perfil do Professor Milton Santos, e, principalmente, ao perfil do geógrafo, que é a cultura geral. Num período marcado pela especialização do saber, Milton apresentava interesse por várias áreas do conhecimento, por muitos autores (o que fica impossível não confirmar dada a quantidade de notas, citações e referências em toda sua produção bibliográfica). A Cultura não está, nem poderia, limitada aos currículos, às estruturas curriculares que formatam os cursos. A Cultura deve ser buscada continuamente. É ela o diferencial na formação acadêmica e do perfil do intelectual que dialoga e se apresenta para o debate sem o olhar que individualiza, e sim com o olhar que busca a totalidade. A Cultura é necessária ao perfil do geógrafo. Para elaboração de políticas públicas, ela é imprescindível. Retomar o que já foi escrito, como destacado neste texto, a título de exemplo, o livro *O espaço do cidadão* é dos registros. Muito conhecimento sobre Brasil e muitas possibilidades teóricas ainda não foram exploradas.

Aos que se aventurarem a assistir aos diversos vídeos disponíveis, deixo um comentário: Milton Santos se diferenciava dessa sociedade que aplica toxina botulínica para paralisar os nervos que enrugam. Milton falava pelas rugas. Expressava pela voz grave, pelo olhar, pelo sorriso e pelo silêncio. Seu franzir de sobancelhas dizia muito!

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, C. Uma certa ideia de Brasil. In: LESSA, C. *Enciclopédia de brasilidade: autoestima em verde e amarelo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. Disponível em: <https://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711011651590.Certa%20ideiade%20Brasil.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PINTO, Á. V. *Consciência e realidade nacional*. a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. v. 1.

PEREIRA, R. M. F. A.; PROVESI, J. R. (org.). *Milton Santos: globalização, território e política em debate*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

SANTOS, M. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996 [1987].

SILVEIRA, M. L. Dos mundos passados e suas geografias aos horizontes contemporâneos: algumas reflexões. *Revista Formação*, n. 15, p. 6-18, 2008.

KHALIL, S. P. Rugosidades, periodização e aceleração contemporânea – o tempo na obra de Milton Santos. *Estudos Geográficos*, n. 2, p. 4-9, jul.-dez., 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/6822>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990 [1978].

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-100, 2017.

SANTOS, M. *Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVEIRA, M. L. Geografía y formación socioespacial: por um debate substantivo. *Estudios socioterritoriales*, Revista de Geografia, n. 16, p. 141-168, jul./dec. 2014.

COMO CITAR

LAMOSO, Lisandra Pereira. Projeto nacional e políticas públicas: Pelo direito ao território. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 79-91.



Políticas públicas territoriais de saúde no Brasil em tempos de crise democrática e institucional*

Ricardo Mendes Antas Jr.

Mudar o modelo econômico, ou o modelo político,
tal como é praticado, de nada valerá se um novo
modelo cívico não se instala.

O espaço do cidadão,
MILTON SANTOS, 1987, p. 99.

Introdução

Difícilmente podemos afirmar que uma política pública não tem uma dimensão espacial que fica manifestada no território. Porém, há políticas mais efêmeras e mais duradouras e essas últimas vão, de modo crescente, se materializando na forma de sistemas de objetos técnicos distribuídos de forma intencional e racional no espaço geográfico e que dão base às ações necessárias para a consecução das políticas ao longo das sucessivas gerações. Neste capítulo buscaremos abordar a natureza desse tipo de política pública, mormente aquelas ligadas à saúde.

* O presente capítulo contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo n. 2022/00180-8) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Processo n. 312237/2020-0).



Nosso ponto de partida para esta reflexão está situado numa teoria crítica do espaço geográfico. Para tanto, Milton Santos nos propõe refletir a *sociedade como espaço*, nem sobre ele, nem o produzindo somente. Isto é, um todo indissociável de conjuntos de sistemas de ações e de objetos superpostos e acumulados ao longo dos períodos históricos que conformam um dado momento presente. Tendo esse norte teórico como referência abordaremos o problema das políticas públicas de saúde a partir de algumas de suas proposições conceituais como formação socioespacial e modelo cívico.

Também buscamos articular três formulações desdobradas a partir da economia política na perspectiva marxista, cujas linhas de convergência nos permitem compreender o papel que joga o território nas políticas de saúde: a) economia política da cidade (SANTOS, 1994); b) economia política da urbanização (SINGER, 1977); c) economia política da saúde (VIANA *et al.*, 2007)¹.

Trata-se de um recurso analítico pois, evidentemente, esses recortes da economia política compõem uma totalidade maior. Porém essa articulação dos conceitos é um artifício operacional para relacionar a saúde em sua dimensão econômica, técnico-científica e organizacional e as dinâmicas espaciais presentes nas diferentes escalas, tanto na urbanização do território como nas cidades. E porque toda essa relação entre produção-circulação-distribuição-consumo é interdependente da política, lançaremos mão da formulação de “modelo cívico” desenvolvida em sua obra *O espaço do cidadão* para discutir brevemente a resposta do território à chegada da pandemia e o combate ao vírus SARS-CoV-2, amplamente conhecido como coronavírus.

A reflexão sobre a pandemia e as políticas territoriais de saúde do Sistema Único de Saúde, instituído a mais de 30 anos, tem por objetivo destacar que há muitos processos técnico-científicos e burocráticos concomitantes cujas dinâmicas respeitam temporalidades de implementação e execução diferentes. E isso deve ser levado em consideração para compreender até onde um governo de Estado pode atuar para o desmantelamento de uma política pública constitucional, como é o nosso sistema de saúde universal. Afinal, estamos vivendo um momento muito inusitado, uma vez que, após um período relativamente estável com políticas de Estado racionais e legais, chegamos a este ponto da história brasileira que é de revisitar a anormalidade política que o país vem atravessando nos últimos anos.

¹ Esta articulação já analisamos mais detidamente em Antas Jr. (2019a, 2017)

As políticas públicas territoriais de saúde na formação socioespacial brasileira

Conforme definiu Milton Santos (1977) a formação socioespacial é a concreção do modo de produção em um dado país. Isto é, a formação da nação brasileira e todos os agentes e grupos que a compõe compreendidos de modo inseparável de seu território, economia, política e cultura.

E é por essa razão que as políticas públicas, em geral propostas e dirigidas pelo Estado, também são afetadas por agentes privados e organizações sociais relacionadas ao capital, ao trabalho, e, frequentemente, às organizações sociais que lutam por direitos de cidadania. E a saúde é um campo que reúne muitos exemplos nesse sentido, como trataram Éder Sader (1988), Jairnilson Paim (2008), Nísia Trindade Lima, Cristina M. O. Fonseca e Gilberto Hochman (2005), André Mota (2020), entre outros autores.

O Estado é central no estabelecimento das políticas públicas, mas ele também conta com a organização e participação das esferas privadas e de grupos sociais diversos. E no território brasileiro os interesses corporativos e das elites rentistas chegam a ser tão fortes e estruturados que logram interferir na formulação dessas políticas sociais em interesse próprio, quando não agem desmantelando, ou efetivamente buscando aniquilá-las.

Evidentemente, tudo isso se dá em desfavor dos trabalhadores, formalizados ou não, e movimentos sociais que lutam pela efetivação dos direitos que têm sido brutal e constantemente atacados nos últimos anos pelas práticas corporativas globais. E, também, por grande parte do sistema político institucional brasileiro, que vem adotando a “cartilha” neoliberal que prega um Estado apequenado e indiferente às demandas da população nos lugares onde vivem.

Portanto, no que tange a reflexão sobre as políticas públicas de saúde no território brasileiro, é imperativo levar em consideração o conjunto de escalas geográficas e os agentes que protagonizam cada uma delas. Por isso, falar em formação socioespacial também nos obriga a refletir sobre o mundo, o conjunto de países, e as relações geopolíticas que afetam as suas dinâmicas internas.

O que foi acontecendo na saúde no território brasileiro tem influências, e guarda certa consonância, com o que se deu em alguns dos países centrais do pós-segunda guerra, isto é, caminhou em direção à conquista dos direitos sociais que integralizam a cidadania de modo pleno, embora tais influências aqui tenham se dado com intensidades e ritmos diferentes conforme as cidades

e regiões do território brasileiro. E o campo da saúde no Brasil reúne políticas cujo concerto articula as escalas do lugar, da formação socioespacial e do mundo. O contexto de pandemia pôs esse processo ainda mais em evidência.

A formação socioespacial e as dinâmicas internas conjugadas às dinâmicas externas no campo da saúde

O desenvolvimento dos serviços de saúde no Brasil, bem como sua expansão pelo território, levou a uma crescente complexidade técnica e organizacional para incorporar os avanços da medicina embasada no conhecimento científico moderno e lograr oferecer os cuidados para a saúde humana com toda sorte de insumos médico-hospitalares por ela preconizados. Esse movimento exigiu a fundação de diferentes tipos de instituições públicas desde meados do século XIX e paulatinamente fez expandir a participação de iniciativas beneméritas e privadas na oferta de produtos e serviços. Para explanar sobre os objetivos colocados para o presente texto, dividimos esse processo histórico em dois momentos bastante distintos:

- primeiro, a chegada daquela medicina que se instalou nas grandes cidades com as políticas sanitaristas no século XIX até o início do XX, como tratou Maurício de Abreu (1996) entre outras obras; a fundação das primeiras faculdades de medicina; a chegada dos primeiros grandes laboratórios estrangeiros e o começo das políticas de vacinação;
- depois, no século XX, principalmente a partir da terceira década, o crescimento abrupto da urbanização da população implicou num processo violento de modernização capitalista, sobretudo no pós segunda-guerra. Efetivamente, tratou-se de uma ruptura histórica no desenvolvimento da formação socioespacial brasileira que criou, ao mesmo tempo, os dois circuitos da economia urbana, o surgimento de metrópoles populosas, o deslocamento do centro da economia política do campo para as cidades, e que obrigou a tomada de decisões do poder público para garantir os cuidados de saúde da população que se agravava aceleradamente.

Assim, se por um lado os nexos industriais e corporativos ligados à saúde no Brasil começaram a ser instalados desde o final do século XIX no território, que também foi um momento em que se conheceu as primeiras vacinações das populações urbanas de modo mais abrangente, no período seguinte assistimos o crescimento abrupto das necessidades por cuidados da vida humana no momento em que a população urbana dobrava em períodos cada vez menores.

Éder Sader (1988), em sua obra *Quando novos personagens entraram em cena* expôs esse processo de urbanização baseado na espoliação que levou ao surgimento dos novos movimentos sociais urbanos a partir dos anos 1950/1960 como aqueles ligados à saúde, à moradia e aos transportes públicos. Como definiu Boaventura de Sousa Santos (1997, p. 12-13), foi um momento de lutas e conquistas de segunda e terceira geração de direitos humanos, ou seja, das lutas por direitos civis e políticos típicas da primeira geração, caminhou-se para as lutas de emancipação social por meio da conquista ao acesso à saúde, moradia, educação e transporte entre outras necessidades materiais.

E Paim (2008), que tratou extensamente da “Reforma Sanitária e do planejamento em saúde”, e muitos outros que o seguiram, analisaram a fundo como a partir da década de 1960 as Conferências Nacionais de Saúde começaram a ser apropriadas de modo crescente pelos movimentos sociais, particularmente na 8ª conferência, em 1986, e que influíram decisivamente na formação do Sistema Único de Saúde. Assim, o SUS é em grande medida resultado das lutas sociais que estiveram muito presentes no momento de formação constitucional em 1988.

Importante lembrar que as indústrias da saúde e demais empresas de serviços e finanças nunca estiveram muito distantes das políticas públicas, mas evidentemente estavam ligadas aos seus interesses de acumulação capitalista e, portanto, buscando pressionar o Estado a incorporar suas demandas na formulação das políticas públicas do Sistema Único de Saúde. O dado mais evidente dessas relações de força são as duas entradas no SUS, uma pública e outra privada.

As políticas públicas de saúde não são dissociadas do processo histórico da formação socioespacial brasileira e suas contradições e conflitos. Na verdade, esse processo de modernização científica e institucional da saúde se deu conjuntamente com o processo de industrialização brasileira no século XX, que também chegou na saúde.

Essa convergência histórica entre o fortalecimento da sociedade organizada para obtenção de direitos e a estruturação de um complexo econômico-industrial da saúde (GADELHA, 2021) promoveu um fortalecimento e melhor delineamento da economia política da saúde. Segundo Freeman e Moran (2002), passou a ser possível distinguir uma estrutura social da saúde, no Brasil como em muitos países do mundo, na medida em que ela passou a apresentar um sistema de proteção social, uma dimensão política e as articulações entre Estado e mercado com o desenvolvimento de uma economia especializada,

contando inclusive com ramos industriais importantes. Viana, Silva e Elias (2007) vão reforçar os argumentos de que se trata de uma economia política da saúde, na medida em que temos conjuntamente a saúde como direito, como bem econômico e como campo de acumulação de capital.

O desenvolvimento científico, tecnológico, produtivo e organizacional das empresas da saúde conduziu a controles capitalistas muito fortes sobre a produção de artigos e insumos. Inicialmente se deu pela construção de oligopólios e mais tarde com a transnacionalização de alguns grupos em cada ramo que constitui o campo de acumulação desse segmento econômico em cada formação socioespacial.

Também se viu estruturar, a partir do sistema internacional de países, após a Segunda Guerra, a consolidação de instituições como a ONU, e dentro dela a OMS, a OPAS, etc., assim como nasceram ou se expandiram organizações não estatais produzindo políticas de saúde por outras vias (Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, GAVI são alguns exemplos). Esses dados evidenciam que a análise da saúde como um todo não está encerrada apenas nas dinâmicas das formações socioespaciais, mas também as relações externas a elas são importantes para oferecer explicações mais gerais que tocam as possibilidades dos indivíduos para acessarem esses serviços nos lugares onde vivem.

A economia política da saúde de cada país é intimamente relacionada a essa escala-mundo, seja em ações ligadas aos cuidados da vida humana, sobretudo em contextos de um concerto mútuo entre países como exige uma pandemia como a que ora atravessamos, seja na articulação capitalista de agentes atuantes em todas as escalas e, ainda, o controle sobre a produção, oferta e demanda que o Estado é capaz de exercer.

Em função desses pontos arrolados, cabe fazer menção à dimensão geopolítica no que tange alguns aspectos sobre pandemia e produção de vacinas, uma vez que ambos envolvem relações trans-escalares e transdisciplinares. É importante ressaltar que desde a criação da OMS se estruturou a diplomacia em saúde, uma agenda que coloca em um diálogo constante os países e sua atuação no sistema internacional. O caso das pandemias particularmente coloca em relevo essa dimensão da saúde na medida em que impõem um concerto internacional para seu efetivo combate.

Outro ponto fundamental, que também é geopolítico, se relaciona com as empresas e laboratórios transnacionais em saúde. A lógica estabelecida por este tipo de empresa no atual período de globalização é a do uso da simultaneidade como forma de exercício da hegemonia capitalista contemporânea (ANTAS

JR., 2020a). Esse exercício da ubiquidade passa pela construção de um sistema de fluxos de insumos produtivos entre os países detentores de um complexo industrial da saúde voltados à produção de vacinas, medicamentos e equipamentos. É uma racionalidade que vem sendo implementada ao longo das duas últimas décadas, nas quais se busca exportar as partes dos produtos industriais e finalizar a mercadoria dentro de cada país. Esse *modus operandi* lhes permite retirar muitas vantagens competitivas e fiscais. E o problema da produção de vacinas para o combate da Covid-19 no Brasil deixou isso mais que evidente.²

Esse é um processo que remonta a décadas e é tão estratégico que, para não nos alongarmos, mencionamos o fato de que as três maiores indústrias de fornecimento de insumos industriais semiacabados no mundo estão nos Estados Unidos e são estatais! E, hoje, a China é a maior produtora de insumos industriais básicos estratégicos do mundo.

Essa é uma face da geopolítica da saúde que se tornou mais importante que o próprio complexo industrial-militar (ANTAS JR., 2020b), sendo o complexo industrial da saúde o diferencial entre as nações hegemônicas, seja no estabelecimento de estratégias, ou na produção de conhecimento de ponta que dirige os processos de inovação industrial.

Infelizmente estamos “decidindo” nos retirar dessa cena depois de tantos esforços, e se continuarmos nessa toada ficaremos submetidos às decisões alheias com relação ao novo epicentro da geopolítica, sobretudo no que diz respeito às pandemias, mas também à saúde da população como um todo.³ Como as ações de diplomacia internacional da saúde (ALVARENGA *et al.*, 2020), bem como a participação efetiva nos fluxos globais de mercadorias e capitais afetam diretamente as dinâmicas internas desse campo, existe um grande perigo do Estado brasileiro perder seu relativo protagonismo dentro e fora da formação socioespacial caso não se reverta a direção política neoliberalizante (e, porque não, submissa) que estamos atravessando.

Assim, diante deste contexto geral em que se formou todo campo da saúde no Brasil, é importante também observar os serviços de saúde no território e suas

² Analisamos esta questão de modo mais aprofundado na tese de livre docência *Circuitos espaciais produtivos do complexo industrial da saúde brasileiro* (ANTAS JR., 2019a) e no artigo “A articulação dos acontecimentos na construção dos fluxos globais: notas sobre o circuito espacial produtivo de medicamentos na França e no Brasil” (ANTAS JR., 2020a).

³ Logo após o golpe de 2016, o Governo de Michel Temer extinguiu o Departamento do Complexo Industrial da Saúde, do Ministério da Saúde, que coordenava as ações entre os produtores industriais de todos os tamanhos com as necessidades de abastecimento do SUS.

formas de organização para entendermos sua dinâmica espacial propriamente dita considerando assim suas virtudes, contradições e limites.

Articulações entre as economias políticas da urbanização, da cidade e da saúde no território brasileiro

Segundo Milton Santos, as análises que buscam tratar a economia política não podem prescindir do dado espacial: “O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico” (SANTOS, 1994, p. 115) de modo que, para o autor, essa relação é especialmente marcante nas cidades em função da densidade de sistemas de objetos técnicos a que todos indivíduos estão obrigados a interagir cotidianamente.

Numa estimativa conservadora, a população que habita as cidades hoje perfaz um total de 190 milhões de brasileiros, com variações regionais da população urbana que vão desde 73% no Nordeste à 93% no Sudeste. E entre estados essas diferenças são mais díspares (IBGE, 2005; FARIAS *et al.*, 2017). Os demais habitantes que vivem no campo, de modos variados, estão relacionados às cidades. No fundo significa que numa sociedade urbana, com população esmagadoramente urbana e uma economia urbana, estão todos submetidos a lógica e aos limites da economia política de cada cidade diferenciadamente.

Paul Singer (1977), ao tratar da economia política da urbanização, analisou a indissociabilidade entre campo e cidade na economia capitalista. Assim, a economia política da urbanização seria a configuração geral das cidades no território, suas diferentes topologias, e, também, como se dá a relação entre campo e cidade em cada porção do território. Tomando a saúde como parâmetro, em regiões onde a presença de metrópoles é maior, os cuidados de saúde da população agrária podem atingir graus de complexidade maiores do que em regiões onde os principais centros de saúde estão em cidades pequenas ou mesmo médias dadas a complexidade e especializações da divisão territorial do trabalho serem menores.

Desse modo, toda a população urbana que ocupa em extensão menos de 1% do território nacional, está dispersa em 5.570 municípios. Entretanto é importante lembrar que aproximadamente 1/3 dessa população se concentra em metrópoles, e grande parte do restante, em cidades médias. A população definida pelo REGIC 2018 (IBGE, 2020) como centros locais dispersos em

todo país soma 4.037 cidades (82,4% do total de cidades com média de 12 mil habitantes) e perfazem um total de pouco mais de 50 milhões de habitantes.⁴

A economia política da cidade é a organização espacial de cada cidade, ou como ela se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade. (SANTOS, 1994, p. 118).

Portanto, é importante considerar que cada tipo de cidade apresenta uma configuração espacial distinta, e também há diferenciações entre cidades de mesma classificação. Em suma, a análise de toda e qualquer estrutura social não pode ignorar as características da urbanização no território brasileiro e nem as formas de organização espacial das cidades.

A análise da saúde como uma estrutura social não escapa à influência destes condicionantes espaciais. A maneira como ela se organiza no território como um todo e em cada cidade apresenta profundas implicações, impondo desafios a serem superados para lograr oferecer cuidados da saúde e bem-estar da população. Algo em torno de 5.000 cidades detém alguma estrutura de saúde segundo o REGIC 2018 e esse dado serve de parâmetro para a realização dessas políticas, mesmo para quem vive no campo. O programa mais presente no território é o “Saúde da família”, existente em 4.085 municípios (DATASUS, 2021), e em larga medida sua instituição se deu para atender as necessidades ou para superar as dificuldades impostas por essa economia política da urbanização no território brasileiro.

Quer dizer, políticas públicas de saúde estão fortemente caracterizadas e dependentes da economia política da urbanização articulada com as economias políticas de cada cidade. Então é forçoso considerar que em cada cidade o sistema de saúde se apresenta de forma específica, com capacidades e papéis diferentes e com funções complementares.

Se algo em torno de 5.000 cidades apresentam atendimento em saúde básica – o que para a imunização da população é fundamental, na medida em que o sistema logístico especializado, como a cadeia de frios, está funcionando plenamente (o que não é exatamente o caso nos dias atuais), por outro lado

⁴ Segundo o REGIC 2018, a definição de centro local: **“O último nível hierárquico define-se pelas cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais**, podendo atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra cidade. Simultaneamente, os Centros Locais **apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública**, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial” (IBGE, 2020, p. 13, grifos nossos).

é preciso lembrar que apenas 11 cidades, de níveis de centralidade 1, 2 e 3 (conforme classificação do REGIC, 2018), realizaram 1.670.000 das 1.770.000 internações em 2018, isto é, 11 cidades realizaram 95% das internações do SUS em um ano (DATASUS, 2021).

Para não nos estendermos demasiadamente em dados – que não obstante é forçoso para tratar da economia política da cidade e da urbanização –, vale lembrar que no Brasil temos quase 50.000 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Pronto Atendimento distribuídas pelo território, sendo que o total de fixos em saúde do SUS atinge a 330.665 unidades, incluídos aí desde policlínicas a instituições públicas de saúde de funções burocráticas e administrativas. Além disso, há também fixos privados de serviços, administração e de finanças distribuídos pelo território de forma ainda mais concentrada.

Apesar da ampla distribuição dos serviços públicos de saúde no território, a oferta desses serviços provoca intensas movimentações de pessoas na rede urbana, em média 70 km de deslocamento para serviços de baixa e média complexidade, mas, no caso de Manaus, pode chegar a 500 km. A média de deslocamentos para serviços de saúde de alta complexidade é de 155 km, mas que pode ultrapassar os 500 km conforme o Estado da federação (IBGE, 2020).

É fundamental lembrar que precede a formação do SUS a pulverização do sistema de saúde em várias institucionalidades (públicas, beneméritas, corporativas, sindicais, etc.) e que multiplicaram fixos de saúde no território. A unificação desses sistemas fragmentados nas cidades, e entre as cidades, foi uma ação complexa e conflituosa. A posterior expansão do SUS também foi e continua sendo muito difícil, mas sua unificação, que originou o sistema atual, operou sobre uma divisão social e territorial do trabalho pretérita, buscando implementar ações comuns de modo a atingir a façanha de um sistema universal no enorme território brasileiro e controlado técnica e organizacionalmente em poucos centros de comando.

O evento da pandemia de Covid-19 e a resposta do território

Para o combate do coronavírus SARS-CoV-2 e a busca para superar a condição de pandemia no território brasileiro, foi possível contar com uma organização do sistema de saúde construído ao longo das últimas décadas e baseado numa racionalidade de atendimento universal. O Sistema Único de Saúde é um sistema público universal e robusto, considerado o maior para países com

mais de 100 milhões de habitantes. Em função da obrigatoriedade de atender a população residente no país, o SUS detém uma capilaridade para a vacinação em todo território que é paradigma de política pública de saúde em todo o mundo. Assim, apesar da inação do Governo Federal (bem como de parte de outros entes federativos) foi possível empreender uma vacinação eficaz depois de relativamente superados os óbices eminentemente políticos.

Não é exagerado dizer que a situação da vacinação brasileira iniciada no dia 17 de janeiro de 2021 e que chegou a 90 milhões de doses (25 milhões de segunda dose) em junho de 2021, e que após um ano passou para 382 milhões (precisamente em setembro de 2022),⁵ foi efetivada apesar da anomia governamental que se instaurou no país desde 2016 e foi agravada a partir da eleição de 2018, pois a política pública enraizada técnica e organizacionalmente na divisão territorial do trabalho não se desfaz de um momento para o outro.

Como apontado anteriormente, a atual estrutura do sistema de saúde brasileiro não se iniciou com a instituição da saúde universal no Brasil na Constituição de 1988 e a implementação do SUS a partir de 1990, mas remonta a toda organização social que veio se estabelecendo desde o alvorecer do século XX com o desenvolvimento das ciências médicas, implementação de sistemas hospitalares modernos, instituição de fixos menores como prontos-socorros atendendo populações distantes dos centros urbanos mais importantes, inauguração de campanhas de vacinações para diversas doenças, a participação de laboratórios públicos e privados, organização de trabalhadores para exigir do Estado e sindicatos a oferta de vários tipos de serviços para cuidados com a vida humana, etc. Todo esse processo que já remontava algo em torno de 80 anos ou mais, legou ao SUS uma grande estrutura que foi unificada num comando pelo Estado.

Assim, é importante reforçar o fato de que mesmo estando submetido a governos de diferentes orientações ideológicas, o sistema público de saúde tem uma dinâmica própria porque é interdependente da economia política da saúde, que é de enorme complexidade e reúne agentes diversos. Ele é garantido por leis constitucionais pétreas, e seu desmonte efetivo é um processo mais moroso do que uma ou duas gestões, ainda que governos distópicos como o

⁵ Esse total está dividido em 180 milhões para a 1ª dose, 61 milhões a 2ª dose, 99 milhões o primeiro reforço e 32 milhões o 2º reforço, além de 5 milhões de dose única mais 5 milhões de dose adicional à esta (Fonte: Ministério da Saúde).

Importante destacar que estes marcos temporais são arbitrários e correspondem ao dia da fala no seminário em homenagem ao Professor Milton Santos da qual deriva o presente texto, quando se completava algo em torno de 5 meses de vacinação contra Covid-19, e a data de finalização deste capítulo, 20 meses após o início da vacinação.

que conhecemos no presente tenham a capacidade de trazer muitos estragos e gerar muitas mortes, milhares de centenas como na presente pandemia.⁶

Por isso, pudemos assistir à retomada da vacinação em massa e sua rápida abrangência territorial, contrária à vontade do atual mandatário e de seus comandados. Não por outra razão também assistimos a produção intensa de vacinas a partir de acordos internacionais e com as corporações do setor que forneceram insumos (os chamados IFAs – Ingrediente Farmacêutico Ativo) para entrarem em linha de produção nas indústrias, sobretudo estatais, como aquelas pertencentes ao Butantã e Fiocruz. Um país que não conta com um complexo industrial da saúde no território não é capaz de mobilizar produções industriais em questão de meses.

Ainda é digno de menção a mobilização de agentes públicos e privados, e sobretudo das universidades públicas, que trouxeram rápidas soluções para disponibilizar equipamentos que não chegavam do exterior, como os respiradores, desenvolvimento de reagentes para testes, busca de novos medicamentos, etc. Tudo isso só pode ser realizado devido a presença de uma economia política da saúde que envolveu Estado, mercado, produção de conhecimento científico e técnico especializado, produção industrial, capilaridade dos fixos de saúde, etc.

Ainda assim, até 17 de janeiro de 2021 morreram 210 mil pessoas e no final de junho daquele ano a soma era de 516 mil mortes, mais de 300 mil em 5 meses. Um ano após se contabilizava 671 mil mortes, ou seja, desacelerou para 155 mil em 12 meses. Trata-se ainda assim de uma tragédia na história brasileira sem par. De fato, assistiu-se um sistema público de saúde lutando contra um governo central sombrio que pratica a necropolítica, no sentido empregado pelo camaronês Achille Mbembe em *Necropolitics*, que relaciona soberania e estado de exceção para abordar a chamada política de morte ou “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos e populações humanas” (2003, p. 14, tradução nossa).⁷

Ainda assim, com tamanha instrumentalização conjuntural e recente do Estado contra a população mais vulnerável, é preciso frisar que as políticas

⁶ E também é preciso contabilizar aí outros males decorrentes da falta de vacinação para outras doenças, verbas para sustentar o sistema, desmonte das farmácias populares, etc. Também é digno de menção o desemprego de profissionais altamente qualificados dessas grandes empresas que estão saindo em grande volume em razão dos rumores sobre privatização/eliminação do SUS (já que é o maior consumidor de suas produções).

⁷ O conceito de necropolítica decorre da formulação de biopoder de Foucault (2008) e é pensado originalmente tal como ela existiu nas colônias africanas com economias à base de trabalho escravo, mas tem sido aplicada a situações mais diversas, particularmente com relação à população mais pobre e aos excluídos. O historiador Achille Mbembe nasceu na República dos Camarões, e atualmente é docente pesquisador do Instituto Witwatersrand, em Joanesburgo (África do Sul) e na Duke University (EUA).

públicas de saúde no território brasileiro foram se estruturando de modo relevante, apesar dos enormes empecilhos inerentes à uma formação socioespacial periférica, o que permitiu chegar aos fixos técnicos e organizacionais que compõem a atual economia política da saúde no Brasil. Historicamente o campo da saúde foi se estruturando nas cidades e acompanhou em alguma medida a expansão urbana acelerada no território. E esse processo se deu pela construção política, com destaque para as políticas públicas territoriais da saúde.

No entanto, apesar dessa construção histórica sólida e emancipadora, estamos atravessando um momento duro e perigoso para toda a nação. Diante de vários eventos recentes de ataques ao Sistema Único de Saúde e seu fundamento de atendimento universal, fruto das conquistas das lutas sociais, torna-se imperativo refletir sobre os limites dos comandos político governamentais e legislativos que buscam fragmentar a Constituição para atender interesses imediatos de indivíduos, grupos políticos e de certas empresas. É evidente que atravessamos uma crise política, ética e moral sem precedentes, e as evidências apontadas escancaram a fragilidade do regime democrático e republicano.

O Modelo Cívico como referência para as políticas públicas territoriais

Como oferecer explicações coerentes e convincentes nesse momento da história brasileira? Como interpretar um país que há menos de 10 anos vinha numa direção de fortalecimento da presença do Estado em setores fundamentais e estratégicos, distribuía um pouco na base e incluía no consumo, atendia a prioridade máxima do abastecimento de alimentos para a população, além da busca continua em atender as demandas de saúde e educação?

E que, logo em seguida, sofreu uma reviravolta político-institucional que nos mergulhou nesse contexto de ilegalidades vindas do próprio Estado, o descarte do patrimônio público sem freios, além do total desprezo com o papel geopolítico do país?

Pensamos que o debate sobre o Modelo Cívico proposto por Milton Santos nos permite refletir sobre essas questões, incluindo a saúde como serviço e como campo de ação social. E, consequentemente, também lança luz sobre a atual conjuntura de pandemia que atravessamos, pois há uma série de problemas estruturais pelas quais o país passa na saúde pública. É necessário, portanto, que a teoria geográfica seja instrumental para compreender circunstâncias menos longevas, mas, ainda assim, é incontornável a conjugação entre o tempo de curto

prazo e o tempo de longo prazo para abordar as políticas públicas territoriais como assevera Milton Santos:

No Estado moderno, os governos devem, em sua ação, levar em conta dois horizontes temporais: o do longo prazo e o do curto prazo. O horizonte de longo prazo dá conta das grandes opções nacionais, os chamados grandes desígnios, que partem de uma visão prospectiva do lugar a alcançar ou manter dentro da comunidade internacional e do jogo de forças internamente desejável, para que sejam atingidos os ideais proclamados de liberdade, justiça e bem-estar para a população, do crescimento econômico adequado, da paz e do progresso sociais. (...) Quanto ao horizonte de curto prazo, é o da adaptação cotidiana da dialética exposta acima, de modo a encontrar soluções para os inúmeros conflitos que aparecem, no domínio da economia, da sociedade, da cultura e da política, e eliminar os desajustes que a implementação dos desígnios de longo prazo costumam acarretar. (SANTOS, 1987, p. 107).

Evidentemente não se trata de ignorar as grandes questões que colaboraram na caracterização da formação socioespacial brasileira ignorando macroprocessos cruciais. Santos lembra que nenhum país passou pela violência da aceleração de eventos no território como o Brasil, dos quais destacamos para as questões desenvolvidas até aqui e que tocam diretamente na constituição do nosso modelo cívico: i) a urbanização galopante e concentradora, concomitante com a desruralização; ii) degradação do ensino e das escolas; iii) expansão geográfica e concentração capitalista das mídias; iv) a instalação de um regime repressivo e supressão dos direitos, etc. que culminou na situação em que “no lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário” (SANTOS, 1987, p. 12).

Em seu entendimento, o modelo cívico deve ser autônomo e não subordinado ao modelo econômico tal como já se dava nos 1980 e que jamais foi superado. Numa democracia, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico, e deve-se partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão.

Todo nosso esforço deve estar empenhado na codificação desse modelo cívico, não mais subordinado ao modelo econômico, como até agora se deu, mas um modelo cívico que oriente a ação política e alicerce a solidariedade social e ao qual o modelo econômico e todos os demais modelos sejam subordinados. (SANTOS, 1987, p. 100).

Provavelmente o Programa Bolsa Família, e todas as ações sociais conjuntas e integradas como aquelas relativas a educação e a saúde, pode ser considerado uma forte evidência de que se buscou colocar o modelo cívico à frente do

econômico, procurando debater e construir o acesso aos direitos e afastando privilégios. Mas o quanto uma sociedade que não se afastou suficientemente do seu passado escravista e patriarcal/patrimonial estava preparada para o “choque de cidadania” pós-constituição de 1988?

As classes médias, na sua rápida constituição no Brasil, foram acostumadas a obter privilégios e não a lutar por direitos (SANTOS, 1987). A luta pela expansão dos direitos civis e sociais desde a redemocratização do país trouxe consigo muita intolerância por parte dos “não-pobres”⁸, além do medo de perda das vantagens no acesso aos serviços e/ou recursos públicos que, no passado, era ainda mais relacionada ao compadrio e apropriação privada dos bens e serviços públicos do que atualmente (ou pelo menos, até bem pouco tempo atrás).

A profunda crise política, ética e moral que se abateu sobre o país encontra poucos paralelos em toda sua história. Nem sequer é possível apontar uma crise econômica profunda como causa última do que atravessamos, ao contrário, mesmo em um cenário internacional adverso havia êxitos em diferentes áreas, como na energia, com destaque ao pré-sal, na saúde com a universalização atingindo índices de acesso cada vez maiores e a constituição de um verdadeiro complexo industrial da saúde, a ampliação do sistema de Ensino Superior e de pesquisa, destaque no plano internacional e geopolítico, entre outros pontos.

Uma rápida mirada para 10 anos ou pouco mais, coloca em destaque as diferenças sociais e políticas com o momento que atravessamos agora. Se havia apenas uma tensão suspensa naquele momento, agora pululam evidências de retrocessos e conflitos diretos: liberação descontrolada da importação, compra e uso de armas; a escalada da violência contra minorias, mulheres, negros e crianças; a volta do Brasil no mapa da fome da FAO; o apequenamento na atuação internacional e de sua participação na geopolítica, entre outros, são evidências de uma involução social e política em diversas direções.

Enfim, são todos indicadores de que é preciso refletir sobre o modelo cívico de que necessita o país. Mas o modelo cívico do Estado democrático, partidário, eleitoral, fundado no cidadão, parece em risco por toda parte. E no Brasil, pela sua formação histórica e com as especificidades que já denunciava Milton Santos nos anos 1980, o quadro é de tragédia e crise profunda.

Para finalizar este breve ensaio é importante repisar a máxima de que a dinâmica histórica é dialética e, portanto, é preciso ter no horizonte que há mudança possível pois a sociedade brasileira é bem-organizada em muitas frentes

⁸ Optamos por “não-pobres” no lugar de “elites” pois nos parece que este fenômeno vai muito além da classe dirigente.

e em diferentes classes sociais, apesar do que é propalado em sentido contrário no senso comum e lastreado por muitos meios de comunicação corporativos. E essa transformação deve partir do território, da organização social do e no território para guiar os rearranjos no sistema político. O lastro da ação política deve ser o território como nos ensina Milton Santos:

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. Vimos, já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e a sua fluidez. Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. (SANTOS, 1987, p. 116).

* * *

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. R. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 145-184.

ALVARENGA, A.A.; ROCHA, E.M.S.; FILIPPON, J.; ANDRADE, M. A. C. *Política externa e diplomacia da saúde global em tempos de pandemia: o Brasil na contramão da história. SciELO Preprints*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.881>. Acesso em: 02 jul. 2020

ANTAS JR., R. M. A articulação dos acontecimentos na construção dos fluxos globais: notas sobre o circuito espacial produtivo de medicamentos na França e no Brasil. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, p. 91-105, 2020a.

ANTAS JR., R. M. A pandemia de Covid-19 e o sistema internacional contemporâneo: o complexo industrial da saúde como componente da geopolítica contemporânea In: ARROYO, M.; ANTAS JR., R. M.; CONTEL, F. B (org.) *Meio técnico-científico-informacional em tempo de pandemia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020b.

ANTAS JR., R. M. *Circuitos espaciais produtivos do complexo industrial da saúde brasileiro*. Tese (Livre-Docência em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia

Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019a. 243 p.

ANTAS JR., R. M. Economia política da saúde no território francês e a produção farmacêutica globalizada. *Mercator*, Fortaleza, v. 18, mai. 2019b. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e18009>. Acesso em: 31 jul. 2019.

ANTAS JR., R. M. A economia política da saúde no território brasileiro e seu complexo industrial: uma análise a partir do conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 243-256, nov. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/38455>. Acesso em: 21 ago. 2019.

DATASUS. 2021. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>.

FARIAS, A. R. *et al.* Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil. Campinas: Gestão Territorial, 2017. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1069928>. Acesso em: 31 jul. 2019.

FREEMAN, R.; MORAN, M. A saúde na Europa. In: NEGRI, B.; VIANA, A. L. A. (org.). *O SUS em dez anos de desafio*. São Paulo: Sobravime; Cealag, 2002. p. 45-64.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, C. A. G. O complexo econômico-industrial da saúde 4.0: por uma visão integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 16, n. 28, p. 25-49, 2021.

IBGE. *Regiões de influência das cidades*: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

IBGE. *Áreas urbanizadas do Brasil – 2005*. Rio de Janeiro: MPOG, 2015.

LIMA, N. T.; FONSECA, C. M. O.; HOCHMAN, G. A saúde na construção do Estado nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica. In: LIMA, N. T.; EDLER, F. C.; GERSCHMAN, S.; SUÁREZ, J. M. (org.). *Saúde e democracia: história e perspectiva do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 27-57.

MBEMBE, J.; MEINTJES, L. Necropolitics. *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Painel Coronavírus*. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>.

MOTA, A. *Tempos cruzados*: saúde coletiva no Estado de São Paulo 1920-1980. 1. ed. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2020. 424 p.

PAIM, J. S. A reforma sanitária brasileira e o Sistema Único de Saúde: dialogando com hipóteses concorrentes. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 625-644, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312008000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312008000400003>.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. de S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 11-32, 1997.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo, Hucitec/Educ, 1994.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

VIANA, A. L. A; SILVA, H. P.; ELIAS, P. E. M. Economia política da saúde: introduzindo o debate. *Divulgação em Saúde para Debate*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 7-20, jan. 2007.

COMO CITAR

ANTAS JR., Ricardo Mendes. Políticas públicas territoriais de saúde no Brasil em tempos de crise democrática e institucional. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 93-110.



TERCEIRA PARTE

URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E POBREZA ESTRUTURAL NA CIDADE E NO CAMPO

Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil

Denise Elias*

Introdução

Mesmo após 20 anos sem sua presença física, o geógrafo Milton Santos se mantém vivo por meio de sua vasta obra, uma verdadeira teoria geográfica, que continua sendo decifrada em suas diversas dimensões, fases e faces e que ainda reclama muita análise e reflexão, dada a sua complexidade. Assim, ainda temos um extenso campo de ação a partir da obra que ele produziu.

Sinto-me privilegiada por ter convivido com Milton Santos durante vários anos, inicialmente como aluna da graduação, quando cursei a primeira disciplina que ele ministrou ao ingressar no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e, em seguida, como assistente de pesquisa e orientanda de pós-graduação, ocasiões em que me foi possível aprender não só sobre a Geografia, mas sobre a vida. Essa convivência me marcou definitivamente, constituindo um importante divisor de águas para uma periodização de minha própria existência.

* Agradecemos ao CNPq o financiamento de algumas de nossas pesquisas que embasaram este capítulo.



As ideias e reflexões aqui apresentadas sintetizam alguns temas e processos com os quais tenho trabalhado nos últimos anos. Dessa forma, este capítulo expõe minha interpretação geográfica das transformações da agropecuária e do espaço agrário do Brasil associadas à revolução tecnológica e aos novos signos do período técnico-científico informacional

A análise do presente trabalho está fortemente calcada em pesquisas que tenho realizado nos últimos anos, tendo no arcabouço teórico-conceitual e metodológico propostos por Milton Santos um pilar central. Assim, o texto perpassa direta e indiretamente várias de suas obras, mostrando que suas reflexões sobre a natureza do espaço geográfico continuam atuais e ainda contribuem significativamente para as leituras de análise e de síntese do Brasil e do mundo contemporâneo.

O recurso da periodização, muito utilizado por Milton Santos, foi adotado na presente análise com um recorte temporal dos últimos 50 anos, uma vez que nesse intervalo de tempo houve a quebra de alguns paradigmas que explicam a sociedade e o território brasileiros e sem os quais qualquer interpretação ficaria vazia.

Considerando as linhas de pesquisa com as quais tenho trabalhado e o atual momento de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e de grande retrocesso político no Brasil como motes para a construção deste capítulo, será discutida a difusão do agronegócio globalizado, a fragmentação do território a ele associada, o aumento da pobreza estrutural e das desigualdades socioespaciais, além de sugerir caminhos à ação emancipatória. Desse modo, é possível refletir sobre alguns dos processos e disputas contemporâneos pelos usos dos territórios, bem como sobre a gravidade das crises política, econômica, social, ambiental e sanitária que estamos vivendo.

Como já ensinado por Milton Santos, tais processos foram estudados como frutos da dialética de uma ordem global em uníssono com uma ordem local, buscando na totalidade a força do método, trilhando a busca do caminho analítico para uma Geografia crítica. Como insistia, para ser útil, a Geografia crítica precisa ser analítica e não apenas discursiva, assim como são necessários esforços de análise e de síntese como forma de imbricar o teórico com o empírico, tarefa das mais difíceis e uma das marcas importantes da sua obra.

Duas teses que defendo há tempos serão consideradas como argumento central para a construção do capítulo: a de que o agronegócio globalizado é um dos principais vetores da reorganização do território brasileiro nas últimas cinco décadas, sendo responsável pela reestruturação do espaço não só agrícola,

mas também urbano e regional em diferentes partes do país; e a tese de que o agronegócio globalizado é uma evidência importante do ingresso passivo e subordinado do Brasil na globalização, constituindo, portanto, um entrave para avançarmos na construção da emancipação social e da democracia.

Por outro lado, analisando o momento atual – no qual vivemos uma democracia rasurada desde o golpe parlamentar de 2016, processo bastante acirrado com o mandato do presidente da república Jair Messias Bolsonaro (01/01/2019 a 31/12/2022) –, com o apoio das chamadas “elites” econômica, política, jurídica e dos militares ao conjunto de ações e reformas perversas; com verdadeiras atrocidades sendo impostas a toda sociedade; com um gigantesco aparelhamento do Estado; com o desmonte de inúmeras políticas públicas conquistadas depois de décadas de lutas se deu o aumento de poder dos agentes hegemônicos do agronegócio atuantes no país, ampliando a pobreza estrutural, as desigualdades socioespaciais e os conflitos e a violência no campo e nas cidades.

Além da presente introdução e das considerações finais, este capítulo está dividido em quatro partes que apresentam os elementos de argumentação para as teses supracitadas. A primeira seção expõe alguns pressupostos do agronegócio globalizado, enquanto a fragmentação do território, a especialização territorial produtiva e o incremento da urbanização associados ao agronegócio são elementos trabalhados na segunda seção. A terceira seção destaca aspectos da globalização perversa associada à difusão do agronegócio, e, por fim, na quarta seção, apresentamos uma metáfora associada à ideia de que existe uma gama de nós criados pela economia e pela sociedade do agronegócio que funcionam como esteio do agronegócio globalizado e que o caminho para uma ação emancipatória seria desatar esses nós.

Alguns pressupostos do agronegócio globalizado

Como já destacaram vários autores, o capitalismo está ancorado em um tripé destrutivo do neoliberalismo, da reestruturação produtiva, sob o comando do capital financeiro. Entendemos que nesses mesmos pilares está ancorada parte significativa da agropecuária no Brasil nas últimas décadas, especialmente desde os anos de 1970, quando suas bases foram redefinidas técnica e socialmente.

No que tange às forças produtivas da agropecuária, houve grandes investimentos fortemente calcados na utilização intensiva de ciência, tecnologia e capital, visando o aumento da produção e da produtividade. A difusão de inovações tecnológicas de várias naturezas e magnitudes reduziu o tempo de

produção, sempre superior ao tempo de trabalho necessário à realização do ciclo biológico das plantas e dos animais, o que, segundo a lógica do capital, compromete as taxas de lucro. Assim, foram geradas muitas novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital e para a realização da mais-valia mundializada no setor.

Desde então, tem se organizado um novo padrão econômico, social e territorial de produção agropecuária que, embora não seja único no país, cada vez mais e com muita força tem conseguido se sobrepor às demais formas de agropecuária sob vários aspectos. Via especialização e divisão social e territorial do trabalho, ampliaram-se as potencialidades das economias de escala, aumentando a competitividade e otimizando os lucros, respondendo mais positivamente à racionalidade do capitalismo em sua fase atual. Assim, progressivamente, correlacionam-se muito fortemente as condições locais em fase dos imperativos da ordem global hegemônica.

Esse modelo de produção passou a ser denominado de forma indiscriminada de agronegócio, especialmente nos últimos 20 anos, como tradução do termo original estadunidense. Apesar do pouco tempo de existência dessa palavra, ela possui caráter polissêmico e é carregada de ideologia e mitos. Entre nossos objetivos com o presente texto, está também o de contribuir para desmistificar alguns deles, auxiliando na construção de uma visão crítica sobre o tema.

Como a própria palavra explicita – “agro” + “negócio” –, o objetivo principal do agronegócio não é gerar alimentos para a sobrevivência humana, mas produzir muitas novas mercadorias, notadamente *commodities* agrícolas voltadas à produção de ração animal, agrocombustíveis e alimentos industrializados ultraprocessados, cujos destaques seriam a soja, a cana-de-açúcar, o milho, o algodão e as carnes (sobretudo de boi, galinha e porco), visando cada vez mais a obtenção de lucros e de rendas da terra.

Tratamos aqui do agronegócio globalizado, estabelecido em rede e que soma uma gama de atividades em todos os setores econômicos para além da agropecuária propriamente dita, trabalhando em total simbiose com atividades industriais, de comércio e de serviços. Essa rede é complexa e inclui desde uma empresa de pesquisa agropecuária até uma *agtech* de distribuição de alimentos das empresas de *fast food*.¹

Segundo Milton Santos (1985, 1988, 1996, 2000), a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do capitalismo, que tem no

¹ *Agtechs* são *startups* voltadas ao agronegócio.

meio técnico-científico informacional sua face material. Essa face revela a nova composição técnica do espaço, com conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação e compõem uma das unicidades constitutivas do período técnico-científico informacional: a unicidade técnica.

Para que o agronegócio globalizado se difundisse por todo o território brasileiro, foi necessária a expansão de um conjunto portentoso do que Santos (1996) chamou de sistemas de objetos para atender às demandas diversas das grandes empresas e corporações do segmento no campo e nas cidades. São estradas, portos, terminais portuários, silos, esmagadoras de soja, usinas e destilarias, indústrias de máquinas agrícolas, armazéns, campos avançados de pesquisa agropecuária, lojas de agrotóxicos, perímetros irrigados, pistas de pouso, etc.

Compôs-se, assim, um meio técnico-científico informacional que permitiu grande capilaridade ao agronegócio, propiciando a dispersão espacial da produção agropecuária inerente ao agronegócio pelas diferentes partes do país. Lembremos que é aí que se instalam as atividades hegemônicas, as quais têm parte de seus circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1986a, 1986b) em outros países.

Por outro lado, o meio técnico-científico informacional contém novas ferramentas de controle do território. Pensemos, por exemplo, na conectividade em um campo de produção de *commodities*, quando novos e modernos aplicativos permitem a automação na agropecuária, tal como de uma colheitadeira operada a distância por *smartphones* ou *notebooks*, ou de uma usina de cana-de-açúcar operada a partir de uma sala de controle da empresa localizada há quilômetros de distância.

A difusão do meio técnico-científico informacional garantiu fluidez territorial e informacional ao espaço e redefiniu a divisão social e territorial do trabalho, além de aumentar geometricamente as possibilidades de seu uso e sua ocupação. Exacerbaram-se, assim, a apropriação e a superexploração da natureza pelos agentes do agronegócio, com a inserção produtiva do que Santos (1988) chamava de lugares de reserva, no caso aqui discutido, aos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação do agronegócio.

Entre os resultados desastrosos desses processos, tivemos a intensa substituição das vocações naturais dos lugares pelas imposições econômicas das corporações, com mudanças radicais nas formas de uso e ocupação do espaço por todo o país, havendo grande substituição de matas e florestas naturais, de áreas com produção de alimentos da cesta básica (arroz, feijão, mandioca) e

de áreas de coleta pela expansão de monocultivos de *commodities* em grande parte voltados para exportação.²

Percentual significativo dos riquíssimos ecossistemas brasileiros hoje já se encontra destruído, levando à diminuição de uma das mais importantes biodiversidades do planeta e a um devastador processo de extinção de inúmeros saberes e fazeres construídos ao longo de séculos pelos povos originários, ribeirinhos, quebradeiras de coco, coletores de carnaúba e babaçu, pescadores artesanais, camponeses, entre tantos outros.

Evidentemente, esse processo gerou metamorfoses radicais nas relações sociais de produção, assim como na divisão social e territorial do trabalho na agropecuária. De um lado, ocorreu a territorialização do capital de grandes empresas e corporações no campo, que passaram a ser os agentes hegemônicos do agronegócio. São desde corporações agrícolas e agroindustriais até de capital financeiro, por intermédio de vários de seus instrumentos, incluindo os fundos de investimentos, que hoje monopolizam o espaço agrícola.³

Entre os agentes do agronegócio, devemos citar também os grandes proprietários de terras e o Estado, cujo papel foi e continua sendo determinante para a consolidação do agronegócio por meio de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola (política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas) e de políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor, como destaca Delgado (2012).⁴

² Somente nas últimas três décadas a área plantada com arroz diminuiu cerca de 70%, a com feijão 50% e a com mandioca 30%, enquanto a área de plantio de soja cresceu 250% e a de cana-de-açúcar 140% (IBGE, 2020).

³ A título de exemplo, citamos as 15 maiores corporações do agronegócio com atuação no Brasil, segundo suas respectivas receitas (REVISTA FORBES, 2021): JBS (alimentos e bebidas); Raízen Energia e Cosan (ambas do setor de agroenergia); Marfrig Global Foods, Cargill, Ambev, Bunge, BRF (todas classificadas como do segmento de alimentos e bebidas); Cofco International (trading e comércio); Suzano (madeira, celulose e papel); Copersucar (agroenergia); Louis Dreyfus (tradings e comércio); Amaggi (alimentos e bebidas); Minerva (alimentos e bebidas); Coamo (cooperativas). Entre essas transnacionais, temos corporações que nasceram no Brasil, nos EUA, na Holanda, na China e na França. Utilizamos as nomenclaturas da própria revista Forbes para classificar os ramos das respectivas corporações.

⁴ Embora não seja o objetivo deste capítulo, gostaríamos de citar duas leis decisivas para as transformações dos elementos técnicos e sociais da estrutura fundiária e a situação em que nos encontramos hoje no Brasil: o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) e o Estatuto do Trabalhador Rural (BRASIL, 1963), promulgados na década de 1960. O primeiro estabeleceu uma política fundiária favorável à manutenção da propriedade privada da terra rural, enquanto o segundo legislou sobre as relações de trabalho no campo e estendeu para os trabalhadores agrícolas os direitos trabalhistas urbanos vigentes naquele momento. Ambos foram determinantes para as mudanças das relações sociais de produção no campo.

Concomitantemente à territorialização do capital no campo e à monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2004), dá-se a desterritorialização de milhares de pequenos agricultores e um conjunto amplo de povos originários, por meio de conflitos, violência, expulsões, expropriações, grilagem e assassinatos. Nos anos 1960 e 1970, cerca de 30 milhões de pessoas deixaram o campo no Brasil, tornando o chamado êxodo rural uma das marcas da dinâmica populacional do período. Em grande parte, esses são os excluídos, os expropriados, os acampados, os expulsos pela reestruturação produtiva da agropecuária.

Ainda no que tange às mudanças das relações sociais de produção, teve origem um mercado de trabalho agrícola formal, realidade praticamente inexistente até então em muitas partes do país. Isso ocorreu concomitantemente ao acirramento da divisão social do trabalho. Dessa forma, o mercado de trabalho agrícola formal é composto por dois tipos de trabalhadores. De um lado estão os trabalhadores braçais, aos quais restou basicamente a própria força de trabalho, sendo que muitos deixaram o campo para residir na cidade, compondo o que Santos (1988) chamava de *agrícola não rural*, ou seja, o indivíduo que mora na cidade, mas trabalha com agropecuária. E na outra ponta desse mercado de trabalho, encontra-se o trabalhador, geralmente urbano, cada vez mais especializado para atender à extensa gama de novas e complexas demandas das atividades associadas ao agronegócio.

Todo esse processo tem ocorrido paralelamente à superexploração do trabalho, que ainda apresenta resquícios de trabalho escravo. Todos os anos, o Ministério do Trabalho divulga a lista suja dos empregadores autuados por submeter trabalhadores às condições análogas à escravidão e o agronegócio está entre os setores que mais se associam a tais práticas no Brasil, sendo comum encontrar grandes empresas do setor nessas listas. E isso já ocorria antes da aprovação das últimas reformas trabalhistas, em 2017, que retiraram vários direitos dos trabalhadores, além de dificultar as ações de fiscalização da Justiça do Trabalho.

Uma nova dinâmica do mercado de terras se instalou no país, segundo a qual a terra de trabalho cada vez mais se transforma em terra de negócio (MARTINS, 1980), em ativo financeiro, processo bastante incrementado desde o início do século XXI, aumentando a financeirização da agricultura. Assim, acirra-se ainda mais a privatização da terra e de todos seus bens naturais (a água, os minerais, a biodiversidade) – patrimônio dos brasileiros – com o aumento geométrico da já histórica concentração fundiária.

Uso corporativo do território e especialização territorial produtiva

Como nos ensinou Milton Santos (1988, 1996, 2000), o mundo da globalização é contrariado nos lugares e, quanto mais esses se globalizam, mais se tornam singulares, pois o arranjo dos elementos componentes do território em um determinado lugar não será encontrado em nenhum outro. Assim, a própria globalização produz a fragmentação do território e gera um conjunto de especializações territoriais produtivas, uma vez que os agentes econômicos hegemônicos atuam de forma extremamente seletiva.

Esse aspecto também se aplica ao agronegócio globalizado, pois a dispersão espacial de suas atividades inerentes promove especializações territoriais produtivas por todo o país, incluindo campo e cidade. Considerando-se o complexo conjunto de atividades que compõem o agronegócio, é notório que seus sistemas de objetos e sistemas de ação (SANTOS, 1996) não se localizam e se realizam somente no campo, mas também nos espaços urbanos de vários estratos da rede urbana brasileira. É na cidade que se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio, como atividades de comando, de fornecimento de uma gama diversa e complexa de produtos, serviços e mão de obra especializados. Tais especializações têm intensificado a urbanização do território brasileiro nas últimas cinco décadas, realidade presente em todas as áreas onde o agronegócio se difunde, apesar de suas muitas especificidades.

Por mais diversos que os espaços que recebem os investimentos produtivos do agronegócio sejam, todos abrigam determinados processos que contribuem para a intensificação da urbanização: relações campo-cidade complexas e numerosas, criação de novas cidades e a (re)estruturação de outras e (re) estruturação urbana-regional.

Destacamos aqui um importante processo associado à especialização territorial produtiva resultante do agronegócio: a formação do que chamamos de RPA, isto é, *região produtiva do agronegócio* (ELIAS, 2006, 2011, 2016, 2017). A análise dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação do agronegócio globalizado evidencia a formação de redes geográficas a ele associadas e as RPAs seriam parte dessas redes. Compreendemos que essas regiões são híbridas, formadas de espaços agrícolas extremamente racionalizados e espaços urbanos não metropolitanos com funções especializadas para atender às demandas do agronegócio.

As *regiões produtivas do agronegócio* têm experimentado uma ocupação comandada por agentes econômicos extrarregionais, responsáveis por implantar novos processos econômicos e produtivos, assim como novas práticas espaciais totalmente associadas aos interesses das corporações transnacionais e de seus aliados nacionais. São regiões cada vez mais abertas às determinações exógenas e aos novos signos contemporâneos, dominadas por redes de fixos ultramodernos que permitem grande fluidez, conectando a região diretamente com os locais de consumo e comando em nível mundial.

As RPAs são extremamente especializadas na produção de *commodities* agrícolas e constituem regiões onde os capitais do agronegócio têm cada vez mais domínio sobre os meios de produção, as terras, a tecnologia, a logística, os trabalhadores e, naturalmente, sobre as esferas locais de poder⁵, mostrando que as necessidades das corporações do agronegócio determinam não só as formas de produção do espaço agrícola, mas também urbano e regional.

Nas *regiões produtivas do agronegócio* as verticalidades predominam sobre as horizontalidades, lembrando que, para Santos (1993, 1996), ambas são recortes espaciais do tempo da globalização. Da mesma forma, recordando outras noções tão caras a Milton Santos, concluímos que nas RPAs, a solidariedade organizacional predomina sobre a solidariedade orgânica, deixando inequívoco que, nessas regiões, prevalece o que Santos (1979) chamava de uso corporativo do território, no caso, sob o comando das corporações do agronegócio globalizado.⁶

Utilizando outra noção de Santos (1993) para o caso presente, afirmamos que as *regiões produtivas do agronegócio* nada mais são do que meras regiões do fazer do agronegócio globalizado. Assim, a RPA é um recorte espacial que permite analisar muito claramente a inserção passiva do país na economia e no consumo globalizados, ou seja, como ocorre a produção do espaço capitalista no Brasil no período histórico atual.

Internamente a uma RPA, temos um conjunto de cidades especializadas no atendimento às demandas do agronegócio, as quais chamamos de *cidade do agronegócio* (ELIAS, 2003, 2006, 2010, 2011, 2012, 2015, 2016, 2022). A noção de cidade do agronegócio é uma derivação de cidade do campo, proposta por Milton Santos (1988, 1993, 1994a, 2000). Utilizamos essa noção por cerca de

⁵ É comum que agentes do agronegócio local ocupem cargos no executivo e no legislativo municipais, como prefeitos e vereadores.

⁶ Sobre horizontalidades e verticalidades e solidariedades orgânicas e organizacionais, consultar Santos (1993, 1996, 2000).

10 anos, mas, desde o final dos anos 1990, preferimos substituí-la por cidade do agronegócio, para melhor explicitar a quais agentes e interesses a produção dessas cidades se associa, buscando melhor consolidar conceitualmente essa noção.

Cidades do agronegócio são aquelas capazes de oferecer respostas imediatas às necessidades técnicas, científicas, financeiras, de logísticas e de mão de obra para o agronegócio. São os espaços urbanos não metropolitanos inseridos nas RPAs, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou de porte médio. Entendemos que as *cidades do agronegócio* são estrutura, processo, função e forma para e da reprodução do capital do agronegócio,⁷ constituindo, portanto, pontos fundamentais na rede de relações econômicas, sociais, políticas e de logística do agronegócio.

As *cidades do agronegócio* existem em todo o Brasil agrícola com áreas urbanas.⁸ Algumas são mais antigas e encontram-se em permanente processo de (re)estruturação, enquanto outras já nasceram como fruto da difusão do agronegócio globalizado e da divisão do trabalho por ele estabelecida. Defendemos que as *cidades do agronegócio* são exemplos efetivos do uso corporativo do território brasileiro pelas corporações do agronegócio. Citemos algumas: Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde (MT); Balsas (MA); Uruçuí (PI); Rio Verde (Go); Ribeirão Preto (SP); Luís Eduardo Magalhães (Ba); Chapecó (SC); Dourados (MS); Uberlândia (MG); Passo Fundo (RS); Limoeiro do Norte (CE), entre outras.⁹

Para melhor compreender a produção, o funcionamento e as funções especializadas desse tipo de cidade, é importante estudar os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação que se estabelecem com os espaços agrícolas que as circundam e com outras cidades nos diversos estratos da rede urbana brasileira.

Se as RPAs são territórios meramente do fazer, é óbvio que há uma dissociação entre elas e os lugares de comando do agronegócio, situados nas metrópoles globais. No Brasil, a cidade de São Paulo é o núcleo da produção moderna, devido a sua maior integração ao sistema de relações globalizadas (SANTOS, 1990, 1993, 1994b), o que também é válido para o agronegócio

⁷ Sobre estrutura, processo, função e forma, ver Santos (1985).

⁸ Santos (1993) apresenta a ideia da divisão de nosso país em um Brasil agrícola com áreas urbanas e um Brasil urbano com áreas agrícolas.

⁹ Nosso último artigo sobre as cidades do agronegócio teve como objetivo principal refletir sobre algumas possibilidades de operacionalização de pesquisas sobre essa tipologia de cidade (ELIAS, 2022).

globalizado. Como exemplo, podemos citar a localização dos escritórios corporativos das 50 maiores empresas do agronegócio no Brasil, uma vez que 50% delas estão localizadas na cidade de São Paulo (EXAME, 2016), principalmente nas avenidas Faria Lima e Berrini,¹⁰ importantes vias da cidade.

Embora seja o epicentro do comando do agronegócio globalizado no Brasil, para as corporações transnacionais, a metrópole paulistana é somente um elo subalterno da cadeia de comando dessas corporações, cujos escritórios centrais se localizam em seus países de origem. Isso mostra que os estudos sobre o agronegócio devem ter caráter não só intersetorial, mas também multiescalar (ELIAS, 2017). Nesse ponto, recordamos a teoria dos dois circuitos da economia urbana, desenvolvida por Milton Santos (1979), pois entendemos que o agronegócio globalizado participa do circuito superior da economia urbana da principal cidade brasileira, como ocorre com várias outras metrópoles globais (ELIAS, 2017).

Para finalizar a presente seção, destacamos que a urbanização associada ao agronegócio é uma evidência de urbanização corporativa (SANTOS, 1993), ou seja, empreendida sob comando e interesse das corporações, no caso, associadas ao agronegócio globalizado. E a urbanização corporativa, por sua vez, relaciona-se ao que Santos (2000) chamava de pobreza estrutural. Dessa forma, nas *regiões produtivas do agronegócio*, o campo e a cidade revelam as novas faces da pobreza estrutural e as cidades do agronegócio constituem a própria materialização dessa pobreza, além de produzir novas e mais complexas desigualdades socioespaciais.¹¹

Globalização perversa, pobreza estrutural e desigualdades socioespaciais

Diante do exposto, afirmamos que o agronegócio globalizado é uma catástrofe para o Brasil, uma vez que toda a reestruturação produtiva e territorial associada à agropecuária tem ocorrido de maneira extremamente prejudicial à maioria da população brasileira e ao meio ambiente, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais, além de ampliar a pobreza e gerar novas desigualdades no campo e nas cidades.

¹⁰ Para realização de um trabalho de campo no terminal portuário da Cargill, uma das maiores corporações do agronegócio do mundo, localizado na cidade de Santarém, no Pará, todas as entrevistas e autorizações foram realizadas a partir do escritório da empresa na cidade de São Paulo.

¹¹ Entre os registros de nossas pesquisas sobre desigualdades socioespaciais em regiões e cidades do agronegócio, podemos citar: Elias (2003, 2006), Elias; Pequeno (2007, 2010, 2016) e Pequeno; Elias (2020).

Apesar de tantas mudanças com a revolução tecnoagrícola (SANTOS, 1996) e a difusão do agronegócio globalizado, alguns aspectos permaneceram inalterados, enquanto outros pioraram no Brasil. Alguns dos traços estruturais da sociedade brasileira não foram alterados: a concentração fundiária, a colonialidade que comanda a agropecuária do país desde 1500, o predomínio dos monocultivos, as estruturas de poder, o patrimonialismo e a avassaladora destruição das matas e florestas, que hoje está perto de atingir um estágio crítico, com poucas possibilidades de regeneração.

Não é demais repetir o que já afirmamos há anos e que já soa quase como um mantra: a revolução tecnoagrícola e a difusão do agronegócio globalizado são espacialmente seletivas, economicamente concentradoras, socialmente excludentes e ambiental e culturalmente devastadoras. A crescente expansão do agronegócio tem gerado cada vez mais concentração de riquezas, pobreza estrutural, desigualdades socioespaciais, além de uma maior quantidade e intensidade da violência no campo (ELIAS, 2003, 2006).

O avanço do agronegócio também impacta diretamente na saúde das pessoas, ao difundir um sistema alimentar baseado em um pacote tecnológico que inclui sementes transgênicas, diversos tipos de agrotóxicos, alimentos industrializados ultraprocessados, que causam doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, entre outras, que aumentam os riscos de o indivíduo manifestar as formas mais graves de Covid-19 em caso de contágio, durante a atual pandemia (ELIAS, 2021a).

Mas, como nada é tão ruim que não possa piorar, desde o golpe parlamentar de 2016, exacerbam-se todos esses processos perversos e devastadores. Como os agentes do agronegócio representaram um dos pilares para a eleição do presidente Bolsonaro (01/01/2019–31/12/2022) e permanecem como um dos sustentáculos de seu mandato, seus poderes aumentaram ainda mais no atual governo. A tradicional relação entre os grandes proprietários de terra e os poderes político e econômico está cada vez mais forte, evidenciando o sincretismo entre interesses econômicos e políticos. Prova disso é o *lobby* legalizado, financiado por associações e empresas do agronegócio, cujo símbolo maior é a Frente Parlamentar da Agropecuária, sustentada pelo Instituto Pensar Agro (IPA), materializada na poderosíssima bancada ruralista do Congresso Nacional, que soma aproximadamente 250 parlamentares e que foi responsável por cerca de 50% dos votos favoráveis ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (01/01/2011–31/08/2016). Como resultado, presenciamos um aumento vertiginoso da grilagem, dos desmatamentos, dos conflitos e da violência no campo, da pobreza estrutural, da fome e da inflação (ELIAS, 2021b).

Caminhos à ação emancipatória: pensando articulações contra-hegemônicas

O cenário não é nada animador, mas devemos lembrar que, entre as lições mais importantes que Milton Santos nos deixou, está a de que é importante olhar para frente, ter dedicação, coragem e perseverança para enfrentar as adversidades e pensar o futuro. Aliás, pensar o futuro era um traço marcante da personalidade de nosso estimado geógrafo, que sempre mencionava a possibilidade de um outro futuro, afirmando que era essencial que compreendêssemos o presente e os processos que nos trouxeram ao momento atual para buscarmos futuros alternativos.

Em seu livro *Por uma outra globalização*, Milton Santos (2000) destaca que, ao mesmo tempo em que se globalizam o neoliberalismo, a taxa de lucro, a miséria e a exclusão social, globalizam-se também o conhecimento, as lutas sociais e a vontade de mudar o mundo. Em sua ideia de futuro, ele acreditava na construção do período demográfico-popular, quando a luta cotidiana do povo abrirá novos caminhos e a solidariedade horizontal predominará em substituição às verticalidades opressivas das corporações. Diante disso, devemos recordar que as formas-conteúdo do agronegócio globalizado não são inevitáveis ou incontestáveis; ao contrário, devem ser recusadas e substituídas por outras.

Temos trabalhado com a metáfora de que o agronegócio é sustentado por uma gama de nós muito bem amarrados, criados pela economia e pela sociedade do agronegócio. Assim, um dos caminhos para a ação emancipatória consiste em desatar esses nós. A seguir, discutiremos alguns desses pontos de entrave, que precisam urgentemente ser desvencilhados para avançarmos em caminhos que libertem a sociedade da perversidade que estamos vivenciando. Uma vez que os nós são muitos e que não é possível analisar todos eles com profundidade, optamos por discutir alguns daqueles que entendemos como estruturais: o nó da terra, o nó da psicosfera do agronegócio, o nó do alimento como mercadoria, o nó da concentração econômica e o nó da simbiose entre o Estado e os agentes do agronegócio.

O nó da terra

Inspirados no artigo de Ermínia Maricato (2008), intitulado *O nó da terra*, pareceu-nos uma boa metáfora afirmar que as fábulas associadas ao agronegócio brasileiro são verdadeiros nós que precisam ser desatados imediatamente para a construção de uma sociedade mais democrática no país.

O acesso privado à terra, a concentração fundiária, o latifúndio e a grilagem continuam a ser nós estruturantes da sociedade brasileira. Com a propagação do agronegócio, a grilagem tem impulsionado a expansão ilegal em áreas de florestas e reservas, alimentando e promovendo diversos conflitos no campo, além de contribuir para um aumento expressivo da concentração fundiária.

Considerando-se a atual linha do desmonte do país, uma característica do *modus operandi* do executivo federal consiste nos diversos projetos de lei em andamento que, se aprovados, tornarão a situação ainda pior, incrementando os processos de apropriação de terras e de seus bens naturais, afastando cada vez mais a terra de cumprir sua função social e ambiental.

O “PL da Grilagem” (BRASIL, 2020), que versa sobre a regularização fundiária e que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, está entre os mais devastadores. Se efetivamente aprovado, esse projeto de lei fortalecerá a grilagem de terras, incentivando as invasões, uma vez que defende a anistia aos invasores e a privatização de terras públicas, além de estimular a continuidade das ocupações ilegais, o que contribui significativamente para o aumento do desmatamento, como já vem acontecendo de forma avassaladora desde a posse do atual governo federal.

O nó da psicosfera do agronegócio

Outro nó, sem o qual o agronegócio não se sustentaria, é o da *psicosfera* do agronegócio. Para Milton Santos (1994a, 1996, 2000), a psicosfera é formada pelo reino das ideias, das crenças, das paixões e dos sentidos que estimulam o imaginário e solidificam novos padrões comportamentais. Nesse sentido, além de construir sua tecnosfera, o agronegócio forma também uma poderosa psicosfera, ou seja, um imaginário social favorável a ele, evidenciando a relação indissociável dos sistemas de objetos com os sistemas de ação, revelando as verdadeiras intencionalidades que comandam a regulação dos sistemas de objetos.

Estabelecendo uma analogia com a obra *Por uma outra globalização* (SANTOS, 2000), poderíamos afirmar que a psicosfera produz o agronegócio como fábula, defendendo as ideias falaciosas de que o agronegócio é ambientalmente sustentável, promove distribuição de renda, é responsável pela segurança alimentar e soberania do país, ou ainda, que agronegócio brasileiro alimenta o mundo, que os agrotóxicos não fazem mal à saúde, etc.

Vários agentes da indústria cultural brasileira atuam para tal objetivo. Como sabemos, a posse de meios de comunicação é uma estratégia antiga na guerra cultural de difusão de ideologias. Há muitos *sites* especializados, canais de TV, revistas, informes publicitários, entre outros, que trabalham para construção de uma imagem positiva do agronegócio. E, muitas vezes, importantes agentes do agronegócio são proprietários de alguns desses meios de comunicação.¹²

Mas, sem dúvida, poucos meios de comunicação obtiveram tanto sucesso na construção de uma imagem favorável ao agronegócio como a gigantesca operação publicitária empreendida pela Rede Globo de Televisão, que nos massacra há anos, intitulada *Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo*. A campanha foi lançada em meados de 2016 e ainda se encontra em vigência, contribuindo de forma expressiva para a desinformação do telespectador. Entendemos que seria mais coerente com a realidade trocar o *slogan* da campanha por *Agro é Fogo, Agro é Veneno, Agro é Morte dos povos originários, Agro é Fome*.

Outra ação recente, relativa à psicosfera do agronegócio, vem sendo promovida pelas intituladas *Mães do Agronegócio*¹³, que desejam interferir no conteúdo dos livros didáticos. Com apoio do movimento por ex-ministros da agricultura, da educação e do meio ambiente do atual governo, já existem ações de deputados da bancada ruralista solicitando a revisão dos livros didáticos.

O nó do alimento como mercadoria

Uma das maiores fábulas do agronegócio é que ele seria a solução para a fome. Nunca a produção e a produtividade da agropecuária foram tão grandes como hoje; no entanto, estudos recentes realizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) apontaram que, no final de 2020, 19 milhões de brasileiros passavam fome no Brasil e mais da metade da

¹² O Canal Rural é uma importante empresa de comunicação especializada no agronegócio, com canal de TV, *site* e conta nas mais diversas redes sociais (ver: <https://www.canalrural.com.br>). Em 2013, a empresa foi adquirida pela *holding* controladora do Grupo JBS (CANAL RURAL, 2018), classificada entre as maiores companhias brasileiras do agronegócio, com cerca de 400 unidades produtivas em 15 países nos cinco continentes, com negócios muito além das carnes, de acordo com dados da Revista Forbes Agro 100 (GOIA; ONDEI, 2022).

¹³ Sobre as Mães do Agronegócio, consultar: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/#:~:text=Um%20grupo%20de%20mulheres%20ligadas%20ao%20agroneg%C3%B3cio%20que,particulares%20do%20Brasil%20suprimindo%20as%20cr%C3%ADticas%20ao%20setor>.

população brasileira (55,2%) enfrentava algum grau de insegurança alimentar (VIGISAN, 2021).¹⁴ Quando a pesquisa foi realizada, durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19, ainda estava em vigor o Auxílio Emergencial 2020, com valor mínimo de R\$ 600,00. Sem esse auxílio, podemos inferir que, hoje, a situação é ainda mais grave.

Esses dados mostram que, com o avanço do agronegócio, estamos ainda piores do que há décadas, quando Josué de Castro (1963) escreveu a *Geografia da fome*. Sem dúvida, essa é uma das maiores perversidades inerentes ao agronegócio brasileiro e a atual pandemia escancarou ainda mais essa verdade, pois, apesar de o Brasil ser um dos principais produtores agropecuários do mundo, pouca coisa mudou em relação à fome, pois voltamos ao Mapa da Fome, do qual havíamos finalmente saído em 2014.¹⁵

Paralelamente ao aumento da produção e da produtividade da agropecuária, temos uma elevação no número de pessoas sem acesso à alimentação, o que evidencia a relação intrínseca entre a difusão do agronegócio e a fome no Brasil, exemplo explícito da pobreza estrutural acirrada com o agronegócio, que sua psicosfera busca esconder. E a fome não afeta a todos igualmente, pois grande parte das famílias em insegurança alimentar grave são chefiadas por pessoas negras e por mulheres. A pandemia torna ainda mais evidente a pobreza estrutural no Brasil e o papel que nosso país ocupa no mundo globalizado, pois, enquanto a soja bate recordes de produção e produtividade, o país soma outro recorde: o de pessoas que não têm o que comer.

Com a difusão do agronegócio no Brasil, o alimento é tratado não como um direito social como consta em nossa constituição desde 2010, mas como uma mercadoria, cujo objetivo único é auferir lucro. Então, novamente fazendo um paralelo com o que Milton Santos (2000) defende sobre a globalização, entendemos que o agronegócio deve ser tratado como ele realmente é, ou seja, como perversidade.

Por isso, consideramos importante afirmar que o agronegócio produz alimento-mercadoria, que move um conjunto portentoso de negócios extremamente lucrativos, que têm à frente poderosíssimas corporações transnacionais de diferentes ramos de atividades, como de sementes transgênicas,

¹⁴ A pesquisa completa revela esses e outros dados da fome no Brasil e está disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 6 abr. 2021.

¹⁵ Mapa da Fome é um estudo realizado e publicado pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas (ONU) sobre a situação global de carência alimentar. Um país é incluído no Mapa da Fome quando a subalimentação (ingestão de menos calorias que o recomendável) afeta 5% ou mais de sua população. Para mais informações, consultar: <http://www.fao.org/home/en/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

de fertilizantes, de agrotóxicos, de mecanização agrícola, de agroindústrias alimentares, de logística, de empresas de distribuição no varejo, entre outras, cujo objetivo principal é o lucro (ELIAS, 2021a).

O nó da concentração econômica

A formação de corporações é um processo próprio do capitalismo no período histórico atual, como já detalhado por Santos (1979, 1996, 2000), que também se aplica ao agronegócio globalizado. Exemplifiquemos, a partir da agroindústria alimentar e dos supermercados, dois dos principais pilares do agronegócio.

A agroindústria alimentar engloba toda atividade industrial de beneficiamento, processamento ou de transformação, que tem como matéria-prima produtos originados da agropecuária¹⁶. Estabelecendo um paralelo mais específico com a afirmação mais geral de Milton Santos (1987) sobre supermercados e *shopping centers*, podemos afirmar que os supermercados se transformaram nos verdadeiros templos modernos do consumo dos alimentos-mercadoria.

O Brasil é um dos países onde a concentração na agroindústria alimentar está entre as maiores no mundo, uma vez que cerca de 65% das compras de produtos alimentares de uma família são produzidas por somente dez corporações. Por outro lado, os supermercados são responsáveis por mais da metade do total dos alimentos comercializados nas principais cidades brasileiras. Poucas corporações varejistas detêm o controle quase absoluto sobre os preços, o que lhes garante um maior poder de pressão até mesmo sobre as corporações da agroindústria alimentar.

Conforme o *ranking* da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2020), somente cinco redes dominavam o mercado brasileiro em 2020. Em 2021, o *Carrefour*, maior rede de supermercados, comprou o grupo *Big*, terceira maior rede. Com isso, o *Carrefour* ampliou sua base de clientes no Brasil para cerca de 60 milhões de pessoas, o que corresponde a 28,5% da população brasileira.

As corporações da agroindústria alimentar e de supermercados cada vez mais definem o que comemos e têm lucrado ainda mais no contexto da pandemia

¹⁶ As agroindústrias destacam-se não só na economia industrial, mas dominam cada vez mais as atividades agropecuárias, uma vez que alguns de seus segmentos se encontram monopolizados pelo capital agroindustrial, como ocorre, por exemplo, em relação à avicultura, à pecuária leiteira, à produção de coco e de castanha de caju, entre outros, evidenciando que a expansão do capitalismo monopolista se dá também por meio da sujeição da agricultura às agroindústrias (ELIAS, 2021a).

de Covid-19. Lembramos, ainda, que os alimentos são hoje responsáveis por grande parte do faturamento das maiores redes.

O nó da simbiose entre o Estado e os agentes do agronegócio

A relação entre interesses econômicos e políticos está cada vez mais forte. O *lobby* legalizado, financiado pelas associações e empresas do agronegócio que compõem a bancada ruralista do Congresso Nacional, que por sua vez foi responsável por cerca de 50% dos votos que levaram ao *impeachment* da presidenta Dilma, cada vez mais têm aprovado, sem debate com a sociedade civil, leis que promovem a destruição ambiental, retardam a demarcação das terras indígenas, atacam os direitos sociais e trabalhistas e acobertam o trabalho análogo à escravidão.

Outra evidência do poder dos agentes do agronegócio pode ser percebida quando analisamos as pessoas que têm estado a frente do Ministério da Agricultura. Para citar somente os dois últimos entre 2016 e 2022, tivemos um dos maiores produtores de soja do mundo, conhecido como o “rei da soja”, seguido da “musa do veneno”, assim chamada pelo seu apoio à liberação dos agrotóxicos,¹⁷ um verdadeiro desastre para a saúde de todos os brasileiros e para a contaminação da água, do solo, do ar e dos alimentos.¹⁸

Já durante sua primeira campanha para a presidência, Jair Bolsonaro fez inúmeras promessas que atraíram algumas das alas mais conservadoras do agronegócio. O então candidato defendeu a redução de impostos, mostrou-se desfavorável aos movimentos sociais e aos que lutam por direitos territoriais dos povos originários, atacou os órgãos de fiscalização ambiental, além de propor a liberação do uso de armas de fogo no campo (POMPEIA, 2022), o que lhe rendeu muitos votos, tais como entre os produtores de soja. Como evidência, é possível comparar duas variáveis: a área plantada com soja no Brasil, segundo Municípios, e o número de votos para o então candidato a presidente, também tendo o Município como unidade básica para os dados. A relação espacial entre as duas variáveis é estarrecedora, indicando a força que

¹⁷ Recomendamos a leitura de matéria publicada pelo Repórter Brasil, em 26 de setembro de 2018 (<https://reporterbrasil.org.br/2018/09/musa-do-veneno-deputada-tereza-cristina-recebe-doacoes-de-empresarios-ligados-a-agrotoxicos/>), que mostra a relação de empresários ligados aos agrotóxicos no financiamento da campanha da última ministra da agricultura do governo Bolsonaro, então para deputada federal (CAMARGO, 2018).

¹⁸ Em pouco mais de três anos de governo Bolsonaro, ou seja, de 2019 a março de 2022, foram aprovados 1.629 novos agrotóxicos antes não utilizados no país, muitos dos quais são proibidos há anos em outros países (OLIVEIRA, 2022). Isso indica que mais de 1/3 de todo veneno utilizado hoje no país foi autorizado pelo atual governo federal. Vale lembrar que, embora ainda não tenha sido aprovado no Senado, o PL do Veneno já o foi em fevereiro de 2022 na Câmara dos Deputados.

o agronegócio representou para a eleição de Bolsonaro em 2018, caso alguém ainda duvidasse desse fato.¹⁹

Muitas das perversidades aqui relatadas fizeram parte da dívida que Bolsonaro acumulou com o setor. Dessa forma, a tradicional relação entre poder econômico e poder político mostrou-se muito forte, com o governo federal servindo de forma submissa aos agentes hegemônicos do agronegócio.²⁰

Considerações finais

Para finalizar este capítulo, defendemos que é necessário avançar nas proposições para a construção de um projeto de nação. Acreditamos nas resistências dos homens simples do Brasil profundo, na eclosão de movimentos sociais para a construção de novas solidariedades orgânicas em contraposição a das corporações. Dessa forma, demandamos uma agenda de reconstrução do país e defendemos que as saídas estão nas resistências, na atuação junto aos movimentos sociais, na formação de uma frente popular, na reforma agrária popular, na construção de uma sociedade de direitos e não de privilégios como a que vivemos, como já nos alertava Milton Santos (1987) em seu livro *O espaço do cidadão*.

A força para seguir em frente surge ao admitirmos que isso é possível. Devemos sempre ter em mente as ideias de quem muito nos ensinou: com Milton Santos aprendemos que só o trabalho de compreensão do presente nos ajudará a construir um outro futuro. Apesar de fisicamente ausente, ele está presente quando utilizamos suas contribuições para realizar uma leitura analítica do mundo e criar a consciência do período histórico atual. Entendemos que sua obra constitui um dos caminhos para a construção de uma outra globalização.

Terminamos como Milton Santos sempre fazia ao final de nossas reuniões de trabalho, desejando coragem a todas e a todos. Coragem para a construção de uma outra globalização, de uma outra agricultura, de um outro Brasil. E que nesse outro Brasil não existam retrocessos políticos, governo genocida, latifúndio, desmatamento, grilagem, trabalho escravo, alimento com veneno,

¹⁹ Esses dados estão reproduzidos em dois cartogramas em artigo que publicamos na revista GeoUSP (ELIAS, 2021a). Os dados da área plantada com soja são produzidos pelo IBGE para o ano de 2015 e os de votos pelo Observatório das Eleições, logo após o final do primeiro turno em 2018. As figuras são extremamente didáticas e esclarecedoras.

²⁰ Em outras oportunidades, discutimos esses nós do agronegócio e tratamos de alguns outros nós, como o da criminalização dos movimentos sociais e dos alimentos industrializados ultraprocessados (ELIAS, 2021a, 2021b).

ultraprocessados, fome, desigualdades socioespaciais e de gênero ou racismo estrutural e que haja comida de verdade no prato de todas as brasileiras e de todos os brasileiros.

No Brasil, país de tantas contradições e desigualdades, não temos só fome de comida, mas principalmente fome de mudanças. Mas “o cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação” (SANTOS, 2000). Seguimos cada vez mais com muitas saudades do futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. *Ranking Abras/SuperHiper é lançado em evento virtual que reuniu 2 mil pessoas*. 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/70791/ranking-abras-superhiper-e-lancado-em-evento-virtual-que-reuniu-2-mil-pessoas>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 2 mai. 2022.

BRASIL. *Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963*. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm. Acesso em: 2 mai. 2022.

BRASIL. *PL 2633/2020*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252589>. Acesso em: 2 mai. 2022.

CAMARGO, D. ‘Musa do veneno’, deputada Tereza Cristina recebe doações de empresários ligados a agrotóxicos. *Repórter Brasil 20 anos*, 26 set. 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/09/musa-do-veneno-deputada-tereza-cristina-recebe-doacoes-de-empresarios-ligados-a-agrotoxicos/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CANAL RURAL. *Holding controladora do Grupo JBS anuncia compra do Canal Rural*. 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/holding-controladora-grupo-jbs-anuncia-compra-canal-rural-24895/>. Acesso em: 2 mai. 2022.

CASTRO, J. *Geografia da fome*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012. 142 p.

ELIAS, D. *Globalização e agricultura*. São Paulo: Edusp, 2003. 400 p.

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista Nera (UNESP)*, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Elias.PDF>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a Cidade do Agronegócio. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais* (vol. II). Manaus: Editora da UFAM, 2010. p. 147-164.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 13, p. 153-170, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. *Confins*, v. 15, p. 1-20, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.7569>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/7569>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D. Consumo produtivo em regiões do agronegócio. In: BELLET, Carmem; MELAZZO, E.; SPOSITO, M. E.; LLOP, J. M. (org.). *Urbanización, producción y consumo en ciudades medias / intermedias*. PP: UNESP; Lleida: Edicions de la Universitat, 2015. p. 35-56. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carme-Bellet/publication/281290001_Urbanizacion_produccion_y_consumo_en_ciudades_mediasintermedias/links/55e02e2e08aeb1a7cc2140a/Urbanizacion-produccion-y-consumo-en-ciudades-medias-intermedias.pdf. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (org.). *Cidades médias e região*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 19-55. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/cleverson-reolon/publication/315043366_o_processo_de_aglomeracao_urbana_em_cidades_medias/links/58c8bc69aca2723ab17a0e87/O-processo-de-aglomeracao-urbana-em-cidades-medias.pdf. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. In: FERREIRA, Á.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). *O espaço e a metropolização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 487-509.

ELIAS, D. O alimento mercadoria e a fome no Brasil. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 41, n. 1, 2021a. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/69103>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 25, n. 2, p. e-182640, 2021b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre Cidades do Agronegócio. *Tamoios*, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/63811>.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (Anpur)*, v. 9, n. 1, 25-39, 2007. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1729.2007v9n1p25>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168/0>. Acesso em: 2 mai. 2022.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.). *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

ELIAS, D. Pequeno, Renato. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. *GEOgraphia*, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13727>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13727>. Acesso em: 2 mai. 2022.

EXAME. *Melhores e maiores*. São Paulo, jul. 2016, 2016.

GOIA, A; ONDEI, V. Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil. *Forbes*, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acesso: 2 mai. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PAM – Produção Agrícola Mundial*, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>. Acesso em: 3 mai. 2022.

MARICATO, E. O nó da terra. *EcoDebate*. Site de informações, artigos e notícias socioambientais, 14 jul. 2008. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/07/14/o-no-da-terra-artigo-de-erminia-maricato/>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MARTINS, J.S. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social*. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, C. Governo Bolsonaro libera mais de um agrotóxico por dia. *Rede Brasil Atual*, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2022/03/governo-bolsonaro-liberou-mais-de-um-agrotoxico-por-dia/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

PEQUENO, R.; ELIAS, D. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. *GeoTextos*, v. 16, n. 1, p. 109-136, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/geo.v16i1.37591>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/37591>. Acesso em 2 mai. 2022.

POMPEIA, C. Uma radiografia do “agrobolsonarismo”. *Outras Mídias*, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/uma-radiografia-do-agrobolsonarismo/>. Acesso em: 3 mai. 2022.

REVISTA FORBES. *Agro 100*. Ano IX, n. 92, dez. 2021.

SANTOS, M. *O espaço dividido*. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *A região concentrada e os circuitos produtivos*. Relatório de Pesquisa do projeto “O Centro Nacional: Crise Mundial e Redefinição da Região Polarizada”. São Paulo: Departamento de Geografia, USP, 1986a.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, M. (org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986b. p. 121-134.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994b.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIGISAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 2 mai. 2022.

COMO CITAR

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 113-135.



Globalização e urbanização corporativa: manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana

María Laura Silveira

Introdução

No período da globalização, um processo incessante de modernizações ou de sucessivas divisões territoriais do trabalho tem como corolário um processo de urbanização corporativa. Em outras palavras, grande parte dos recursos socialmente produzidos nas metrópoles é endereçada, por meio de ações do Estado, às infraestruturas modernas e demais investimentos que favorecem particularmente as condições de produção dos agentes mais capitalizados. Nesse contexto, a mancha urbana estende-se ainda mais, evidenciando escassez de equipamentos e bens públicos e acolhendo um amplo mercado de circuitos de produção e consumo com diversos graus de capital, tecnologia e organização. Daí a diferenciação analítica entre circuito superior e circuito inferior. Neste capítulo buscamos, em primeiro lugar, esboçar um retrato do período da globalização a partir dos principais processos e variáveis que reorganizam o espaço; em segundo lugar, discutimos algumas manifestações constitutivas e relacionais dos circuitos da economia urbana na contemporaneidade; por fim, apresentamos um conjunto de tendências que reconhecemos nessa arena compartilhada da economia superior e da economia pouco capitalizada.



A globalização e o rearranjo das variáveis na atual divisão internacional do trabalho

O processo acelerado de expansão e adensamento das variáveis que definem a modernidade contemporânea, isto é, a nova divisão internacional do trabalho, pode ser compreendido a partir da ideia das variáveis determinantes que se tornam dominantes (SANTOS, 1996). Essa predominância da tecnociência, da informação, da finança e do consumo, leva a uma interdependência dos eventos no que Milton Santos (1996) chamou de acontecer solidário, isto é, “a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum [...] malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares” (SANTOS, 1996, p. 132). Nessa forma do devir, nesse acontecer solidário que define os lugares, alguns agentes hegemônicos criam produtos e instrumentos inovadores que utilizam estrategicamente no território, induzindo os demais ao exercício de ações subordinadas. Daí a natureza determinante das variáveis. Mas, ao mesmo tempo, banalizam alguns desses produtos e instrumentos na vida social, revelando a natureza dominante das variáveis no cotidiano.

É nesse movimento que as variáveis alcançam, como formas ou nexos, realidades ou tendências, todos os lugares do planeta. Esse fenômeno contemporâneo é retratado pelo autor (SANTOS, 1996) a partir de três tendências constitutivas: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor. A primeira das tendências faz alusão à planetarização de um sistema técnico, cuja base é a técnica da informação. Por essa razão, poderíamos dizer que é uma nova ontologia – um conjunto sistêmico de objetos e procedimentos – mas também uma nova axiologia, porque impõe um parâmetro de valor às demais técnicas e ao trabalho. Ellul (1968) já havia alertado sobre a busca do método mais eficaz, o reino do pensamento e da razão, o “fenômeno técnico, hoje universal” (ELLUL, 1968, p. 18). Definido por Mauss (1967) como o conjunto de “técnicas, indústrias e *métiers*” (MAUSS, 1967, p. 50) essencial a uma sociedade, o sistema técnico é hoje invasor, único, interdependente, se constitui em redes e traz a possibilidade de dissociar os processos produtivos e unificar os comandos, ampliando a divisão do trabalho e a respectiva cooperação. É a arena da produção das firmas globais, cujo resultado é a elaboração de um produto global.

Segunda tendência, a convergência dos momentos, é a possibilidade, de um lado, de conhecer de maneira instantânea o que acontece noutros lugares da Terra, cujo resultado mais primoroso é a cognoscibilidade do planeta e, de outro, de transmitir ordens e informações graças a uma base técnica unificada. A produção da instantaneidade – o denominado tempo real – tem, portanto, uma significativa

consequência histórica que é a interdependência do devir ou acontecer solidário e a ampliação dos contextos da vida nos lugares. Desse modo, a história torna-se universal, tantas vezes simploriamente explicada pelo tempo único. A multiplicação de temporalidades, decorrentes das inúmeras interpretações do tempo e das desiguais oportunidades de utilizar as possibilidades da época, impede assimilar a existência de um relógio universal à multiplicidade da vida social. Estamos, assim, em face de novas interpretações e usos do tempo que Ribeiro (2012) entende como “uma temporalidade amplificada por ramificações da técnica que refazem o meio, as mediações e os mediadores, transformando conteúdos e formas socioespaciais”. (RIBEIRO, 2012, p. 114).

Por fim, a unicidade do motor diz respeito à mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação, realizada por um punhado de empresas globais em ferrenha concorrência, capazes de apropriar-se da mais-valia globalmente produzida. Como explica Chesnais (1998, p. 12), a “abertura regulamentar” e a “interligação em tempo real” permitiram a integração internacional dos mercados financeiros, mas essa só se realizou a partir das decisões e operações dos “gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas”. As políticas das empresas são acolhidas pelas bases normativas dos Estados e, amiúde, mascaradas por convincentes discursos que lhes dão legitimidade. Desse modo, os agentes globais realizam a integração financeira.

Cada uma de tais tendências, assim conceitualizadas, lembram o que Simmel (2006) afirmava sobre os conceitos universais: “Através de toda a história da filosofia desenvolvem-se misturados e confundidos, um dentro do outro, estes três conceitos: a universalidade das coisas, a unidade das coisas, a fundamental realidade das coisas”. (SIMMEL, 2006, p. 69-70).

Essa expansão das variáveis determinantes, que é crítica, contraditória, violenta, implacável, é o que permite definir o presente ao mesmo tempo como um período e como uma crise. Graças à presença planetária das variáveis a crise é global, mas, como a história se realiza nos lugares, é nesses que a crise é verdadeiramente vivida. Nesse último ano e meio é espinhoso pensar noutras crises que não sejam as derivadas da pandemia, cujo desfecho foi a reorganização de tais variáveis determinantes, a produção acelerada de novos universos simbólicos e a realidade da doença e da morte nos lugares. A própria forma que assumiu boa parte da vida social e econômica, em função do trabalho remoto, da precarização do emprego e do crescimento da pobreza, torna difícil não pensar a pandemia como principal conteúdo do presente. O certo é que se consolidaram as unicidades e verificamos a força ascendente

da trilogia mercado-ciência-tecnologia ou daquilo que já Coriat (1976) havia expressado como a “domesticação da ciência pelo capital” (CORIAT, 1976, p. 77). Mas é necessário empreender o esforço de pensar o presente como um sistema de eventos duradouro e espesso, que encontra sua explicação mais na organização – um sistema de tempo – do que no evento – embora esse tenha alcançado um significado e uma magnitude impensadas. Dir-se-ia que é mister entender a dialética vivente do território, evitando cair na visão de uma dialética mumificada, como alerta Gurvitch (1962), porque incapaz de captar as totalidades reais em marcha. Trata-se de apreender a dialética entre os eventos da divisão internacional do trabalho e da divisão territorial do trabalho, entre os processos de urbanização e os circuitos da economia urbana.

Aqui, a técnica, entendida como elemento constitutivo do espaço, ganha centralidade (SANTOS, 1996). Advindo da ciência, o atual sistema técnico está constituído por macrossistemas (JOERGES, 1988; GRAS, 1993) e microssistemas, os quais permitem uma expansão nunca antes vista, da divisão internacional do trabalho e da divisão territorial do trabalho. Em outras palavras, torna-se possível uma separação territorial das etapas da produção, demandando uma nova fluidez dos territórios para permitir tanto a circulação das pessoas, matérias-primas, mercadorias, dinheiro, instrumentos financeiros, como a comunicação instantânea entre pessoas e lugares. Tantas vezes desmanchando o conteúdo histórico e os limites das regiões, o sistema técnico atual e os sistemas de ações associados atingem notadamente o cotidiano, até agora tributário da copresença no lugar, que é o espaço contínuo por excelência. Contudo, o lugar já continha o fermento da uma tecnificação destinada à teleação e a telepresença, mas hoje a intensificação do uso de semoventes – *smartphones* e aplicativos – desenha novas dimensões no cotidiano, tornando-o um “cotidiano enriquecido [que] se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal” (SANTOS, 1996, p. 257).

Contribuindo na digitalização do trabalho, das comunicações, da informação, do consumo, dos pagamentos, do crédito, tais semoventes levam a um tautocronismo nunca antes realizado. Em palavras de Lash (2005), “a cultura tecnológica existe, constitutivamente, à *distância*. As formas de vida tornam-se formas à distância [...] não posso navegar essas distâncias nem desenvolver a socialidade fora da minha interface maquinal”. (LASH, 2005, p. 43). Mas, como já escrevera Milton Santos (1996): “A influência das técnicas sobre o comportamento humano afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento”. (SANTOS, 1996, p. 149). Com a realização da simultaneidade e da possibilidade de

franquear as distâncias, a ação torna-se de algum modo menos complexa, menos imprevisível e mais submetida a uma simplificação para que seja capaz de mover rotineiramente os novos dispositivos. Ação e procedimento, em certos contextos, se fundem e se confundem.

Transformando as divisões do trabalho, essa expansão dos sistemas técnicos encontra seu corolário na urbanização do território e da sociedade. Enquanto a mobilidade dos fatores de produção, potenciada pela flexibilidade da técnica contemporânea, provoca a frequente mudança das localizações produtivas e o respectivo nervosismo dos territórios, a difusão dos consumos produtivos e consumptivos, graças ao progresso das técnicas de *marketing* e circulação, contribui na reorganização da rede urbana e naquilo que Lefebvre (1973) chamava de urbano.

No entanto, hoje a interface entre macrossistemas e microssistemas técnicos vive uma nova revolução em virtude da denominada inteligência artificial, ou, em outras palavras, essas técnicas que dizem apreender, herdeiras do intérprete da flauta de Vaucanson... A inteligência artificial desponta, assim, como uma variável ascendente dentro de uma variável determinante e dominante, a tecnociência, porque aprofunda e diversifica a divisão social do trabalho e aparece como motor novíssimo da divisão territorial do trabalho.

Na base dessa inteligência artificial estão os algoritmos, que, para um autor como Terranova (2017), se transformam nos meios de produção contemporâneos e numa forma de capital fixo. De tal maneira, dir-se-ia que a coprodução de dados é um resultado da utilização dos algoritmos como meios de produção e como veículos de consumo. Cria-se uma oferta de serviços gratuitos, cujo uso permite a produção de um enorme volume de dados com valor comercial que, por isso, no momento seguinte, pode ser mercantilizado. Portanto, essa coprodução de dados, na qual todos os consumidores participam, se torna um meio para monetarizar, ainda mais, uma economia que conhece um crescimento das atividades que podem atingir um custo marginal zero. A noção de economia de escala nunca foi tão verdadeira uma vez que, a cada busca do consumidor, aumenta a precisão das respostas propostas pelo algoritmo, dotando as grandes firmas de um poder técnico e político incomparável com outros períodos históricos. Além disso, enquanto o valor do aplicativo aumenta com cada crescimento no número de usuários, o poder da empresa também se amplia, já que essa majora seu valor. Berardi (2017) dirá que, hoje, o poder do capital é fundado nos automatismos integrados nos dispositivos técnicos e administrativos, ao tempo que Williams e Srnicek (2017) alertam sobre a crescente automação dos processos produtivos, incluído o trabalho intelectual

e o consumo. Difunde-se, de tal modo, o neologismo “cognitariado”, como uma analogia com a ideia de proletariado. E, inclusive, os algoritmos permitem automatizar a logística, como explica Negri (2017), criando um novo patamar para a condição de produção das empresas.

Aqui resulta pertinente retomar a noção de *general intellect*, que Marx (1972, p. 230) já definia como “força objetivada do conhecimento”, capacidade científica objetivada, que complementa o sistema de máquinas e que parece estar incluída na definição de período técnico-científico de Radovan Richta (1974) e de meio técnico-científico informacional de Milton Santos (1985). Na sua discussão sobre essa noção, Virno (2008) refere-se não apenas ao capital fixo, mas, fundamentalmente, ao trabalho vivo, sobretudo àquele exercido na interação comunicativa que envolve paradigmas epistêmicos, linguagens artificiais e constelações conceituais, isto é, os princípios que hoje governam a comunicação social e as formas de vida. O *general intellect* é, portanto, uma nova força produtiva. Essa discussão não parece estar longe da crítica que Milton Santos (1996, p. 52) fazia de certas leituras simplórias ou talvez anacrônicas de Marx em torno das forças produtivas e das relações de produção para, sem demora, afirmar: “a interdependência entre forças produtivas e relações de produção se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra. As forças produtivas são relações de produção, as relações de produção são forças produtivas”. Daí a importância de compreender a tecnificação da ação contemporânea e a técnica da ação (SANTOS, 1996), um trabalho vivo em intrínseca relação com objetos técnicos e normas.

Uma manifestação do *general intellect* contemporâneo pode ser reconhecida na banalização de algumas técnicas e informações produtivas a partir da imitação, do uso da *web* e de outras ações, cujo conteúdo inclui a cada dia mais as novas constelações conceituais a que se refere Virno (2008).

Contudo, nada disso pode ser feito sem a enorme irradiação das finanças, uma vez que facilitam o consumo antecipando o dinheiro por meio do crédito e multiplicam os produtos e instrumentos, os quais segmentam os mercados e monetarizam a vida cotidiana. Hoje existe a possibilidade de monetarizar o próprio risco a partir dos derivativos, como bem explica Appadurai (2017). O risco passa, assim, a ser uma nova mercadoria, e, portanto, todos os atores podem tomar crédito. Por isso, o crédito desburocratizado, aquele do qual o circuito inferior é um grande demandante, se torna hoje um grande negócio. É a intermediação financeira que avança no território e na sociedade, e, como explica Dowbor (1998), “como todos, na economia moderna, precisam passar

por este mecanismo [a intermediação financeira], tornou-se um instrumento ideal de cobrança de pedágio sobre a economia em geral”. (DOWBOR, 1998, p. 242). Tantas vezes o acesso aos novos semoventes e suas respectivas linguagens artificiais depende de créditos desburocratizados e do pagamento desse tipo de pedágios, levando ao endividamento da população.

Por fim, cabe assinalar que a divisão do trabalho não se realiza num espaço geral, mas num território usado em particular, resultado concreto da história paralela das coisas e das ações, sob certa regulação do Estado. É a sucessão de divisões territoriais do trabalho na formação socioespacial (SANTOS, 1977). Por isso, os eventos da globalização estão mediados pela configuração territorial, pelo tamanho demográfico, pelo grau de urbanização, pelo Estado e pelo direito, pela organização da economia, da técnica e do trabalho, resultado de divisões territoriais do trabalho pretéritas. Como assevera Sassen (2010),

na medida em que o nacional se transforma num espaço mais complexo para o funcionamento do global, as histórias particulares de cada país não perdem importância senão que a ganham, pois produzem negociações distintivas com os novos fatores endógenos e exógenos das forças globais. (SASSEN, 2010, p. 288).

Desse modo, a substituição de uma divisão territorial do trabalho hegemônica por outra decorre das intencionalidades dos agentes com capacidade de antecipar o futuro que almejam, em permanente conflito com outros, mas também das heranças ou rugosidades do território usado. Como ensina Balandier (1976), a dialética “continua sendo a companheira reconhecida ou desconhecida que não aceita examinar as formações sociais como formas mortas”. (BALANDIER, 1976, p. 67). Cada cidade faz parte desse processo histórico, e, ao defrontar-se com o território nacional como contexto e como mediação, vê mudar sua inserção e seu movimento nesse território. De tal modo estaremos mais próximos de uma explicação substantiva do processo de urbanização.

Urbanização corporativa e circuitos da economia urbana

Numa formação socioespacial particular, os agentes nacionais e mundiais, que buscam regular, manter a ordem e evitar rupturas entre as variáveis determinantes do período para desenvolver suas atividades, provocam uma sucessão e uma coexistência de normas, organizações e instituições públicas e privadas. Nesse impacto de eventos mundiais e nacionais no território e no meio construído

urbano (HARVEY, 1975), identificamos uma profusão de circuitos de produção e consumo, hierarquicamente organizados em função dos seus graus de capital, tecnologia e organização. Opostos e complementários, os circuitos da economia urbana nascem de um mesmo processo de modernização ou substituição de divisões do trabalho, e, portanto, estão subordinados às mesmas leis do modo de produção capitalista (SANTOS, 1975). Por isso, o circuito inferior não é uma manifestação a-histórica – vista como tradicional – nem assistemática – entendida como informal – do processo de urbanização, como tantas vezes foi retratado ao longo da história das ideias.

Quando essas organizações, instituições e normas, que estão pairando sobre a formação socioespacial, não conseguem mais manter a ordem, advêm crises, e, nessas, novos agentes ou novas associações entre agentes existentes estabelecem as condições da nova ordem. Empresas globais, incluídas aquelas cujo berço é nacional, grandes bancos e grandes agentes financeiros desenvolvem novos quaternários e atividades relacionais modernas para comandar o movimento do território. Despontam, assim, formas de financeirização mais largas do que o sistema bancário; técnicas e informações com novos instrumentos, normas de qualidade e procedimentos; pesquisas de mercado e publicidade, com a coprodução de dados. Eis a possibilidade de consumir em toda parte graças aos algoritmos de busca e à automação da logística, configurando uma revolução do consumo que ultrapassa as metrópoles e estabelece uma relativa ubiquidade da oferta na rede urbana.

Por outra parte, o Estado, nos seus diferentes segmentos, transforma ou se adapta à nova ordem, ora pela construção de infraestruturas para abrigar os sistemas técnicos ao serviço das grandes indústrias e dos novos quaternários – novas divisões territoriais do trabalho –, ora pela implementação de instrumentos de regulação e densidades normativas, como isenções, impostos, juros, repasses federais, entre outros. Nessa direção, Saskia Sassen (2010) nos alerta sobre o papel do Estado como produtor de micro intervenções e de legalidade, menos visíveis do que os marcos normativos das grandes privatizações, porém de grande eficiência para as novas formas de atividade econômica.

Criam-se, então, condições espaciais de produção e cooperação para as grandes firmas, aquilo que Topalov (1979) denominava força produtiva socializada da cidade, para que o circuito superior possa realizar a reprodução ampliada do capital. Ao mesmo tempo, constatamos tanto novas normas como vazios legais para o desenvolvimento da economia de plataformas ou para os novos conteúdos financeiros.

Está em marcha, então, a socialização capitalista (TOPALOV, 1979), que é uma verdadeira transferência de recursos da sociedade como um todo – capital geral – para certos agentes capitalizados. O corolário é a urbanização corporativa.

Na cidade corporativa, resultado de um processo de urbanização corporativa (SANTOS, 1994), reconhecemos macrossistemas técnicos e microssistemas técnicos, que se tornam uma variável intrínseca do desenvolvimento do circuito superior e que estão no cerne dos processos de requalificação e valorização de certas áreas. Também vemos uma disputa entre, de um lado, investimentos destinados à modernização produtiva das grandes empresas vinculadas à divisão internacional do trabalho, e, de outro, os investimentos sociais, por exemplo, nas cidades que recebem grandes contingentes migratórios, os quais constituem uma variável intrínseca da reprodução do circuito inferior. Nesse contexto, a mancha urbana estende-se ainda mais, evidenciando escassez de equipamentos e bens públicos.

Numerosas tarefas amiúde não interessam aos agentes mais poderosos, e, por isso, são derivadas a um conjunto de pequenas e médias empresas que pode ser identificado como porção marginal do circuito superior. Resultado da existência de interstícios na divisão territorial hegemônica do trabalho, em que se exerce a cooperação com as grandes firmas ou apenas se sobrevive à mudança tecnológica e organizacional, a porção marginal também sofre o aumento dos custos de localização e outros custos derivados da cidade corporativa. Nesse sentido, Dowbor (1998) formula uma questão central ao escrever:

A visão de que a pequena e média empresas terão um campo suficiente ao se transformarem em segmentos terceirizados ou subcontratados das grandes empresas constitui uma incompreensão da função essencial, tanto econômica como política, da pequena empresa na estabilização dos sistemas econômicos modernos. (DOWBOR, 1998, p. 235-236).

Essa ordem imposta, que é também uma ordem obedecida, pelo menos parcialmente, acaba criando uma desordem no cotidiano. A nova composição técnica do capital cria um desemprego de nova natureza e o circuito inferior deve, portanto, encontrar uma nova organização cotidiana face à mudança brutal dos fatores de produção e dos seus custos. Por isso é que os agentes que alocaram seus pequenos capitais e desenvolveram suas atividades em certas porções da cidade, donde eles muitas vezes são expulsos e/ou sofrem adaptações permanentes. A reprodução simples do capital é enfrentada à iliquidez e ao custo do dinheiro, à obsolescência dos trabalhos, à concorrência desigual,

às proibições, inflação e altas tarifas como no caso do celular pré-pago. Mas o circuito inferior define-se pela sua aderência ao território, uma vez que esse é um dado central da sua existência e, por essa razão, as áreas deterioradas são ambientes aptos para a localização de pequenos estabelecimentos, para demandas de baixo poder aquisitivo, para agentes de menor acessibilidade, em definitivo, para diferentes temporalidades da cidade globalizada. De um modo canhestro, o tecido metropolitano permite ao circuito inferior um acesso potencial aos insumos segundo o poder de compra dos agentes e às inúmeras demandas, uma menor fricção da distância e uma menor dependência de uma única norma. É verdade que a crise e a pobreza atuais estão mostrando um crescimento das atividades não registradas – a dita economia informal – diante da maior escassez e da pressão tributária. O circuito inferior multiplica-se tanto pela premência em fracionar o processo de trabalho e circulação, como pela necessidade de fracionar a oferta e a demanda na busca da sobrevivência. Esse processo de extremo fracionamento mostra uma maior ocupação e, como corolário, um menor excedente individual, assinalando uma maior elasticidade dessa porção das atividades urbanas. Além disso, um novo fator alcança, há alguns anos e de maneira preocupante, o mercado de pequenas demandas do circuito inferior, cuja necessidade de liquidez é um elemento constitutivo. Esse mercado de empréstimos desburocratizados tornou-se bastante atrativo para os grandes agentes financeiros, revelando que finanças e consumo são os dois grandes traços de união entre os circuitos da economia urbana.

Pensando as novas formas de trabalho, a escassez e o futuro

No livro *A urbanização brasileira*, Milton Santos escrevia:

Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro como certeza, porque isso seria desmentir a sua definição, mas como tendência”. E acrescentava: “Alcançar intelectualmente o futuro não é questão estatística, nem simples arranjo de dados empíricos, mas questão de método. (SANTOS, 1993, p. 118).

Num debate contemporâneo preocupado com o futuro, uma questão pareceria ser central: como se desenvolverá o trabalho nos próximos anos? Por meio de quais técnicas? Onde? Com que grau de organização e capitalização? Disso dependerá a natureza da urbanização, as feições da cidade e a dinâmica dos

circuitos. Pincelamos aqui algumas reflexões que são, sobretudo, apontamentos e notas mais do que um conjunto sistêmico de ideias:

1. Em função do agravamento das crises econômicas e da implantação do sistema técnico contemporâneo, descortinam-se o fim do emprego de baixa qualificação no circuito superior por meio de políticas corporativas de diminuição de custos e da automação. Entre tantos outros, esses traços da nova composição técnica do capital e do espaço levariam a pensar que certo número de pessoas que trabalham temporariamente no circuito superior e o resto do tempo no circuito inferior – seja sazonalmente, seja diariamente – passem a fazer parte do circuito inferior em tempo integral.
2. No entanto, esses trabalhadores não desaparecerão da economia urbana como um todo e daí a necessidade de continuar analisando-a nos seus diversos circuitos de produção e consumo. Todavia, cabe perguntar: até onde chegará a elasticidade do circuito inferior ou aquilo que McGee (1971) identificava como propriedade auto-inflacionária do circuito inferior? Não esqueçamos que, quando falamos de circuito inferior, é de pobreza que estamos falando. E aí a pergunta não é apenas analítica, mas também, e sobretudo, moral: qual será a tolerância do sistema político perante a elasticidade aparentemente infinita do circuito inferior?
3. A compreensão do território usado hoje não pode prescindir da análise das articulações entre o mundo material e o mundo virtual na produção da economia, pois mudanças na natureza dessa articulação podem ter impacto sobre as migrações, o perfil urbano e a hierarquia urbana. Voltemos aos semoventes e aplicativos, que são uma conjunção entre dispositivos materiais e *general intellect*, capazes de transformar hoje os serviços banais e os fluxos na cidade – transporte, entregas, serviços do lar e de cuidados –, mas também certos serviços qualificados como contadores, programadores, tradutores, etc. Quando aumenta o grau de organização da economia e do espaço, alteram-se as condições gerais de emprego. Há uma tendência à unificação dos preços nas plataformas, nas quais os bens e serviços tornam-se verdadeiras *commodities*, que coexistem com uma tendência à baixa dos preços graças às políticas agressivas de grandes grupos como *Uber*. Por outro lado as grandes firmas tecnológicas estão cada vez mais concentradas, transformando-se, tantas vezes, em devoradoras de *startups*, se o Estado não fizer alguma coisa para impedi-lo.
4. Contudo, a técnica contemporânea combina elementos materiais e imateriais novos e permite a divisibilidade dos sistemas, revelando um leque de

possibilidades e situações. Ao novo desemprego opõem-se atividades de nova natureza orientadas a mercados muito diversificados (informática, alimentação, entre outros), particularmente na porção marginal do circuito superior, que se nutre da difusão da informação e do consumo e se torna um elemento explicativo importante nesse quadro de vida social. Mas também as técnicas banais, doces, flexíveis (GAUDIN, 1978; SANTOS, 1996), variável intrínseca do circuito inferior, criam novas possibilidades de produção e comercialização no circuito inferior.

5. Os excedentes das atividades do circuito inferior e de boa parte das porções marginais do circuito superior são captados, a cada dia mais, pelo sumidouro das empresas financeiras do circuito superior em cada pedaço do território. E essas últimas são, ao mesmo tempo, frequentadas para obter crédito para investimento e consumo, tanto mais quando o crédito público amiúde atende insuficientemente as pequenas demandas.
6. O circuito superior e parte da sua porção marginal desenvolvem atividades crescentemente imateriais, em todas ou em algumas das suas etapas. É o *home office* que, além disso, contribuiu fortemente a um relativo esvaziamento dos centros. Mas também é o comércio eletrônico em estado puro ou, inclusive, nas suas formas híbridas, que incluem negócios físicos, enfraquecendo lojas e centros comerciais. Completa o retrato a individualização do transporte, que, graças aos aplicativos, rearranja os sistemas de movimento nas cidades. Esse conjunto de atividades será um novo *foot loose*? Ou será uma cooperação digitalizada menos exigente de fixos territoriais? Aqui a advertência de Han (2014) é pertinente: o *homo digitalis* não se congrega.
7. Entretanto, é possível que, concomitantemente, se fortaleçam as economias da copresença – economias de aglomeração, feiras, escambo – perante a necessidade do circuito inferior de desenvolver atividades basicamente materiais e presenciais e de encontrar demandas, por vezes nascidas no mundo virtual. Em outras palavras, para os agentes menos capitalizados ou com menor qualificação continua sendo imperioso completar a cooperação na copresença, que é o reino da densidade comunicacional.

Talvez hoje, em função das crises estruturais, possamos ter ainda mais elementos para descobrir aquilo que Milton Santos (2000) chamou de “limites da racionalidade dominante”. (SANTOS, 2000, p. 120). O crescimento da

pobreza, que ele explica como a convivência pacífica das classes médias com a escassez e a convivência conflituosa dos pobres com a escassez, parece agravar-se diante dos automatismos e do *general intellect*, que criam, de um lado, emprego, e, de outro, muito desemprego, mas também da urbanização corporativa, da financeirização e da diminuição do valor do trabalho. Para um autor como Flores d'Arcais, citado por Bauman (2017), “a pobreza (antiga ou nova) cria desespero e submissão, absorve toda a energia na luta pela sobrevivência, e situa a vontade a mercê de promessas vazias e enganos insidiosos”. (BAUMAN, 2017, p. 91). Outra é a perspectiva de Milton Santos quando escreve: “a sobrevivência [dos pobres] só é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam. E como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos ‘não-possuidores’ é a prontidão dos sentidos” (SANTOS, 2000, p. 130).

Todavia, essas dívidas sociais são convergentes com um processo de fragilidade democrática bastante inquietante nos nossos países. Ana Clara Torres Ribeiro (2011) já se referia à “[...] preservação das formas mais cruéis de exercício do poder, reproduzidas sob o abrigo do discurso democrático” (RIBEIRO, 2011, p. 20-21), combinadas com “uma verdadeira sobrecarga de senso comum e de informações desconexas mantidas num plano pré-analítico”, que definem “um período contraditoriamente marcado por riscos de consenso aparente e carregado de violência simbólica e, assim, mecanismos de coerção”. Talvez esses fatos contribuam a explicar a indiferença política, particularmente de certas classes médias, que pode vir a transformar-se face a experiência da escassez, mas que é *per se* um dado preocupante. Como afirmava Guillebaud (1995), “o medo à carência voltou à sociedade” e, com ele, “a consciência de uma nova insegurança”. (GUILLEBAUD, 1995, p. 12-13).

A visão da cidade como uma arena compartilhada por um circuito superior e por circuitos pouco capitalizados poderia contribuir não apenas no entendimento da situação econômica atual, que não pode prescindir do território, mas também na compreensão da incompletude e fragilidade da democracia nos nossos países. É um retrato confuso, difícil de interpretar, mas que nos defronta com muitas transformações na escala urbana e na escala territorial hoje e nos próximos anos. Daí a inescusável tarefa de fazer uma análise crítica desses processos, sem abandonar o desafio da construção de uma educação e de uma cidadania fortes. Parece-nos que, assim, poderíamos chegar mais perto de um novo momento histórico de produção da consciência.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. *Hacer negocios con palabras*: el fracaso del lenguaje como clave para entender el capitalismo financiero. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.
- BALANDIER, G. *As dinâmicas sociais*: Sentido e poder. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- BAUMAN, Z. *Tiempos líquidos*: Vivir en una época de incertidumbre. Buenos Aires: Tusquest, 2017.
- BERARDI, F. “Bifo”. *Fenomenología del fin*: sensibilidad y mutación conectiva. Buenos Aires: Caja Negra, 2017.
- CHESNAIS, F. Introdução geral. In: CHESNAIS, F. (coord.). *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998. p. 11-33.
- CORIAT, B. *Ciencia, técnica y capital*. Madrid: H. Blume, 1976.
- DOWBOR, L. *A reprodução social*: Propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GAUDIN, T. *L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?* Paris: Union Générale des Éditions, 1978.
- GRAS, A. *Grandeur et dépendance* : Sociologie des macro-systèmes techniques. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- GUILLEBAUD, J-C. *La traición de la ilustración*: Investigación sobre el malestar contemporáneo. Buenos Aires: Manantial, 1995.
- GURVITCH, G. *Dialectique et Sociologie*. Paris: Flammarion, 1962.
- HAN, B-C. *En el enjambre*. Barcelona: Herder, 2014.
- HARVEY, D. The political economy of urbanization in advanced capitalist societies: the case of the United States. In: GAPPERT, G.; ROSE, H. M. (eds.). *The social economy of cities*. Beverly Hills; London: Sage, 1975. p. 119-163.
- JOERGES, B. Large Technical Systems: concepts and issues. In: MAYNZ, R.; HUGHES, T. P. *The Development of Large Technical Systems*. Frankfurt: Westview Press, 1988.
- LASH, S. *Crítica de la información*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad*. 2. ed. Barcelona: Península, 1973.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do Direito*: Introdução, Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1972.
- MAUSS, M. *Manuel d'éthnographie*. Paris: Payot, 1967.
- McGEE, T. G. *The Urbanization Process in the Third World*: Explorations in Search of a Theory. Londres: G. Bell and Sons, 1971.
- NEGRI, A. Reflexiones sobre el “Manifiesto por una Política Aceleracionista”. In: AVANESSIAN, A.; REIS, M. (comp.). *Aceleracionismo*. Estrategias para una transición hacia el postcapitalismo, Buenos Aires: Caja Negra, 2017. p. 77-90.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. (ed.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 19-34.

RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RICHTA, R. *La civilización en la encrucijada*. 2. ed. Madrid: Ayuso, 1974.

SANTOS, M. *L'Espace Partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, M. Society and Space: social formation as theory and method. *Antipode*, v. 9, n. 1, p. 3-13, 1977.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. Nobel: São Paulo, 1985.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Educ, 1994.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção*. Hucitec: São Paulo, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, S. *Territorio, autoridad y derechos: De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales*. Buenos Aires: Katz, 2010.

SIMMEL, G. *Problemas fundamentales de la Filosofía*. Andalucía: Espuela del Plata, 2006.

TERRANOVA, T. Red stack attack! Algoritmos, capital y la automatización del común. In: AVANESSIAN, A.; REIS, M. (comp.). *Aceleracionismo: Estrategias para una transición hacia el postcapitalismo*, Buenos Aires: Caja Negra, 2017. p. 91-109.

TOPALOV, C. *La urbanización capitalista: Algunos elementos para su análisis*. México: Edicol, 1979.

VIRNO, P. *Gramática de la multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Buenos Aires: Colihue, 2008.

WILLIAMS, A.; SRNICEK, N. Manifiesto por una Política Aceleracionist". In: AVANESSIAN, A.; REIS, M. (comp.). *Aceleracionismo: Estrategias para una transición hacia el postcapitalismo*, Buenos Aires: Caja Negra, 2017. p. 33-48.

COMO CITAR

SILVEIRA, María Laura. Globalização e urbanização corporativa: manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 137-151.



Cidades e urbanização corporativas na Amazônia contemporânea: atualidades de um pensar geográfico desde o Sul global

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Introdução

A presente reflexão integrou as discussões sobre “Globalização perversa, urbanização corporativa e pobreza estrutural na cidade e no campo” que teve lugar no seminário “Um período, uma crise: globalização e instabilidade dos territórios, por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos”, realizado aquando dos 20 anos do falecimento de Milton Santos. Na oportunidade, levantamos questões relacionadas à Amazônia a partir de contribuições teóricas desse geógrafo brasileiro, de forma a entender como o seu pensamento tem sido mobilizado para a leitura da urbanização na região.

As ideias apresentadas resultam de pesquisa documental e bibliográfica, por meio da qual levantamos, analisamos e contextualizamos contribuições do autor mencionado e também de outros autores que se voltaram para o entendimento de temas



amazônicos com base em seus pressupostos teóricos, especialmente quanto às questões referentes às cidades e à urbanização corporativas na formação regional.¹

A estrutura da argumentação se apoia nos seguintes pontos: a) a explicitação da preocupação de Milton Santos com a Amazônia; b) o reconhecimento das cidades econômicas e da urbanização corporativa na região à luz do pensamento desse autor; c) a relação cidadania e ordenamento cívico-territorial como possibilidade de discutir, a partir das contribuições miltonianas, questões regionais desde uma perspectiva do Sul global.

Miradas em direção a uma região periférica do espaço globalizado

Na produção intelectual de Milton Santos é possível perceber uma teoria da sociedade feita com base na leitura do espaço e considerando particularidades do chamado Sul global. Isso se faz presente em várias de suas obras, desde as suas reflexões mais iniciais, conforme se percebe na famosa teoria dos circuitos econômicos (SANTOS, 1979a),² até as suas últimas obras, como aquela em que o autor vislumbra a possibilidade de uma nova globalização (SANTOS, 2000a).³ Nesse contexto, o espaço amazônico, ainda que não tenha sido um ponto central de sua discussão, não escapou do seu interesse ao tratar das condições de exploração das regiões mais pobres no atual período técnico-científico informacional (SANTOS, 1994a, 1996), caracterizado pelo domínio da ciência, da técnica e da informação.

¹ Contribuíram para a reflexão as discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM), coordenado pelo autor, e especialmente dos resultados do projeto de investigação científica intitulado “Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva”, integrante das atividades desenvolvidas na condição de bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

² Nos países subdesenvolvidos, o circuito superior da economia urbana decorre diretamente da modernização tecnológica e está mormente relacionado às grandes empresas, dado o montante de capital mobilizado, a sua estrutura de funcionamento/organização, e as relações para com o mercado; ao passo que o circuito inferior articula-se dialeticamente à modernização, mas de forma mais precária e indireta, estando mais relacionado às unidades populares da economia urbana e à reprodução social de estratos sociais empobrecidos; por isso mobilizando pouco capital e com estrutura de funcionamento/organização mais artesanal e/ou familiar, atendendo a um mercado mais local e a demandas menos solváveis (SANTOS, 1979a). Intermediando esses dois circuitos, o autor acrescenta o circuito superior marginal (SANTOS, 1994b), com características de um e de outro.

³ Três versões da globalização podem ser apreendidas, conforme a acepção miltoniana. A primeira, como fábula, o mundo tal como nos fazem vê-lo; a segunda, como perversidade, o mundo tal como ele de fato é; e a terceira, como possibilidade, o mundo como ele pode ser, chamando a atenção, neste último caso, para o protagonismo dos países do Sul global (SANTOS, 2000a).

Abrigado e disponível no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), pertencente à Universidade de São Paulo (USP), seu arquivo pessoal (ARQUIVO IEB, 2017) nos dá uma indicação do quanto a Amazônia era uma região importante para se compreender o Brasil e as assimetrias socioeconômicas contemporâneas. Nesse arquivo, há pelo menos 81 documentos que, provavelmente, tenham sido guardados como fontes de consultas sobre questões amazônicas e que, certamente, ajudaram-no a estabelecer uma leitura compreensiva do território brasileiro.

A partir desse acervo, pudemos reunir os temas que lhe chamavam atenção em se tratando da Amazônia, em razão do volume de documentos presente em cada temática agrupada: 1º) mineração e grandes projetos; 2º) ecologia, ecossistemas e meio ambiente; 3º) cidades, rede urbana e urbanização; 4º) colonização e fronteira econômica; 5º) migração e povoamento; 6º) temas estruturais mais gerais sobre a região; 7º) reforma agrária, campesinato e estrutura fundiária; 8º) populações, cultura e terras indígenas; 9º) industrialização, agroindústria e desenvolvimento; 10º) região e regionalização; e 11º) sistema rodoviário.

Do ponto de vista empírico, as referências presentes nos documentos dizem respeito notadamente à macroescala regional, mas há também outras porções da região que lhe despertam o interesse, como alguns Estados da federação constituintes hoje e no passado da Amazônia Legal (Pará, Rondônia, Amapá, Goiás, Mato Grosso e Maranhão) e algumas sub-regiões ou cidades mais específicas (Manaus, Carajás, Serra Pelada, Tucuruí, Marabá e o Alto Xingu).

No conjunto de sua obra, conforme Oliveira (2020), também são várias as passagens em que o autor referencia a Amazônia⁴ sob diferentes perspectivas, como: a) região com urbanização particular em razão do peso de sua história, do perfil de sua economia e de suas especificidades territoriais (SANTOS, 1968); b) uma particularidade da regionalização brasileira (LASSERRE; SANTOS, 1971); c) exemplo de política internacional com rebatimentos espaciais associados à sua forma de povoamento (SANTOS, 1986); d) zona aberta à colonização (SANTOS, 1982a); e) espaço-chave para as políticas econômico-espaciais pensadas para o território brasileiro a partir da segunda metade do século XX (SANTOS, 1979b); f) área pioneira de migração e de urbanização (SANTOS, 1982b); g) espaço de macrodimensões e de modernização de menor custo que as demais regiões do País (SANTOS, 1990); h) região do obedecer, com a materialização do sistema global de ações na forma de grandes objetos técnicos

⁴ Essas referências podem ser encontradas em: Lasserre e Santos (1971), Santos (1968, 1979b, 1982a, 1982b, 1986, 1990, 1993, 1994a, 1995a, 1995b, 1999, 2000b) e em Santos e Silveira (2000, 2001).

(SANTOS, 1994a, 1995a, 1995b); i) região de baixa densidade demográfica, econômica e técnica se comparada a outras regiões brasileiras (SANTOS, 1993, 1994a); j) exemplo de território usado (SANTOS, 1999); k) subespaço que permite entender o domínio da metrópole econômica nacional no Brasil (SANTOS 2000b); l) área de pouca presença de estabelecimentos educacionais públicos e particulares de nível superior (SANTOS; SILVEIRA, 2000); e m) região de baixa densidade técnica e de expressão pontual do meio técnico-científico informacional que se instala no Brasil (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Para efeito da presente reflexão, gostaríamos de destacar algumas contribuições do autor, de maneira a poder visualizar a atualidade de sua obra por meio de estudos sobre o espaço regional amazônico que permitem compreender as cidades e a urbanização contemporâneas. Uma delas diz respeito à relação cidade-campo e à condição reservada aos espaços regionais periféricos, submetidos a um processo de modernização pontual e impactante, responsável por demarcar ainda mais as diferenciações inter-regionais e intrarregionais. Outra, destaca as manifestações da urbanização corporativa estabelecida no território nacional e a forma como ela se expressa no espaço regional amazônico por meio da ação de grandes empresas.

A relação cidade-campo à luz de uma teoria da modernização do espaço

Algumas elaborações de Milton Santos nos dão elementos para entender as regiões periféricas dadas as suas preocupações com a forma perversa da reprodução econômica capitalista em seu estágio atual, a natureza desigual do espaço e as condições de exploração impostas a essas regiões. Com base nesse alicerce teórico, elementos do espaço amazônico são elucidados tendo em vista a expansão da fronteira econômica capitalista dentro do território brasileiro.

É dessa maneira que, ao pensar a Amazônia meridional (SANTOS, 1982a), o autor a considera como uma zona aberta à colonização e ao mercado, o que a coloca como espaço de modernização seletiva e de conflitos diante das políticas de assentamentos em apoio à colonização na rodovia BR-364, a Cuiabá-Porto Velho, quando os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARs) tornaram-se centros de oferta e de distribuição de serviços às populações rurais.⁵ O contato com essa

⁵ Tais reflexões decorreram de uma experiência de consultoria junto à Secretaria de Planejamento do Território Federal de Rondônia no ano de 1979, feita a convite do arquiteto Sylvio Sawaya (SANTOS, 2000b), e tinha como objetivo a elaboração de um estudo que servisse de subsídio às ações de planejamento.

realidade o levou a definir uma perspectiva descentrada para o entendimento da formação territorial brasileira, ao afirmar que foi a partir de Rondônia que ele pôde melhor visualizar o comando exercido por São Paulo sobre o território nacional (SANTOS, 2000b).

De fato, as mudanças em Rondônia revelaram ao autor como, em pouco tempo, esse espaço pôde passar por “uma evolução rápida e significativa, no domínio da população, das migrações, da produção e da extração vegetal e mineral, do emprego, da urbanização, das comunicações e do consumo” (SANTOS, 1982a, p. 51). Isso tudo incrementado pela abertura de uma rodovia que conectou essa porção do território nacional não apenas ao Brasil central, mas a toda a região que mais tarde denominou de Região Concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2001); aparecendo aí alguns elementos da dinâmica territorial brasileira configurada a partir da segunda metade do século XX:

o capitalismo “maduro” expulsa das áreas polares [...] capitais tornados marginais e homens marginalizados. Desse modo, o afluxo de uns e outros é volumoso nas zonas abertas à colonização, tendo em vista as perspectivas de trabalho abertas a uns e outros [...] A divisão em glebas com extensão diversa superposta à discriminação anterior, assegurava uma desigualdade maior de condições aos que se instalavam. E as exigências discriminatórias feitas aos futuros ocupantes de certas áreas, como a posse efetiva de uma soma considerável em dinheiro para ocupar lotes maiores em terras destinadas a culturas rentáveis, assistidas e financiáveis desde o primeiro momento [...] garantia de logo, aos futuros proprietários, uma situação de rápido progresso, enquanto em outra áreas onde o módulo mais modesto foi aplicado a terras sabidamente de má qualidade deveria levar muitos dos futuros ocupantes assentados ali sem ajuda técnica ou financeira ao insucesso que desencorajou um grande número a prosseguir com a experiência. (SANTOS, 1982a, p. 57-59).

O modelo excludente de ordenamento territorial (SANTOS, 1987) foi não apenas denunciado, mas também analisado pelo autor a partir de Rondônia:

se, no domínio econômico, o impacto modernizador trazido por mãos do Estado, é seletivo e frequentemente pontual, no domínio social a situação é bem mais grave: saneamento básico, água, esgoto, saúde e educação, chegam escassamente às populações urbanas e rurais, e sua distribuição espacial é desigualitária e, por isso, discriminatória, ainda que involuntariamente. Tudo isso, além das consequências econômicas e sociais, incide sobre o modelo atual de organização do espaço e da urbanização [...] O resultado final é o reforço da economia de mercado, mesmo nos setores prioritariamente sociais, visto a incapacidade do Estado [...] para atender as necessidades mínimas da população. Isso equivale a agravar a pobreza e, cada vez mais exige que recursos públicos sejam orientados para ajudar os mais bem situados a melhorar sua situação relativa, enquanto os mais pobres ficam ainda mais desprotegidos. (SANTOS, 1982a, p. 61-62).

A relação campo-cidade na realidade observada lhe permitiu pensar na noção de “agrocidades” para os núcleos urbanos estudados. Essa definição levava em conta o número considerável de pessoas regularmente ocupadas no campo, mas domiciliadas em núcleos urbanos: “a presença desses ‘agrícolas’ nas ‘cidades’ contribui para lhes dar uma fisionomia e uma fisiologia particulares, contribuindo também, para o aparecimento ou desenvolvimento de outras funções” (SANTOS, 1982a, p. 62).

Elementos observados em Rondônia naquele momento foram mais bem tratados na discussão sobre a urbanização brasileira aproximadamente 10 anos depois (SANTOS, 1993) ao propor a ideia de Brasil urbano e agrícola, em vez de Brasil urbano e Brasil rural apenas, e ao falar das cidades econômicas:

as cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados [...] Esses lugares representam estoques de meios de consumo, estoques de sementes e implementos, estoques de capital de giro (agora indispensáveis), estoques de mão-de-obra nos mais diversos níveis, centros de transportes e de comunicações, pólos de difusão de mensagens e ordens. (SANTOS, 1993, p. 51).

A atualidade dessa discussão feita por Milton Santos a partir da realidade de Rondônia no final da década de 1970 e início da década de 1980 se faz presente em estudos recentes sobre as cidades da Amazônia meridional e que se baseiam em seus pressupostos teóricos ou em importantes conceitos e noções apresentados pelo autor, conforme se constata, por exemplo, nos trabalhos de Nascimento (2008), Pereira (2009), Silva (2010), Lus (2012), Huertas (2009, 2013), Nascimento (2016), Ricarte (2017) e Santos (2017).

Alguns desses estudos chamam atenção para a modernização do território a partir dos agronegócios, conforme se vê em Silva (2010), que retoma as preocupações de Milton Santos na análise das atuais dinâmicas territoriais de Rondônia e mostra o absoluto protagonismo do mercado hoje, observando como os grãos definem uma nova composição orgânica do território (SANTOS, 1993). Sua contribuição indica uma nova regionalização na Amazônia meridional, exemplificada com o deslocamento da fronteira agropecuária e madeireira para o oeste e para o norte de Rondônia, e os conflitos das novas atividades com os usos do território já existentes (institucionais, indígenas, camponeses, etc.).

Também, Silva (2010) mostra a configuração de um eixo de modernização com núcleos urbanos funcionais ao agronegócio globalizado. Nesse eixo, cidades situadas ao longo da BR-364 (Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Vilhena, Jaru, Rolim de Moura, Guajará-Mirim e Ouro Preto do Oeste) dispõem de infraestruturas – agroindustriais e serviços tecnológicos, informacionais e financeiros – que dão suporte às novas atividades modernas que se estabelecem e que permitem visualizar um acontecer complementar e hierárquico dos eventos (SANTOS, 1996) materializado no território.

Grande importância nesse contexto geográfico assume a cidade de Porto Velho (RO), que é mostrada nos estudos de Huertas (2013) como espaço nodal do transporte rodoviário de cargas na Amazônia ligado às redes agroindustriais e aos agronegócios. Ela se insere naquilo que o autor denomina de “quadrilátero”, formado por Manaus-Belém-DF/Goiânia-Porto Velho, e que, no conjunto regional, destaca-se pela “fluidez territorial”, que adentra a Amazônia a partir do Centro-Oeste brasileiro e converte a capital de Rondônia em importante nó logístico que dá suporte ao escoamento de grãos rumo, inicialmente, aos portos de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA), e, posteriormente, ganha os mercados globais por meio do Oceano Atlântico. Mostra Huertas (2009), inspirado em Milton Santos, que:

esse subsistema de movimento [...] é um excelente indicativo do uso do território, já que abrange todas as manifestações da técnica (a forma de operação dos objetos e a sua configuração territorial) e a consequente ação concreta de cada ator no período atual. Comporta uma sobreposição de divisões territoriais do trabalho que demonstra as combinações técnicas e políticas existentes no processo de expansão da fronteira agrícola, que historicamente não tem respeitado o dinamismo das populações locais – geralmente expropriadas e excluídas –, além de apontar direções futuras para a logística no subespaço amazônico. (HUERTAS, 2009, p. 317).

Os novos conteúdos técnicos da Amazônia meridional também são referências nos estudos de Lus (2012), Ricarte (2017) e Nascimento (2008). O primeiro se preocupa em compreender as novas dinâmicas territoriais da fronteira tecnológica no Município de Vilhena. O segundo analisa as alterações da psicosfera local nesse mesmo Município, notadamente às relacionadas aos camponeses do chamado setor chacareiro. E o terceiro estudo se ocupa de entender outros Municípios do sul de Rondônia (Cerejeiras, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste) quanto à reestruturação produtiva, às dinâmicas populacionais e às heterogeneidades decorrentes da economia da soja.

Os processos verificados em Rondônia hoje também se espriam por outras partes da Amazônia, como se vê no oeste do Pará, na porção centro-oriental da região, presentes nos estudos de Toledo (2005, 2009), Paixão Júnior (2012) e Trindade (2015), que, pautados direta ou indiretamente nas ideias miltonianas, analisam a expansão da soja nessa extensão de intensa ocupação do espaço amazônico, que tem na BR-163 e no porto de Santarém importantes elementos de produção e de circulação de grãos.

O estudo de Trindade (2015), a título de exemplo, analisa a relação da cidade de Santarém com o incremento da produção e da circulação da soja na sub-região referenciada. Revela, assim, como os impactos da economia dos grãos alteram a dinâmica dos circuitos econômicos urbanos, especialmente com a nova instalação portuária e a inauguração do terminal graneleiro da Cargill S/A no início dos anos 2000, que deram impulso a novas atividades do circuito superior na cidade e, ao mesmo tempo, impactaram negativamente os pequenos produtores do entorno e suas atividades urbano-rurais pré-existentes.

Na porção mais oriental da região, e também à luz das contribuições miltonianas, Santos (2020) questiona se a cidade de Redenção, no sul do Pará e na transição do domínio da floresta para o cerrado, pode de fato ser considerada uma cidade média do agronegócio na Amazônia, conforme se vê recorrentemente na retórica dos grandes agentes econômicos. Situada em uma região de produção agrícola, a cidade tem se tornado, cada vez mais, aquilo que Santos (1993) se referiu como cidade econômica, reforçada que foi por políticas de desenvolvimento e pelo discurso de dinamismo que a associa a um polo econômico imprimido pelo agronegócio, responsável por incrementar o comércio e os serviços voltados ao atendimento dessa demanda mais específica.

Isso tudo a despeito de que parte significativa de sua população dependa de programas governamentais de transferência de renda, revelando o quanto o discurso da cidade do agronegócio é falacioso nessa porção da Amazônia, que tem convertido a floresta em pasto e em campo de cultivo de produtos que atendem às demandas dos grandes circuitos nacionais e globais. Assim, inobstante as transformações perceptíveis na tecnosfera e na psicosfera urbana local,⁶ nota-se que parte significativa da população é mantida à margem das vantagens que essas atividades proporcionam.

⁶ Para Milton Santos, trata-se de dois pilares com os quais o meio técnico-científico informacional impõe sua racionalidade no conteúdo do território: "tecnosfera e psicosfera tornam-se redutíveis uma à outra. Esse novo meio geográfico, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, é indutor e condicionante de novos comportamentos humanos, e estes aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que por sua vez constituem a base operacional de novos automatismos sociais" (SANTOS, 1993, p. 47).

Ainda na porção oriental da Amazônia, o trabalho de Nunes (2015) sobre a cidade de Marabá mostra a forma diferenciada de apoio institucional aos circuitos da economia ao estudar comparativamente as feiras livres e as feiras de exposição, mostrando-as como expressões da relação cidade-floresta e cidade-campo no sudeste paraense. Mesmo que tenham a mesma denominação de feiras, expressam, em suas formas e conteúdos, interesses de agentes diferenciados na relação que proporcionam ao articular o campo e a cidade, próprios dos novos conteúdos da urbanização amazônica.

Normalmente, as primeiras se associam a um circuito inferior da economia urbana, que agrupa agentes ligados à circulação dos produtos, mas também viabilizam o escoamento da produção dos pequenos produtores que se origina no campo e especialmente no entorno da cidade, conforme mostra a autora. Diferentemente ocorre com as feiras de exposição, que se ocupam de expor e divulgar produtos de agentes ligados notadamente aos agronegócios, sendo comum se associarem aos interesses dos circuitos superiores da economia (SANTOS, 1979a, 1994b). São, assim, diferentes expressões desses circuitos (inferior *versus* superior/superior marginal), da relação cidade-floresta (afirmação *versus* negação) e de apoio governamental (incentivo *versus* limitações).

Por meio desses estudos, então, visualiza-se a atualidade das discussões miltonianas para entender as questões da Amazônia contemporânea, tal a aplicabilidade de suas categorias, conceitos e noções para a compreensão do atual quadro da relação rural-urbano na região que o autor já anunciava em seu trabalho sobre Rondônia e que pôde sistematizar teoricamente no início da década de 1990 ao pensar o contexto mais geral da urbanização brasileira (SANTOS, 1993).

As “empresas da cidade”: versões atuais das cidades corporativas

Significativas nas contribuições de Milton Santos são suas elaborações quanto aos objetos que compõem o meio técnico-científico informacional, a correspondente espacial do período atual. Suas primeiras elaborações sobre essa temática são coetâneas às transformações que ocorriam no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 na Amazônia; momento em que foi convidado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para um seminário sobre os grandes projetos.

Nessa oportunidade, por meio de texto preparado para o evento (SANTOS, 1995a), o autor chamou a atenção para o conteúdo técnico e a rápida e impactante modernização do território realizada a partir do que denominou de grandes objetos, de que são exemplos as hidrelétricas, fábricas, cidades, etc., e cujas repercussões revelam as novas ações, no plano global, que chegavam à região por meio de tensões e da desestruturação de relações antes existentes.

É importante destacar que, nesse momento, a Amazônia oriental vivenciava as repercussões de grandes empreendimentos, como a Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Carajás, o Projeto Trombetas e o Albras-Alunorte, assim como movimentos de resistência, como o relacionado ao que hoje veio a se constituir a Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, e que, na época, foi contestado pelas populações tradicionais; contestação essa que provocou tanto o adiamento de sua construção, como também a sua redefinição, uma vez que se cogitava a edificação de duas grandes usinas (Kararaô e Belo Monte) em vez de uma, conforme veio a se configurar o empreendimento posteriormente.

A natureza corporativa dos grandes objetos mostrava intencionalidades estranhas à região e reforçava sua condição de “região do fazer”, do fazer para os outros, dada a presença de novas racionalidades hegemônicas, mas que tinham, como respostas locais, contrarracionalidades que definiam tensões diversas a sugerir a necessidade de uma nova planificação regional (SANTOS, 1994a, 1995a). Assim, os grandes objetos configuravam o meio técnico-científico informacional em uma região historicamente marcada pelas baixas densidades técnicas e pela modernização pontual do território quando comparada a outras regiões do país; daí a demanda pela criação de novas cidades e, com efeito, a reafirmação do processo de urbanização corporativa, que vai ao encontro dos interesses do Estado capitalista e das grandes corporações:

as atividades não-hegemônicas são, em geral, deixados (sic) à “espontaneidade” do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações.

Essas atividades *centrais* se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados. É nesse sentido que podemos falar de uma *urbanização corporativa* [...] A cidade atual presta-se à recriação desse tipo de segmentação, com a emergência de grupos mais ou menos organizados, lutando de maneira difusa ou com o apoio de *lobbies* mais ou menos agressivos e mais ou menos aparelhados, através de discursos, *marketing*, alianças duráveis ou colusões ocasionais, estratégias e táticas pela prevalência de suas reivindicações setoriais. (SANTOS, 1993, p. 108-109, grifos do autor).

Em suas reflexões, resultantes de sua participação naquele seminário, ocorrido em 1991 em Belém, aparece, possivelmente pela primeira vez, conforme Oliveira (2019), o entendimento do espaço como “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1995a, p. 14). Contribuições como essas, assim como aquelas outras em que a Amazônia é referenciada para dar suporte às suas elaborações teóricas, ainda hoje ajudam a pensar a atualidade do tema da urbanização e da pobreza urbana nesse contexto regional.

Foi assim que, inspirados nessas reflexões, sistematizamos elementos sobre as cidades-empresa, mostrando-as como cidades corporativas (TRINDADE JÚNIOR, 2010). A compreensão dessas cidades, à luz do pensamento miltoniano, nos possibilitou denominá-las de “cidades na floresta” (TRINDADE JÚNIOR, 2010). Isso porque tornaram-se cidades localizadas na região, mas não propriamente pertencentes a ela, por atenderem precipuamente a interesses de corporações sediadas fora dela.

A concepção dessas cidades se inseriu no ideário desenvolvimentista de polos, que deu o tom às políticas territoriais nas primeiras décadas da segunda metade do século XX na Amazônia e que, por sua vez, recebiam pesadas críticas quanto ao caráter perverso de sua instalação, não obstante o incremento do crescimento econômico sob a ótica dos interesses corporativos e que ocasionavam recorrentes prejuízos às populações locais.

A construção de um meio técnico-científico informacional reafirmava, por meio desses projetos, as ideias de solidariedade organizacional e de verticalidades, sustentadas por Santos (1994a, 1995a, 1996), e que nos permitia visualizar a Amazônia inserida em nexos globais materializados no espaço por meio dessas cidades, a representar a força das empresas e de seus *staffs*, que se instalavam no espaço regional. Longe de representar a caracterização socioespacial da urbanização de apenas um dado período de ocupação capitalista na região, novos processos recentes só fizeram reforçar a natureza da urbanização corporativa, que, agora, assume perfil neodesenvolvimentista e acompanha os desdobramentos e os avanços das relações capitalistas em sua versão neoliberal.

Desta feita, conforme Schubert (2019), é possível reconhecer, ainda, a contraditória importância do Estado com a dotação de infraestrutura e com recursos públicos como motor de crescimento e de modernização, dando apoio ao setor privado e incrementando as exportações dos produtos regionais, mesmo que o discurso em relação à concepção e ao conteúdo das cidades corporativas tenda

a ser alterado e ajustado à nova versão do desenvolvimento regional. Assim, das “cidades das empresas”, passa-se a ter, cada vez mais, as “empresas das cidades”.

Essas, em sua expressão neodesenvolvimentista, não são necessariamente novas, mas renovadas. Isso porque cidades já existentes tornam-se hospedeiras das corporações, convertendo-se na versão atual das cidades corporativas, com todas as mazelas que se associam aos interesses capitalistas na Amazônia. Integram elementos de sua inserção atual: a municipalização dos ônus e das responsabilidades dos problemas trazidos pela presença delas no interior da região; a nova retórica criada, associada a uma ideologia que inclui argumentos de inserção local, de sustentabilidade ambiental, de “mixité” e de programas sociais voltados ao desenvolvimento local e que “suavizam” seus impactos locais e regionais.

Alguns trabalhos apoiados na teoria miltoniana sobre a modernização do espaço e do meio técnico-científico informacional mostram, na realidade regional atual, essa versão da urbanização corporativa, como fizeram Silva (2016b) e Marialva (2012) ao analisarem as novas dinâmicas territoriais na Amazônia e os desdobramentos da mineração da bauxita no município de Juruti, no estado do Pará, no Baixo Amazonas.

No caso de Silva (2016b), a preocupação é com as comunidades rurais do entorno do projeto; ao passo que Marialva (2012) discute as verticalidades, mediadas pelo discurso da integração local e da sustentabilidade e que ajudam a entender as novas temporalidades da grande empresa mineradora ali instalada, a Alcoa, confrontadas com as resistências e os tempos lentos do antigo núcleo urbano e de seu entorno imediato.

Na mesma perspectiva, Schubert (2019) chama a atenção para o novo sistema logístico de circulação de grãos voltados à exportação e para as transformações na tecnosfera e na psicosfera locais, sobretudo ao analisar as novas centralidades da cidade de Itaituba, alçada, com a alavanca desse novo papel, à condição de cidade média no oeste paraense, na Amazônia centro-oriental; ao mesmo tempo em que materializa internamente e no seu entorno imediato, especialmente na Vila de Miritituba, elementos impactantes das novas verticalidades, que tornam ainda mais perceptíveis a pobreza urbana e a segregação socioespacial.

Ainda, como parte da presença de novos grandes objetos no espaço regional, cabe mencionar a Hidrelétrica de Belo Monte, estudada por Padinha (2017), que a reconhece como um novo grande objeto contemporâneo que traduz velhas lógicas hegemônicas, definindo novas centralidades insurgentes e fortes impactos nas escalas da vida local. Também, o estudo de Silva (2016a) realiza uma interpretação geográfica desses impactos da mesma hidrelétrica

em comunidades (Babaquara e Santo Antônio), na microrregião de Altamira, abordando o incremento do meio técnico-científico informacional no entorno da hidrelétrica e a alteração das formas de uso da terra, das técnicas de produção e das relações de trabalho dessas comunidades locais preexistentes ao grande objeto instalado no Rio Xingu.

Todas essas reflexões, assim como outras aqui não exemplificadas, traduzem a atualidade do pensamento miltoniano para compreender a Amazônia; pensamento esse que, para além de situar os impactos e o lado perverso dos grandes objetos e da urbanização corporativa como parte do processo de globalização “tal como ele é” (SANTOS, 2000a) e como se manifesta na região, sugere pensar em novas possibilidades de planificação regional que possam estar assentadas muito mais em horizontalidades e solidariedades orgânicas (SANTOS, 1996) que propriamente em verticalidades de natureza corporativa e organizacional.

À guisa de conclusão: construindo geografias regionais desde o Sul global

Para finalizar, caberia pensar em resistências e na força dos lugares a partir do edifício teórico elaborado por Milton Santos, de maneira a vislumbrar outras racionalidades que se contraponham à planificação e ao ordenamento territorial regional que tomam como pressuposto as cidades econômicas e a urbanização corporativa. A leitura de elementos globais na economia urbana e suas respostas locais pode ser um bom exemplo para entender a perversidade, os discursos e as possibilidades de uma outra globalização diante de um mundo unificado pela técnica, pela ciência e pela informação.

Nessa direção, o estudo de Montenegro (2012) abre reflexões importantes sobre a economia metropolitana globalizada, falando de particularidades de uma metrópole amazônica como Belém. Em sua análise, mostra como o circuito inferior da economia urbana se redefine em contexto de pobreza urbana e de globalização da economia ao configurar em seu interior sinapses com os demais circuitos e mudanças das “economias pobres” no momento em que se torna mais permeável às finanças e às novas tecnologias. Assim, estabelece conexões em cadeias espaciais de produtos, muitos deles de origem regional, definindo complementaridades, hierarquias, mas, igualmente, revelando conflitos e tensões; momento em que se podem perceber formas de apropriação alternativas e muito criativas que não necessariamente reforçam as racionalidades dos agentes hegemônicos globais.

Corroborando esse raciocínio, a noção de flexibilidade tropical, presente em Santos (1994a), remete a essas formas alternativas de produção do espaço e que não estejam assentadas em parâmetros corporativos de ordenamento territorial, conforme se tornou comum nos modelos (neo)desenvolvimentistas a que foi submetida a Amazônia nas últimas décadas. Pressupõe levar em conta, conforme sugere o autor, a criatividade humana e a capacidade de sua adaptação à diversidade de relações a partir do espaço imediato de existência e de suas potencialidades locais, tendendo a considerar o vasto e heterogêneo meio construído para vislumbrar outras formas de vida.

No caso brasileiro, dizem respeito a estratégias de (sobre)vivência criativamente inventadas pelos sujeitos que habitam os trópicos, potencializando formas de lidar com a natureza e com as particularidades dos ecossistemas locais, mas, para além disso, que levam em conta suas histórias e as bagagens culturais que lhes são próprias e que conferem particularidades aos espaços. Para a Amazônia, tais particularidades se afirmam ainda mais em razão de seus atributos decorrentes de sua localização, em grande parte na faixa equatorial, remetendo-nos a uma ideia de “flexibilidade equatorial” (TRINDADE JÚNIOR; LEITE; OLIVEIRA, 2021).

O estudo de Tozi (2012) vai ao encontro dessa teorização ao interpretar elementos dos circuitos econômicos no interior do espaço regional, especialmente considerando aspectos econômico-culturais. O autor, ao investigar a rigidez normativa imposta pelo período da globalização, reconhece formas de apropriação diferenciadas que se manifestam por meio de uma apropriação horizontalizada da economia urbana. Refere-se a ritmos musicais amazônicos que, apoiados em flexibilidade técnica e flexibilidade tropical, conferem, por meio de ação e de criação, dinamismos aos espaços periféricos e “opacos” na periferia metropolitana de Belém.

Pouco verticalizado aos circuitos econômicos mais dinâmicos, esse circuito musical marginalizado, mas enraizado na história e na cultura amazônica, muitas vezes apoiado em estratégias pouco formais de produção e circulação locais, é gerador de ocupações e rendas, definindo uma economia criativa da sobrevivência, e que, ao contrário do que se pode imaginar, apoia-se na modernização tecnológica, ao mesmo tempo em que reafirma tradições e elementos culturais regionais.

Por outro lado, ao tratar das contrarrazões que se opõem à lógica hegemônica dos grandes objetos técnicos instalados na região, emerge teoricamente em Milton Santos a preocupação com ações capazes de subverter a racionalidade capitalista e hegemônica que orienta a instalação dessa racionalidade

técnica pontualmente demarcada em algumas frações do território amazônico. Essa preocupação sugere um novo arranjo territorial de natureza cívica e não corporativa, pautado na concepção de homem-cidadão, em contraponto à de homem-consumidor (SANTOS, 1987).

É com base nessas preocupações teóricas que Oliveira (2019) fala em seu estudo de “objetos de grandeza cidadã” em oposição dialética aos grandes objetos, problematizados por Santos (1995a). Aqueles podem se manifestar de diversas maneiras, mas podem ser exemplificados por meio da difusão de políticas públicas federais e estaduais de equipamentos de ensino superior no interior do espaço amazônico que não necessariamente estejam voltados para demandas corporativas, mas, em vez disso, a demandas e necessidade imediatas das populações locais dos espaços onde são instalados, contribuindo assim para reforçar centralidades urbanas de natureza cidadã.

O mesmo pode ser percebido na apropriação tecnológica para a difusão do ensino básico, conforme se vê no Estado do Amazonas, estudado por Campos (2011), que analisou os territórios conectados pela educação à distância. Nesse caso em particular, o ensino à distância ainda que possa, em algumas situações, reforçar hierarquias territoriais preexistentes, sinaliza, também, para a construção de um modelo cívico de ordenamento do território ao permitir que espaços “vazios de cidadãos” (SANTOS, 1987) passem a estar mais inseridos no processo de formação escolar de sua população, que tem dificuldade de acesso ao ensino presencial.

Por fim, cabe destacar as experiências de participação democrática em cidades amazônicas, conforme mostra Novaes (2012) para Belém, onde se desenvolveu a experiência de planejamento e gestão participativa intitulada de “Congresso da Cidade”, uma forma de gestão cidadã, que buscou romper com a hierarquização do planejamento e, por meio de decisões mais horizontalizadas, concebeu a importância do lugar em sintonia com um projeto coletivo de uso do território, em revanche ao planejamento seletivo e excludente, de natureza corporativa.

Em todas essas análises o pensamento miltoniano se fez presente, não apenas para denunciar a perversidade da racionalidade técnica e corporativa quanto ao uso do território, mas igualmente para anunciar a possibilidade de formas de apropriação do espaço regional voltadas aos interesses das populações locais. A menção a essas contribuições mostra não apenas o quanto o legado teórico de Milton Santos foi importante para a compreensão do mundo, mas, igualmente, a atualidade de seu pensamento com vistas a entender processos contemporâneos globais desde uma perspectiva descentrada e que coloca em relevo demandas e necessidades de regiões periféricas como a Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO IEB. Instituto de Estudos Brasileiros. *Fundo/Coleção Milton Santos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

CAMPOS, I. A. M. *Territórios conectados pela educação à distância no Amazonas*. 2011. 217f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

HUERTAS, D. M. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009.

HUERTAS, D. M. *Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil*. 2013. 443f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LESSERRE, G.; SANTOS, M. Les plantations tropicales et la régionalisation de l'espace au Brésil. *La régionalisation de l'espace au Brésil*, Paris, p. 57-72, 1971.

LUS, D. A. *Dinâmica socioespacial do agronegócio em Vilhena: uma análise sobre a expansão da fronteira tecnológica*. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

MARIALVA, D. A. *Novas dinâmicas territoriais na Amazônia: desdobramentos da mineração da bauxita em Juruti (PA)*. 2012. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, C. P. *As singularidades do processo de urbanização da Amazônia: uma leitura a partir das cidades de Porto Velho (RO) e Marabá (PA)*. 2016. 253f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

NASCIMENTO, M. L. *Reorganização dos espaços de produção agrícola da soja: análise dos municípios de Cerejeiras, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste-RO – 1990 a 2008*. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

NOVAES, J. S. *Território e lugar: a construção democrática da metrópole – o Congresso da Cidade de Belém do Pará*. 2012. 420f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NUNES, D. A. *Feiras livres & feiras de exposição: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense*. 2015. 256f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

OLIVEIRA, H. M. P. *A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia*. 2019. 287f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

OLIVEIRA, H. M. P. O “Brasil da Amazônia”: olhares e preocupações de Milton Santos na leitura do território brasileiro. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 71-94, 2020.

PADINHA, M. R. *Grandes objetos na Amazônia: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida*. 2017. 444f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. *Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno*. 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PEREIRA, M. F. V. *O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre*. 2009. 329f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

RICARTE, C. A. A. *A psicosfera do espaço agrário de Vilhena: contradições entre o agronegócio e o campesinato*. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

SANTOS, M. Croissance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil. *Annales de Géographie*, Paris, v. 77, n. 419, p. 37-63, 1968.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a.

SANTOS, M. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, H. (org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979b. p. 143-161.

SANTOS, M. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 51-77, 1982a.

SANTOS, M. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982b.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1994b.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. S. (org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995a. p. 13-20.

SANTOS, M. O futuro do Nordeste: da racionalidade à contrafinalidade. In: GAUDÊNCIO, F. S.; FORMIGA, M. (org.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995b. p. 99-107.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

SANTOS, M. [Entrevista concedida a] Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O ensino superior público e particular e o território brasileiro*. Brasília: Abmes, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, T. O. *Redenção: uma cidade média do agronegócio na Amazônia?*. 2020. 118f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, T. R. S. *Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/Rondônia*. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

SCHUBER, E. S. M. *Neodesenvolvimentismo, reestruturação urbana e cidades médias na Amazônia: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós*. 2019. 384f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVA, D. C. *Uma interpretação geográfica dos impactos da Hidrelétrica Belo Monte: estudo de caso da Vila Santo Antônio e da Comunidade Babaquara na Microrregião de Altamira-PA*. 2016a. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação

em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, E. G. *Território, mineração e modos de vida em comunidades rurais em Juruti – (PA)*. 2016b. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, R. G. C. *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010*. 2011. 222f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOLEDO, M. R. *Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro*. 2005. 305f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TOLEDO, M. R. *O mundo no lugar: o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA): (A viabilidade do território brasileiro para uso corporativo e a modernização do Porto de Santarém)*. 2009. 154f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

TOZI, F. *Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização*. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRINDADE, G. O. *A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará*. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 51, p. 113-137, 2010.

TRINDADE JR., S-C. C.; LEITE, G. C. S.; OLIVEIRA, H. M. P. Amazônia: saberes locais, solidariedade orgânica e flexibilidade equatorial. *RA'EGA: o espaço geográfico em análise*, Curitiba, v. 52, p. 84-107, 2021.

COMO CITAR

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidades e urbanização corporativas na Amazônia contemporânea: atualidades de um pensar geográfico desde o Sul global. In: ARROYO, Mônica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 153-171.



Meio técnico-científico informacional e circuitos da economia urbana: contribuições do geógrafo Milton Santos para a compreensão da modernização tecnológica no tempo presente

Catia Antonia da Silva

Introdução

A motivação de escrever o presente artigo tem a sua relação com as novas formas de precarização e os sistemas de informação com base nas reflexões de Milton Santos, as quais contribuem para a análise do tempo presente, acirrado pelo desemprego, aumento da inflação e pandemia da Covid-19 ao longo dos anos 2020 e 2021. Na mesa redonda “Cidadania mutiladas e território usado: a força do lugar no período popular da história” do evento “Seminário: um período, uma crise: globalização e instabilidade dos territórios – Por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos”, promovido pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, entre 22 e 24 de junho de 2021, foi possível identificar a importância da obra de Santos para a compreensão do presente e da conjuntura política, social, econômica e territorial.



Desse modo, este artigo tem como finalidade compreender os processos presentes nas seguintes questões: atualização da importância das categorias analíticas, circuito produtivo, meio técnico-científico informacional e modernização na produção das desigualdades sociais, por meio de análise dos processos de modernização técnica e os seus impactos na ocupação de jovens e identificar a contribuir sobre a importância da obra de Milton Santos nesses processos recentes. A metodologia utilizada para a elaboração do artigo levou em conta a análise dos textos de Milton Santos, sobretudo os livros *A natureza do espaço: ação e emoção* (2006), *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, (1994), *O espaço do cidadão* (1987) e *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos* (2008 [1978]). Além disso, atualizamos as informações sobre as questões pertinentes ao desemprego e sobre as novas modalidades de trabalho, como o *delivery*, e utilizamos dados do IBGE e leituras de artigos, relatórios e notícias recentes (2017-2022).

O presente trabalho está dividido em três seções: a primeira analisa a relação entre cidadania, limites da democracia no Brasil a partir da expansão do modelo neoliberal de mercado capitalista fundamentado na baixa distribuição de riqueza e na modernização tecnológica que acirra essa concentração. Na segunda seção realizamos uma reflexão sobre a contribuição de Milton Santos na explicação da relação entre modernização tecnológica, circuitos da economia urbana, mercado de trabalho e seus impactos nos lugares. A terceira seção averigua os processos de desemprego no contexto da pandemia da Covid-19 e o predomínio da *urberização* nas atividades dos jovens trabalhadores.

Cidadania Mutilada e trabalho: limites da democracia? Cidadania para quem?

Marx (1987) argumenta que o capitalismo é o modo de produção que, em pouco tempo histórico, se produz muitas riquezas e, ao mesmo tempo, se produz pobreza e precarização dos trabalhadores.

Historicamente, Marx analisa a passagem do modo de produzir no contexto do trabalho concreto, em que o artesão detém os meios de produção e dominava o processo produtivo para o trabalho abstrato, marcado pela divisão social do trabalho e pela especialização marcada pela adoção de instrumentos técnicos e conhecimentos tecnológicos e pela ideologia que atualiza as formas morais referente ao trabalho, à produção e ao consumo. O autor buscava explicar como

um modo de produção capitalista, que gera tantas riquezas, produz na mesma medida pobreza e paradoxos (desigualdades sociais, espaciais, segregações). A natureza do capitalismo se inscreve na acumulação permanente de capitais, da célebre explicação sobre as formas de realização dessa cumulação por meio de implementação de estruturas e superestruturas sustentadoras da economia política capitalista. Nesse contexto, o Estado aparece como um *modus operandi* do capitalismo que traz consigo sua própria contradição entre garantir a função social pública e os meios e instrumentos legais de interesse dos grandes empresários.

Segundo Milton, a compreensão das formas de dominação passa pela economia política, pela globalização, pelos modelos econômicos e cívicos. A compreensão da atualização do capitalismo nos séculos XX e XXI, com os vultuosos investimentos na produção científica e tecnologia sob à égide do pensamento neoliberal é sustentada pela ideologia da modernização (SANTOS, 1994, 2011, 2006). A implementação do meio técnico-científico informacional altera a compreensão de espaço geográfico e da relação da sociedade com a comunicação e informação e está subordinada às novas lógicas globais. A tecnosfera (objetos técnicos) e psicosfera (ideias, imaginários, marcos legais e valores), na produção de novas necessidades, são resultantes da implementação da globalização e, ao mesmo tempo, fatores para uma nova dinâmica da vida social e dos arranjos territoriais da industrialização. Desse modo, o capitalismo do século XX se atualiza com as inovações tecnológicas no campo das novas redes técnicas de informação e de comunicação. Mas essas redes se expandem de acordo com a expansão do mercado nacional e na escala global, ainda que desigualmente distribuída no território (SANTOS, 2006).

Na segunda metade do século XX e no início do século XXI, a globalização torna-se realidade e fábula. Realidade pelo advento da Terceira Revolução Industrial, marcada pela aceleração das informações e da difusão de mercadorias e pela compressão tempo-espaço, que estimulam o ritmo instantâneo da comunicação entre os lugares e alteram as relações sociais e na esfera do trabalho. Assim, as inovações tecnológicas desenvolvidas em contexto do pensamento neoliberal têm contribuído na acumulação crescente de capitais e no processo de produção de novos contextos de pobreza e de periferização das cidades e das metrópoles. Como o capitalismo, concomitantemente, produz-se na narrativa da democracia, da cidadania e dos direitos humanos, o discurso da escassez, do Estado mínimo e da crise econômica, somada atualmente ao discurso do ódio, da guerra, que Ana Clara Torres Ribeiro (2011) denomina de “crise societária”. Esse conceito refere-se a uma crise do humanismo, baseada na construção das relações baseadas no imaginário do estigma, negação do

outro e no individualismo. Assim, no contexto dessa crise societária, vê-se o crescimento de notícias falsas, disseminação do medo-horror e da violência em que as redes técnicas que constituem a ossatura do meio técnico-científico informacional tornam-se instrumento de informação e comunicação em grande escala, em que mensagens são produzidas e difundidas de forma instantânea. O excesso de informação que muito atordoa e pouco explica é produzido cada vez mais por sistemas complexos de *algoritmos*, automatizações por grandes corporações especializadas e tecnologias de gestão de informações, e que tanto pode ampliar a consciência, mas vem fortalecendo a alienação e as formas de dominação. Grupos políticos extremistas utilizam as redes sociais e os empreendimentos da informação digital com a intenção de expansão de mercados e ataques à democracia e à cidadania por meio de discursos de violência simbólica, racismos e homofobias.

Desse modo, Santos (1987) já chamava atenção para o fato de que existe uma relação entre democratização neoliberal e fortalecimento das frações da economia política, constituída por agentes que apoiam a concentração de recursos em mãos das classes mais privilegiadas. Santos reconhece que o modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico fundamento pelos interesses de mercado. “As massas eram despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada.” (SANTOS, 1987).

De acordo com Ana Clara Torres Ribeiro (2013), esse mesmo modelo alimenta a cultura da modernidade e a produção de estereótipos espaciais (periferias, favelas) e da corporeidade: falta de infraestruturas, racismo ambiental e racismo estrutural. Na década de 2000, ampliam-se as formas de violência e negação do Outro (exemplo: expansão dos grandes empreendimentos nas áreas históricas das comunidades tradicionais, ampliação de poluição em áreas pesqueiras, quilombolas e indígenas) tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas (SILVA; SILVA, 2021). As lutas históricas pelo direito à cidade e o direito à reforma urbana na década de 2000 aparecem no cenário político como possibilidades de redução das desigualdades sociais e regionais, na luta pelos direitos sociais e culturais e ampliam os conflitos sociais e ambientais em contextos metropolitanos. No livro *O espaço do cidadão* (1987), Milton Santos, que dialogou com Ana Clara Torres Ribeiro, deixou uma análise muito importante sobre o fato que mais dinheiro ou discurso de democracia não garante a cidadania para todos e todas. A cidadania mutilada é fruto do modelo de democracia pautada no mercado, como muitas vezes o modelo de desenvolvimento social pautado no mercado é o cerne da crise societária. Esse

mercado dita as ações e as atitudes e confunde o direito social com o consumo, a liberdade com alienação e direito ao trabalho com o imaginário de um sujeito empreendedor, conforme veremos com os contextos do trabalho de *delivery* (solicitar mercadorias por meio de dispositivos informacionais digitais).

Milton Santos: mercado de trabalho e mercado digital globalizado e seus impactos no lugar

Fundamentado na lógica de mercado, a implementação dos sistemas técnicos (informacionais – *internet*, dispositivos eletrônicos, localização das antenas e redes de fibra ótica, dentre outras técnicas) acabam por formatar o mercado e o consumo consultivo. Essa formatação é feita pela lógica da produção no âmbito global, onde os países também se subordinam e não só ao mercado quanto às hierarquias geopolíticas internacionais. Assim, sobre a forma como se reorganiza o espaço geográfico no final de século XX e no século XXI, Santos orienta que, quanto ao meio técnico-científico-informacional, os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção (SANTOS, 2006). Como em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1987, 1994).

Quanto mais “tecnicamente” contemporâneos são os objetos, mas eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização. Enquanto aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas, etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações. Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados e das formas de organização das relações sociais. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. (SANTOS, 2006, p. 160-161).

Para Santos, o impacto da revolução científica e técnica e da globalização tem efeito destruturador da tecnologia, sendo tanto mais violenta e incisiva quanto menos envolvido estiver o país em relação às inovações técnicas precedentes.

Diz ele:

Tais efeitos são sociais, económicos, políticos, culturais, morais, e, igualmente, espaciais, geográficos, levando a uma reorganização do território, mediante uma redistribuição de papéis que inclui novos roles, estranhos até então à sociedade territorial. O fato de que as transformações se dão nas vias e meios de transportes e comunicações, na estrutura produtiva, nos hábitos de consumo, na forma de intercâmbio, nas relações de trabalho, na monetarização, e nas formas de controle, tem efeitos cumulativos e acelerados sobre todos os processos de mudança, em que os desequilíbrios instalados são mais profundos. Mesmo se as novas relações apenas alcançam parcelas reduzidas da economia e do território e incidem de forma incompleta sobre a sociedade, têm já bastante força para induzir transformações fundamentais ao conjunto. Fenómenos como as disparidades espaciais de tipo mercantil e a macrocefalia ganham novas dimensões. As formas novas, criadas para responder a necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais endurecidas, material e funcionalmente, mais rígidas tanto do ponto de vista das técnicas implicadas como de sua localização. Passamos de uma cidade plástica a uma cidade rígida. (SANTOS, 2008, p. 168).

Assim, os objetos técnicos produzem novas tecnosferas e novas psicoferas ao interferir nas relações societárias, nas relações de consumo e nas formas de trabalho. Nesse contexto, o meio técnico-científico informacional ganha lugar na compreensão dos agenciamentos dos fluxos de informações elaboradas pelas grandes agências de informação e de controle das mensagens e realiza e manipula a notícia de acordo com os interesses políticos e econômicos hegemônicos. Afinal, Santos, citando o exemplo das economias regionais, fala de que na: “união vertical, os vetores de modernização são entrópicos”.

Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo. Mas a eficácia dessa união vertical está sempre sendo posta em jogo; e não sobrevive se não à custa de normas rígidas – ainda que com um discurso liberal. (SANTOS, 2008, p. 174).

De fato, Santos tem razão por que as lógicas de modernização em todos os tempos levam a desordem de regiões e lugares por onde chegam. Com o

tempo presente, essa modernização vem como ação de um discurso tradicional de progresso. De um lado, a retomada de uma ação agressiva, militarizada, negacionista, de outro, essa modernização estava sendo pautada pela mídia em um discurso de “sustentabilidade” que acredita na possibilidade entre agronegócio, a aquicultura latifundiária como possível de garantia da política econômica do país. Nos lugares, as populações mais pobres, as economias de pequenas escalas e as periferias do capitalismo que se constituem territorialmente, são, para Santos, “as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo”.

Milton Santos (2008) cita como exemplo é “[...] a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, permitindo-lhes passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido” (SANTOS, 2008, p. 174).

Podemos apresentar como exemplo também as formas de resistência dos pescadores artesanais nas baías brasileiras na luta pelo território e manutenção do seu trabalho, renda e produção coletiva de pequena escala. Trata-se de lutas inscritas no cotidiano, no lugar pela defesa do trabalho e do território pesqueiro, mas que se fortalece em redes regionais e nacionais e no diálogo com outros atores como pesquisadores, procuradores dos ministérios públicos estaduais e federais, dentre outros.

Pandemia e a técnica no mundo do trabalho

O meio técnico-científico-informacional e o modelo de mercado neoliberal, articulado aos novos marcos legais de modificação dos direitos trabalhistas, tais como a legislação do contrato temporário, têm contribuído para o fortalecimento do desemprego cada vez mais agenciado. A redução do mercado de trabalho não se refere somente à crise da economia, mas também à reestruturação produtiva e à automação, que engendraram nos últimos anos o desemprego estrutural (categoria que remete ao fim de pós-trabalho, independente da conjunta de crise ou de crescimento econômico). Assim, além da violência e da instauração do medo dos jovens frente ao mundo do trabalho, mais um elemento se firma no contexto do imaginário social: para suprir a falta do trabalho assalariado, a expansão da ideologia do empreendedorismo, estimulada pela legislação das pequenas empresa (a categoria jurídica definida como microempreendedor individual – MEI), nasce como uma solução para a ocupação, mas na maioria das

vezes o indivíduo não consegue ser bem-sucedido e muitos acabam aumentando sua jornada de trabalho e veem a precarização do trabalho e da renda. Em 2020, o IBGE criou uma nova categoria para explicar a crescente taxa de desemprego nas cidades: a dos desalentados, que consiste no fato de pessoas desempregadas que desistem de procurar emprego.

A relação entre o desemprego na vida da população trabalhadora, sobretudo os jovens que estão em condição de desalentados. Analisar essa categoria criada pelo IBGE ajuda na explicação de que as pessoas desistiram de procurar trabalho com a carteira assinada, observa que os trabalhadores e trabalhadoras nessa situação são os mais jovens e estão numa condição de muita vulnerabilidade e de difícil crença no mundo do trabalho assalariado. Esses buscam a inserção ao mundo do trabalho por meio de atividades já conhecidas na literatura como trabalho informal, ambulantes, ou naquilo que Milton Santos nos ensinava ao explicar o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008, 1994).

De acordo com os dados do segundo trimestre de 2021, são cerca de 14,4 milhões de desempregados, ou seja, de pessoas que estão desocupadas, com uma taxa média de 14,1%. Desses, cerca de 5,6 milhões desistiram de procurar emprego (trabalho assalariado), ou seja, cerca de 5,6 milhões estão na categoria de desalentados, maioria são jovens. Nesse contexto, as taxas de desocupação por regiões são: Norte, 14%, Nordeste, 18%, Sudeste, 14,5%, Sul, 8,6% e Centro Oeste 11,6%. (AGÊNCIA DO IBGE: NOTÍCIAS, 2021, <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>). Desses 14,4 milhões de desempregados, 14,7% da população economicamente ativa, sendo que 46% estão na faixa etária entre 14 e 17 anos e estão buscando trabalho. Já na faixa etária de 18 a 24 anos são 31%, sendo que muitas delas estão na faixa de desemprego de longa duração, quando, segundo o IBGE, estão a mais de 2 anos de procura por trabalho assalariado (AGÊNCIA DO IBGE: NOTÍCIAS, 2021).

A precarização do trabalho articulada à baixa escolaridade e ao baixo uso de tecnologia, no âmbito da modernização e imposição da sociedade informacional, esse modelo de precarização soma a formas modernas de precarização associadas às tecnologias de automatização de serviços. Assim, estamos observando na década de 2020 o processo de perda dos direitos trabalhistas e ampliação do desemprego estrutural com a robotização-automatização na indústria e nos setores de serviços em que a massa de trabalhadores em idade ativa se vê cada vez mais inserida de forma periférica sob os moldes de meio de produção utilizando as tecnologias de informação e de comunicação ágeis. Aliás, sobre o desemprego estrutural, as últimas notícias nos Estados Unidos da América e na Inglaterra,

em 2016, sobre a etapa atual do capitalismo, apontam para o aprimoramento das técnicas de informação, produzindo uma nova fase denominada de RPA – *Robotic Process Automation*, que em 2016 passa de projetos pilotos para uma adoção mais ampla nos diferentes setores da economia (MADAKAM; HOLMUKHE; JAISWAL, 2019).

Nos Estados Unidos, os dados mostram que tecnologias de automação, incluindo inteligência artificial, robótica e automatização crescente nas atividades de produção, expandem-se nos setores de serviços, gerando autoatendimentos, produção de gerenciamento e comercialização por redes sociais, que na esfera do consumo induz a percepção de gerar benefícios significativos para usuários, empresas e serviços porque aumentam a produtividade das empresas. No âmbito da economia, a RPA foi adotada em vários setores de serviços, produtos por vários provedores de *Business Process Outsourcing* (BPO) e um número crescente de organizações de usuários finais estão agora implantando a tecnologia para criar “forças de trabalho virtuais” de trabalhadores robóticos, conforme explicam Madakam, Holmukhe e Jaiswal (2019).

No Brasil, do ponto de vista das ideias, o movimento discursivo e moral do empreendedorismo parecia aliviar a angústia de desistir de lutar pela condição de trabalho assalariado para acreditar ser possível garantir o próprio negócio (ABÍLIO, 2017; TOZI, 2019). Esse ideário ganha forma com as legislações que normatizam o trabalho rotativo, a facilitação para abertura de empresas via sistema institucional do microempreendedor individual – MEI, em que o jovem abre um pequeno negócio ou pode ser contratado com salário mínimo, ou salário básico da categoria de contrato temporário, o que, na prática do institucional social e trabalhista da história social do trabalho representa a redução dos direitos trabalhistas das últimas duas décadas, no Brasil. Milhares de cursos de capacitação vendem a promessa de como ser capacitado para ser um bom empreendedor. Difundem-se nos canais de comunicação e de informação tanto entre as classes populares e as classes médias. Na prática, o sonho de ser um empresário traça os novos mecanismos do processo de alienação e das necessidades socialmente construídas, fazendo parte da produção de imaginários sociais do capitalismo neoliberal. Esse imaginário alimenta também o consumo. O consumo produtivo para a manutenção dos serviços de *delivery* feitos principalmente pelos jovens.

O espaço geográfico como meio técnico-científico informacional se expressa na indissociabilidade entre sistema de ações e sistema de objetos. Assim, as tecnologias de informação e de comunicação se difundem entre

aqueles que para atuarem como novos “empreendedores” necessitam deter de meios de trabalho e para isso ou utilizam os recursos oriundos de fundos próprios (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS), ou buscam o sistema de créditos financeiros. Desse modo, os desempregados vão alimentar um novo ramo, que Ricardo Antunes (2020) denomina de *uberização* do trabalho. Essa *uberização* tem relação direta com o sistema informacional nascido com a criação da empresa *Uber*, na Califórnia, em 2009, e que o trabalhador atua de forma autônoma, por seus meios de produção (automóvel) e se articula numa rede internacional georreferenciado no que o consumidor também se conecta. Os valores de cada corrida são inferiores ao do sistema de táxi, que também precisou se informatizar para sobreviver. Estima-se que se tenha hoje no Brasil milhares de trabalhadores atuando no sistema de *uber* e de outros semelhantes, o que deu origem a uma atividade vinculada diretamente a um aplicativo informacional e georreferenciado (BRANCO, 2020; TOZI, 2019).

Como decorrência desse tripe meios de produção, informatização do território e necessidade de renda e trabalho, essa atividade tem-se ampliado para os setores de alimentos e medicamentos, substituindo o modelo de comunicação e oferecimento de serviços diretos entre empresas e consumidor final. Surge a figura do intermediário ou do terceirizado, conforme relata Antunes (2020), sendo o trabalhador detentor de meios de trabalho que conectado digitalmente faz a mediação entre a empresa-consumo. Trata-se do termo *delivery* – que chega aos trabalhadores mais jovens, que com meio de trabalho mais baratos, como são as bicicletas e motocicletas, somando a um dispositivo informacional (*internet*), passam a desenhar a paisagem urbana de forma frenética para garantir a celeridade no oferecimento de serviços. Com a pandemia da Covid-19, as atividades de *delivery* se expandem em março de 2020, sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, e se estendem até os primeiros meses de 2022, marcados ainda pelos decretos estaduais e municipais que apregoaram o afastamento social, o fechamento de bares e lugares públicos agregadores de população. O resultado foi o crescimento exponencial da circulação desses trabalhadores utilizando diferentes empresas de informação e de mediação, o que produz a ampliação da carga horária de trabalho diário, atropelamentos e aumento da precarização do trabalho. Muitas críticas contra esse modelo de trabalho com superexploração e muita precarização já aparecem em cena, sobretudo na cidade de São Paulo, tais como dos artistas contemporâneos, conforme podemos ver a seguir nas charges de Castro (Figuras 1 e 2):



Figura 1. Uberização do trabalho.

Ilustração: Edu/Twitter.

Fonte: <https://castrodigital.com.br/2020/07/o-que-e-uberizacao-do-trabalho.html>



Figura 2. Uberização do trabalho.

Fonte: Reprodução/Toni D'Agostinho.

Fonte: <https://castrodigital.com.br/2020/07/o-que-e-uberizacao-do-trabalho.html>

A Associação Aliança Bike, uma instituição crítica e que vem realizando um trabalho de residência e conscientização de jovens trabalhadores, explica que mais de 30 mil trabalhadores de *delivery*, na atual na cidade de São Paulo, trabalham mais de 12 horas semanais, sem descanso e alimentação adequada. Ganham em torno de mil reais mensais, e, além de terem de possuir o meio de trabalho, a bicicleta, são responsáveis pela compra e manutenção também da embalagem térmica e dispositivos digitais (celular e *internet*), sem direitos trabalhistas e previdenciários.

A uberização é uma fase mais recente do processo de terciarização mediado pela técnica, que se faz com o meio técnico-científico informacional instalado como condição para o sistema de ações e sistema de objetos na produção social do urbano.

Assim, para a consolidação desse meio, de acordo com Santos (2006), enquanto se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, articuladamente, as mesma bases culturais de aceite das inovações tecnológicas, ou seja, essa base é uma psicosfera.

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção de mercadorias e de serviços, dos interesses de ampliação da produtividade, redução dos custos e gera grandes impactos sociais, no âmbito do consumo e no âmbito do mundo do trabalho e da divisão social do trabalho. Desse modo, frequentemente traduz interesses distantes, como já ensinava Santos (2006), quando se instala no território os objetos e sistemas informacionais, constitui-se um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese.

Vale a pena, revisitar Milton Santos:

A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 2006, p. 174).

E mais:

A relação entre “a organização da estrutura produtiva do país, e a criação de uma base técnica e econômica dos processos modernos de comunicação” é identificada por Ana Clara T. Ribeiro (1991, p. 46) quando inclui o sistema moderno de comunicação “[...] como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território e, em sua face

econômica, como elo articulador e agilizador dos mercados”. “Essa psicosfera”, diz A. C. T. Ribeiro (1991, p. 48), consolida “[...] a base social da técnica e a adequação comporta mental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” e é por isso mesmo que a psicosfera “[...] apoia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico” (SANTOS, 2006, p. 174).

A *urberização* é uma desses exemplos atuais das relações entre o circuito superior da economia (por meio das empresas que produzem objetos informacionais e dispositivos e controlam os sistemas de informação), a produção das agências de publicidades e *marketing* que elabora os mecanismos ideológicos de aceitação do trabalho precarizado, o que se justifica com o crescente desemprego (ANTUNES *et al.*, 2020).

Aliás, a teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos ainda está atual para explicarmos os processos recentes.

Sobre a definição de modernizações, Milton (2008) chamava a atenção para que cada período deve ser caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral. Para o autor, modernização significa a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.

Afirma, ainda, que no centro do sistema mundial, hoje em disputa entre Estados Unidos da América e China, os países cada vez mais conectados pelo tempo global, se articulam os sistemas econômico, social, político e moral internacionais por meio de variáveis que atualizam o presente. Milton Santos já chamava atenção para a periodização das modernizações “as forças nascidas no período do comércio diferem das fases da manufatura, dos inícios da industrialização e da grande indústria, e do atual período tecnológico”.

Se nos anos 1970, Milton Santos já percebia como se dava essas modernizações nos contextos dos países “desenvolvidos” e diferentes dos países de terceiro mundo, Santos, ao analisar a globalização, acrescenta a aceleração do tempo mundo na difusão de inovações, ainda que com rebatimentos espaciais diferenciados (SANTOS, 2006, 1994).

Desse modo aos estudar os circuitos da economia urbana e busca caracterizar, por meio da tecnologia, da renda e da urbanização, Santos (2008) nos anos de 1970 já identificava a informação como um desses instrumentos fundamentais de funcionamento dos circuitos. Ressalta que a difusão da informação já estava se tornando mais fácil do que antes e que graças à autonomia que ela adquiriu frente a outros meios de comunicação, passou a sustentar novos modelos de consumo (SANTOS, 2008).

Ao analisar os dois circuitos da economia urbana, Milton Santos já analisava que os progressos tecnológicos e o modelo de desenvolvimento econômico baseados na indústria e na modernização agrícola, não iriam garantir os empregos, afirma o autor:

[...] a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com renda muito elevada, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas no consumo. Essas diferenças são a causa, o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 2008, p. 37).

No livro *Urbanização brasileira* (1993), Milton Santos atualiza a análise sobre o consumo: consumo produtivo e consumo final. Ao perceber a dinâmica do capitalismo financeiro, engendrado pelas instituições cuja finalidade é o lucro e participam na mediação do processo de industrialização por meio da implementação dos sistemas de créditos. Milton denomina essa ação do sistema financeiro como creditização do território porque se tornam estimuladores da ampliação do consumo e da expansão dos mercados, buscando novos nichos (SANTOS, 1993; SILVA, 2015; LUIS JUNIOR; RIBEIRO; SILVA, 2021; TOZI, 2019).

A *urberização* é mais um desses nichos, ou seja, a criação de mercado de trabalho atrelado diretamente a capacidade de consumo dos jovens quando adquirem sua bicicleta ou sua motocicleta, o aparelho de telefonia com *internet* e os demais utilitários, tornando-se articulados ao circuito superior de comércio (restaurantes, farmácias e mercados de alimentos), e estão construindo um novo campo do circuito inferior, apesar de possuírem meios de produção modernos, sua capacidade de renda, a exposição do tempo de trabalho e a vulnerabilidade social por falta de direitos trabalhistas (SILVA, 2015; SOUZA JUNIOR; RIBEIRO; SILVA, 2021; CATAIA; SILVA, 2013).

Considerações finais

Milton Santos, no seu livro *Espaço do cidadão*, faz a seguinte pergunta: é possível a cidadania?

Realiza uma reflexão profunda na forma como a cidadania torna-se mutilada e frequentemente negada aos sujeitos sociais, sobretudo os mais empobrecidos, os negros, as mulheres, e que se deve a dois grandes fatores: o mercado como centro de decisão sobre a vida coletiva, que sustenta o discurso neoliberal de crise econômica que oferece como solução a implementação de políticas de austeridade para a classe trabalhadora, e o modelo cívico, que está subordinado ao modelo econômico implementador de desigualdades sociais.

Com Milton Santos podemos compreender a totalidade, com profundidade teórica e conceitual, e a importância da Geografia para o entendimento entre tecnificação, espaço geográfico e mudanças societárias. Compreender o meio técnico-científico informacional enquanto dimensão material e imaterial do espaço é um dos legados deixados pelo Professor Milton.

Neste artigo, nosso objetivo foi analisar a atualização dessas formas de dominação, que tem o suporte do meio técnico informacional como condição histórica para a expansão e ampliação da precarização do trabalho, de ódios, xenofobia, racismo, violências simbólicas e de *fake news* por milícias digitais.

A produção de necessidades que se articula à instantaneidade da transmissão de ideias, valores e medos, nos ensina sobre a importância da obra de Milton Santos para a compreensão dos processos do presente e da determinação do presente-futuro. Um pensamento complexo e totalizante. Uma herança para as gerações de agora e do devir. Uma obra aberta que permite muitos diálogos e muitas possibilidades para o avanço da teoria social crítica.

Sobre essa atualização das técnicas de comunicação e informação, a tecnosfera e psicosfera são indissociáveis uma da outra. O espaço geográfico atual, no que lhe concerne ao conteúdo da técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais conforme já apontava Santos (2006).

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

AGÊNCIA DO IBGE: NOTÍCIAS. Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019; mulheres, jovens e negros são as principais vítimas. Pesquisa Nacional de Saúde, 7 maio 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas>. Acesso em: 15 maio 2022.

ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRANCO, C. A geografia dos aplicativos: precarização local, lucro global. *Esquerda Online*, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/07/02/a-geografia-dos-aplicativos-precariacao-local-lucro-global/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CATAIA, M.; SILVA, S. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

MADAKAM, S.; HOLMUKHE, R. M.; JAISWAL, D. K. The Future Digital Work Force: Robotic Process Automation (RPA). *Journal of Information Systems and Technology Management*, v. 16, e201916001, 2019.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro 1 – O processo de produção. São Paulo: Boitempo, 1987.

RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 5 v.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. *Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. *Urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SILVA, C. A. (org.). *Pesca artesanal e a produção do espaço: desafios para reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, F. C. A creditização do território e o circuito inferior da economia urbana na Região Metropolitana de Campinas. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 5. n. 1, p. 95-118, 2015.

SILVA, G. S.; SILVA, S. C. S. A geografia do trabalho uberizado e os dois circuitos da economia urbana: uma análise das condições de trabalho dos entregadores/as ciclistas por aplicativo em Campos dos Goytacazes-RJ. *In: CONFLICT*, XIII; *CONPG*, VI, 2021, Campos dos Goytacazes. *Anais [...]*. Campinas: Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/conflict-conpg-2021/papers/a-geografia-do-trabalho-uberizado-e-os-dois-circuitos-da-economia-urbana--uma-analise-das-condicoes-de-trabalho-dos-entr>. Acesso em: 15 maio de 2022.

SOUZA JUNIOR, L.; RIBEIRO, L. H. L.; SILVA, C. A. Território usado e circuito inferior: o mercado insurgente de pescado na Praça XV – Rio de Janeiro (1980-1991). *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia e Economia*, ano X, n. 22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.21377>.

TOZI, F. O território brasileiro como recurso das plataformas digitais de transporte por aplicativos. *In: ENANPEGE*, XIII, 2019, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPEGE, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O joio e o trigo: Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder. *O que o Milton Santos diria do Ifood?* (transcrição). Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/06/o-que-o-milton-santos-diria-do-ifood-transcricao/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

COMO CITAR

SILVA, Catia Antonia da. Meio técnico-científico informacional e circuitos da economia urbana: contribuições do geógrafo Milton Santos para a compreensão da modernização tecnológica no tempo presente. *In: ARROYO*, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 173-189.



Milton Santos 20 anos – Arquitetura e urbanismo, técnicas doces

Manoel Lemes da Silva Neto

Milton Santos manteve uma interlocução intensa e produtiva com os arquitetos e urbanistas. Entre seus últimos escritos encontra-se uma publicação do Docomomo, de setembro de 2000, em que ele reclama a “imaginação” dos urbanistas “para que rapidamente alcancemos um urbanismo cidadão e não um urbanismo das empresas; um planejamento cidadão e não o planejamento que beneficia e interessa a uma parte apenas das populações” (SANTOS, 2000a, p. 36).

São as circunstâncias deste trabalho. Objetivo: refletir sobre as possibilidades de analisar seu pensamento sob o ponto de vista da cultura arquitetônica.

E a sua obra é um convite a se pensar projetos.

Entre as grandes teorizações produzidas por Milton Santos (SANTOS, 1982; SANTOS, 2000b), o período popular da história reúne elementos para se conjecturar outro espaço humano, ainda mais em tempos difíceis como na atualidade.

Pensar o espaço humano equivale a atingir metas sociais amplas, e é projetar, no sentido estrito da palavra, o projeto de espaço construído, de formas arquitetônico-urbanísticas que podem resultar de técnicas doces, apropriadas e a serviço da humanidade.



O urbanismo cidadão, o planejamento para todos, são, portanto, os desafios postos em discussão no projeto, no plano e na ação política. E desde as origens dessas disciplinas.

As pré-condições históricas para a constituição do período popular incluem técnicas e políticas concretizáveis a ponto de universalizar o projeto, atingindo os lugares onde estão aqueles “que não podem ser cidadãos” (SANTOS, 1997, p. 134).

As duas partes deste trabalho desenvolvem a hipótese: 1) cidadanias mutiladas e território usado: a força do lugar no período popular da história¹ e 2) técnicas doces, arquiteturas doces.

A primeira parte propõe uma análise crítico-propositiva a partir do pensamento de Milton Santos como pista para se pensar o projeto. À luz dessa reflexão, a segunda parte discute possibilidades de intervenção espacial por meio do projeto.

Cidadanias mutiladas e território usado: a força do lugar no período popular da história

O urbanismo e o planejamento cidadãos exigem encarar de frente as consequências dramáticas do “modelo cívico brasileiro herdado da escravidão” (SANTOS, 1997, p. 134-135), para os que não podem ser cidadãos.

Para tal propósito, não basta considerar a noção geometrizar de espaço de intervenção do projeto. É imprescindível levar a reflexão mais adiante, incluindo no cálculo das possibilidades de atuação da arquitetura, a dimensão totalizante desse espaço para abarcar a noção ampliada de “território usado” (SANTOS, 1994; 1999). Isto é, do território compreendido como sinônimo da arena da oposição entre o Estado, para todos, e o mercado, de alguns; entre as formas de dominação e as formas de resistência; entre as racionalidades dominantes e as contra-racionalidades populares; entre as políticas neoliberais e as possibilidades de emancipação a partir dos lugares e do cotidiano.

Categoria de análise, o território usado expõe as contradições e distorções entre “os que não querem ser cidadãos”, as classes médias, aos “que não podem ser cidadãos”, começando pelos “negros, que não são cidadãos” (SANTOS, 1997, p. 134). Enquanto os primeiros não reclamam direitos, mas privilégios, todos os

¹ Título de uma mesa redonda realizada em 24 de junho de 2021, por ocasião do seminário “Um período, uma crise: globalização e instabilidade dos territórios. Por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos” (<https://www.miltonsantos20anos.com.br/>).

demais são forçados à cidadania mutilada em diferentes dimensões: trabalho, remuneração, moradia, educação, saúde, livre exercício da individualidade, entre outras.

Alguns dos elementos fundantes da teoria crítica em Milton Santos, cidadanias mutiladas, território usado, força do lugar e período popular da história constroem uma articulação de sentidos oportuna para se pensar artefatos comuns.

A ideia é contribuir à discussão que envolve as pré-condições históricas para a constituição do período popular explorando, nesse assunto instigante, o ponto de vista da arquitetura, da cultura arquitetônica.

Antes, alguns pressupostos. Quando se fala em arquitetura, compreenda-se a arquitetura e urbanismo, juntos, sem dicotomias. Tudo é arquitetura. É preciso definir que a arquitetura a que se refere esta reflexão não é a que se coloca num pedestal. A arquitetura que se apresenta como privilégio de alguns é um simulacro que precisa ser combatido para que o urbanismo cidadão possa ter voz e se realizar.

A arquitetura como arte, como um lugar, um programa e uma forma construída por técnicas, pode estar em todos os lugares.

Tal como o “espaço banal” (SANTOS, 1996, p. 258-259), pode-se falar em uma arquitetura banal. Isto é, comum, popular. De todos, para todos. A boa forma arquitetônica não se distingue por classes sociais, mas por ser ou não uma boa arquitetura. Uma bela forma arquitetônica pode estar em todos os lugares, e para usufruto de todos, dos dons da vida.

Então, a articulação daquelas categorias propostas por Milton Santos diz respeito a uma interpretação da arquitetura que ao se fazer se faz cidade, e que, comum, banal e popular, não está propagandeada nas revistas consumidas pelas classes sociais abastadas, a “arquitetura do supérfluo”, como denominou Nestor Goulart Reis.²

Mas mesmo que se defina a arquitetura de modo assim tão compreensivo, é bem difícil aceitar que seja possível colocar suas virtudes a serviço daqueles com cidadanias mutiladas, aqueles que não podem ser cidadãos.

² “A arquitetura é inteiramente supérflua se for entendida como elaboração de projetos que sejam apenas parte do processo produtivo. A arquitetura tem sido, por meio da história, um instrumento de expressão da opressão, de manifestação de poder sobre os outros. (...) A arquitetura ‘do supérfluo’, a elaboração do supérfluo é utilizada como uma forma de poder. É também uma forma de decoração que vem da palavra decoro, que significa apenas uma representação formal.” PRESTES, Lucinda Ferreira. Entrevista a Nestor Goulart Reis Filho. In: PEREIRA, Miguel Alves; SAWAYA, Sylvio Barros (org.). *Cadernos de Arquitetura FAU/USP*: registro do pensamento e da produção dos arquitetos da FAUUSP, nos últimos 25 anos. São Paulo: PINI; FUPAM, 2001. v. 2, p. 64–65.

Mutilar, em sentido figurado, é cortar, sem dó nem piedade.

Ao contrário da eufemística expressão população de baixa renda, essa ação, a de mutilar, define melhor a verdade nua e crua.

E é para essa maioria incomensuravelmente grande de pessoas que deve ser direcionado nosso mais genuíno esforço de análise e a maior amplitude possível do projeto de arquitetura.

Por outro lado, a força do lugar no período popular da história impulsiona “ideias-conceito”, “ideias-projeto”, como a sociologia de Ana Clara Torres Ribeiro prenuncia (RIBEIRO, 1996).

É necessário relembrar a força dos conceitos para descrever e explicar, mas também como potência de transformação, de ação política, como “arte de pensar mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas” (SANTOS, 2000b, p. 14).

Território são formas, mas o território usado – objetos e ações –, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1994), comporta o que pode vir a ser. Em Milton Santos, o mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.³

O território usado é um campo de forças entre o “uso econômico e os usos sociais dos recursos” (SANTOS, 1999), é uma “configuração espessa de mediações (materiais e imateriais) que concretiza o agir político” e viabiliza a política elaborada de baixo para cima e sob o impulso do lugar (RIBEIRO, 2013, p. 150).

Ou, melhor dizendo, dos lugares, na medida em que o conceito é portador do sentido da pluralidade de situações e contextos.

A força do lugar advém da “espacialidade da ação espontânea, do inesperado, do acaso, do não-planejado, das experiências incertas” (RIBEIRO, 2009). O lugar é sede da força transformadora das contra-racionalidades, dos novos significados, dimensão da corporeidade, do cotidiano, “esta categoria da existência [que leva em conta] os objetos, as ações, a técnica, o tempo” (SANTOS, 1996, p. 252).

A força do lugar está ali, no cotidiano, nos lugares, no mundo vivido, na vida em ato.

Daí uma hipótese de projeto, de um conceito de projeto.

Vem de uma aula em que Milton Santos escreveu uma equação na lousa.

Espaço = Paisagem + Sociedade.

³ *Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá*. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeiro, 2006.

Ora, pragmaticamente, pode-se conjecturar que, alterando a paisagem, transforma-se o espaço e se contribui para a constituição da centralidade do social formulada por Ana Clara Torres, da sociedade como um todo, de toda a população. Isso será vital se quisermos fugir da “prática cega” e do urbanismo como “arte cientificamente fundada, às vezes, de dispor coisas, de arrumar coisas” (SANTOS, 2000a, p. 36).

E o que seria a paisagem que não seja um conjunto de objetos de diferentes idades, lá onde está cada um, em um lugar?

Pois é ali que está o espaço humano, habitado, construído, edificado. Como potência, os lugares podem ser a sede da arquitetura desadjetivada, íntegra em si.

Entende-se, portanto, que esses elementos contribuem para se indagar sobre outras possibilidades de ação política, promovidas de baixo para cima, e que estão aí, à disposição, para ajudar a pensar projetos que reposicionem as verticalidades hegemônicas sob o comando dos saberes locais. Sejam elas políticas, econômicas ou culturais.

Uma vez apropriadas pelas disciplinas de projeto, incluindo-se, nesse campo, as planificações, essas categorias fazem da arquitetura um campo profícuo de possibilidades de transformação espacial a partir dos lugares.

Evidentemente, trata-se, como disse Héctor Vigliecca, “de uma garrafa de água mineral jogada no oceano”,⁴ mas o que não impede o projeto, a indagação das possibilidades de ampliação da envergadura e do alcance da arquitetura.

Na empreitada para se pensar o espaço do homem (SANTOS, 1982), a arquitetura como realmente é colabora com o que tem de melhor: a arte, o projeto e as utopias. Nunca é demais lembrar de Anatole Kopp (1990).

A ideia-projeto, essa associação analítico-propositiva presente na obra de Milton Santos, encontraria sua melhor expressão no livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Da unificação alienante ao plano da coexistência entre o particular e o ecúmeno.

E é bom reavivar a importância dos subtítulos dos livros do professor, como nesse caso, e na *Natureza do espaço*, no qual acrescenta: “técnica e tempo; razão e emoção”.

Técnica e tempo, o saber fazer, a cultura, o trabalho, a “natureza historicizada”. Razão e emoção, forças descomunsais que habitam todos nós, potências direcionadoras da política com o sentido da humanidade.

⁴ Baú/Escola da Cidade. Hector Vigliecca: desenvolvimento urbano. Youtube, 8 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TNOEqTPQ4w>. Acesso em: 22 jun. 2021.

O convite a se pensar projeto, a se pensar arquitetura, está ali, no livro *Por uma outra globalização*.

Em si, o livro é um projeto, na acepção ampla da palavra, na arte de pensar mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas.

Um texto lavrado com pouquíssimas referências externas, o que é incomum na obra de Milton Santos, e sem bibliografia, o último capítulo, “Transição em Marcha”, culmina com a grande mutação contemporânea a inaugurar o período popular ou demográfico da história.

“Graças à interdependência das economias, dos governos, dos lugares” a história apenas começa com a entrada em cena da humanidade como um bloco revolucionário (SANTOS, 2000b, p. 170-172).

Milton Santos anuncia a construção de um mundo mais humano, que se avizinha impulsionada por duas “grandes mutações” (SANTOS, 2000b, p. 174).

Estão mencionadas nos derradeiros parágrafos do livro, o que chama muito a atenção.

Soam como lembretes finais.

A mutação tecnológica que, no ano em que o livro foi publicado, em 2000, acompanhava a emergência das técnicas da informação, e a mutação filosófica da espécie humana, então parecendo tão longe, mas que a pandemia catalisou na medida em que é “capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta” (SANTOS, 2000b, p. 174).

As mudanças climáticas são outras potentes catalizadoras da mutação filosófica.

As então emergentes técnicas da informação atualmente se proliferam num crescimento exponencial.

Aproximam as pessoas, é verdade, mas desenham um futuro distópico amedrontador.

De um modo ou de outro, as pré-condições da constituição do período já estão dadas, só que entrando pela porta dos fundos.

Realmente não correspondem ao que Milton Santos idealizara, mas pode ser que a pandemia, as mudanças climáticas e a distopia informacional sejam prenúncios que adiem por mais algum tempo a transição para os tempos concretamente humanísticos.

Exacerbação do Estado neoliberal, ultraconservador, domínio integral do dinheiro, barbárie, atrocidades de toda espécie, tudo isso poderia ser interpretado pelo professor tão somente como protocondições perversas para a completa realização do período popular.

Mas é temerário pensar por ele... Somente ele, ao seu modo, poderia continuar a análise, a descrição e a interpretação de seu ponto de vista a respeito desse mundo confuso. Mas há uma pista a reforçar o convite, a pensar nas conjunturas que, em uníssono e sucessivamente acumuladas, alteram a estrutura.

“O geógrafo é, antes de tudo, um filósofo, e os filósofos são otimistas, porque diante deles está a infinidade.”⁵

Não raras vezes que publicamente ele se declarava como um otimista, convicção que talvez se apoie em sua busca incessante por explicações teleológicas.

E para ele a história não vai do ponto A diretamente ao ponto B, mas para o A', A'', A''' até concluir a transição para a mudança dos períodos.

Assim, pode-se dizer tranquilamente, e em concordância ao seu otimismo, que sem os sonhos não haverá os projetos.

Então, ainda que estejamos na porta dos fundos do período popular, as mutações antevistas convidam a indagar possibilidades projetuais.

A mutação tecnológica, em especial, se presta à associação com o saber fazer arquitetura.

Mas, ainda que Milton Santos não se refira à tecnologia em geral, e sim às técnicas da informação, o ponto central que qualifica a mutação tecnológica é sua utilização democratizada, quando então “poderiam ser técnicas doces, ao serviço do homem” (SANTOS, 2000b, p. 174).

A extrapolação também pode ser admitida, visto que, à semelhança das técnicas da informação, “constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis” (SANTOS, 2000b, p. 174), os materiais e processos construtivos da arquitetura podem ser igualmente flexíveis, dóceis e adaptáveis.

Aliás, esse é um princípio fundamental da arquitetura, em harmonia com o meio, e que tende a ser relegado a segundo plano pelo empreendimento da construção, pelo *construbusiness*.

Ainda há outras aproximações a serem exploradas, como a dimensão essencial da arquitetura, que é a arte, a ser apropriada pela semiótica como linguagem e como informação.

Entre os livros que Milton Santos leu estão *Arquitetura como mass médium: notas para uma semiologia arquitetônica* (1970), de Renato de Fusco, *Who designs America* (1966), organizado por Laurence Bedwell Holland, e *Natureza e artifício* (1972), de Gillo Dorfles.

⁵ Encontro com Milton Santos..., 2006.

Nessa direção, o impulso a seguir é estabelecer um diálogo entre o pensamento de Milton Santos sobre o período popular da história, fundado na centralidade do social, e arquitetura.

Técnicas doces

Esse é a tangência: afirmar que a forma arquitetônico-urbanística pode ser divisível, flexível e dócil.

É uma hipótese apoiada nas reflexões de José Cláudio Gomes sobre *Aproximações à forma urbana*,⁶ em que o objeto é a forma física da cidade. “Forma enquanto conjunto articulado de partes que se relacionam entre si e com o todo, às vezes de modo confuso, indiferente, amorfo, outras vezes, quase sempre, de modo instável, fluído cambiante.”⁷

Ao seu modo, o autor persegue a totalidade como método, orientação que também permeia a análise do espaço, em Milton Santos, e o diálogo geográfico-sociológico que manteve com Ana Clara Torres Ribeiro.

A totalidade está em todos “àqueles que conseguem ter uma visão articulada de processos, fenômenos e conceitos para um tempo que é o tempo possível, dentro da leitura de Karel Kosik⁸” (RIBEIRO, 2014, p. 33) e tal virtude está efetivamente exposta na análise reflexiva de Cláudio Gomes sobre a forma urbana como expressão de uma “totalidade significativa” (GOMES, 1966, p. 10).

A partir dos “modos como se configura a relação parte/todo”, o autor identifica três modelos conceituais hipotéticos:

1. A relação é estável, hierárquica e unívoca entre as partes e o todo.
2. A relação é indiferente, amorfa e frouxa.
3. A relação é aberta, dinâmica e adaptável. (GOMES, 1966, p. 10).

⁶ Texto não publicado cedido por Rosana Helena Miranda, encarregada pela doação do acervo do Professor Cláudio Gomes à biblioteca da pós-graduação da FAUUSP; GOMES, José Cláudio. *Aproximações à forma ativa. Relatório de pesquisa realizada no triênio 1993-1996*. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações – UNESP, Bauru, 1966.

⁷ *Ibidem.*, p. 10.

⁸ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002 [1963].

No primeiro caso, a forma da cidade é o resultado de uma relação hierarquizada entre as partes e o todo que a compõe. Surge de uma relação de subordinação das partes e uma totalidade que é pré-determinada e que organiza univocamente as partes sob sua dominação.

No segundo caso, a forma urbana resulta do predomínio absoluto das partes sobre o todo. As partes não conseguem se articular, nem entre si nem com o todo, gerando uma coleção dispersa e amorfa de partes à procura de um todo. Na terceira hipótese, a forma urbana é resultado de uma interação dinâmica e equilibrada das partes entre si e destas com o todo, de tal modo que cada parte revela, ao mesmo tempo, a sua autonomia individual e a sua dependência coletiva. (GOMES, 1966, p. 10-12).

A ideia é que tais modelos formais sejam válidos para o projeto de futuras cidades ou partes delas.

São formas-totalidades-significativas.

A forma fixa, de um todo fortemente estruturado ao qual se subordinam, rigidamente, as partes constitutivas. Nesse caso a subordinação das partes ao todo é impositiva. É o primado do todo sobre as partes em termos de uma totalidade absoluta. (GOMES, 1966, p. 13-14).



Figura 1 – Conjunto Urbanístico de Brasília (DF).

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31/>



Figura 2 – Congresso Nacional, Brasília.
Fotografia de Renato Laky por Pixabay.

A forma fragmento, desestruturada, fragmentada e atomizada, que decorre da super-individualização de cada parte, do frenesi e da esquizofrenia com que cada unidade é personalizada, negando qualquer possibilidade de se conseguir um todo mais abrangente e significativo. (GOMES, 1966, p. 15-16).



Figura 3 – Bairro do Jardim Paulistano, São Paulo. *Veja São Paulo*, 3 ago. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/jardins-capa-artigo/>.



Figura 4 – Mansão.
Fotografia de Francine Sreca por Pixabay.

E a forma ativa, onde os elementos constitutivos se articulam em equilíbrio dinâmico, permanentemente instável, conseguindo uma totalidade aberta e ao mesmo tempo ordenada. (...) Na forma ativa as partes constitutivas já trazem em si a própria lei de formação do todo, ou, inversamente, a totalidade se define pelo dinamismo com que as partes se relacionam umas com as outras (GOMES, 1966, p. 17-25).



Figura 5 – Favela.
Fotografia de Free-Photos por Pixabay.

Logo, a forma ativa pode ser divisível, flexível e dócil. Seu constructo técnico assim o permite. E permite o projeto.

Parêntese. Certa vez, conversando com Cláudio Gomes, lhe pedi que exemplificasse uma forma ativa. Sem pestanejar, respondeu imediatamente: “a favela”.

Vejamos um exemplo: Paraisópolis. O bairro surgiu de um loteamento de 1921. É um lugar com morfologia bastante acidentada, com declividades que chegam a 35°, ou seja, acima dos 30° do limite regulamentado para efeito de parcelamento do solo.



Figura 6 – Bairro de Paraisópolis, São Paulo.
Acervo Quapá-Sel, FAUUSP.

Outra característica do lugar é que a favela foi construída sobre a malha originária do loteamento: quadras de 100 por 200 e ruas com 10 metros de largura. Consequentemente, há construções alinhadas, faceadas às ruas, em contraste à ocupação do miolo de quadra.



Figura 7 – Rua do Bairro de Paraisópolis, São Paulo.

Fotografia de Bruno Nizm, *Veja São Paulo*, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/paraisopolis-lanca-plano-contra-coronavirus-e-pede-ajuda/>

Ao contrário da forma fixa e da forma-fragmento, refratárias à intervenção, Paraisópolis, que é por definição uma forma ativa, é receptiva ao projeto, tanto que propiciou ao escritório Vigliecca & Associados desenhar um projeto de reurbanização exemplar. Obteve o prêmio de “Melhor Projeto de Intervenção Urbana” (2005-2006), concedido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), São Paulo.

Segundo o memorial descritivo, propõe-se:

a remoção total das habitações assentadas nos fundos dos vales – áreas com maior dificuldade de intervenção, riscos de desabamentos e inundações – e em altas declividades, acentuando a leitura da geografia e transformando-se em eixos urbanos visíveis do conjunto, gerando áreas verdes com equipamentos de lazer.⁹

Nessa imagem aérea as propostas estão destacadas em branco.

⁹ Vigliecca & Associados. Reurbanização do Complexo Paraisópolis. Memorial descritivo. São Paulo, São Paulo, 2004-2005. Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/reurbanization-of-the-paraisopolis-complex#memorial>. Acesso em: 22 jun. 2021.



Figura 8 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.

E nessas maquetes também. Os volumes, em perspectiva, criam o que o Héctor Vigliecca identifica como Terceiro Território.¹⁰

¹⁰ “A formulação do ‘terceiro território’, propositiva teórica abraçada por Vigliecca, é o resultado de uma reflexão da experiência do arquiteto para as propostas de intervenção nas áreas de precariedade urbana. Diferentemente das políticas compensatórias que centram as suas ações em projetos de urbanização assentadas em instaurar sistemas de infraestrutura e saneamento, deixando a cargo do tempo e dos seus habitantes que lhes atribuam densidade, o ‘terceiro território’ coincide com ‘uma nova estrutura, que se intersecta à existente, para que possa estabelecer uma nova unidade que, simultaneamente valoriza, estimula e dá sentido a essa outra morfologia, sem destruir nem excluir o existente.’ Essa formulação surge de um pensamento descrito no texto “Opacidade e Situação” desenvolvido pela arquiteta Anne Marie Summer para uma publicação na revista *Oculum*, n. 4, 1993, p. 38”; MINGHINI, Victor Martins. *A dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019, p. 24.



Figura 9 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.

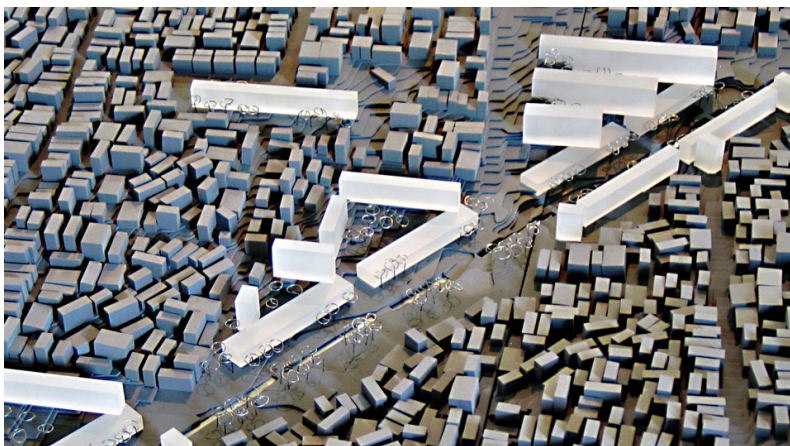


Figura 10 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.



Figura 11 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.



Figura 12 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.

Esses são alguns dos belos desenhos desenvolvidos para o projeto. Os traços marcantes são as edificações construídas para alojar o contingente de pessoas que estão em fundos de vale ou em áreas de forte declividade.

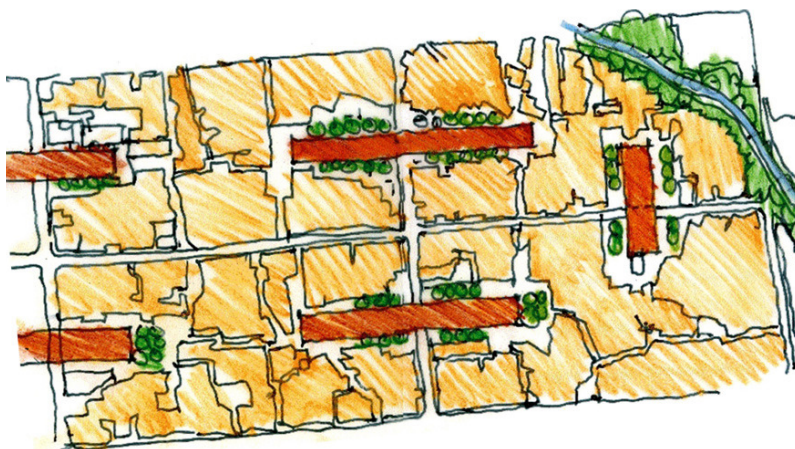


Figura 13 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.

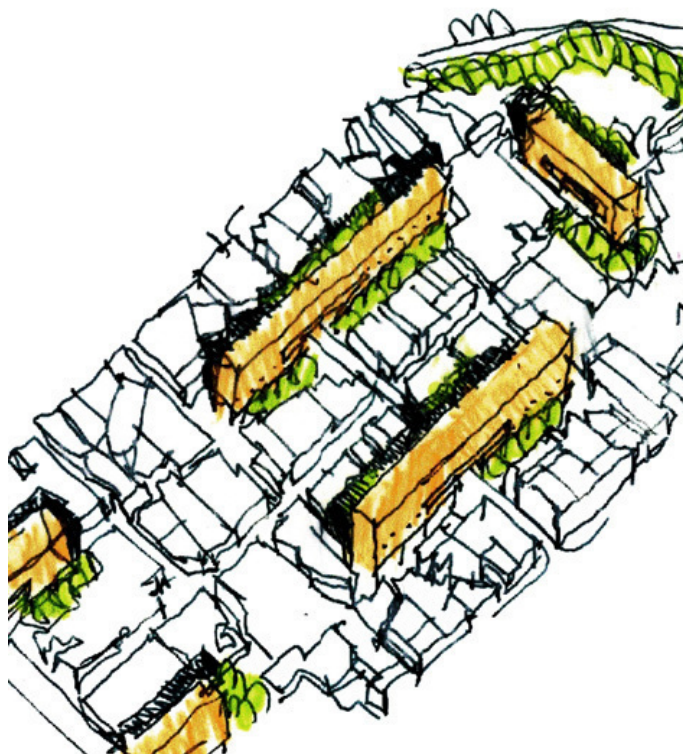


Figura 14 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.

Os edifícios diluem as quadras, atravessam a cidade, criam outro território.

Mas entre as muitas qualidades do projeto, precisa ser destacado o princípio desenvolvido pelo escritório.

São as “infiltrações de urbanidade”,¹¹ ações ou cunhas que, por infiltração, impregnam urbanidade nos becos e ruas sem saída. Uma interpretação singela do conceito seria encontrar, por entre a organicidade da forma ativa, atalhos que adentrem a cidade no interior das quadras, produzindo esfera pública, flexibilizando o espaço, tornando-o mais dócil.

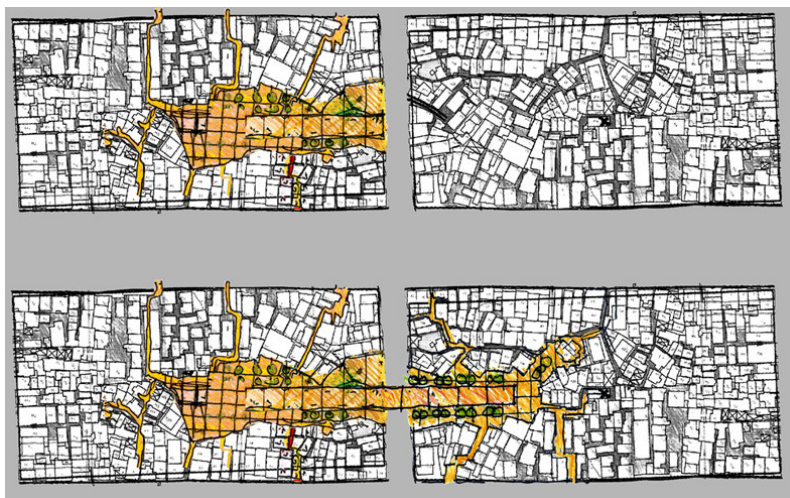


Figura 15 – Reurbanização do Complexo Paraisópolis, Vigliecca & Associados, 2004-2005.

Ao contrário dos grandes projetos urbanos, a difusão de projetos habitacionais como esses transforma radicalmente as periferias sociais da cidade. Traduzem, na totalidade significativa da forma, a ação política do urbanismo e do planejamento cidadãos.

São, por que não, técnicas doces, a serviço do homem.

Mas, como infelizmente o projeto não foi construído, há um outro exemplo realizado pelo mesmo escritório. É o projeto do Parque Novo Santo Amaro V, na zona sul de São Paulo, em área de mananciais.

¹¹ Baú/Escola da Cidade. Hector Vigliecca: desenvolvimento urbano. Youtube, 8 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TNOEqPQ4w>. Acesso em: 22 jun. 2021.



Figura 16 – Parque Novo Santo Amaro V, Vigliecca & Associados, 2009-2012.

Está encravado entre os desníveis do terreno criando um parque, e rampas que se infiltram no conjunto interligando-o a rua, facilitando gentilmente acessos aos equipamentos e serviços urbanos existentes no entorno.



Figura 17 – Parque Novo Santo Amaro V, Vigliecca & Associados, 2009-2012.



Figura 18 – Parque Novo Santo Amaro V, Vigliecca & Associados, 2009-2012.



Figura 19 – Parque Novo Santo Amaro V, Vigliecca & Associados, 2009-2012.



Figura 20 – Parque Novo Santo Amaro V, Vigliecca & Associados, 2009-2012.



Figura 21 – Parque Novo Santo Amaro V, Vigliecca & Associados, 2009-2012.

Há um detalhe do projeto que é preciso lembrar.

No vídeo do *Youtube* em que Héctor Vigliecca descreve o projeto em uma aula na Escola da Cidade, em São Paulo, ele mostra detalhe acompanhado com uma frase de Milton Santos. Diz o seguinte:

“Milton Santos falou uma coisa bonita aqui. O centro do mundo está em todo lugar.” “Milton Santos foi, realmente, nossa estrela guia.”¹² Por extensão, poder-se-ia conjecturar que a noção de totalidade é vislumbrada nessa interrelação proposta pelo arquiteto.

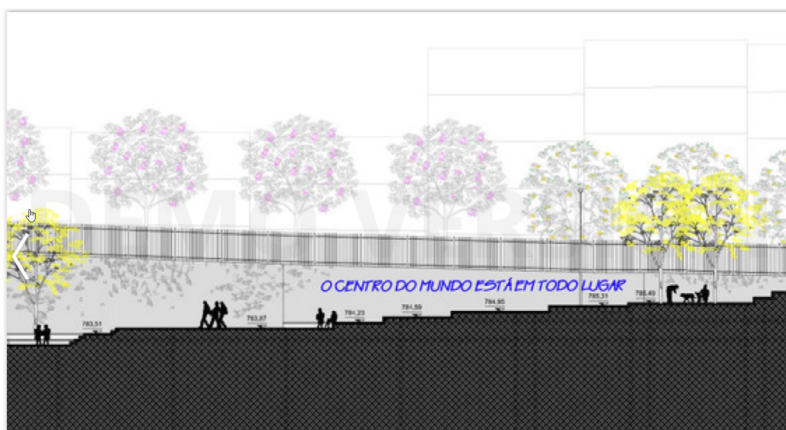


Figura 22 – Parque Novo Santo Amaro V, Vigliecca & Associados, 2009-2012.

Em *A prática contemporânea da arquitetura e do urbanismo no Brasil. A desconexão contemporânea*, Fabrício Linardi interrelaciona arquitetura e teoria crítica para discutir o distanciamento entre teoria e prática. Propõe a reaproximação da arquitetura com sua função social, com a “arquitetura socialmente necessária”.¹³

¹² Baú/Escola da Cidade. Hector Vigliecca: desenvolvimento urbano. *Youtube*, 8 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TNOEqTPQ4w>. Acesso em: 22 jun. 2021.

¹³ “Denominada ‘arquitetura socialmente necessária’, essa produção está mais próxima da construção da cidade real e se difere da arquitetura supérflua por não ser uma simples representação formal, mas por ser fruto da reflexão sobre a sociedade e direcionar a própria ideação para um outro projeto que não o hegemônico, e, por isso mesmo, tem a possibilidade da experimentação de um outro projeto de mundo de caráter humanista e libertário.” (LINARDI, 2019, p. 185-186).

A Arena do Morro, no bairro Mãe Luiza, em Natal, no ano de 2014, é um caso analisado pelo autor.



Figura 23 – Arena do Morro, Herzog & De Meuron, Natal, RN, 2014.
Fotografia de Leonardo Finotti.

Com a parceria do governo do Rio Grande do Norte e a prefeitura de Natal, o projeto foi conduzido pelo Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora da Conceição, financiado pela Fundação Ameropa e doado pelo escritório Herzog & De Meuron.

Esse escritório integra os *Star Architects*.

Com intencionalidade projetual de respeito às características do lugar, o projeto foi concebido exatamente como em todos os demais trabalhos desse escritório internacional.



Figura 24 – Arena do Morro, Herzog & De Meuron, Natal, RN, 2014.
Fotografia de Leonardo Finotti.



Figura 25 – Arena do Morro, Herzog & De Meuron, Natal, RN, 2014.
Fotografia de Leonardo Finotti.



Figura 26 – Arena do Morro, Herzog & De Meuron, Natal, RN, 2014.
Fotografia de Leonardo Finotti.

Para adequá-lo ao emprego da mão de obra local, o projeto contou com a execução de *mockups* de todos os elementos construtivos.

Perfeitamente adequado às características ambientais da cidade de Natal, conhecida pelo calor e pela brisa, o projeto garantiu a ventilação natural por meio do *design* único de seus blocos curvos e vazados de concreto produzidos localmente.

A Arena do Morro mostra que é possível a realização de obras de excelente qualidade projetual, ainda que sejam pequenas, em dimensão, e de programa simples, mas desde que atentas à realidade do local, às pessoas e ao orçamento disponível.

A arquitetura banal, comum, popular, também se constrói no lote.
Na casa da Dona Dalva, por exemplo.



Figura 27 – Casa da Vila Matilde, Terra e Tuma Arquitetos Associados, São Paulo, SP, 2011-2015.
Fotografia de Pedro Kok.

A Casa da Vila Matilde, ou a casa da Dona Dalva, tem 95m² e foi construída em um lote de 120m², e vale a pena conhecer a história que levou o filho dessa senhora a buscar o escritório que projetou a casa. É do escritório Terra e Tuma, e foi selecionado para representar o Brasil na Bienal de Veneza de 2016.

Mas não é o projeto em si que chama atenção. A qualidade da arquitetura desenvolvida por esse escritório está presente ali, na periferia, e na residência burguesa, que eles também projetam.



Figura 28 – Casa da Vila Matilde, Terra e Tuma Arquitetos Associados, São Paulo, SP, 2011-2015.
Fotografia de Pedro Kok.



Figura 29 – Casa da Vila Matilde, Terra e Tuma Arquitetos Associados, São Paulo, SP, 2011-2015.
Fotografia de Pedro Kok.



Figura 30 – Casa da Vila Matilde, Terra e Tuma Arquitetos Associados, São Paulo, SP, 2011-2015.
Fotografia de Pedro Kok.



Figura 31 – Casa da Vila Matilde, Terra e Tuma Arquitetos Associados, São Paulo, SP, 2011-2015.
Fotografia de Pedro Kok.



Figura 32 – Casa das Jabuticabeiras, Terra e Tuma Arquitetos Associados, São Paulo, SP, 2019.
Fotografia de Pedro Kok.



Figura 33 – Casa das Jabuticabeiras, Terra e Tuma Arquitetos Associados, São Paulo, SP, 2019. Fotografia de Pedro Kok.

Assim, nesses impulsos que promovem as pré- ou protocondições para a constituição do período popular ou demográfico da história, lá está o projeto de arquitetura que reúne, exemplarmente, elementos da forma-conteúdo para esse novo e outro período histórico.

Sem dúvidas há uma transição em marcha. Com o otimismo sereno emprestado de Milton Santos, é mais do que seguro afirmar que a mutação tecnológica pode contar com a cultura arquitetônica.

Arquiteturas doces, moradias doces, cidades doces, pessoas doces.

REFERÊNCIAS

DORFLES, G. *Naturaleza y artefacto*. Barcelona: Editorial Lumen, 1972.

FUSCO, R. *Arquitectura como “mass medium”*: notas para una semiología arquitectónica. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970.

GOMES, J. C. *Aproximações à forma ativa*. Relatório de pesquisa realizada no triênio 1993-1996. Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações – UNESP Bauru, Bauru, 1966.

HOLLAND, L. B. (org.). *Who designs America?* New York: Anchor Books, 1966.

KOPP, A. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.

LINARDI, F. F. *A práxis contemporânea da arquitetura e do urbanismo no Brasil: a desconexão contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2019.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, Héctor; EGLER, Tamara Tania Cohen. *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156.

RIBEIRO, A. C. T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 39-49.

RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 3.

RIBEIRO, A. C. T. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A third world modern urbanism. *Conference & Proceedings, Sixth Annual DOCOMOMO Conference*, Brasília, p. 34-36, 2000a.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (org.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, María Laura (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. Por um período novo. In: SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 90-103.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000b.

COMO CITAR

SILVA NETO, Manoel Lemes da. Milton Santos 20 anos – Arquitetura e urbanismo, técnicas doces. In: ARROYO, Mônica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 191-222.



QUARTA PARTE

VIOLÊNCIA DA INFORMAÇÃO: REDES TÉCNICAS E POLÍTICAS

Informatização planetária e usos do território brasileiro: disputas e tendências

Adriana M. Bernardes Silva

Para entender o processo que conduziu à globalização atual, é necessário levar em conta dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política. Há, frequentemente, tendência a separar uma coisa da outra. (SANTOS, 2000, p. 142)

Introdução

Decorridos 20 anos desde o falecimento do Professor Milton Santos, a Revolução Informacional avançou a partir da profusão de novos objetos e novas ações, ganhando densidade, intensidade, aceleração; difundindo-se, ainda que seletivamente, por todos os rincões do planeta. Todavia, sua teoria, longe de perder força explicativa nesse intervalo de 20 anos, permanece vigorosa para se interpretar o sentido político da vertiginosa velocidade entronizada pela cognoscibilidade do planeta (e agora do indivíduo) que localiza, controla e explora com voracidade recursos (digitalizados), transformando-os em mercadorias e alavancando mutações planetárias que redefinem *a natureza do espaço* no século XXI.



Nos anos 1990, Milton Santos estabeleceu um amplo debate teórico e uma agenda robusta de pesquisa abordando o sistema técnico informacional e seus desdobramentos para os territórios periféricos. Assim, os livros *Técnica, espaço e tempo* (1994a), *A natureza do espaço* (1996) e *Por uma outra globalização* (2000) nos dão método e chaves analíticas importantes para compreendermos como as técnicas da informação vão sendo sistemicamente internalizadas na formação socioespacial brasileira, aprofundando o uso corporativo do território sob a égide do neoliberalismo e, assim, o alargamento dos contextos da globalização.

Vimos reconhecendo e debatendo, desde então e a partir de nossas pesquisas, que o período técnico-científico informacional (SANTOS, 1994a, 1996) se realiza como crise sistêmica, estrutural e planetária, desdobrando-se em crises particulares: urbana, política, econômica, social, ambiental, de valores. Como consequência, avança a fragmentação dos territórios e o esgarçamento do tecido social. Essa é a dimensão da globalização perversa e da instabilidade dos territórios (SANTOS, 2000), processo esse assentado nas ideologias de homogeneização, de conectividade infinita, enfim, de um caminho único.

Por isso, no contexto da informatização planetária que caracteriza o tempo presente, a compreensão da dinâmica espacial nos convoca à investigação das condições críticas de difusão do *meio técnico-científico informacional* (SANTOS, 1994a, 1996) associadas ao *uso corporativo do território* (SANTOS; SILVEIRA, 2001) e ao correlato aprofundamento das desigualdades. Esse movimento analítico requer o entendimento dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações (SANTOS, 1994a, 1996, 2000) mobilizados para viabilizar o atual estágio da modernização territorial, em que, aceleradamente, entrelaçam-se inovação capitalista, seletividade dos investimentos e gestão permanente das necessidades e das urgências diante de uma pobreza tornada estrutural.

Todavia, é preciso também reconhecer que a experiência social generalizada da escassez, dos deslocamentos forçados, das remoções e expulsões, da precarização do trabalho, do racismo e do sexismo, da espoliação urbana, entre outras *formas de brutalidade* (SASSEN, 2016), acabam por ampliar, contraditoriamente, a consciência do lugar e do mundo, impulsionado à constituição de *uma outra globalização* (SANTOS, 1996, 2000). É, pois, nas brechas e fissuras da revolução tecnológica-digital em curso que parcelas da sociedade tende a se apropriar do potencial do período, buscando e disputando meios (técnicos e políticos) de sobrevivência, de resistência e de insurgência.

A informatização planetária: alargamento dos contextos da globalização

Diferentemente de outras épocas, reconhecemos hoje verdadeira *unicidade* por meio de uma família de técnicas informacionais que recobre o planeta (SANTOS, 1996) permitindo a *convergência dos momentos*, e, assim, a profusão de eventos globais sob controle de algumas corporações e de alguns Estados. Envolvendo formas, normas e informações universais, esse sistema permite a captura, o armazenamento, o tratamento e a difusão (sempre seletiva) de dados e informações em volume e velocidade sem precedentes na história. Conforma-se o que Sadin (2015) caracteriza como tendência à totalização digital.

Por isso, como recomendou Simondon (2020, p. 43), é preciso suscitar uma “conscientização do sentido dos objetos técnicos”. Se no passado os objetos formavam coleções únicas localizadas, hoje eles funcionalizam sistemas técnicos planetarizados que são, em geral, estranhos ao lugar onde se inserem. Conforme Santos (1996, p. 172), há uma “informação especializada, específica e duplamente exigida: informação para os objetos, informação nos objetos”; tendem agora à máxima especialização e à extrema funcionalidade sob o controle de normas técnicas rígidas (SANTOS, 1996).

As ações, por seu lado, são tendencialmente precisas, “indicando o momento e o lugar de cada gesto” (SANTOS, 1996, p. 178). Trata-se de uma ação hegemônica que consagra o “tempo real” mediante a possibilidade técnica de cognoscibilidade do planeta, da “teleação” (SANTOS, 1996, p. 179), e diríamos, da predição. São ações movidas por uma informação pragmática que, diuturnamente, mensura e prevê com apoio de algoritmos. A ação hegemônica tem por objetivo a eficaz cartografia das intenções, seja no campo das finanças (da especulação), da produção de bens e serviços ou da guerra. Conforme assinalou Ribeiro (2014, p. 96), “temos hoje uma verdadeira tecnologia da ação, uma tecnologia de monitoramento da ação, uma tecnologia de avaliação, de ajuste da ação à sua forma mais eficiente”.

Alargam-se, desse modo, os contextos da globalização, os impulsos globais mediante “vetores que condensam informação e inovação, em seus elos com a nova gestão. Significam a emergência de uma forma de agir de natureza sistêmica e corporativa” (RIBEIRO; SILVA, 2013, p. 144).

Para Ianni (2000) esta é a era do Príncipe Eletrônico. Problema crítico de nosso tempo, a geopolítica da informação/inovação move a rivalidade

entre Estados e corporações globais num terreno movediço de cooperação e conflito acirrado, reproduzindo o desenvolvimento geograficamente desigual.¹ Os agentes sistêmicos de nosso tempo, capital e Estado (HARVEY, 2011), disputam inovações² e o controle de um sistema técnico planetário (verdadeira tecnosfera) constituído por satélites, antenas, cabos de fibra óptica, acesso à rede *internet*, *data centers*, inteligência artificial, novíssimas indústrias de aplicativos, *internet* das coisas, rede 5G, entre outros elementos materiais e imateriais.

A topologia mundial dos *data centers*, por exemplo, nos dá um indício da localização seletiva e do controle dos dados coletados diuturnamente. Infraestrutura digital de vital importância ao processo de informatização, os *data centers* estão concentrados em países como Estados Unidos, Alemanha, França e Reino Unido (UNCTAD, 2021). O Brasil não figura dentre os principais países que comportam centros de armazenamento de dados. Trata-se de um problema geopolítico da maior relevância, uma vez que diz respeito à soberania e à segurança dos dados da sociedade brasileira, que passam a ser armazenados em outros países.

A geografia do poder reside hoje, em grande medida, nessa captura dos dados, em seu arrendamento e transformação em informação estratégica para instituições e empresas que, por sua vez, a utilizará para delinear investimentos e respectivas localizações, inovar e devolver produtos, entreter, controlar e vigiar, estabelecendo à camada do presente mais uma nova densidade de mercadorias informacionais.

Recentemente, países periféricos passaram a delegar a gestão dos dados públicos à macro atores globais (SILVEIRA, 2021), conformando-se situações que merecem análise cuidadosa e ampla discussão. Couldry e Mejias (2019) e Silveira (2021) falam em colonialismo digital ou de dados. E, conforme Zuboff (2020), está em curso uma verdadeira despossessão digital acompanhada da criação de mercados futuros comportamentais, o que a autora entende ser uma nova lógica de acumulação sob o neoliberalismo. Poder-se-ia problematizar dizendo que esses são processos e vetores que impulsionam a *alienação regional ou local* (SANTOS, 1996, p. 65).

¹ Ver análises recentes do Centro de Pesquisa *Géopolitique de la Datasphère* (GEODE), Université Paris 8, França. A revista *Hérodote* destinou um número especial à temática da geopolítica da dataesfera (n. 177-178, 2020).

² “Um smartphone moderno com Wi-Fi, touchscreen, processador, etc. está protegido no mínimo por 250 mil patentes (esse número, de 2015, deve ser ainda maior hoje). Segundo uma estimativa de 2013, 130 mil dessas patentes seriam “patentes essenciais” (Standard-Essential Patents, SEP), como são classificadas aquelas que permitem a conformidade com uma norma técnica como o 5G”. <https://diplomatie.org.br/a-batalha-geopolitica-do-5g/> acessado em 23/11/2020.

Delineia-se uma tendência de fechamento sistêmico neste novo século (RIBEIRO; SILVA, 2013) organizado por redes e seus fluxos financeiros-informacionais mediados crescentemente por algoritmos. Um novo século ritmado pelo instante, pela simultaneidade, pelo efêmero; resultado do império da gestão e da formatação incessante de novos produtos; marcado pela competitividade, pela profusão de imagens e pela espetacularização cotidiana em redes sociais. Como tendência, emerge uma economia do instante sincronizado (BOMSEL, 2012), uma sociedade regida pelo princípio neoliberal da hiperatividade, um mundo presentista que parece não ver nada além de si mesmo, tendendo a apagar passado e futuro (HARTOG, 2015). Para o autor, é preciso captar as linhas de força dessa conjuntura histórica, sendo uma dessas linhas a mutação das nossas relações com o tempo e o que ela nos permite compreender sobre o nosso presente (HARTOG, 2015).

Os territórios nacionais, as cidades de todos os tipos e tamanhos, as regiões agrícolas ou industriais se rearranjam à medida em que se sobrepõe o novo sistema técnico, resultado da revolução informacional ou digital entronizando uma vertiginosa aceleração. Por isso, para Santos, no entendimento dos usos do território “devem ser considerados os conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades” (SANTOS, 1999, p. 20).

Nesse contexto, a vertiginosa capilarização mundial dos *smartphones*, ou mesmo sua ubiquidade, poderia ser apreendida como um evento de grande magnitude do tempo presente, convidando-nos a pensar em profundidade a natureza e o papel dos sistemas de objetos técnicos (seus usos) e, por conseguinte, a informatização (seletiva e hierárquica) do espaço geográfico. Esse objeto técnico-informacional por excelência, tornado máximo desejo de consumo dos indivíduos pela fábrica publicitária, repercute hoje como nenhum outro na sociabilidade, tendendo a esgarçá-la na medida em que tem sido veículo de estratégias corporativas que disseminam a lógica neoliberal dos algoritmos sobre os corpos, o pensamento, a subjetividade e a cidade. Por meio dos aplicativos digitais as corporações rastreiam dados diuturnamente, produzem e disseminam informações, aperfeiçoam estratégias de consumo de modo crescentemente lúdico, pois apoiadas na racionalidade do entretenimento típica (porém atualizada) das indústrias culturais.

A difusão dos *smartphones* é, todavia, a *ponta de um iceberg*. Sua produção, distribuição e consumo precisam ser apreendidos de uma perspectiva totalizante, a partir dos *circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação* (SANTOS, 1988) que perpassam seletivamente os continentes. Dos centros de inteligência do Vale do Silício e das cidades globais, às regiões de extração de minérios (como

lítio no Chile e Coltam na República Democrática do Congo), às cidades que produzem e comercializam os dispositivos, aos depósitos de lixo eletrônico em Gana. Essas são, entre outras, situações geográficas que articulam circuitos e círculos voltados à produção, distribuição e consumo (e descarte) dos dispositivos eletrônicos como *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, etc.

É assim que, desde a geografia, podemos analisar corporações como *Apple*, *Samsung*, *LG*, *Huawei*, entre outras, em busca do controle dos mercados de dispositivos eletrônicos e telefonia móvel nos últimos anos. Para tanto, ancoram-se num complexo sistema de objetos de telecomunicações, portanto, numa determinada configuração territorial e no poder estatal. Assim como, se sustentam nos determinantes de classes que inscrevem processos de regionalização e de urbanização. Não menos importante nesse enredo são as privatizações e as desregulamentações das telecomunicações promovidas por governos desde os anos 1990, elementos de fundamental importância à expansão do poder dessas corporações e à lógica que rege a informatização dos territórios.

E, nessa geoeconomia que redefine a divisão internacional do trabalho, há processos complexos associados às metamorfoses no mundo do trabalho. Podemos mencionar o trabalho extremamente precarizado que se prolifera nas cidades, “intermediado” por empresas de plataforma digital (SRNICEK, 2018) como *Uber*, *iFood* e *Amazon*. Segundo Cohn (2000), os processos de informação se instalam no cerne da vida social mediante um princípio técnico verdadeiramente revolucionário: a digitalização. Para o autor, a (des)ordem dos algoritmos mediará as decisões sobre o que deve estar dentro e o que deve estar fora, mediará os processos de inclusão e exclusão.

E todo esse movimento é antecedido e acompanhado pelo ideológico, pelo discurso que seduz com as promessas de plena conectividade e que acaba promovendo uma cisão entre o real e sua projeção espetacular. A confusão dos espíritos, como diz Santos (2000), é terreno favorável à produção e difusão orquestrada da desinformação, sujeitando-nos a uma “ininteligibilidade fabricada” (NORA, 1976). Tudo confluindo para um dos principais paradoxos de nosso tempo: “um estado de superinformação perpétua e subinformação crônica” (NORA, 1976) fazendo com que a compreensão dos processos em curso reste, pois, deliberadamente embaralhada.

Mentiras produzidas industrialmente, estratégica e deliberadamente, mobilizam empresas e milhares de trabalhadores ao redor do mundo. Chomsky (2013) coloca que a produção deliberada da mentira para fins políticos (associando estratégias de convencimento e manipulação) não é nova. Em suas palavras, “a verdade dos fatos encontra-se enterrada debaixo de montanhas de mentiras”

(CHOMSKY, 2013, p. 38). Se a indústria de manipulação das consciências, essa dimensão da psicosfera, gesta-se e aperfeiçoa-se ao longo de todo o século XX, o que muda hoje, então? Muda a escala (o alcance), o volume de dados manipulados, a capilaridade, a simultaneidade e a velocidade e os usos corporativos das redes técnicas atuais. Difundem-se agora uma nova racionalidade, a dos algoritmos.

Trata-se de uma conjuntura que faz trepidar a geopolítica mundial e atinge duramente a América Latina nos últimos anos. Sob um comando centralizado que se exercita hoje como telecomando, a difusão e os usos pragmáticos conferidos aos objetos técnico-informacionais irão mediar e viabilizar agora ações de neocolonização dos territórios. Por isso a preocupação analítica em distinguir as escalas de realização das ações, das escalas do seu comando (SANTOS, 1996). Como o território brasileiro passa a ser usado considerando, por exemplo, a escala de realizações das ações de corporações como *Apple*, *Google* ou *Uber*? Se minha preocupação é entender a escala de comando dessas empresas e as formas do acontecer hierárquico (SANTOS, 1996), qual função cumpriria a metrópole de São Paulo? Como o novo se geografiza e atinge a rede urbana, os diferentes e desiguais sistemas urbano-regionais?

Então, se é urgente analisar a natureza e o poder das empresas globais da informação, insistimos, todavia, que é preciso cuidar para que as redes técnicas não sejam tomadas como um fato absoluto, uma vez que estão incrustadas no *espaço banal* e dele dependem. Conforme Moraes (2002), faz-se necessário um olhar crítico para aquelas pesquisas que descontextualizam a análise das redes no período da globalização, que desconsideram as escalas intermédias que se articulam entre as dimensões do local e do global. Para o autor, o foco apenas no global e no local “esvanece as figuras do Estado e do território (cujo fim está implícito nesta concepção), que só toma sentido quando se aborda o espaço e a sociedade em termos nacionais” (MORAES, 2002, p. 194). Dias (2005), por sua vez, insiste que devemos reconhecer a existência de duas lógicas distintas: a lógica das redes e a lógica dos territórios.

À verdade, as situações geográficas emergentes devem ser vistas como realidades híbridas, pois unificam espaços de fluxos e espaços de contiguidade, respectivamente, *verticalidade* e *horizontalidade* (SANTOS, 1994a, 1996, 2000), em que passado, presente e futuro se encontram. São, outrossim, realidades multiescalares (SMITH, 2000) envolvendo os lugares, a formação socioespacial e o mundo.

Os eventos da globalização, sua extensão e a temporalidade hegemônica decorrente, encrustam-se, por conseguinte, num espaço herdado, num território usado prenhe de historicidade e múltiplas temporalidades que, de modo algum,

devem ser desconsiderados se nosso ponto de partida e de chegada é a dinâmica espacial. Por isso, o método deveria considerar a construção de um enfoque genético (aqui todo o problema das periodizações) e dialético, relacional, envolvendo a compreensão da *formação socioespacial* (SANTOS, 1977): como e por que determinados territórios nacionais acolhem, reproduzem e contradizem esta universalização do capital, da informação, do consumo, do crédito e das ideologias associadas? Quais mediações se articulam por meio da formação socioespacial entre o lugar e o mundo na realização dos eventos da globalização? Como passado (as formas-conteúdo diferentemente datadas) e o presente (o atual sistema de eventos) se encontram? Como as normas e as técnicas pretéritas e atuais, as sucessivas divisões do trabalho, a regionalização e a urbanização constituídas, as desigualdades de classe, raça e gênero, as especificidades da cultura popular e, enfim, o meio construído de um determinado território nacional, irão atritar e compor um campo de conflitos com o capital informacional?

Conforme avança a ultra modernização capitalista, é então relevante considerar na análise a mediação das formações socioespaciais para enfrentarmos as explicações particulares e a construção de projetos. E, assim, desse partido de método, alcançarmos também a singularidade dos lugares, do cotidiano, dos sujeitos corporificados, diante do alargamento dos contextos da globalização com a informatização planetária.

Informatização e usos do território brasileiro

Em nossas pesquisas, vimos buscando tratar conceitualmente o processo de informatização do território brasileiro, mobilizando um entendimento sobre o que denominamos como: redes de informação produtiva e banal; centros informacionais; círculos de informação descendente e ascendente; círculos globais de informações (SILVA, 2002, 2009, 2012, 2015).

Vimos pesquisando nos últimos anos os circuitos globais da informação que perpassam o território brasileiro, constituídos por empresas de consultoria em gestão; de informações financeiras; de tecnologia da informação; de publicidade; de pesquisa de mercado; de logística; de comunicação; de notícias; de plataforma.

Chamadas a gerenciar as privatizações e substituir parte das ações do Estado no planejamento territorial, aperfeiçoar o hiperconsumo, controlar as notícias e a indústria cultural, controlar riscos, definir o destino dos investimentos, essas empresas globais, com suas respectivas topologias, conformam um rendilhado

do informacional no território brasileiro, articulando lugares estratégicos e, desse modo, expandindo seletivamente o meio técnico-científico informacional (SILVA, 2009, p. 2015).

Essa expansão seletiva do novo meio geográfico sustenta vigorosas transformações territoriais, econômicas e sociais e permitem-nos refletir questões sobre o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e, por conseguinte, sobre a emergência de novas dinâmicas relativas à urbanização brasileira (SANTOS, 1993) mediante a presença de objetos e ações informacionais aportados ao urbano e à cidade. Impulsos à reestruturação, gentrificação, obsolescências e revalorizações, refuncionalizações, metamorfoses do trabalho, são, entre outros, processos que merecem análise detida, tendo em vista que guardam os nexos da financeirização e da informatização do território.

A internalização da variável informação nos territórios periféricos nas últimas décadas requer, pois, tensionamentos analíticos: deve ser problematizada como uma forma de violência, como sendo a difusão de novos mecanismos de acumulação, de dominação e de exploração em contexto de avanço de políticas neoliberais. Há novas redes de influência e poder, novos polos de acumulação que passam por mecanismos e práticas merecedores, outrossim, de análise apurada. O capital informacional, associado aos interesses dilapidadores das elites nacionais e apoiado por governos neoliberais, impulsionam agora a ação hegemônica na direção dos bancos de dados públicos que, aceleradamente, estão sendo privatizados (DANTAS, 2003) e apropriados pelas gigantes de plataforma em nuvem como a *Amazon* ou a *Google*.

A formação socioespacial brasileira adentra, sob o impulso dos capitais financeiro e informacional, uma nova vaga de modernizações que organiza (para as grandes empresas) e desorganiza profundamente as regiões, as cidades e os lugares. Como já assinalamos em outros momentos, a rede urbana é impactada por tais fluxos seletivos e hierárquicos de informações (SILVA, 2012; TEIXEIRA; SILVA, 2019).

As funções financeira e informacional reafirmam hoje a histórica primazia da metrópole de São Paulo na rede urbana brasileira (SILVA, 2002; SILVA, 2017a) e impulsionam sua refuncionalização como um centro de inteligência da globalização (um centro subordinado) com atuação em múltiplas escalas. Cria-se, a partir daí, uma urbanização corporativa ainda mais crítica, uma vez que São Paulo, como cidade global e principal centro de gestão do território (CORREIA, 1997), sofre significativa reestruturação. Uma nova paisagem ganha contornos na metrópole de São Paulo com a presença ostensiva de um sistema

de objetos informacionais, conhecidos como “edifícios inteligentes”. O arranjo desse *skyline* da globalização resulta de coalisões políticas e brutal especulação imobiliária, por meio das quais se articularam as forças que deslocaram os investimentos em imóveis corporativos para a região Sudoeste da cidade. Essa reorganização espacial, em curso desde a década de 1990, subordina-se aos interesses de grandes empresas nacionais e globais dos setores financeiro, imobiliário, de consultoria, entre outros. (SILVA, 2002, p. 2017)

Mediante forças repressivas do Estado e estratégias de convencimento e legitimação, próprias dos mercados de comunicação e de consultoria, foi dinamizada a *economia política da cidade* para viabilizar os espaços luminosos do agir operacional, da racionalidade dominante na globalização (SANTOS, 1994b). Assim, a sobrevalorização imobiliária (agora apoiada em larga financeirização do espaço via fundos de investimento imobiliário que incorporam e negociam imóveis corporativos no novo centro de negócios da cidade) explica em grande medida as remoções, expulsões, higienizações e genocídios. São violências de uma modernização seletiva, corporativa, truncada, que torna a crise societária ainda mais aguda nessa metrópole.

Cabe ainda destacar que a urbanização brasileira e a nova divisão territorial do trabalho envolvem, numa ponta, trabalhos com informação altamente especializados, que estão concentrados em poucos centros urbanos e, em outra ponta, uma miríade de trabalhos com informação banalizados e precarizados, que estão espalhados na rede urbana.

Essa vaga de modernizações conduzida pelo capital financeiro-informacional não seria possível sem a difusão de uma psicosfera. Por meio da mídia hegemônica, das redes sociais, das reformas do ensino, de uma neoburocracia dos altos escalões do Estado, das universidades, entre outras instituições e processos, difundem-se a “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016). Como assinalam os autores, “em todo o mundo, seja qual for a situação local, os mesmos métodos são preconizados, e o mesmo léxico uniforme é empregado (competição, reengenharia de processos, *benchmarking*, *best practice*, indicadores de desempenho)”. São concepções do pensamento neoliberal indicadas para todos os tipos de problemas: da defesa nacional à gestão da saúde e da educação. Espalharam-se da esfera corporativa para a esfera da gestão pública e tornaram-se “parte da globalização das formas da arte de governar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 312).

Diante da ausência de cidadania e de políticas públicas realmente redistributivas que garantam o direito ao território, a um projeto de Nação, difunde-se a ideologia do homem empreendedor como sendo aquele capaz de,

individualmente, encontrar os meios para ascender socialmente: “a pessoa é uma empresa”, advogam e informam consultores, universidades, jornais, revistas, governos, igrejas e bancos em uma profusão infinita de *sites* e canais no *Youtube* acessados em todos os cantos do país. Observa-se, assim, uma informação banal capilarizada e a banalização da violência da informação.

A esse homem empreendedor é apresentada agora a proposta falaciosa de “cidade inteligente”, que, aceleradamente, atinge o imaginário social. Seria essa mais uma entre tantas metáforas espaciais produzidas em gabinetes corporativos, midiáticos e universitários? Qual a questão a ser refletida? Nesses modelos de cidade tecnológica, abstraem-se deliberadamente a produção do espaço urbano, a economia política da cidade e da urbanização. Do mesmo modo, abstrai-se a radicalidade do sistema de controle e vigilância implementado com a nova gestão. Há agora uma corrida de consultores em direção ao melhor modelo (movimenta-se a indústria de produção de *cenários*) de homem empreendedor e de seu habitat mais que perfeito: a cidade informatizada. E é nesse tipo de corrida que se arrastam orçamentos públicos, tornando a cidade ainda mais corporativa.

Portanto, informatização planetária e crise social são dois lados de uma mesma moeda. Por esse motivo, Santos (1996, 2000) fala em *violência da informação*. As grandes cidades brasileiras condensam o contexto dessa crise, fragmentadas entre pontos luminosos das redes globais e imensos espaços opacos de difícil apreensão, nos quais se trava a luta cotidiana pela reprodução, sobrevivência e resistência.

Do imperativo da informatização planetária à existência se refazendo nos lugares

Nas tessituras do urbano em movimento, nexos históricos de solidariedade, constitutivos da vida da população metropolitana empobrecida, se atualizam e se fortalecem. Daí, reverberam outros dinamismos sociais, econômicos, políticos, culturais, territoriais, dando um novo sentido às desgastadas noções de inovação e periferia e, sobretudo, dando um novo sentido à ação nos espaços urbanos. Tais dinamismos, potencialmente ascendentes, recriados incessantemente no cotidiano dos lugares (mas conectados ao mundo), são ainda insuficientemente visibilizados e compreendidos em sua complexidade. É preciso reconhecer, como nos ensina Ribeiro (2004), que a complexidade das novas situações é exigente de mudança epistemológica e engenhosidade analítica mediante o necessário comprometimento da ação

Vimos também nos últimos anos tratando de problematizar e pesquisar círculos de informações ascendentes situados particularmente em grandes cidades brasileiras. Nosso principal guia de método advém, mais uma vez, da obra de Milton Santos. Situamo-nos aqui na fronteira do pensamento do autor, ancorados em sua proposta de uma *epistemologia das existências* (SANTOS, 2006) para se pensar dialeticamente o avesso dos globalitarismos e do presentismo.

Nesse partido de método, espaço banal (o espaço de todos), lugar, rugosidades, escassez, contiguidade, copresença, proximidade, homem-lento, emoção, cultura popular, saber local, sujeito corporificado, contraracionalidade e densidade comunicacional seriam, entre outras, categorias-chave para se refletir sobre os círculos ascendentes e as dinâmicas das grandes cidades (SANTOS, 1996, 1999, 2000). Tais categorias podem nos ajudar a propor um sistema de ideias-projeto (RIBEIRO, 2004), um conjunto de problemas para indagar os espaços das grandes cidades e descobrir temas ou uma agenda analítica de situações concretas (SILVA, 2006). Seria o desafio para se construir um novo discurso sobre a cidade; e, se a cidade reúne a Nação, seria um discurso sobre a nação, “que se refaz neste enlace horizontal que é a vida cotidiana num espaço compartilhado” (SANTOS, 2000, p. 157).

Conforme Ribeiro (2004; p. 40) “essas ideias-conceitos sinalizam possíveis rumos para a ação social. Correspondem a verdadeiras ferramentas para a elaboração de projetos voltados ao desvendamento de relações sociedade-espaço conduzidas por racionalidades alternativas”. Segundo a autora, teríamos que absorver analiticamente essa dimensão da complexidade do espaço banal associando-a a uma mentalidade propositiva.

Reconhecemos, portanto, que os espaços opacos (as extensas periferias metropolitanas que tratamos em nossas pesquisas) são de difícil apreensão pelos caminhos metodológicos tradicionais. Nas tramas do urbano contemporâneo é preciso auscultar, como recomenda Telles (2007), pois delineia-se “um mundo social perpassado por toda sorte de ambivalências, entre formas velhas e novas de clientelismos e reinvenções políticas, convergências e disputas, práticas solidárias e acertos (ou desacertos) com máfias locais e o tráfico de drogas”. Para a autora, “é um feixe de mediações em escalas variadas que desenharam um mundo social a anos-luz das imagens de desolação das periferias de trinta anos” (TELLES, 2007, p. 198).

Nesse sentido, instalados junto às rugosidades do meio construído, constatamos a proliferação de divisões do trabalho “de baixo” constitutivas de centralidades populares. Essas divisões do trabalho “de baixo” sintetizam as contradições de uma modernização seletiva e impedem a implosão da grande

cidade, pois criam uma profusão de trabalhos, geram renda, abastecem a cidade e a rede urbana com bens e serviços demandados pelos pobres urbanos. Seria essa, segundo Santos (1994a, 2000), a verdadeira “flexibilidade tropical”, resultado das articulações tecidas entre os circuitos superior, superior marginal e inferior da economia urbana (SANTOS, 1979, 1994, 1996, 2000; SILVEIRA, 2016; SILVA, 2017b). Em permanente adaptação aos meios técnicos e contando com baixos níveis de organização e capital (ainda que articulada às redes globalizadas de crédito, por exemplo), essa é a economia urbana do dia a dia, a economia da sobrevivência e da viração em condições de uma urbanização historicamente caótica e excludente. Dessa perspectiva, vê-se que o espaço urbano é um todo, mas segmentado e fragmentado, no qual espraia-se a economia invisibilizada dos pequenos (ARROYO, 2017) que reclama, por sua vez, uma análise que ultrapasse as leituras de indicadores e prognósticos (próprias da ordem neoliberal gestonária), no sentido de se alcançar a complexidade das situações em curso.

Nesse meio urbano adensado, proliferam inúmeras tecnologias da sobrevivência, como denominou Fonseca (2022), explicativas dos usos do território, e, portanto, reveladoras de formas de trabalho, de moradia, de circulação de bens, de pessoas e informação, de lazer, entre outras. São condições de realização da vida em meio à espoliação urbana, somente possíveis por meio de nexos de solidariedade.

Nas últimas décadas, cabe-nos ainda destacar que diversos circuitos culturais criaram dinamismos de um novo tipo nas periferias das grandes cidades brasileiras (ALVES, 2015; RAIMUNDO, 2017; MOYSÉS, 2018; PEREIRA, 2019). Tais circuitos evidenciam que nem tudo está determinado, que há brechas no lugar e no cotidiano para desenhar-se com tenacidade outros mapas de um território praticado (RIBEIRO, 2014), com rebeldia e com insurreição. São manifestações de circuitos de informações ascendentes e, portanto, de uma *densidade comunicacional* (SANTOS, 1996) fruto da proximidade.

Na trama de uma urbanização corporativa, ganham forma, por conseguinte, inúmeros vasos comunicantes que unificam os lugares sob a perspectiva de uma outra globalização, colocando em circulação informações ascendentes que são a base para revelar, esclarecer, disputar, reivindicar, trocar e criar alternativas. Resistências, insurgências, estratégias e táticas emergentes proliferam nos *espaços opacos* (SANTOS, 1994, 1996, 2000), abrigo da maior parte da população espoliada. Emergem enfrentamentos às lógicas que regem os *espaços luminosos* da globalização, em que a vida é regrada pela racionalidade hegemônica da fluidez, do descartável, do individualismo e do pragmatismo. Há, nos espaços opacos, processos criativos que envolvem o resgate e a valorização de saberes

historicamente desprezados e invisibilizados. Sob essa hipótese, outrossim, há que se exercitar incansavelmente a pesquisa em direção às razões locais que estão fundadas na economia invisibilizada dos pequenos (mas articulada às redes financeiro-informacionais globalizadas), na cultura popular (mas articulada às cenas mundializadas) e nas rugosidades do território, em que movimentos sociais e ativismos disputam e recriam o espaço herdado, debatendo o *direito ao território* (SANTOS, 1987). Nesses lugares, as verticalidades da informatização planetária e as horizontalidades das relações de copresença se hibridizam, entram em conflito, refazendo diariamente um tecido urbano esgarçado.

O olhar atento às dinâmicas do espaço banal permite, por conseguinte, ver como a vida de relações se adensa, se torna cada vez mais complexa e se refaz cotidianamente ritmadas por temporalidades hegemônicas e por tempos mais lentos. Coloca-se a possibilidade de um novo urbano por meio do encontro entre o passado (as heranças cristalizadas nos lugares), o presente (instável, pois assolado por acelerados impulsos globais e pela pobreza estrutural) e o futuro, portador de projetos.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. N. O abrigo de informações ascendentes na região de Campinas: as rádios livres e a versão periférica da dinâmica urbana. *GEOgraphia*, v. 34, p. 186-206, 2015.

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. In: DANTAS, A.; ARROYO, M. CATAIA, M. (org.). *Dos circuitos da economia urbano aos circuitos espaciais da produção*. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

BOMSEL, O. L'ére de l'instant. In: BIRNBAUM, L. (dir.) *Où est passé le temps?* Paris: Éditions Gallimard, 2012. p. 11-36.

COHN, G. A forma da sociedade da informação. In: DOWBOR, L. et al. *Desafios da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 20-27.

CHOMSKY, N. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COULDRY, N.; MEJIAS, A. U. Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject. *Television & New Media*, v. 20, n. 4, p.336-349, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L.C.; SILVEIRA, R.L.L. (org.) *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

FONSECA, H. R. Tecnologia da sobrevivência: saberes e novos usos na ocupação Cidade Locomotiva em Ribeirão Preto/SP. *Percursos*, v. 23, p. 105-135, 2022.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HARVEY, D. *O enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. In: DOWBOR, L. et al. *Desafios da Comunicação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 20-27.

MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MOYSÉS, M. *Circuito RAP no Distrito Federal: território usado e lugar*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2018.

NORA, P. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 179-193.

PEREIRA, R. P. Cultura nas periferias das metrópoles brasileiras contemporâneas: uma reflexão entre o conceito e a ação. In: OLIVEIRA, A. L.; SILVA, C. A. (org.). *Metrópole e crise societária: resistir para existir*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. v. 1, p. 265-279.

RAIMUNDO, S. L. *Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada*. Tese (Dissertação de Doutorado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, A. C. T. (org.). *Por uma sociologia do presente*. Ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 5, p. 130-170.

RIBEIRO, A. C. T. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M.A. (org.) *Milton Santos e o Brasil*. Território, lugares e saber. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SADIN, É. *La vie algorithmique: critique de la raison numérique*. Paris: Éditions L'Échappée, 2015.

SANTOS, M. Society and space: social formation as theory and method. *Antipode*, v. 9, n. 1, p. 3-13, fev. 1977.

SANTOS, M. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos Países Espaço Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. *Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Educ; Hucitec, 1994b.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, v. 13, n. 2, 1999.

SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.). *Questões territoriais na América latina*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 19-26.

SASSEN, S. *Expulsões*. Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SILVA, A. M. B. As grandes cidades e o período popular da história. In: SILVA, M. A.; TOLEDO, R. Jr.; DIAS, C. C. S. (org.). *Encontro com o pensamento de Milton Santos*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2006. p. 171-185.

SILVA, A. M. B. Círculos de informações, urbanização e usos do território brasileiro. *Revista da ANPEGE*, v. 8, p. 3-15, 2012.

SILVA, A. M. B. A superposição da dinâmica globalizadora no território brasileiro: os círculos de informações. In: ARROYO, M.; CRUZ, R. (org.). *Território e Circulação*. A dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015. p. 132-141.

SILVA, A. M. B. A metrópole de São Paulo e a produção da aceleração contemporânea. In: SOUZA, M. A. (org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*. 2. ed. Arapiraca: Eduneal, 2017a. v. 1, p. 203-220.

SILVA, F. A. *A pobreza na região canavieira de Alagoas no século XXI: do programa Bolsa Família à dinâmica dos circuitos da economia urbana*. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017b.

SILVA, R. C. L. *A Disseminação da Internet e Suas Implicações Para a Dinâmica Territorial Brasileira*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SILVEIRA, M. L. *Circuitos de la economía urbana*. Ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016.

SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: SILVEIRA, S. A.; SOUZA, J.; CASSINO, J. F. (org.). *Colonialismo de dados*. Como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 32-50.

SIMONDON, G. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132- 175.

SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

TEIXEIRA, S. H. O.; SILVA, A. M. B. Information and corporate planning: Deloitte consultant and its transactions in brasilian territory. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, p. 1-22, 2019.

TELLES, V. S. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, F.; RIZEK C. S. (org.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 195-218.

UNCTAD. *Informe sobre la economía digital 2021*. 2021. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/der2021_overview_es_1.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOUZE, F. Du cyberspace à la datasphère. Enjeux stratégiques de la révolution Numérique *Hérodote*, n. 177-178, La Découverte, 2e et 3e trimestres 2020.

GRAHAM, S. *Cidades sitiadas*. O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

MATTELART, A. *Comunicação-Mundo*. História das ideias e das Estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

COMO CITAR

SILVA, Adriana M. Bernardes. Informatização planetária e usos do território brasileiro: disputas e tendências. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 225-241.



O espaço digital: como nos querem fazer crer, como é, como poderia ser*

Nina Santos

Não posso começar qualquer fala ou texto sobre Milton Santos sem registrar o lugar peculiar de onde eu falo. Como muitos devem saber, sou neta de Milton Santos, e, portanto, ele tem pra mim um lugar de afeto, de carinho, de memórias que independe de qualquer discussão sobre sua obra. Apesar de ter crescido acompanhando e participando de eventos sobre meu avô, sempre o fiz do lugar de neta, no qual o pessoal e o particular imperam.

Agora me deparo com um novo desafio, com o qual ainda estou me habituando: aquele de me colocar como uma pesquisadora em comunicação que pode e deve beber da obra de Milton Santos para compreender fenômenos contemporâneos. É um lugar que me desafia em muitos níveis, mas que certamente contribui em muito para minha trajetória.

O título da mesa em que este texto foi inicialmente apresentado fazia referência à ideia de “violência da informação”, e, ao preparar essa contribuição, fiquei me perguntando o que

* Título inspirado na forma como Milton Santos apresenta o fenômeno da globalização no livro *Por uma outra globalização* (2000).



seriam as violências da informação hoje. Não me parece um ângulo óbvio pensando a partir da comunicação política. Passamos muito tempo a defender como a informação é essencial para sociedades democráticas e como cidadãos mais bem informados podem exercer sua cidadania de forma mais plena. Mas, de fato, faz sentido e me parece crucial pensar nas violências informativas atuais.

A informação em si pode ser violenta quando ela agride, ataca, deslegitima a própria existência social de um determinado ator ou grupo, o que chamamos mais comumente de discurso de ódio; ou quando ela se traveste de informação para, na verdade, provocar desinformação.

Mas mais do que a informação em si, o sistema de produção e circulação de informação pode ser violento. Especialmente quando esse sistema, pensado, como dito antes, a partir da sua vertente democrática e de interesse público é usado para defender e legitimar objetivos particulares. É nesse sentido que Milton Santos vai defender que, não a informação em si, mas as “técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades”.

Parece-me impossível pensar nesse processo de apropriação das técnicas da informação hoje sem pensar nos processos de plataformação que têm dominado diversos campos sociais nos últimos anos. Das plataformas de hospedagem e transporte àquelas de comunicação, a ideia de plataformação parece estar por todos os lados.

Podemos pensar em plataformas como arquiteturas programáveis construídas para organizar interações entre usuários, como sugerem van Dijck, Poell e Waal (2018). Esse funcionamento tem sido central para uma reorganização social, política e econômica que temos vivido e, por isso, acredito que seja importante discuti-lo.

Nesse sentido, gostaria de abordar três pontos. Primeiro, considero importante diferenciar a ideia de um espaço digital, como ele pode ser construído, da ideia de plataformação, que caracteriza, em grande parte, como ele se constitui hoje. Segundo, me parece necessário refletir sobre a relação entre a própria ideia de plataforma e aquela de mediação. E sobretudo como a primeira pode tornar a segunda invisível. A terceira busca justamente escapar às leituras tecnicistas tão combatidas por Milton Santos e destacar a importância de entender as tecnologias da informação a partir das suas apropriações.

Gostaria ainda de deixar claro e explícito que o texto apresentado aqui é uma aproximação inicial ao tema, que certamente merece ainda muitos desenvolvimentos e aprofundamentos.

Espaço digital e plataformação não são sinônimos

O processo de plataformação tem trazido uma série de mudanças em diversos campos sociais. Essas mudanças têm sido interpretadas a partir de diversas disciplinas, como os estudos empresariais e administrativos, os estudos de *software*, a economia política e os estudos culturais (POELL, NIEBORG; DIJCK, 2019). Fundamentalmente, a plataformação muda a forma como informações circulam. Isso cria novas realidades espaciais, e, portanto, reorganiza uma série de atores sociais.

Como Milton já dizia em 1996 em *A natureza do espaço*: “A informação, sobretudo a serviço das forças econômicas hegemônicas e a serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais” (SANTOS, 2014 [1996], p. 285).

Portanto, essa forma de organizar os fluxos informativos cria determinadas conformações do espaço digital e não outras. Há, no entanto, uma tentativa de fazer com que a plataformação se confunda com o próprio espaço digital. Ou seja, que esse processo funda-se ao próprio pano de fundo em que se desenvolve, tornando-se invisível e sendo visto como neutro.

É preciso compreender, no entanto, que a plataformação não pode ser naturalizada como elemento constituinte do território digital. Trata-se de uma estratégia – econômica, discursiva, social –, de um arranjo benéfico a determinados atores (BULLICH; SCHMITT, 2019). Nesse sentido, a plataformação é uma – entre outras possíveis – topografia da rede, que precisa ser entendida contextualmente a partir das forças sociais que a constroem e possibilitam.

As plataformas criam uma organização específica do espaço digital baseada em seus próprios interesses e nas quais há pouquíssima ou nenhuma porosidade à diversidade de atores sociais. São espaços privados, com lógicas de funcionamento opacas – entendida como oposta à transparência – e que impactam de forma profunda a circulação informativa e, por consequência, a composição do território.

Desnaturalizar esse fenômeno e entender suas especificidades parece, portanto, o único caminho possível para delinear o que poderia também ser o espaço digital fora da lógica plataformizada.

Pensar em plataforma significa invisibilizar mediadores

Essa própria ideia de plataformas, essa nomenclatura, remete a espaços “abertos, neutros e com arranjos igualitários, que prometem suporte pra quem fica sobre elas” (GILLESPIE, 2010, p. 350). Isso tende a esconder o papel desses atores como intermediários.

Daí os discursos sobre uma suposta desintermediação proporcionada pela *internet*, em que haveria uma comunicação mais direta do que antes. Mas, não seriam essas plataformas, suas lógicas de organização e funcionamento, seus interesses comerciais e sociais, também intermediadores?

Antes da existência das mídias sociais, e da *Web 2.0* de forma mais geral, podemos dizer que o acesso mediado à realidade era feito quase que exclusivamente por meio da mídia tradicional (GOMES, 2009). Claro, as pessoas podiam vivenciar determinado fato ou acontecimento social, ou ouvir falar a partir de amigos ou familiares, mas a forma de fazer uma informação chegar a um grande número de pessoas era a mídia e, principalmente, a grande mídia que atuava na lógica da radiodifusão. Isso significa que havia alguns de nós que selecionavam fatos que eram considerados aqueles que deveriam ser levados a um grande público. Isso também significa que tínhamos um papel de mediação quase exclusivo do jornalismo e da plataforma técnica em que essa informação seria veiculada (televisão, rádio, jornal, etc.). O jornalista selecionava as informações a partir das fontes que possuía, produzia uma mensagem adaptada a um determinado tipo de tecnologia de comunicação e divulgava ao público. Podemos, ainda, considerar a recepção como um nível adicional de mediação, não apenas pela escolha do consumo midiático, mas também pelas origens sociais e culturais que funcionam como filtros (VOIROL, 2005). É o modelo clássico de comunicação de massa, descrito por Laswell (McQUAIL, 2003) e desenvolvido por Westley e MacLean (1957).

Com as mídias sociais, temos uma complexificação desse modelo, com alguns elementos novos. O primeiro é a multiplicação dos mediadores. Se os jornalistas ainda têm um papel crucial na difusão da informação, outros mediadores surgem e desafiam as escolhas feitas por eles. Mais do que isso,

esses diferentes mediadores não só existem, mas estão em constante conexão. Isso é o que se expressa pela noção de *gatekeeping* em rede, proposta por Meraz e Papacharissi (2013).

Esses múltiplos mediadores interagem em plataformas de mídia social que, por sua vez, atuam também como mediadores, com suas próprias lógicas internas. Portanto, aqui nos aproximamos da proposta de Jouët (1993), que considera a técnica como mediador. É importante destacar que essas mediações acontecerão de maneiras muito diferentes, dependendo da plataforma de mídia social da qual estamos falando. As possibilidades e restrições (CAMMAERTS, 2014) destas plataformas variam e ajudam a moldar os fluxos de informação que ocorrem nelas. Seguindo a noção proposta por Segerberg e Bennett (2011) de que as mídias sociais são incorporadas e estão embutidas no processo de *gatekeeping*, podemos dizer que há um novo nível de mediação que aparece. Agora, algumas plataformas de mídia social são capazes de selecionar o que mostrar ou não a um determinado usuário, principalmente com base no seu comportamento social. Isso não consiste em uma escolha feita pelo usuário, mas em seleções automatizadas feitas por algumas escolhas de mídias sociais, baseadas em algoritmos privados e nada transparentes à sociedade.

Há, ainda, um outro nível de mediação que é feito por cada usuário. Diferentemente da mídia de radiodifusão, em que toda a audiência recebe o mesmo conteúdo, nas mídias sociais o processo é muito mais personalizado. A escolha de quem acompanhar nas redes cria uma combinação única de informações para o usuário. E esse processo acontece em uma sobreposição com as possibilidades e restrições de cada plataforma.

Outro nível de mediação que poderíamos identificar está relacionado a laços de sociabilidade. As redes sociais são construídas sobre laços sociais e essas conexões também têm um papel central na mediação de informações, especialmente por meio das práticas de replicação que as mídias sociais permitem aos usuários fazer. Mesmo que você não siga ou não seja amigo de uma determinada conta, você pode acabar tendo acesso a seu conteúdo porque alguém em sua rede interagiu com ela. Essa interação pode ser a replicação da mensagem, mas não apenas. Ao final, os laços de sociabilidade também funcionam como um filtro e organizador de informação, acrescentando ainda outro nível de mediação.

Portanto, podemos dizer que, na verdade, o que temos com as mídias sociais é um ambiente de mediação muito mais complexo. A ideia de que as mídias sociais provocariam uma desintermediação parece surgir mais do fato

de que estas mediações se tornam mais pulverizadas e menos visíveis, do que de uma diminuição real dos mediadores. Se em um momento inicial o que chama a atenção é realmente a possibilidade de ir além da informação produzida pela grande mídia, no momento seguinte esses novos mediadores de informação precisam ser analisados e escrutinados. O que temos, na verdade, é uma cadeia de mediações mais ampla, mais complexa e menos visível do que tínhamos antes.

Esses novos mediadores produzem uma fragmentação informativa que tem consequências de vários tipos para o que Hannah Arendt chama de mundo comum, aquele conhecido e partilhado pelos membros de uma comunidade.

Só uma compreensão do digital a partir das suas possíveis apropriações pode levar a transformações

Portanto, parafraseando a abordagem que Milton Santos sugere em *Por uma outra globalização* (2000) – e não dissociada dela –, poderíamos falar de um espaço digital como nos querem fazer crer – aquele em que as plataformas serviriam como espaço igualitário e desintermediado de compartilhamento de informações e opiniões –; e de um espaço digital como ele de fato é, com uma série de novas mediações que modificam as relações de poder entre diversos atores que participam da vida pública.

Não faria sentido, no entanto, não fazer o esforço de pensar também o espaço digital como ele poderia ser. Para isso é essencial afastar visões tecnodeterministas e relembrar, como diz o próprio Milton no mesmo livro, que a técnica não deve ser vista como dado absoluto, mas relativizada principalmente a partir do uso que se faz dela.

É preciso fazer um duplo movimento de compreender os usos feitos das tecnologias digitais hoje e, ao mesmo tempo, entender o digital como espaço em disputa. Espaço crucial da vida contemporânea que precisa ser construído de maneira mais coletiva e humana.

É por isso que, ao falar sobre como a apropriação da técnica da informação pode gerar desigualdades, Milton Santos afirma que essas “técnicas da informação (**por enquanto**) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades” (2000, grifo nosso).

É o próprio Milton quem diz que a informação seria capaz de impor “novos mapas ao mesmo território”. Cabe a nós disputar o desenho que esse mapa pode ter.

REFERÊNCIAS

- BULLICH, V.; SCHMITT, L. Les industries culturelles à la conquête des plateformes? *Tic & Société*, v. 13, p. 1-12, 2019.
- CAMMAERTS, B. Technologies of self-mediation: affordances and constraints of social media for protest movements. In: J. ULDAM; A. VESTERGAARD (ed.), *Civic engagement and social media – political participation beyond the protest*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.
- GILLESPIE, T. The politics of “platforms”. *New Media and Society*, v. 12, n. 3, p. 347–364, 2010.
- GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesses*. Florianópolis: Insular, 2009. v. 1.
- JOUËT, J. Pratiques de communication et figures de la médiation. *Réseaux*, v. 11, p. 99-120, 1993.
- McQUAIL, D. *Teoria da comunicação de massa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MERAZ, S.; PAPACHARISSI, Z. Networked gatekeeping and networked framing on #egypt. *The International Journal of Press/Politics*, v. 18, n. 2, p. 138-166, 2013.
- POELL, T.; NIEBORG, D.; van DIJCK, J. Platformisation. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 4, 2019. doi: 10.14763/2019.4.1425.
- SEGERBERG, A.; BENNETT, W. L. Social Media and the organization of collective action: Using Twitter to explore the ecologies of two climate change protests. *The Communication Review*, v. 14, n. 3, p. 197–215, 2011.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2014 [1996].
- van DIJCK José, V.; POELL, T.; WAAL, M. *The platform Society*. New York: Oxford University Press, 2018.
- VOIROL, O. Les luttes pour la visibilité. Esquisse d’une problématique. *Réseaux*, p. 89-121, 2005.
- WESTLEY, B. H.; MACLEAN, M. S. A conceptual model for communications research. *Journalism Quarterly*, n. 404, p. 31–38, 1957.

COMO CITAR

SANTOS, Nina. O espaço digital: como nos querem fazer crer, como é, como poderia ser. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 243-249.



Novos eventos e o aprofundamento da violência da informação: a dataficação e a desinformação massiva

André Pasti

As rápidas transformações nas tecnologias da informação e da comunicação têm acompanhado um aprofundamento de sua presença no território usado e sua imbricação em diversas dimensões do cotidiano dos lugares. Das câmeras de vigilância com programas de reconhecimento facial ao direcionamento do consumo por algoritmos baseados em dados pessoais capturados em grande escala, passando pelos mensageiros instantâneos dos dispositivos móveis com quantidade crescente de informações (e ruídos desinformantes), a comunicação passou a tocar diferentes atividades dos cotidianos.

Analisando as transformações espaciais do atual período em que a informação é variável-chave, a obra de Milton Santos segue extremamente atual. Apontando, mais de duas décadas atrás, características fundamentais para a compreensão da dinâmica territorial do presente – como a presença global de um mesmo sistema técnico, a instantaneidade ou convergência dos momentos, a mais-valia global ou motor único do capitalismo e a cognoscibilidade planetária e universalidade empírica (SANTOS, 2000, 2008 [1994]) – o autor caracterizava o meio geográfico correspondente, marcado pela prevalência da tecnociência e da informação, como meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2006 [1996]), difundido seletivamente nos territórios.



Milton Santos evidenciou que a dinâmica comunicacional do presente é marcada por uma *violência da informação* (SANTOS, 2000), considerando a centralidade da informação nas diferentes atividades econômicas e cotidianas e seu comando concentrado em poucas mãos. Essa tendência tem se mantido e renovado com debates em torno da plataformização, da crescente mediação e agenciamento algorítmicos e da permanência da concentração geográfica e de propriedade da mídia. Trata-se, portanto, de identificar atualizações desse grande evento global conhecido como *revolução informacional* (LOJKINE, 2002), momento em que a informação emerge como elemento que organiza novos contextos socioterritoriais e as novas atividades produtoras de informação passam a ser centrais à elaboração e à coordenação das múltiplas redes globais (BERNARDES DA SILVA, 2001, p. 6).

A categoria de evento, conforme Santos (1999, 2006 [1996], p. 143-168), permite considerar a indissociabilidade entre tempo e espaço. Os eventos geográficos são compreendidos como instantes do tempo dando-se em um ponto do espaço, sendo “veículos” das possibilidades do mundo que se realizam nos lugares. Os eventos podem ser analisados a partir de suas durações, sobreposições, extensões e escalas.

Nessa tensão entre o novo e o velho no território, é importante lembrar que “tanto o novo como o velho são dados permanentes da história; acotovelam-se em todas as situações” (SANTOS, 2008 [1988], p. 106). Assim, este texto busca dialogar com a obra de Milton Santos, atualizando a interpretação sobre a violência da informação a partir desses “instantes” mais recentes do período técnico-científico informacional¹ e enfatizando dois eventos de grande relevância: a dataficação e a desinformação massiva.

Longe da intenção de esgotar as análises sobre esses temas, pretende-se aqui abrir caminhos de interpretações e discussões que incorporem essas novas dinâmicas ao debate sobre a violência da informação, reconhecendo e valorizando o legado e a atualidade da obra de Milton Santos.

Dataficação e transformações da tecnosfera e da psicosfera

Milton Santos já apontava o papel dominante das técnicas da informação no atual sistema técnico, que acompanha uma crescente racionalidade instrumental

¹ Agradeço as trocas sempre potentes com Mónica Arroyo por essa e muitas das reflexões aqui presentes.

(2000, 2006 [1996], 2008 [1994]). A informação se tornou matéria-prima essencial dos negócios e empresas em ascensão (GOTTMANN, 1977, p. 597), um instrumento de união entre as diversas partes de um território (SANTOS, 1994, p. 16), e, junto da técnica e da ciência, o *locus* essencial da acumulação de capital na economia mundial (SCHILLER, 1988, p. 27). Segundo Santos, as “máquinas chamadas inteligentes e o pensamento calculante são, juntos, testemunhas dessa transcendência da técnica que conduz a uma verdadeira concretização da metafísica, com a produção das realidades artificiais [...] Esse rigor matemático vai também inscrever-se no território” (SANTOS, 2006 [1996], p. 186–187). Esses processos, chamados de informacionalização e informatização do território, intensificaram-se ainda mais nas últimas duas décadas.

A ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de uma grande quantidade de dados – fenômeno popularizado pela expressão *big data* (BATTY, 2013) – potencializou uma série de processos já em curso com a revolução informacional. Esse novo evento pode ser interpretado a partir do que é nomeado como *dataficação*.

Baseado em discussão original de Mayer-Schönberger e Cukier (2013), José van Dijck (2014, 2017) define a dataficação (ou datificação) como a transformação da ação social em dados *online* quantificados, permitindo, assim, o monitoramento em tempo real e a análise preditiva. Para Lemos (2021, p. 194), a dataficação é o processo que permite “a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios”. Couldry e Hepp (2016, p. 110) entendem que essa dataficação sucede as dinâmicas anteriores da mediação da sociedade – a mecanização, a eletrificação e a digitalização. Como afirma Lemos (2021, p. 194), ainda que os processos de digitalização continuem a acontecer, agora eles estão inseridos em procedimentos mais amplos de captação e tratamento de dados.

Essa possibilidade ampliada de processamento de dados coloca a mediação algorítmica no centro de diversas atividades cotidianas, exigindo avaliações críticas – já que há, por exemplo, consequências como a discriminação, a indução e a homogeneização de comportamentos a partir dessa mediação algorítmica (PEREIRA DA SILVA, 2017). Conforme Israel (2020, p. 67), “o agenciamento algorítmico de espaços virtuais para finalidades mercadológicas e políticas na era da computação em rede tem produzido um efeito de verticalização na arquitetura do ciberespaço”.

O conjunto de objetos técnicos que operam essa captura e configuram uma vigilância distribuída (BRUNO, 2013) compõem a maquinaria atual que “produz as novas possibilidades de arquivar, monitorar, conhecer, reconhecer,

identificar, classificar e perfilizar” e que “vincula-se a um jogo de correlações de força para produção de informação e de conhecimento, monitoramento e vigilância” (KANASHIRO *et al.*, 2015). Essas técnicas atuais integram “engrenagens de um investimento econômico que direciona imensos volumes de dados para aplicação de estratégias de modificação do comportamento humano” (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019). Destaca-se, nesse processo, entre o conjunto de dispositivos que são capilarizados no território, o caso do *smartphone*, analisado por Bertollo (2019).

Tomando para a análise as duas dimensões propostas por Milton Santos do território usado – a tecnosfera e a psicosfera² –, é possível entender essas transformações como uma atualização da tecnosfera do meio técnico-científico informacional, com a difusão desses objetos técnicos de rastreo, captura e processamento de dados, que também corresponde e acompanha uma renovação da psicosfera, a partir do que van Dijck (2014; 2017) chama de dataísmo.

O dataísmo refere-se à ideologia caracterizada pela “crença generalizada na quantificação objetiva e o potencial monitoramento de todos os tipos de comportamento humano e de sociabilidade, por meio de tecnologias de mídia online”, envolvendo, também, “a confiança nos agentes (institucionais) que coletam, interpretam e compartilham os (meta)dados extraídos da mídia social, das plataformas da internet e outras tecnologias de comunicação” (van DIJCK, 2017, p. 41).

Não se trata de um processo completamente novo e disruptivo, mas que reorganiza e reafirma o que Ana Clara Torres Ribeiro chama de paradigma administrativo: “a sistematização de valores e de práticas que atualmente traduz os ideais da eficácia, do bom desempenho e do sucesso e, portanto, a conduta racional correspondente à atual fase do capitalismo” (RIBEIRO, 2013, p. 103). Como diz Milton Santos (2006 [1996], p. 186), “para ser eficaz, o pensamento calculante exclui o acidente e submete a elaboração intelectual a uma prática onde a sistematização e a standardização impõem sua lógica própria, isto é, o domínio da lógica matemática sobre a lógica da história”. Para Ribeiro (2013, p. 104), o paradigma administrativo representaria um estado de normatividade apoiado por um consenso passivo. As transformações na psicosfera a partir da dataficação produzem, como lembra Israel (2020), um fortalecimento de ideais tecnocráticos.

² A tecnosfera corresponde à dimensão dos objetos técnicos ou fabricados do espaço, e a psicosfera à dimensão dos imaginários, sentidos, emoções e valores (SANTOS, 2006 [1996]).

Cabe recuperar, assim, as contribuições de Milton Santos tratando dos espaços da racionalidade. Para o autor, as condições de racionalidade no meio material “seriam aquelas suscetíveis de facilitar as ações ditas ações racionais”, tratando o espaço como um campo de ação instrumental (SANTOS, 2006 [1996], p. 292). O uso mais adequado do território pelos agentes hegemônicos depende largamente do fator informação (SANTOS, 2006 [1996], p. 298). Para Santos (2006 [1996], p. 293), esse processo acompanha uma informacionalização do espaço – que tanto se refere à informacionalização “dos objetos que formam o seu esqueleto material, como a das ações que o percorrem, dando-lhe vida”. A dataficação aprofunda esse processo de informacionalização do espaço e de imposição vertical da racionalidade dominante aos usos do território.

Com o evento da dataficação, os processos de comunicação pelas redes passam a ser marcados, também, por dispositivos de rastreamento e classificação (BRUNO, 2016), com a construção de perfis e modulação algorítmica de comportamentos (AMADEU DA SILVEIRA, 2019). Desse modo, a dataficação está associada à ampliação da desinformação massiva, como será discutido a seguir.

Violência da informação, desinformação massiva e novas mediações

As tecnologias da informação e da comunicação que viabilizaram a comunicação global estão apropriadas por empresas, corporações ou conglomerados, como empreendimentos capitalistas articulados com grupos, classes ou blocos de poder predominantes em escala nacional ou mundial, como aponta Ianni (1999, p. 22), para quem

o que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global. (IANNI, 1999, p. 17).

Como visto, ao analisar esse fenômeno, Santos (2000, p. 38) afirma que a violência da informação é uma característica central do atual período – já que a informação, embora cada vez mais essencial à vida social e econômica, tem seu comando centralizado em poucos agentes, sobretudo grandes empresas globais. Esses agentes possuem imenso poder de produzir e fazer circular

discursos e sentidos de acordo com seus interesses. Para este autor, é preciso considerar o caráter cada vez mais ideológico que possuem essas informações, a relação “carnal” entre a produção de notícias e a publicidade, e a facilidade da produção de falsidades, fábulas e mitos a partir da distorção dos fatos pelos poucos agentes controladores da informação (SANTOS, 2000, p. 40). Essa concentração de poder comunicacional segue ocorrendo como tendência global no atual período, também no Brasil e na América Latina – como demonstram levantamentos recentes (INTERVOZES, 2019; REPORTEROS SIN FRONTERAS, 2019).

Ainda nos anos 1970, com a revolução informacional, Nora (1976, p. 187) já identificava que estaríamos em um estado de “superinformação perpétua” e de “subinformação crônica”. O que o autor pretendia explicitar é que haveria um “excesso” quantitativo de informações circulando no território, mas que, devido à ação dos grandes meios e à monopolização da informação, teríamos dificuldade em saber o que efetivamente acontece nos lugares. Esse estado de “superinformação perpétua e subinformação crônica” é tratado com diferentes abordagens por diversos autores do campo da comunicação. Ramonet (2010) considera que essa situação corresponde a uma nova forma de “censura”, que ele denomina como “censura democrática”. Esta, “em oposição à censura autocrática, não se funda mais na supressão ou no corte, na amputação ou na proibição de dados, mas na acumulação, na saturação, no excesso e na superabundância de informações” (RAMONET, 2010, p. 28). Para Menezes (2005), a atual velocidade na transmissão de dados gera um excesso de informações e, paradoxalmente, favorece a *incomunicação*. Na mesma linha, Serrano (2013, p. 177) afirma que a sobrecarga de informação já demonstrou ser uma das formas mais efetivas de ter um povo desinformado. Moretzsohn (2002, p. 150-151) comparou essa superinformação esvaziada à “cegueira branca” – por excesso de luz – do primoroso romance de José Saramago, *O ensaio sobre a cegueira*³. Como diz Milton Santos (2000, p. 41), a informação que circula sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, com uma interpretação interessada dos acontecimentos. Essa interpretação tende a homogeneizar-se em função de grande parte das informações e imagens sobre o mundo partirem dos mesmos agentes.

Moraes (2010, p. 193) alertava que, no paradigma neoliberal que marca o período da globalização, consolidaram-se megagrupos de comunicação,

³ “Agora [...] ei-lo que se encontrava mergulhado numa brancura tão luminosa, tão total, que devorava, mais do que absorvia, não só as cores, mas as próprias coisas e seres, tornando-os, por essa maneira, duplamente invisíveis” (SARAMAGO, 2009, p. 16).

sediados sobretudo nos países do centro do sistema capitalista. Para o autor, convivemos com “uma abundância de dados, sons e imagens que se originam, na maior parte das vezes, de fontes de emissão controladas por superempresas que se movimentam pela Terra sem prestar contas a ninguém, exceto a seus acionistas” (MORAES, 2010, p. 208). Na escala global, além dos conglomerados citados, há grandes agências transnacionais de notícias que comandam uma parcela muito expressiva das informações noticiosas que circulam no mundo e pautam as mídias nacionais (AGUIAR, 2010; NABARRO; SILVA, 2012; PASTI; AGUIAR, 2019).

A constituição, nesse período, de um sistema de objetos técnicos funcionais à fluidez global da informação, favoreceu a ampliação da atuação desses agentes de poder concentrado, configurando círculos de informações que atingem verticalmente os territórios (PASTI, 2018). Esse controle e restrição das informações em circulação compõem a violência da informação que caracteriza a globalização. Martín-Barbero (2010, p. 62-63) alerta que a atuação das corporações midiáticas acompanha profundas transformações na cultura cotidiana das maiorias.

A expansão da comunicação pela internet acompanhou o que Castells (2015) chamou de autocomunicação de massa – a possibilidade de difusão massiva de conteúdos na rede a partir de mensagens autogeradas, circulando por meio de redes sociais e outras plataformas digitais. No entanto, como alerta Beiguelman (2021, p. 49),

Somos rastreáveis pelo que compartilhamos: de conteúdos próprios a nossas reações a conteúdos políticos, artísticos e fatos cotidianos. É isso que o mercado chama de “profilagem”, uma forma de acumular dados sobre as pessoas com base em seus gostos e hábitos, que permitirão prever os comportamentos, além de melhorar o direcionamento de seus produtos e propagandas. Esse procedimento depende essencialmente da mineração de dados.

A dataficação, aqui interpretada como evento, acompanha, assim, uma renovação da violência da informação, possibilitando o aprofundamento da chamada desinformação massiva. O conceito de desinformação tem sido adotado para “ressaltar a intencionalidade na produção e na propagação de informações falsas, equivocadas ou descontextualizadas para provocar uma crise comunicacional e, assim, obter ganhos econômicos e/ou políticos” (MARTINS, 2020, p. 68). É possível reconhecer o crescimento desse fenômeno enquanto um novo evento geográfico global, marcado pela desinformação massiva e intencional via plataformas digitais de grandes corporações.

Como lembra Santos (2006 [1996], p. 186), “cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo. Ela também obriga a um novo uso do tempo, a uma obediência cada vez mais estrita ao relógio, a um rigor de comportamento adaptado ao novo ritmo”. A atual aceleração técnica (ROSA, 2019) acompanha uma sobrecarga quantitativa de informações e “uma das consequências dessa sociedade hipermediatizada e instantânea é a insegurança informacional, que reduz a confiança nas mídias à medida que as informações proliferam” (MIELLI; ROMANINI, 2021, p. 148). Para Mielli e Romanini, a superabundância de informações “que chega às pessoas a partir de uma seleção algorítmica que opera de forma totalmente opaca no interior de redes sociais, está comprometendo a esfera pública de debates como espaço de construção de consensos sociais” (MIELLI; ROMANINI, 2021, p. 158). Aqui percebe-se uma atualização das dinâmicas da superinformação perpétua que marca a violência da informação, por meio da crescente mediação algorítmica.

Além da superinformação perpétua, o tema da desinformação massiva ascende em importância em função de outra inovação tecnopolítica: a ascensão de plataformas digitais, como redes sociais, serviços de *streaming*, aplicativos, plataformas de compartilhamento ou consumo de conteúdo audiovisual (BRUNO; BENTES; FALTAY, 2019), de grandes corporações globais, com o fenômeno chamado por um conjunto de pesquisadores de plataformação. Poell, Nieborg e van Dijck (2020) entendem a plataformação, de maneira ampla, como o processo de penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida – com a consequente reorganização de práticas e imaginações culturais em torno dessas plataformas.

Castro (2021, p. 93) demonstra que essas plataformas algorítmicas têm favorecido a desinformação massiva em função da maneira como suas características técnicas são instrumentalizadas por seu modelo de negócios, que requer a captação de dados pessoais e personalização de conteúdos a partir da construção de perfis. Fernanda Bruno e outros autores (2019, p. 5) entendem esse processo a partir do que chamam de economia psíquica dos algoritmos:

o investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais [...]. As informações que interessam ao veloz capitalismo de dados não são mais apenas os rastros de nossas ações e interações (cliques, curtidas, compartilhamentos, visualizações, postagens), mas também sua “tonalidade” psíquica e emocional. É esta economia psíquica e afetiva que alimenta as atuais estratégias de previsão e indução de comportamentos nas plataformas digitais (e eventualmente fora delas).

A influência das técnicas sobre o comportamento humano “afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento” (SANTOS, 2006 [1996], p. 186). Essa modulação de comportamentos cada vez mais aprofundada corresponde a uma alienação dos sujeitos, com a captura ou mudança do sentido de suas ações (SARTRE, 2002, p. 262), e à alienação territorial (RIBEIRO, 2005; SANTOS, 2000).

Como afirma Santos (2006 [1996], p. 303), “com o advento do espaço racional, este se torna uma verdadeira máquina, cuja energia é a informação e onde são as próprias coisas que constituem o esquema de nossa ação possível”. Para o autor, o meio técnico-científico seria “formado de objetos que incluem saber técnico e são o suporte do saber hegemônico, enquanto os outros espaços se tornam apenas os espaços do fazer” (SANTOS, 2006 [1996], p. 303). Esse processo é produzido por e produz, também, a alienação técnica – conforme Sérgio Amadeu da Silveira (2021, p. 44), baseado em Simondon. Trata-se da “ignorância ativa sobre como funcionam as redes de criação, desenvolvimento e uso de tecnologias, na fé da completa ausência de importância de se conhecer e dominar localmente os processos tecnológicos”. Essa alienação técnica produz diferenciações na sociedade e no território, ampliando a hierarquia entre espaços que mandam e espaços que obedecem (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

As corporações mediadoras dos processos comunicativos, seja por meio do controle dos algoritmos e plataformas digitais, seja pela permanência no comando da produção e circulação de informações no território, seguem concentrando grande poder e configurando-se como agentes hegemônicos do atual período.

Considerações finais

É possível reconhecer eventos que revelam um aprofundamento da revolução informacional: a dataficação que, com a concentração de poder em plataformas digitais de grandes corporações, acompanha também a ampliação da desinformação massiva. Esses eventos intensificam e complexificam o problema da violência da informação, já apontado por Milton Santos e ainda atual para explicar os desafios comunicativos do nosso cotidiano.

A combinação das novas e velhas dinâmicas comunicacionais apontam para a permanência de um poder concentrado nos agentes hegemônicos no controle da informação. A concentração de poder nessas plataformas digitais e algorítmicas encontra diversas dimensões no território usado para além das dinâmicas estritamente ligadas à comunicação. Assim, também merecem atenção os processos fortalecidos de transformação da tecnosfera e da psicosfera

a partir do dataísmo e do paradigma administrativo, nas diversas atividades que mobilizam, em algum momento, a comunicação.

Como exemplo, para algumas dessas plataformas como as de transporte por aplicativos, o próprio território é tomado como um dado ativo e um fator produtivo, conforme Tozi (2020), que as nomeia como plataformas territoriais, considerando que, para elas, “é o território que se apresenta, ao mesmo tempo, como fundamento da tomada de decisão e recurso diferencial de rendimento” (TOZI, 2020, p. 491). No caso do planejamento urbano, as tendências neoliberais e dataficadas de incorporação tecnológica nas cidades – no contexto da reprodução do modelo da *smart city* – são tratadas por Schiavi (2021), que aponta como o mercado de dados já é uma realidade em muitas cidades e que essas se constituem como um dos “principais campos de batalha à transformação efetiva das relações sociais em relações mediadas por dados” (SCHIAVI, 2021, p. 165). Nesse “instante” mais recente do período técnico-científico informacional, os usos corporativos do território vêm sendo atualizados, portanto, em uma gestão corporativa e algorítmica do território (TOZI, 2020).

Cabe ressaltar que, embora o fenômeno técnico da comunicação seja renovado, não há uma superação completa das dinâmicas preexistentes. As lutas por produção de cidadania territorial incorporam, assim, novos desafios: a regulação dos algoritmos mediadores da nossa comunicação, o controle social sobre o poder das corporações que controlam tais plataformas digitais e a produção de alternativas de soberania tecnológica somam-se às agendas históricas pela democratização da radiodifusão e pela promoção de pluralidade e diversidade de vozes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. *Sistemas internacionais de informação Sul-Sul: do pool não-alinhado à comunicação em redes*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

AMADEU DA SILVEIRA, S. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; AMADEU DA SILVEIRA, S. (org.). *Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 33-51

AMADEU DA SILVEIRA, S. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 3, n. 6, p. 17-26, 2019.

BATTY, M. Big data, smart cities and city planning. *Dialogues in Human Geography*, v. 3, n. 3, p. 274-279, 2013.

BEIGUELMAN, G. *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. São Paulo: UBU, 2021.

BERNARDES DA SILVA, Adriana. *A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BERTOLLO, M. A dinâmica na rede urbana brasileira atual e a capilarização da informação pelo smartphone no território. *GEOUSP*, v. 23, n. 2, p. 262-284, 2019.

BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BRUNO, F. Rastrear, classificar, performar. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 1, p. 34-38, 2016.

BRUNO, F.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista FAMECOS*, v. 26, n. 3, e33095, 2019.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, J. C. L. Plataformas algorítmicas e economia da desinformação. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 18, n. 2, p. 91-103, 2021.

COULDRY, N.; HEPP, A. *The mediated construction of reality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

GOTTMANN, J. *Megalopolis and antipolis: the telephone and the structure of the city*. Cambridge: MIT Press, 1977.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. *Perspectivas*, n. 22, p. 11-29, 1999.

INTERVOZES. *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil 2019*. 2019. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ISRAEL, C. Os rastros geodigitais enquanto processo de totalização da espacialidade algorítmica: sobre as verticalidades da Internet e do ciberespaço no período pandêmico. In: ARROYO, M.; ANTAS JR, R. M.; CONTEL, F. B. (org.). *Usos do território e pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 63-94

KANASHIRO, Marta *et al.* Maquinaria da privacidade. *RUA*, v. 19, n. 2, p. 22-40, 2015.

LEMOS, A. Dataficação da vida. *Civitas*, v. 21, p. 193-202, 2021.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 57-86

MARTINS, H. Muito além das *fake news*: o problema da desinformação em meio à crise social. In: MARTINS, H. (org.) *Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news*. São Paulo: INTERVOZES; Editora Veneta, 2020.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *Big Data: A Revolution that Will Transform how We Live, Work, and Think*. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MENEZES, J. E. Incomunicação e mídia. In: BAITELLO JR., N.; CONTRERA, M. S. (org.). *Os meios da incomunicação*. São Paulo: Annablume; CISC, 2005.

MIELLI, R.; ROMANINI, A. V. A comunicação dominada pelas “big techs” digitais: superabundância informativa, espetáculo, alienação e fabricação sentido no mundo algorítmico. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, v. 23, n. 1, p. 142-161, 2021.

MORAES, D. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em “tempo real”*: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2002.

NABARRO, W.; SILVA, A. B. D. Informação e território: a Agence France-Presse no Brasil. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 1, p. 37-59, 2012.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PASTI, A. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. *Revista Sociedade & Natureza*, v. 30, n. 1, p. 80-109, 2018.

PASTI, A.; AGUIAR, P. Geografia das agências de notícias: apontamentos para uma análise espacial da circulação da informação. In: MOREIRA, S. V. et al. (org.). *10 anos: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom, 2019.

PEREIRA DA SILVA, S. Algoritmos, comunicação digital e democracia: dimensões culturais e implicações políticas nos processos de Big Data. In: MEHL, J. P.; PEREIRA DA SILVA, S. (org.). *Cultura Digital, internet e apropriações políticas: experiências, desafios e horizontes*. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2017. p. 29-43

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Plataformização. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

REPORTEROS SIN FRONTERAS. *Media Ownership Monitor Latin America – Panorama Regional América Latina*. 2019. Disponível em: <https://latin-america.mom-rsf.org/es/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. *Osal*, v. 4, n. 16, p. 263-272, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. In: RIBEIRO, A. C. T. (org.) *Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 3. p. 95-116

ROSA, H. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006 [1996].

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994. p. 15-20

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e o meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SARTRE, J-P. *Crítica da razão dialética*. Precedido por Questões de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHIAVI, I. As tendências neoliberais e dataficadas da incorporação tecnológica nas cidades. In: CASSINO, J. F.; SOUZA, J; AMADEU DA SILVEIRA, S. (org.). *Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SCHILLER, D. How to Think About Information. In: MOSCO, V; WASKO, J (org.). *The political economy of information: studies in communication and society*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

SERRANO, P. Outro jornalismo possível na internet. In: MORAES, Dênis de (org.). *Mídia, poder e contrapoder*. São Paulo: Boitempo, 2013.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *GEOUSP*, v. 24, n. 3, p. 487-507, 2020.

van DIJCK, J. Confiemos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *MATRIZES*, v. 11, n. 1, p. 39-59, 2017.

van DIJCK, J. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014.

COMO CITAR

PASTI, André. Novos eventos e o aprofundamento da violência da informação: a dataificação e a desinformação massiva. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 251-263.



Digitalização do espaço e uso algorítmico do território*

Fábio Tozi

Introdução

Este capítulo apresenta alguns elementos da relação histórica entre tempo-espaço, buscando valorizar elementos da sua hibridização e convergência histórica, passando da simultaneidade à instantaneidade. Esse processo implica uma nova racionalidade hegemônica e uma racionalização das relações socioespaciais, mais presente nas cidades. Esse ponto inicial subsidia o debate sobre a banalização da digitalização do espaço, entendido como uma superior da banalização do meio técnico-científico informacional. Esse debate tem sido desenvolvido em nossas pesquisas e outros textos, é centrado nas categorias e no método miltoniano, mas convida e dialoga com outros autores.

Em um segundo momento, apresentam-se as corporações de informação e as chamadas “plataformas digitais”, aqui tratadas como “plataformas territoriais”, dada sua dependência do território e o papel central dos “recursos informacionais” na era da globalização. Ao mesmo tempo, a fase atual de digitalização é

* Pequenos trechos do texto já foram apresentados anteriormente em Anais de eventos. As reflexões aqui contidas beneficiam dos seguintes financiamentos, a quem agradecemos: Ministério Público do Trabalho – 3ª Região (MPT-PRT 3, ref. UFMG 078/19-00); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 422121/2021-5); e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (Proc. APQ-00992-21).



simbolizada pelos algoritmos, o que subsidia nossa proposta de pensar em usos algoritmos do território, buscando compreender o sentido da ação a partir do uso, como nos orienta Milton Santos.

A cidade e a racionalização do tempo e do espaço

Milton Santos (1989) nos lembra da importância do tempo na análise das cidades. Embora o tempo e as temporalidades sejam relativos aos sujeitos e a cada cidade, adverte o autor, pode-se constatar um tempo social comum ao processo de urbanização. Se o relógio é uma invenção antiga, prossegue, sua redescoberta no século XX pelo fordismo e o taylorismo marcam a banalização de um tempo empiricamente comum pelas ruas das grandes cidades, como São Paulo. Seus grandes mostradores informavam o ritmo social a ser cronometrado, mesmo que o espaço impusesse constrangimentos crescentes (trânsito, engarrafamentos e distâncias crescentes). O modo de produção capitalista criava a sua convergência contemporânea entre tempo e espaço aprimorando a simultaneidade, condição para a posterior instantaneidade.

A banalização dos mostradores pelas ruas das cidades se apoiava em uma ação do Estado nacional, que já havia se ocupado, desde 1913, de zelar pela Hora Legal Brasileira, posteriormente Hora Certa de Brasília, gerada pelo Observatório Nacional (ON), localizado no Rio de Janeiro (Decreto n. 2.784, de 18/06/1913). Posteriormente, na década de 1970, os serviços públicos de telefonia passaram a se ocupar pelo fornecimento da “hora certa” em um período no qual os relógios domésticos, pessoal, comercial ou industrial eram ainda raros, falhavam ou careciam de acertos constantes: uma ligação telefônica (número 130) realinhava o agente ao tempo comum do país. É esclarecedor, aos olhos de hoje, constatar que mesmo as primeiras máquinas e autômatos necessitavam de uma rede fiável que fornecesse o tempo empírico normatizado para que se inserissem no funcionamento do que viria a ser o mundo da informação.

Cada país zela para que a racionalização do tempo e do espaço seja constante, mesmo que seletiva internamente a cada formação socioespacial. Na França, o serviço de hora certa criou um inédito “relógio falante” em 1933 – desligado em 2022 pela ausência de peças de reposição e de utilidade em uma sociedade na qual o tempo preciso tornou-se ubíquo. Já a internacionalização do tempo tem um evento fundamental em 1972, quando definiu-se o Tempo Universal Padronizado (UTC, na sigla em inglês), passo essencial para as sincronias que marcariam a globalização.

A medida precisa do tempo e o conhecimento preciso do espaço são dois dados da racionalidade técnica e da ação racional estratégica, centrais para compreender a ação hegemônica que vigora no período técnico-científico informacional (SANTOS, 1996, p. 230 e seguintes). O processo de racionalização, segundo o autor, atingiu a economia, a cultura, a política, as relações interpessoais e instalou-se no meio de vida dos homens, ou seja, no meio geográfico, sinônimo de meio técnico-científico informacional.¹

O tempo universalmente empírico não é o tempo de todos os sujeitos (individuais e coletivos) e lugares, mas define os espaços da racionalidade, que são os espaços da globalização (SANTOS, 2000) – ou aqueles onde o meio técnico-científico informacional –, e seus dois elementos indissociáveis: o neoliberalismo, seu braço político, e as tecnologias da informação, seu braço técnico –, se constituem. São as unicidades entre o tempo empírico, as técnicas da informação e a reprodução global de mais-valia, nos lembra o autor (SANTOS, 2000, p. 23-29), que diferenciam a globalização de períodos históricos predecessores.

Lash (2002) propõe pensar a divisão internacional do trabalho nesses termos e, em sua diferenciação entre as sociedades “conhecimento-intensivo” e “trabalho-intensivo”, analisa as “desinformadas sociedades da informação”. Dialogando com o autor, a partir da proposta miltoniana, poderíamos pensar em um “desinformado território da informação”, empiricamente analisável pela difusão seletiva e hierárquica do meio técnico-científico informacional na totalidade do território. O Brasil apresenta-se como um vasto laboratório para estas análises.

Mesmo desigual, contudo, a banalização das tecnologias da informação (redes, *smartphones*, computadores, sensores, câmeras, entre outros) é uma realização do capitalismo tardio. Dissipam-se as separações técnicas e morais entre o tempo externo e o interno, o coletivo e o individual, o público e o privado. Neste último caso, a banalização de *smartphones* e dispositivos similares criou um fato novo nas relações entre poder e consumo, observada por Crary (2016 [2013], p. 51): o consumo de tecnologia coincide com estratégias e efeitos de poder a ponto de tornarem-se indistinguíveis. Para o autor, o limite final para a realização deste capitalismo tardio passa por eliminar a necessidade do sono, afinal, dormir ainda se impõe como um limite objetivo à disponibilidade do tempo para trabalhar, consumir, interagir em redes sociais virtuais, responder

¹ A universalização do tempo carrega suas graças: a passagem entre os anos 1999 e 2000 foi marcada pelo medo do “bug do milênio”, o temor de que os calendários dos computadores não estivessem concebidos para compreender a virada de dígitos, criando panes sistêmicas.

às demandas e fornecer dados. Mesmo que as jornadas de trabalho sejam longas e os ritmos urbanos presentes 24/24h, os cidadãos dormem, ainda que em momentos distintos, criando diástoles nos tempos das cidades.

A cidade na atualidade e a extração de recursos: a fábula da *smart city*

A relação entre cidade e conhecimento, ou melhor, a cidade como um centro de conhecimento, mostra-se uma entrada analítica fértil para compreendermos a cidade e a informação hoje. A cidade já foi considerada, em outros momentos, como “centro de cálculo”, conforme a denominação de Burke (2012 [2000], p. 83), ou seja, os locais onde a informação de diferentes regiões do mundo era transformada em conhecimento (mapas, estatísticas, textos, entre outros).

A cidade assumia a função de *lócus* da “sistematização” ou “processamento” da informação: compilar, checar, editar, traduzir, comentar, criticar, sintetizar (“resumir e metodizar”) eram funções urbanas que convergiam na materialidade da cidade. O autor destacava, nessa ancestralidade cidadina, a relevância da “geografia das bibliotecas” (BURKE, 2012 [2000], p. 76), locais fundamentais pela guarda e circulação da informação escrita, mesmo que ainda marcadas pela seletividade e em sociedades não-letradas. A título de exemplo, o autor nos revela que Paris teria 35 bibliotecas em 1692, enquanto a Biblioteca Imperial de Veneza multiplicou por oito seu acervo entre 1600 e 1680, passando de 10 mil para 80 mil volumes. As bibliotecas se tornam progressivamente maiores e mais importantes em meados do Séc. XV graças à banalização da impressão por tipos mecânicos de Gutemberg.

A grande cidade, hoje, possui uma relação mais complexa com o conhecimento e a informação: se a metrópole assume o papel de centro de processamento de conexões globais, as cidades em geral são, elas mesmas, um recurso incessante de dados cuja importância se apoia no fato de que a informação se tornou um fator produtivo. Nessa direção, uma palavra sobre a noção de *smart city* (ou “cidade inteligente”, em tradução direta), nos parece fundamental, uma vez que essa discussão evidencia a centralidade da cidade na fase informacional do capitalismo. Não há dúvidas de que a difusão de novas tecnologias informáticas seja um elemento condicionante de mudanças nos ritmos socioespaciais conduzindo a uma etapa superior da relação híbrida entre espaço e tempo, mas há que se ponderar sobre a vulgarização da noção de *smart city*, especialmente considerando as situações concretas das cidades dos países pobres, como o Brasil.

Trata-se de uma noção fluída – mais uma fábula ou uma metáfora do que uma realidade, para adotarmos a nomenclatura de Santos (2000, p. 18) – e com definições múltiplas que agregam um conjunto genérico de práticas ligadas às tecnologias informáticas aparentemente neutras, camuflando novos modelos de planejamento do território. Essencial recordar, por outro lado, que *smart city* é uma proposição corporativa registrada como marca pela americana IBM (*International Business Machines Corporation*), em 2011, e por ela popularizada (SÖDERSTRÖM; PAASCHE; KLAUSER, 2014). Em países centrais, proliferam planos de cidades digitais, verdadeiros laboratórios que colocam em contato as tecnologias corporativas com o funcionamento citadino. Buscam “gerir de maneira interdependente as diversas funções urbanas” (COURMONT, 2016, p. 22), com o uso generalizado de dados e recursos digitais para racionalizar a gestão e o planejamento urbanos (TOWNSEND, 2013).

Morozov e Bria (2019 [2018]) sintetizam bem a crítica à banalização desta noção, pois para ambos se trata de um movimento de vulgarização de novas tecnologias de gerenciamento controladas por empresas de tecnologia que reorientam seus modelos e bases de negócios. Mattern (2021, p. 21) vai além e observa uma correlação histórica entre os painéis de controle da Agência Espacial Americana (NASA) e os novos “centros de operação” e gestão urbana. Para a autora, a cidade entrou na era do “painel de controle”. Refletindo geograficamente sobre o tema, Rabari e Storper (2015) falam de uma “pele digital”, metáfora para representar os sensores implementados na cidade para extração de dados. Se adotarmos as categorias analíticas miltonianas, poder-se-ia falar da *smart city* como uma psicoesfera que prepara uma nova fase de expansão do meio técnico-científico informacional, processo que se faz presente no Brasil.²

A ausência histórica de direitos pelo uso do território (na cidade e no campo) no país não é resultado da ausência de tecnologias, apenas, mas da ausência de direitos. Para os homens do tempo lento que formam a “nação passiva”³ (SANTOS, 1999), a inteligência na cidade é mais importante do que a cidade inteligente, pois a flexibilidade tropical (SANTOS, 1994a, p. 73)

² O Projeto de Lei n. 976/2021, de autoria do Deputado Federal José Priante (MDB-PA), apresenta a proposta de instituição da Política Nacional de Cidade Inteligentes (PNCI), que seria um “espaço urbano orientado para o investimento em capital humano e social, o desenvolvimento econômico sustentável e o uso de tecnologias disponíveis para aprimorar e interconectar os serviços e a infraestrutura das cidades, de modo inclusivo, participativo, transparente e inovador, com foco na elevação da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos”. A leitura do PL traz à tona como as metáforas e as fábulas se traduzem em políticas irrealizáveis.

³ “A nação chamada passiva é constituída pela grossa maior parte da população e da economia, aqueles que apenas participam de modo residual do mercado global ou cujas atividades conseguem sobreviver à sua margem, sem participar cabalmente da contabilidade pública ou das estatísticas oficiais.” (SANTOS, 1999).

é a regra. Os debates sobre a *smart city* não se traduzem em maior densidade de cidadania ou na ampliação dos direitos ao uso do território, mas avançam na digitalização do espaço, banalizando as condições técnicas para a ação hegemônica das corporações que se apoiam em plataformas digitais e na extração dos recursos do território.

Da gestão do tempo e uso algorítmico do território

Bessin (1999, p. 3) já havia observado que as relações de dominação social passam pelo controle do tempo de outrem, especialmente no que tange ao trabalho, seja este produtivo ou não. Notadamente, o autor destaca como a divisão sexual do trabalho incorpora uma questão das relações sociais de gênero ao controle do tempo: as mulheres tiveram que se adaptar ao tempo dos outros (cônjuges, filhos, escolas, comércio, entre outros). A standardização do tempo social pelo relógio e o impulso da industrialização fundamentaram, em consequência, a racionalização do mundo moderno.

No pós-Segunda Guerra, para as sociedades ocidentais, o tempo do trabalho e a definição de “um emprego para toda a vida” se consolidaram. Contudo, nos anos 1970 as mutações sociais indicam o crescimento da flexibilidade temporal marcada pela instabilidade e incerteza, rearranjando rapidamente as relações sociais, familiares e a relação com o tempo de trabalho: a mudança de emprego, o desemprego e o trabalho em tempo parcial se tornam comuns e não se apontam apenas pelas questões de gênero.

A reflexão de Bessin (1999) sobre o tempo como uma questão de poder nos auxilia na compreensão da flexibilidade do emprego do tempo no mundo do trabalho contemporâneo. No centro da questão da flexibilidade, nos alerta o autor, encontra-se uma questão temporal: aquele que dispõe do tempo de outrem o domina. Como nos lembra Antunes (2020), a imbricação entre as dimensões financeiras e informacionais do capitalismo, particularmente nos setores industrial e de serviços, tem levado a uma diminuição progressiva da necessidade de trabalho vivo, substituído por trabalho morto: as máquinas, autômatos, robôs, e toda a parafernália informacional-digital adotada desde a “indústria 4.0” à prestação de serviços cotidianas.

Nessa direção, a relevância econômica dos setores de transporte e entrega se faz visível nas ruas das cidades, onde os automóveis e seus motoristas são cada vez mais numerosos, mesmo que sua presença seja mais discreta que a dos

motoentregadores e *bikeboys* com suas *bags* em cores e tamanhos que se destacam na paisagem urbana e revelam a face geográfica da uberização do trabalho (TOZI, 2017; 2020). Essas atividades apresentam longas jornadas laborais sob gestão algorítmica e geolocalizada, remuneração baixa e intermitente, ausência das garantias trabalhistas e transferência de parte significativa dos custos aos trabalhadores (responsáveis pelos seus instrumentos de trabalho e seus custos fixos de manutenção).

Logo, não há aleatoriedade, pois o controle do tempo pelas corporações depende do controle do espaço e ambos são o fundamento indissociável da exploração contemporânea do trabalho e da extração de renda dos lugares. Os serviços ofertados pelas plataformas digitais são *just-in-time* e *just-in-place* (TOZI; DUARTE; CASTANHEIRA, 2021, p. 8). Logo, o território é um fator produtivo para a extração diferencial de renda e pode-se mesmo falar das “plataformas digitais” como “plataformas territoriais” (TOZI, 2020, p. 491), pois essas corporações são dependentes do espaço historicamente construído. Os processos de digitalização das relações sociais, trabalhistas e de consumo sempre se manifestam territorialmente e reproduzem a relação centralidade-periferia que estrutura geograficamente a sociedade brasileira.

Essas preocupações expõem as questões geográficas sobre o espaço como uma dimensão do exercício do poder, especialmente a partir de Raffestin e Bresso (1979), cuja dimensão atual se traduz nas morfologias híbridas e informacionais de associar espaço e tempo, *real-time*. Os autores também colaboram para uma análise da transformação da matéria em recurso, debate que nos permite avançar teoricamente sobre a existência ou não de trabalho produtivo nas relações intermediadas por plataformas digitais. Como a informação é um recurso a ser extraído do território (RAFFESTIN; BESSO, 1979), o próprio território se transforma em recurso, para adotarmos a diferenciação proposta por Santos (1994b), a partir de Jean Gottmann.

O debate sobre as plataformas digitais, seus aplicativos e algoritmos (meios de produção digitais privados), ou sobre as *smart cities*, coloca em evidência os recursos, que são informações individuais de passageiros, motoristas, entregadores, usuários, consumidores e afins, organizadas em *big data*, isto é, em complexos e dinâmicos bancos de dados alimentados instantaneamente e ininterruptamente. Após serem tratados e sistematizados, esses dados subsidiam formas de gerenciamento algorítmico do trabalho e do território que são mais eficientes para as empresas. O resultado, para os trabalhadores, é a chegada de novas ordens territorialmente direcionadas, mesmo que camufladas

de sugestões (como melhores áreas e horários para trabalharem) ou metas. Assim, nesse processo, dados brutos se transformam em um valioso recurso contemporâneo, a informação.

Ao mesmo tempo, quando escolhem, no imenso território nacional ou em cada cidade, entre as áreas rentáveis e as áreas desprezáveis – ou as zonas luminosas e as zonas opacas, conforme Santos (1994a) –, essas corporações globais de informação não apenas consideram as desigualdades socioespaciais existentes, mas fomentam novas desigualdades a partir da informação. Enquanto no conjunto do território ocorre uma nova concentração da oferta de modos de transporte onde eles já eram proporcionalmente menos deficitários, na escala urbana duas questões se colocam: i) cria-se uma nova diferenciação geográfica entre centros e periferias, a partir da informação e da política territorial das corporações de plataforma; ii) as prefeituras municipais são tolhidas de exercer parte de sua responsabilidade constitucional de planejar e gerir o trânsito e a mobilidade, uma vez que não possuem acesso às informações estratégicas das empresas, por um lado, e não possuem capacidade de monitoramento dos milhares de veículos que realizam viagens por aplicativos. Uma nova racionalidade digital do tempo-espço se adensa nas cidades e o gerenciamento algorítmico do tempo e do espaço (mediados pelo trabalho e pelo consumo) se consoma como fato histórico no meio técnico-científico informacional.

Finalmente, de um modo de vista mais amplo, faz-se necessário compreender que a técnica, a política e o território compõem uma totalidade, pois a definição dos novos padrões tecnológicos e dos modos de deslocar-se influencia, também, os comportamentos, os valores sociais, a urbanização e a urbanidade, uma vez que as tecnologias são intermediárias que facilitam ou dificultam as maneiras pelas quais as pessoas e os lugares se comunicam e se reproduzem materialmente e simbolicamente. Por isso, em consonância com a proposta de Santos (1994b, p. 16), propomos pensar em um uso algorítmico do território, na medida em que o algoritmo, símbolo da fase de plataformização das relações socioespaciais, não é apenas um protocolo de funcionamento ou uma técnica neutra, mas um objeto informacional impregnado pela intencionalidade dos agentes que o desenvolveu.

Do ponto de vista técnico, ou de sua funcionalidade, os algoritmos são os conjuntos de ordens logicamente encadeadas visando instruções com finalidades definidas em objetos informáticos automatizados. Mas, ao se espalhar para o conjunto das sociedades, o algoritmo é um objeto técnico que intermedia as relações entre os humanos e os não-humanos. Nessa direção, concordamos com Sadin (2015) quando o autor, dialogando com Gilbert Simondon, nos

incita a refletir sobre a “razão digital” (*raison numérique*). Levando ao limite sua teorização, o autor reflete sobre uma sociedade na qual todas as decisões se tornam alheias aos indivíduos, pois tomadas por algoritmos.

Essa “vida algorítmica” plena, tanto quanto um uso algorítmico do território total, pertencem, ainda, à ficção, mas sua experimentação e sua banalização não cessam de se expandir, ainda que como uma fábula que rapidamente revela sua perversidade. Pensado com base no sistema de ideias miltoniano e de sua “filosofia das técnicas” (SANTOS, 1988), o algoritmo transpõe, para o território, a racionalidade corporativa de quem o coordena. Entre plataformas e aplicativos, o algoritmo aufere sentido ao uso, qualificando-o.

Considerações finais

A extração de recursos hoje é também imaterial, na medida em que os dados gerados por usuários, consumidores e objetos telemáticos podem, quando sistematizados e analisados, tornarem-se insumos produtivos e/ou uma mercadoria passível de venda. No processo de uberização do trabalho, por exemplo, a estrutura da formação socioespacial brasileira precisa ser levada em consideração nas análises sobre o novo mundo do trabalho. No Brasil, por outro lado, as formas de viração e os trabalhos não qualificados com longas jornadas, baixa remuneração e produtividade sempre foram a constante para uma parcela importante (senão a maioria) da população. O assalariamento e a formalidade, com as garantias adjuntas, são a realidade (inconstante) de uma parcela menor e decrescente. Essas concretudes estão na teoria dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1975), cujas variáveis analíticas são a técnica, a capitalização, a organização e a informação.

O processo de digitalização do espaço (algo além da “uberização” do trabalho) cria curtos-circuitos nessa situação e novas camadas de exploração são adicionadas ao cotidiano laboral. Igualmente, o peso dessa precarização digital recai sobre a população mais pobre e periférica, uma vez que o rebaixamento médio das condições de trabalho, que inclui também as parcelas das classes médias, “pesa” sob esses sujeitos.

A ausência de dados quantitativos primários e levantamentos estatísticos contínuos sobre essas novas formas de trabalho criam uma situação que tem ao menos quatro questões a serem enfrentadas: i) a sociedade como um todo desconhece a dimensão das mudanças que ela vive; ii) os pesquisadores não podem desenvolver pesquisas sobre esses temas; iii) os movimentos sociais e

os legisladores mais sensíveis ao tema não possuem argumentos quantitativos para justificar a regulação de novos setores; iv) as empresas se beneficiam da situação de desconhecimento para aprofundar suas ações visando a extração de recursos e a exploração de trabalhos.

A categoria meio técnico-científico informacional mostra-se central para a compreensão das sucessivas camadas de modernização material e informações (e digitalizações, a partir da fusão histórica entre ambas). O meio, historicamente, como o nome indica, é a intermediação dos sujeitos entre si e com os objetos, sejam elas naturais ou não. Os objetos, sem uso (sentido) são meras coisas, ainda que representem trabalho cristalizado e, portanto, estejam disponíveis à ação e constituam diferencialmente as condições da vida e da produção. Essa dimensão processual da realização tempo-espço, em Milton Santos, nos permite explicações coerentes sem, ao mesmo tempo, esvai-las das contradições e da sua superação.

Há, pois, um porto-seguro contra as armadilhas e camuflagens que a difusão das noções e metáforas que marcam o mundo das redes sociais virtuais e mídias nos propiciam, como aquela de que empresas “disruptivas” não poderiam ser enquadradas em regulações trabalhistas, tributárias e territoriais já existentes. Essa confusão no debate, especialmente no caso brasileiro, tem sido benéfica para as empresas que se definem “plataformas digitais”, pois aqui, ao contrário de outros países, elas têm sido eximidas das regulações, experimentando um lucrativo *laissez-faire*, *laissez-passer*. Ora, detrás da aparência da plataforma digital, que é um meio de produção digital e um intermediário técnico das relações socioespaciais, há uma corporação com finalidades de acumulação de capital. A aparência é, pois, tomada como sinônimo do fato.

Como nos lembra Badiou (2022, p. 5-9), a pandemia escancarou o quanto o “liberalismo” ocidental é radicalmente “autoritário” (aspas no original). Afinal, para o liberal moderno, prossegue o autor, liberalismo significa privatização universal e o autoritarismo reside no fato de que nenhuma possibilidade de economia coletivizada seja possível. A pandemia aproximou ainda mais, por exemplo, as políticas públicas de saúde das grandes corporações farmacêuticas globalizadas.

As tecnologias da informação, a *internet*, os *smartphones* e as outras invenções ocidentais, defendidos à exaustão como “revoluções”, são atualizações técnicas das “conservações” típicas das sociedades disciplinares e de controle ocidentais e da sua *expertise* em docilizar os corpos e os espíritos, como destrinchado por Foucault (2004). Sempre importante esclarecer esses pontos, para evitar os historicismos que atribuem à formação socioespacial chinesa a concepção dos sistemas de vigilância digital.

Finalmente, a proposta aqui aventada, aquela de se pensar o uso algorítmico do território seria uma forma de pensar a categoria miltoniana de território usado seguindo os pressupostos do seu método: atentar-se ao presente como concreto-pensado em um período histórico que consolida o meio técnico-científico informacional.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BADIOU, A. *Remarques sur la désorientation du monde*. Paris: Gallimard, 2022.
- BESSIN, M. Le temps, une question de pouvoir. *Revue Mouvement*, n. 2, jan/fev 1999. Dossier Flexibilité: travail et vies en morceaux,.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012 [2000].
- COURMONT, A. *Politique de données urbaines*. Ce que l'open data fait au gouvernement urbain. Thèse (Doctorat en Science Politique). École Doctorale de Science Po, Paris, 2016.
- CRARY, Jonathan. *24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016 [2013].
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- LASH, S. *Critique of information*. London: Sage, 2002.
- MATTERN, S. *A City Is Not a Computer*. Other Urban Intelligences. Princeton: Princeton University Press, 2021.
- MOROZOV, E; BRIA, F. *A cidade inteligente – Tecnologias urbanas e Democracia*. São Paulo: Ubu Editora, 2019 [2018].
- RABARI, C; STORPER, M. The digital skin of cities: urban theory and research in the age of the sensed and metered city, ubiquitous computing and big data, *Cambridge Journal of Regions Economy and Society*, v. 8, 1, p. 27-42, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsu021>. Acesso em: 1 jun. 2022.
- RAFFESTIN, C.; BRESSO, M. *Travail espace pouvoir*. Lausanne: Age Homme, 1979
- SADIN, É. *La vie algorithmique: critique de la raison numérique*. Paris: Éditions L'Échappée, 2015.
- SANTOS, M. *L'espace partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M-Th. Génin Librairies Techniques, 1975.
- SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica, *Terra Livre*, n. 5, p. 9-20, 1988.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994b.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Nação ativa, nação passiva. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! Brasil, nov. 1999, 500 d. C., 21.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SÖDERSTRÖM, O.; PAASCHE, T.; KLAUSER, F. Smart cities as corporate storytelling, *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, v. 18, n. 3, p. 307-320, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13604813.2014.906716>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TOZI, F. Uso do território brasileiro por empresas globais de transporte por aplicativos: as estratégias de ação da Uber e as tensões advindas das resistências locais e regionais. In: ENANPEGE, XII, 2017, Dourados. *Anais [...]*. Dourados: ANPEGE, 2017. v. 1, p. 10270-10281. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *GEOUSP Espaço e Tempo*, v. 24, n. 3, p. 487-507, 2020.

TOZI, F.; DUARTE, L. R.; CASTANHEIRA, G. R. Trabalho precário, espaço precário: as plataformas digitais de transporte e os circuitos da economia urbana no Brasil. *Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XXV, n. 252, n.p., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1344/ara2021.252.33968>. Acesso em: 22 mar. 2021.

TOWNSEND, Anthony M. *Smart cities: big data, civic hackers, and the quest for a new utopia*. New York: W.W. Norton & Company, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, M. O tempo nas cidades *Ciência e Cultura*, v. 54, n. 2, p. 21-22. 2022. [Transcrição da conferência do autor na mesa-redonda “O tempo na Filosofia e na História”, promovida pelo Grupo de Estudos sobre o Tempo do Instituto de Estudos Avançados da USP em 29 de maio de 1989. A transcrição completa foi publicada na Coleção Documentos, série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2, em fevereiro de 2001. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020. Acesso em: 29 maio 2022.

COMO CITAR

TOZI, Fábio. Digitalização do espaço e uso algorítmico do território. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 265-276.



QUINTA PARTE

O TERRITÓRIO COMO LIMITE À AÇÃO CEGA DAS FINANÇAS

Milton Santos: uma luz que continua acesa

Ladislau Dowbor

*O mercado torna-se tirânico e
o Estado tende a ser impotente.*
(Milton Santos, 2003, p. 194)

Escrever sobre Milton Santos traz de imediato, à memória, a imensa simpatia do personagem. Silhueta grande, risonha, de gargalhada fácil, e dono de uma imensa respeitabilidade científica mundial. É um personagem. No exílio durante os governos militares, eu fiz o doutorado na Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, e pesquisando na biblioteca encontrei textos de Milton Santos. A Polônia socialista se dava ao luxo de disponibilizar textos originais, em português, de Celso Furtado, de Caio Prado Júnior, de Buarque de Holanda, de Orlando Valverde, de Paulo Freire e de outros cientistas de primeira linha. Lembro de ter encontrado Orlando Valverde na PUC de São Paulo, falei de como utilizei os seus textos na Polônia, os estudos sobre a economia do café. Ficou encantado da Polônia ter essa política de acesso a textos originais do Brasil. Mas os trabalhos de Milton Santos me impressionaram muito, pela articulação das dimensões geográfica, econômica, social e política: um exemplo de análise integrada.

Voltando do exílio, em 1981, foi uma das primeiras pessoas que procurei, para umas consultorias na África, no quadro dos projetos da ONU que eu coordenava, e depois na Nicarágua, onde fez um estudo muito impressionante sobre a cidade de



Manágua. Essa cidade sofreu um terremoto forte que destruiu o centro da cidade, deixando os bairros em círculo em torno de um vazio onde pastavam vacas, e sobraram algumas árvores. Esse estudo, sobre como rearticular uma cidade que perdeu o seu núcleo articulador, teve grande sucesso junto ao governo, e gerou uma grande amizade entre nós, já que eu trabalhava havia anos no conceito do resgate da economia e da política a partir do nível local. Ele dizia que o meu livro *A formação do capitalismo no Brasil* dava a dimensão adequada à questão da organização territorial.

De volta na PUC, organizamos um curso interdisciplinar intitulado *Os Desafios da Globalização*, em que Milton Santos discutiu não só as dimensões do território e dos “circuitos superior e inferior”, mas também do racismo e da desigualdade, tema que hoje reencontro no magistral estudo de Mário Teodoro, *A Sociedade Desigual*. O livro que organizamos, com a colaboração também de Octávio Ianni, de Paulo Freire, de Paulo-Edgar Resende e outros pesquisadores de primeira linha, gerou entusiasmo. Em vez de um livro juntar várias visões de economistas, aqui o tema da globalização foi estudado no aspecto do território, da economia, da cultura, do direito e assim por diante. Interdisciplinaridade aplicada. Foram anos de colaboração, e recordo a figura com imenso carinho e simpatia, inclusive da sua esposa Marie Hélène.

Queria passar agora para uma dimensão mais científica, digamos assim, mas não podia deixar, nesta comemoração e rememoração do Milton Santos, de começar por estas linhas pessoais: a ciência é apenas uma parte de nós, e o afeto, felizmente, predomina.

* * *

Milton Santos, muito mais que geógrafo, tinha a compreensão de como espaço, ciência e técnicas interagem, se complementam, e geram resultantes imprevistas que transformam o mundo. Não são transformações que desenhamos e construímos racionalmente, mas mudanças caóticas, frutos dos desajustes entre as tecnologias que aceleram, e instituições que se tornam obsoletas; entre uma economia que se globaliza, e os instrumentos políticos que continuam fragmentados em nações; entre regras do jogo desenhadas para a era industrial, e as forças produtivas que evoluíram para o imaterial; entre a democracia política e a oligarquia econômica. São tempos diferentes, territorialidades diferentes e desajustadas. No centro das análises que nos deixou Milton Santos, está o estudo das dinâmicas, das transformações, muito mais do que do “estado das coisas”.

A compreensão do ritmo avassalador das transformações que vivemos, constituindo o que ele chamou de “aceleração contemporânea”, constitui um aporte que torna as suas análises fundamentais para a economia, as ciências sociais, a política, o direito. “Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com o uso de novos materiais e de novas formas de energia, o domínio mais completo do espectro eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 e 1984), a expansão urbana e a explosão do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras. Mas, sobretudo, causa próxima ou remota de tudo isso, a evolução do conhecimento, maravilha do nosso tempo que ilumina ou ensombrece todas as facetas do acontecer” (SANTOS, 2003):

Estamos todos tentando ver na neblina o que o futuro nos traz. Mas quando há numerosas mudanças em conflito, a resultante é simplesmente imprevisível. Podemos, isso sim, nos prevenir, favorecer as ações que mais permitam equilibrar o nosso desenvolvimento. Os desafios são claros: a desigualdade em primeiro lugar, que está não só reduzindo bilhões de pessoas ao sofrimento, à angústia de não saber o seu amanhã, como gera a multiplicação de conflitos e a erosão das democracias. Também estamos causando uma catástrofe ambiental, que está se aproximando rapidamente do ponto de não-retorno. E os recursos tecnológicos e financeiros de que dispomos amplamente estão sendo desviados para atividades especulativas, concentração de riqueza e renda, exploração irresponsável de recursos naturais. Tornámo-nos sistemicamente disfuncionais. O conceito de “catástrofe em câmara lenta” que tem sido utilizado, se aplica plenamente.

Não é falta de saber o que deve ser feito. Precisamos de uma sociedade economicamente viável, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável. Este é o tripé, o “triple bottom-line” aceito internacionalmente como “norte” fundamental que deve orientar as nossas ações. Atualmente esta visão está detalhada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, com as 169 metas. E não faltam recursos financeiros: Os 90 trilhões de dólares, PIB mundial, bens e serviços produzidos anualmente no mundo, equivalem a 20 mil reais por mês por família de 4 pessoas. O cálculo equivalente no Brasil representa 13 mil reais por mês por família de 4 pessoas.

Nosso problema não está nem na falta de recursos, nem na insuficiência de tecnologias ou em saber o que e como deve ser feito. É uma impotência institucional, incapacidade política de tomar as medidas necessárias. O processo decisório da sociedade foi apropriado por grandes corporações financeiras globais, que controlam inclusive as decisões governamentais, resultando na

paralisa de qualquer medida de se orientar as políticas para o desenvolvimento sustentável.

Para utilizar as categorias de “circuito superior” e “circuito inferior” de Milton Santos, parece claro que o desenvolvimento econômico sustentável – inclusivo, participativo e democrático – não é promovido só de cima, ou só de baixo, mas resulta da articulação inteligente dos diferentes potenciais. O “circuito superior” da economia assumiu um poder avassalador, entrando numa espiral que lhe assegura imensas vantagens no curto prazo, mas que é autodestrutivo no médio e longo prazo. A necessária recuperação de equilíbrio situa-se, hoje, na área do “circuito inferior”, que apresenta um imenso potencial não só em termos produtivos, mas também de redução das desigualdades herdadas, através da inclusão socioprodutiva com sustentabilidade.

O desenvolvimento local sempre foi visto como processo que ‘chega’ a uma região ou desce de esferas superiores, sob a forma de investimentos públicos ou instalação de empresas privadas. A modernização, no sentido amplo de geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, resgate do equilíbrio ambiental, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser vista como dinâmica que vem de fora e que a comunidade espera de forma passiva.

Décadas de experiências com projetos de desenvolvimento comprovam, no entanto, que a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação. O desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. É uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social.

Em diversos países, inúmeros municípios, regiões, comunidades, cidades – as diferentes subdivisões que compõem os territórios locais – se deram conta desta dimensão do desenvolvimento. Construíram espaços de mobilização democrática e produtiva, onde os atores sociais – administrações públicas, empresas, sindicatos, organizações da sociedade civil – se organizam para mobilizar o potencial local. Deixaram de esperar, arregaçaram as mangas e já dinamizam um conjunto de atividades, partindo de novos pactos e arranjos sociais e da mobilização dos recursos disponíveis. Os aportes externos são importantes, mas devem existir como complementos a uma dinâmica que pertence à própria sociedade local. A inclusão produtiva precisa de raízes locais.

Durante a gestão do Presidente Lula foram desenvolvidos esforços importantes de inclusão e mobilização na base da sociedade. O programa Bolsa

Família atingiu mais de 45 milhões de cidadãos, um quarto da população do país. A capacidade de compra do salário mínimo aumentou de forma significativa durante o período, melhorando a situação de uma grande massa de assalariados e de aposentados. Foram gerados aproximadamente 18 milhões de empregos formais. O programa Territórios da Cidadania investiu 20 bilhões de reais em 120 regiões do país. O Luz Para Todos incluiu mais de 15 milhões de pessoas. O saneamento básico teve seus recursos triplicados, atingindo diretamente a população de mais baixa renda. A abertura de espaço nas universidades para jovens de poucos recursos criou novo alento na comunidade mais pobre, as cotas permitiram abrir algumas brechas no racismo estrutural do país.

O Brasil tinha começado a colher bons resultados no combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda. A década de 2003 a 2013 teve um crescimento médio de 3,8% ao ano, apesar da crise mundial de 2008. Os ataques ao modelo inclusivo começaram com as manifestações em 2013, o caos gerado com a “Operação Lava Jato” e a guerra política de 2014, levando à paralisação do desenvolvimento que o país ainda sofre em 2022, nono ano de estagnação econômica e de dramas sociais. Em 2021, o Brasil que em 2012 tinha sido tirado do mapa da fome pela FAO, apresenta a tragédia social de 19 milhões de pessoas passando fome, e 116 milhões em insegurança alimentar. Apenas dois setores da economia estão crescendo, a exportação de bens primários, como minérios, soja e carne, e a intermediação financeira: nunca *traders* de commodities e os bancos ganharam tanto dinheiro, em plena paralisação da economia. O Brasil está se desindustrializando, voltando à dependência neo-colonial, e com um nível tecnológico de exploração mais elevado.

Para que se recupere o desenvolvimento sustentável, é imprescindível articular e generalizar novos passos de inclusão produtiva. No momento em que a candidatura progressista se prepara para, em 2023, implementar políticas abrangentes de incorporação da grande massa de excluídos do desenvolvimento nacional, é importante olhar para o conjunto de ações que brotam da própria iniciativa local, definindo mecanismos para estimulá-la, ou ainda para reduzir os entraves.

Não se trata de uma alternativa entre dar o peixe ou ensinar a pescar. Ninguém consegue pescar passando fome. Mas se trata de municiar as comunidades para que possam participar de forma ativa no crescimento nacional, mediante iniciativas autônomas de desenvolvimento local, capazes de gerar, junto com os programas de redistribuição, as dinâmicas de inclusão econômica e social.

Do ponto de vista das comunidades, dos 5.570 municípios do país, o que se sugere é uma profunda mudança de enfoque. Trata-se de trocar a pergunta “*o que o governo pode fazer para o local?*”, por “*como o governo pode apoiar iniciativas tomadas pela própria base*”, empoderando das comunidades. Do ponto de vista das diversas instâncias de governo, das instituições públicas ou privadas de apoio, da própria academia, trata-se de entender que articulando as suas iniciativas com as que as comunidades assumem como suas, a produtividade dos esforços aumenta, maximizando resultados. O protagonismo dos municípios e das comunidades na base da sociedade constitui um imenso potencial de dinamização do conjunto do país. Como sabemos, a Constituição de 1988 descentralizou encargos, mas a alocação de recursos continua sendo decidida em Brasília, e em grande parte no exterior.

É corrente a convicção, em setores das elites brasileiras, de que as pessoas na base da sociedade representam um ônus. Na realidade, é preciso reconhecer que essas pessoas foram privadas das oportunidades a que têm direito, e que oportunidades se organizam e geram efeitos multiplicadores. Apostar na capacidade produtiva da base social do país é essencial no atual desafio histórico de reconstrução nacional, assim como é essencial eliminar os entraves que impedem esse potencial de se materializar. Os pobres não vivem em situação precária por falta de criatividade ou vontade, mas por insuficiência e pouca articulação dos sistemas de apoio. No Brasil, o que temos é uma política ativa de exclusão.

Existe no país um sólido sistema de fomento à grande empresa. Os grandes produtores rurais contam com mecanismos amplos de apoio, tanto financeiro, como de abertura de mercados no exterior. Pela própria escala de produção, os grandes grupos industriais têm como contratar consultorias especializadas para a renovação tecnológica, ou planejar campanhas publicitárias para divulgar seus produtos. Para os pequenos, existem iniciativas pontuais, mas nada que possa se comparar, nada que possa ser qualificado efetivamente como uma verdadeira política nacional de apoio ao desenvolvimento local. Trata-se de liberar os potenciais que existem, retirando entraves.

Quando se pensa numa empresa, se pensa numa unidade de grande densidade organizacional. Não se pode imaginar uma economia que seja produtiva sem que as suas empresas o sejam. Da mesma forma como a economia se apoia num conjunto de empresas, o desenvolvimento do país precisa se apoiar em unidades territoriais básicas, que têm de ser administradas de forma racional e produtiva. Na realidade, os municípios constituem os blocos com os quais se constrói o país. Ainda que as instâncias superiores de gestão sejam importantes, criando grandes infraestruturas, assegurando equilíbrio macroeconômico e

desenvolvendo políticas tecnológicas, todo esse empenho deve se materializar em territórios bem geridos, de forma inteligente, democrática e participativa pelos atores locais.

Por mais esforços que se faça no plano federal ou estadual, quem tem de pôr ordem na própria casa, em última instância, é o município, o espaço onde os atores sociais conhecem os seus problemas, podem se articular de forma criativa, organizando os seus sistemas de informação e monitorando-os. A questão chave que se coloca é a seguinte: como ajudar os 5.570 municípios que estão na base do país a se administrarem de forma competente? Isto porque, melhorando a capacidade de gestão na base do país, avança não apenas a produtividade local, mas também a produtividade sistêmica do conjunto de agentes econômicos e sociais. Ao assegurar apoio descentralizado ao pequeno produtor e aos processos participativos de gestão local, se contribui para a própria democratização dos processos locais de decisão.

No conjunto, é necessário que chegue mais apoio. É necessário também que o apoio seja menos fragmentado e mais integrado no nível local. É preciso assegurar, no entanto, que esse apoio não substitua, mas fomente a apropriação local do processo de desenvolvimento. É preciso também formar pessoas para que os recursos sejam melhor aproveitados. Trata-se de gerar soluções institucionais menos rígidas, facilitando a estruturação de consórcios intermunicipais, de parcerias entre os diversos setores, de conselhos, foros e agências de desenvolvimento. A Prefeitura e a Câmara de Vereadores formam apenas parte do universo.

Menos burocracia, mais instrumentos e meios, mais flexibilidade na gestão, mais participação organizada dos atores locais, mais formação e informação, soluções que apontem para o pleno emprego e para a sustentabilidade do processo. E em particular, a descentralização dos recursos. A questão do desenvolvimento equilibrado não será resolvida apenas com as guerras políticas e financeiras de Brasília.

Por que insistir na dimensão territorial – gestão local, de regiões ou de microrregiões – do desenvolvimento, quando já existem sistemas setoriais de apoio como o Senac para o comércio, a Embrapa para a pesquisa agrícola, escolas técnicas para a formação profissional e numerosas outras unidades de apoio? Porque a produtividade sistêmica exige integração e coerência no conjunto do processo, e não adianta assegurar formação profissional se não houver recursos para investimentos que gerem empregos, assim como não será suficiente o investimento se não houver apoio tecnológico. A sinergia dos esforços é essencial.

Toda empresa busca alocar racionalmente os fatores de produção. Para aprender a fazê-lo, existem os cursos de administração de empresas, que ensinam como gerir de maneira integrada e eficiente o conjunto dos recursos disponíveis. De forma semelhante, a unidade territorial deve aprender a otimizar o uso dos seus recursos naturais, humanos, sociais, culturais e econômicos. E sempre de forma democrática, pois os membros da comunidade, neste caso, são os donos do empreendimento.

É viável se pensar a cidade como espaço de acumulação? Podemos sem dúvida pensar uma empresa como unidade de acumulação, e os gestores de uma empresa têm à sua disposição um conjunto de técnicas para assegurar que os recursos disponíveis sejam plenamente utilizados, que as diversas atividades empresariais formem um conjunto coerente, que os processos e ritmos dos diversos departamentos sejam compatíveis. Ou seja, a empresa proclama a mão invisível, mas apenas lá fora. Dentro da empresa, impera a racionalidade por vezes opressiva, por vezes hipócrita, por vezes corrupta, e muitas vezes simplesmente eficiente, mas no conjunto ninguém nega a necessidade de uma gestão racional.

O município pode ser gerido racionalmente? A própria prefeitura é uma unidade gestora, e presta contas. Mas uma cidade, com o seu contorno rural, pode ser vista como espaço de processos coerentemente articulados e integrados, visando uma produtividade sistêmica elevada? Em outros tempos, o problema não aparecia como relevante, pois havia população urbana apenas em algumas capitais, e o grosso da população constituía população rural dispersa. O resultado era que governo era coisa da capital, onde famílias ricas acumulavam a direção empresarial e a direção política. Hoje o Brasil tem 87% de população urbana, em 5.570 municípios que constituem a unidade básica de organização política, econômica, social e cultural. A Constituição de 1988 concedeu autonomia aos municípios. É possível se pensar a racionalidade do conjunto – o país – sem resgatar a coerência interna das unidades básicas, os municípios?

Esta visão constitui um deslocamento de perspectiva. De certa maneira, deixamos de olhar o município como o lugar distante onde os projetos do governo central ou as iniciativas da grande empresa devem *chegar*, para considerar o município como bloco básico de construção do conjunto. Uma economia poderia funcionar bem se as suas empresas fossem geridas de forma caótica? Adotando o mesmo raciocínio para a nação, podemos nos perguntar se é viável uma racionalidade nacional sem se promover a racionalidade do conjunto das unidades que a compõem.

Em particular, ao se deslocar boa parte das iniciativas do desenvolvimento para o nível local, aproxima-se a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, enfrentando em particular a questão das periferias urbanas que se tornaram a forma dominante de manifestação da nossa tragédia social.

John Friedmann coloca com clareza a mudança de foco em termos tanto de objetivos como de mecanismo correspondente de regulação que a territorialização exige: “O modelo *mainstream* de crescimento econômico expressa o anseio do capital global por uma economia ‘sem fronteiras’ na qual não haja nem interesses organizados nem poderes intermediando os centros de decisão corporativa por um lado, e trabalhadores e consumidores individuais por outro. Na ideologia do capital, este tipo de economia se chama ‘livre’. Reduz os interesses territoriais a um mínimo de ‘lei e ordem’, como assegurar o respeito aos contratos e a manutenção da ordem nas ruas. Esta visão traz também a expectativa que os Estados territoriais lidarão da melhor forma que puderem com as consequências sociais do investimento privado e das decisões produtivas, tais como o esgotamento de recursos, desemprego, pauperização, poluição, desflorestamento e outros problemas das ‘áreas comuns’. A territorialidade chama a nossa atenção para o ambiente físico: a base de recursos da economia, o valor estético de paisagens tradicionais, e a qualidade de vida no ambiente construído onde têm lugar todas as nossas ações e que afetam a nossa vida, direta e indiretamente” (FRIEDMANN, 1992, p. 31, 35).

Friedmann coloca com força a compreensão de que além da regulação empresarial e da regulação governamental, existe um processo de regulação crescente na base da sociedade, a partir do local onde as pessoas vivem, na linha do que chamou de “*participatory governance*”. “Um desenvolvimento alternativo é centrado nas pessoas e no seu ambiente, mais do que na produção e nos lucros. Da mesma forma que o paradigma dominante aborda a questão do crescimento econômico na perspectiva da empresa, que é o fundamento da economia neoclássica, um desenvolvimento alternativo, baseado como deve ser no espaço de vida da sociedade civil, aborda a questão da melhoria das condições de vida e das vivências na perspectiva do domicílio”.

Estes objetivos nos levam ao conceito de articulação da regulação local com o poder do Estado. “Apesar de apontar para uma política localmente enraizada, um desenvolvimento alternativo requer um Estado forte para implementar as suas políticas. Um Estado forte, no entanto, não precisa ser pesado no topo, com uma burocracia arrogante e enrijecedora. Será mais bem um Estado ágil e que responde e presta conta aos seus cidadãos. É um Estado que se apoia

amplamente numa democracia inclusiva na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo, organizado nas suas comunidades” (FRIEDMANN, 1992).¹

Com isto a participação comunitária, através do seu envolvimento direto nos assuntos da gestão racional dos recursos localmente disponíveis, aparece como um mecanismo regulador complementar, acrescentando-se ao mercado que constitui o mecanismo regulador dominante do setor empresarial, e ao direito público administrativo que rege a ação dos órgãos do Estado. Como a qualidade de vida da comunidade representa em última instância o resultado que se quer do desenvolvimento, a demanda organizada da comunidade passa a constituir o “norte” orientador, para a produtividade sistêmica, da mesma forma como a demanda do consumidor individual o foi para os processos produtivos empresariais.

Os trabalhos de Robert Putnam trouxeram fortes avanços neste plano, pois mostram a que ponto os mecanismos participativos não só complementam a regulação do Estado e do mercado, como constituem uma condição importante da eficiência destes mecanismos. O capital social aparece como fator importante da qualidade da governança de um território determinado. O estudo sobre a Itália já se tornou um clássico, mas é sobretudo na análise dos Estados Unidos que Putnam mostra a importância da capacidade de organização da sociedade em torno aos seus interesses – a dimensão participativa da regulação econômica e política – como um elemento chave da racionalidade do desenvolvimento em geral (PUTNAM, 2000).²

Do ponto de vista da teoria econômica, o processo em si é interessante, pois fomos gradualmente passando da visão do *capital físico* acumulado que ainda ocupa o papel central em *O Capital* de Marx, para uma compreensão do papel maior do *capital financeiro*, evoluindo para a recente tomada de consciência da importância do *capital natural* que estamos esgotando no planeta, a compreensão mais ampla do *capital humano* que se tornou crucial com os avanços tecnológicos, e do *capital social* que representa de maneira mais ampla a maturidade e coesão do tecido social que sustenta o conjunto. A progressão ao mesmo tempo reflete a ampliação do conceito de economia, e a articulação da ciência econômica com

¹ O conceito de “empowerment” tem sido traduzido de forma óbvia por *empoderamento*, e já foi apropriado na nossa literatura, tal como *empoderamiento* na literatura hispânica. Note-se que Friedmann trabalha com o conceito de desenvolvimento local, mas na perspectiva de territorialidades (no plural) articuladas (ver FRIEDMANN, 1992, p. 133 para as definições correspondentes). Estamos além de um “*O negócio é ser pequeno*”.

² O seu estudo sobre a Itália, *Making Democracy Work*, foi traduzido no Brasil como *Comunidade e Democracia*.

as outras ciências sociais. O conceito de capital social está sem dúvida na moda neste momento, mas na realidade o importante é compreender a necessidade de se organizar a alocação racional de capital no sentido mais complexo.³

A visão tradicional seria de que os municípios constituem a base de uma pirâmide, e esta “verticalidade” teórica está profundamente ancorada nas nossas convicções. Na realidade, as novas orientações apontam para a articulação horizontal dos atores sociais dentro do município, e para as formas intermunicipais de gestão (por exemplo consórcios intermunicipais de saúde, comitês de bacias hidrográficas, conselhos regionais de desenvolvimento, redes de cidades-irmãs), permitindo articulações regionais complexas. O resultado é que as próprias comunidades deixam ser “pequenas demais” para serem viáveis, pois podem se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades. O ponto chave aqui, é a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas, que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento.

Isto muda profundamente o que poderíamos chamar de cultura do desenvolvimento. Uma comunidade deixa de ser um receptor passivo de decisões longínquas, seja do Estado que vai “doar” um centro de saúde, ou de uma empresa que chegará e poderá “dar” empregos. O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos. A cidadania política é complementada pela cidadania econômica, e gera-se o sentimento de apropriação e domínio da sua própria realidade.⁴

Uma dimensão importante deste processo é a mudança do paradigma da comunicação. “O espaço está morto” comenta um articulista americano, ao ver a conectividade planetária instantânea dos que trabalham com aplicações financeiras. É um exagero evidente, as pessoas ainda moram numa cidade concreta, olham o pôr do sol na beira de um rio concreto. Mas o fato da informação estar instantaneamente disponível em qualquer parte do planeta muda drasticamente o nosso universo de reflexão. O município de Pirai, no

³ É a visão que desenvolvemos em *O pão nosso de cada dia: opções econômicas para sair da crise* (DOWBOR, 2021) partindo da compreensão de que a *reprodução do capital* constitui apenas um segmento – ainda que central – do processo de desenvolvimento. Passamos assim a ver o desenvolvimento como articulação das diversas formas de capital em territórios diferenciados e complementares.

⁴ Um aporte interessante neste plano é o de Bruno Frey e Alois Stutzer, que no seu estudo sobre felicidade e economia, insistem na importância relativa do *processo* pelo qual chegamos a resultados econômicos. O sentimento de apropriação, de ser sujeito criativo de um processo, constitui frequentemente uma motivação mais importante do que apenas o *resultado* (*output*) sob forma de vantagens econômicas (FREY; STUTZER, 2002).

interior do Estado do Rio, criou um sistema público de acesso banda larga na internet para todos. Foi um pequeno investimento público, mas representou um grande fator de produtividade para as empresas e comércios locais, que passaram a se relacionar com fornecedores e consumidores em escala muito mais ampla. A taxa um pouco mais elevada paga pelos empresários permitiu generalizar o acesso banda larga até nos bairros mais pobres.

O impacto de inclusão digital foi profundo, mas o interessante é que a generalização da conectividade permitiu melhorar a produtividade de todos os atores sociais do município, das escolas, do sistema de saúde e assim por diante. A experiência constitui uma forte ilustração de como podem ser articulados os espaços global, regional e local, através das formas modernas de conectividade, num processo em que a comunidade é dona do seu próprio processo de desenvolvimento, em vez de aguardar que uma multinacional abra um *resort*.⁵

A convergência teórica mencionada aponta assim para um conjunto de estudos centrados nos diversos vetores que constroem a modernidade. Os trabalhos de Manuel Castells (1996) sobre a *sociedade em rede* apontam para a facilidade maior desta regulação local aproveitando a conectividade horizontal do conjunto de atores sociais que participam do processo de desenvolvimento. Os estudos de Pierre Lévy (1994) sobre a *inteligência coletiva* permitem vislumbrar uma sinergia de esforços sociais através da convergência das informações e dos conhecimentos de uma comunidade territorial articulada com comunidades virtuais. Os trabalhos de Ignacy Sachs (2003), partindo da preocupação da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, evidencia a importância dos recursos subutilizados – herança das discussões sobre planejamento econômico na Polônia socialista, tempos de Lange e Kalecki – que existem em cada localidade.

Voltamos aqui, de certa maneira, ao nosso ponto de partida, da visão que Milton Santos nos trouxe do território e da sua importância na construção de novas dinâmicas produtivas. Outro nordestino, Celso Furtado, nos trouxe a visão de uma ciência econômica propositiva, que aponta o caminho de construção dos resultados que queremos, em vez de nos perdermos em prognósticos sobre a nervosidade do mercado financeiro. Outro ainda, Paulo Freire, nos trouxe

⁵ O projeto Pirai Digital resultou de uma parceria entre o município e a Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Professor Franklin Coelho. Hoje vários municípios da região estão seguindo o exemplo, e criando um eixo digital integrado regional. Este enfoque, de se gerar com serviços públicos iniciativas que tornam todos os atores sociais mais produtivos, generalizando *economias externas*, é estudado de maneira sistemática por Carlos Trigilia (2005).

a visão da imensa importância da cultura nos processos de mudança. Todos trabalharam com os desafios apontados por Josué de Castro. Da terra pobre nasceram as mais ricas visões.

O resultado, evidentemente, deve ser a nossa prosaica qualidade de vida, numa visão sustentável. Paulo Freire dizia simplesmente que queria “uma sociedade menos malvada”. A imagem da qualidade de vida nos remete a um bairro agradável, com razoável prosperidade, saúde, riqueza cultural, equidade e segurança: grande parte destas coisas se organiza localmente, e ter uma economia gerida por resultados implica que estes resultados sejam em grande parte determinados pelas comunidades criativas e diferenciadas que temos, e não necessariamente reproduzindo um modelo padrão decidido em cima. Assim, ao associarmos desenvolvimento local com o conceito de cultura do desenvolvimento estamos apontando para uma reconciliação entre a democracia política e a democracia econômica. O possível outro mundo vai exigir também uma outra ciência econômica, que incorpore estas dimensões.⁶

Na minha visão, resgatar o potencial econômico da gestão local não envolve apenas eficiência de gestão, envolve também colocar uma parte maior da economia na escala onde as pessoas têm sobre ela um controle maior, resgatando assim o controle sobre as suas próprias vidas. Uma economia que passa a pertencer ao cidadão abre mais espaço para uma cidadania política real.

⁶ Essa visão foi desenvolvida em particular na pesquisa *Política Nacional de apoio ao desenvolvimento local*, com 89 propostas práticas de dinamização do desenvolvimento pela base da sociedade (DOWBOR, 2009).

REFERÊNCIAS

DOWBOR, L. et al. (org.). *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2009. Disponível em <https://dowbor.org/2009/06/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-2009.html>

DOWBOR, L. *Pão nosso de cada dia: opções econômicas para sair da crise*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. Disponível em: https://dowbor.org/wp-content/uploads/2021/09/paonossodecadadia_comcapa.pdf

CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Blackwell: Oxford, 1996.

FREY, B.S.; STUTZER, A. *Happiness and Economics*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

FRIEDMANN, J. *Empowerment: the politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell, 1992.

LÉVY, P. *L'intelligence collective*. Paris: Découverte, 1994.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

SACHS, I. *Inclusão Social pelo Trabalho*. Rio de Janeiro: Garamond; Sebrae, 2003.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P-E. (org.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TRIGIGLIA, C. *Sviluppo Locale*. Un progetto per l'Italia. Roma: Laterza, 2005.

COMO CITAR

DOWBOR, Ladislau. Milton Santos: uma luz que continua acesa. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 279-292.



As finanças e o espaço geográfico: considerações a partir da obra de Milton Santos

Fabio Betioli Contel

Introdução

A obra de Milton Santos tem a dimensão de sua própria envergadura intelectual. Ao todo, redigiu 50 livros de autoria própria, 14 como editor/organizador, além de cerca de 350 artigos publicados em livros e revistas de prestígio nacional e internacional. Recebedor de 21 títulos de doutor honoris causa de diferentes universidades – brasileiras e estrangeiras –, Milton Santos teve ainda em vida um reconhecimento que parece fazer jus às suas contribuições seminais para a geografia e as ciências sociais brasileiras.

Dentre suas diversificadas preocupações intelectuais, o tema das finanças é presente em partes centrais da obra, sobretudo a partir de seu grande livro *O espaço dividido*, publicado originalmente em 1975 na França.¹ Desde então, as dinâmicas financeiras passam a ser sistematicamente tratadas em suas publicações, e ganham um protagonismo na mesma medida em que o fenômeno se reveste de maior importância, quando

¹ SANTOS, M *L'Espace Partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Éditions M.-T.H. Génin Librairies Techniques, 1975. Paris-France: Éditions M.-T.H. Génin Librairies Techniques.. A edição brasileira é de 1978, como mostram as referências ao final.



intelectuais de outras áreas do conhecimento vão também chamando a atenção para a ascensão do “capitalismo dirigido pelas finanças” (CHESNAIS, 1997) – o que mais recentemente vem também sendo denominado de “financeirização” (EPSTEIN, 2005; KRIPPER, 2005).

O presente artigo procura identificar algumas das principais interpretações de Milton Santos acerca do tema das finanças, focando em dois períodos principais de sua obra: sua produção na década de 1970 – quando o livro *L'Espace partagé* é publicado – e em sua obra mais recente (que pode ser datada do final da década de 1980 até 2001), quando as finanças ganham ainda mais protagonismo em seu discurso, e passam a se constituir uma das bases (junto com a “informação”) para o entendimento do mundo contemporâneo.

As finanças como elemento da modernização do território e da economia

Em seu livro *O espaço dividido*, Santos (1978 ([1975])) propôs uma interpretação sólida e original para o entendimento da urbanização dos países do terceiro mundo, chamando a atenção para o tema das “modernizações” (sobretudo a modernização tecnológica), e os impactos seletivos e a desigualdade que elas imputam aos territórios das nações periféricas. Dentre os principais impactos negativos que o autor identifica, destacamos um raciocínio que aparece tanto nesse livro, quanto no *Pobreza urbana* (SANTOS, 2009 [1978]): se por um lado a modernização tecnológica e econômica gera empregos mais “sofisticados” e complexifica a economia nacional dos países subdesenvolvidos, ela cria em proporção ainda maior o “subemprego” e o desemprego, pois os postos de trabalho criados diretamente pela modernização são intensivos em capital e pouco intensivos em mão-de-obra. Essa modernização acaba por ter efeito deletério também para as formas de agricultura tradicional e para as atividades urbanas “não-modernas” pré-existentes, que são parciais ou totalmente destruídas com este avanço. Essa é uma das raízes da pobreza estrutural que se instala nas cidades dos países periféricos.

Essa talvez seja, no fundo, a principal razão pela qual é criado e mantido o que Santos chamou de *circuito inferior da economia urbana*: um conjunto de atividades e “firmas” que são produzidas justamente por esta população que não participa – e não se beneficia – dos impactos “positivos” da referida modernização; esse circuito inferior acaba por abrigar uma quantidade gigantesca de pequenos agentes econômicos que desenvolvem atividades para sua própria

sobrevivência, e para oferecer produtos e serviços para a população de baixa renda nos países periféricos.

Dentro desse contexto, para entender o tratamento das finanças no livro *O espaço dividido*, podemos dividir nosso argumento em três pontos principais, que num certo sentido observam as “escalas” de atuação das firmas e instituições financeiras: 1) a escala global, em que agem os organismos financeiros multilaterais, os Estados do centro do sistema-mundo e as grandes instituições financeiras privadas (bancos comerciais e de investimento, seguradoras, fundos de investimento, firmas de cartão de crédito, etc.); 2) a escala nacional, esfera de atuação precípua dos Estados dos países periféricos, e também de seus operadores financeiros nacionais (bancos comerciais, principalmente); 3) a escala local, em que é possível identificar como efetivamente a finança impacta o cotidiano da população, sobretudo esta população mais pobre, que é parte constitutiva do circuito inferior da economia urbana.

Na escala global, é preciso destacar, em primeiro lugar, que o autor estabelece um diálogo fundamental – e profícuo – com todas as grandes obras que trabalhavam os temas do desenvolvimento/subdesenvolvimento e a efervescente literatura que se produzia sobre o anticolonialismo e o Terceiro Mundo. Impressiona o amplo leque de autores sobre essas temáticas que o autor mobiliza, seja para criticar abordagens que considerava “ultrapassadas”, seja para aderir a propostas que julga inovadoras e pertinentes. Dentre os autores que mais aparecem nos diálogos sobre o tema do desenvolvimento e subdesenvolvimento, lembramos de “clássicos” como Gunnar Myrdal, Colin Clark, François Perroux, Hans Singer, Ragnar Nurske, André Gunder Frank, Paul Baran, Paul Sweezy, Albert Hirschmann, Anibal Quijano, Maza Zavala e Celso Furtado.

Ainda que de forma esquemática, são três as principais formas de entendimento da articulação das finanças na sua dimensão internacional com a formação socioespacial brasileira: 1) os *investimentos externos* realizados pelos países centrais nos países periféricos; 2) a ação dos bancos comerciais dos países centrais nos países periféricos; 3) o endividamento externo dos países do Terceiro Mundo junto aos organismos financeiros multilaterais e bancos estrangeiros.

Em relação ao terceiro ponto supramencionado, Santos mostra que,

antes de tudo, (o Estado) é incapaz de tomar decisões devido a sua dependência frente ao estrangeiro e a seu conluio com os monopólios; da mesma forma, está em desvantagem devido ao aumento de sua dívida e à redução de sua capacidade de investir, o que o obriga a se acantonar em certos setores. (SANTOS, 1978 [1975], p. 137).

Uma das ideias centrais que aparece em um dos principais autores da teoria política do desenvolvimento-subdesenvolvimento, Hans Singer (1950), fala deste endividamento, e do duplo ônus que provoca para os países periféricos: 1) conforme mencionado, ele acaba gerando empregos mais sofisticados nos países centrais (e empregos mais simples e em menor número na periferia); e 2) repercute nos países pobres como um desarranjo significativo da economia e da estrutura territorial pré-existentes. Geralmente os financiamentos externos – com o consequente endividamento das nações subdesenvolvidas – estão ligados à ação das multinacionais que mantém e proliferam empregos mais sofisticados – de direção, pesquisa e desenvolvimento (P&D), de *design* – nos países centrais (onde estão as sedes destas firmas). Já nos países periféricos, são criados empregos em funções “operacionais” ou produtivas propriamente ditas (SINGER, 1950). Esse arranjo financeiro, portanto, é pernicioso para os países subdesenvolvidos, pois mantém a inércia da desigual divisão internacional do trabalho existente.

Outros dois efeitos negativos muito patentes derivam do fato de que estes empréstimos vêm sempre conjugados com *condicionalidades*, principalmente em relação às formas de organização do Estado do país devedor. Essas condicionalidades são determinadas pelos grandes gerenciadores dessa finança internacional, que foram – e são em grande parte até hoje – o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Toda uma série de ordens e “recomendações” são passíveis de serem impostas aos países periféricos em função desta necessidade de capital externo. Uma das mais comuns é a chamada “amarra fiscal”, um discurso impositivo, baseado em concepções de economia neoliberais, que elege como dogma o fato de que o Estado não pode gastar mais do que arrecada; esse discurso advoga a necessidade de um Estado “enxuto”, e de preferência fora de atividades em que a iniciativa privada pode se responsabilizar.

Outro ponto central destacado por Santos em sua obra é o papel dos bancos nas economias periféricas. Podemos destacar, de forma esquemática, que eles são responsáveis por três processos centrais, ambos ligados à modernização que se processa: 1) a monetarização da economia e das relações sociais; 2) o financiamento das atividades agrícolas modernas, em detrimento de todas as formas pré-existentes de atividades agrícolas (mais voltadas ao mercado interno, com menor intensidade de tecnologia e que, portanto, utilizavam uma maior quantidade de mão-de-obra); 3) financiamentos de grandes infraestruturas (usinas de geração de energia, redes de transportes e de telecomunicações), esses “cavalos de Tróia” que criam economias externas voltadas para a instalação –

principalmente – de firmas multinacionais nestes mesmos territórios (SANTOS, 1979). Com estas infraestruturas mais modernas, a própria macro organização do espaço se torna ainda mais extravertida, e a economia passa a depender mais dos circuitos da exportação, em detrimento da formação de um mercado efetivamente nacional, da integração do território, e de uma industrialização em bases mais internas e mais voltada às necessidades da própria população. Para Santos (1979 [1975], p. 141):

A progressão dos investimentos de infra-estrutura e de sua manutenção compromete o equilíbrio econômico e financeiro dos países. A essas despesas é necessário acrescentar, quase sempre, os encargos a título do serviço da dívida externa, pois uma boa parte dos trabalhos é financiada por instituições bancárias internacionais ou instituições privadas estrangeiras.

Ainda no que diz respeito à escala nacional, outra das principais considerações do autor diz respeito ao papel do Estado como “financiador das grandes firmas” (SANTOS, 1979 [1975], p. 129). Aqui é feito um raciocínio fundamental, que vai marcar toda a trajetória de Santos: “O Estado se encarrega (do financiamento) das indústrias pesadas e deixa às firmas multinacionais os investimentos nos setores mais rentáveis” (SANTOS, 1979 [1975], p. 130), no mesmo diapasão da tese da “Tríplice Aliança”, de Peter Evans (1979). Esse mecanismo, portanto, permite que as firmas privadas (principalmente as multinacionais) se beneficiem de duas formas: estarão à disposição delas as “economias externas” necessárias ao seu funcionamento (principalmente na forma de insumos industriais baratos, infraestruturas de transporte e de energia, e mão-de-obra qualificada), assim como serão maiores seus lucros, pois parte deste financiamento é feito diretamente para estas mesmas firmas.

Deriva dessa ação corporativa do Estado ao menos três consequências negativas para os países periféricos: 1) “Tudo isso certamente reduz a capacidade de investimento dos Estados nacionais nos setores que interessam diretamente à população” (SANTOS, 1979 [1975], p. 125); 2. “O Estado vê assim seu poder de decisão reduzir-se e, por isso mesmo, seu próprio papel de Estado, porque tem que conceder cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa” (SANTOS, 1979 [1975], p. 126); e por fim, 3. estes investimentos reduzem os “custos de produção”, mas não os preços dos produtos e serviços propriamente ditos, o que representa uma gigantesca internalização de recursos em favor das grandes firmas internacionais (e em desfavor das firmas e populações periféricas).

Ainda na escala nacional, é preciso destacar o papel dos bancos comerciais, que funcionam fundamentalmente como um “traço de união” entre o circuito superior da economia urbana e os circuitos superior marginal e inferior. Para Santos (1978 [1975], p. 82),

O banco cobre o conjunto das atividades do circuito superior, que controla direta ou indiretamente em seu próprio nome ou como representante de instituições de crédito mais poderosas, sediadas no país ou no exterior. [...] Sua presença no país consiste numa pirâmide de sedes principais, de sucursais e agências em todos os escalões, ao mesmo tempo que se liga diretamente ou indiretamente, claramente ou sob um nome local, a um banco estrangeiro. Mais frequentemente este último controla os bancos nacionais.

Outro papel fundamental que cumprem os bancos diz respeito à “monetização” destas economias, já que eles têm por função justamente fazer a intermediação entre agentes com superávits monetários e agentes com déficits monetários. Essa monetização é tanto causa como consequência da difusão das agências bancárias nos territórios periféricos (SANTOS, 1979 [1975], p. 83). Em relação à lógica dessa difusão das agências, o autor faz, ainda, uma distinção importante: enquanto os bancos públicos tendem a ser pioneiros na irrigação com recursos das zonas de ocupação mais rarefeita, os bancos privados só atuam em áreas onde o dinamismo econômico já está consolidado, e quando atuam em áreas “pioneiras”, agem muito mais no sentido de “drenar a poupança” dessas zonas, em favor das áreas mais desenvolvidas no território. Assim, no que diz respeito aos setores de atuação dos bancos, essa tende a se voltar para duas atividades principais:

1. Atividades comerciais dinâmicas, em que a rotação dos capitais é mais rápida, e os retornos financeiros também o são.
2. Atividades agrícolas modernas, principalmente aquelas voltadas para a exportação (SANTOS, 1979 [1975], p. 83).

A ação dos bancos em termos de seus impactos regionais é também bastante criticada pelo autor. Para Santos ([1975] 1979, p. 83-84), “o papel dos bancos é frequentemente negativo do ponto de vista regional. Eles agem mais como coletores de fundos, que são enviados para as cidades maiores [...] e de lá, quer sejam reutilizados ou não, esses fundos se dirigem em grande parte para o exterior”. E completa:

Portanto, o banco não tem de modo algum um papel pioneiro no campo das atividades locais. Ao contrário, drenando os capitais para fora da região, ele priva as pequenas e médias cidades do dinheiro que lhes permitiria estabelecer as atividades modernas que se dirigissem ao consumo local. Isso significa que o é um instrumento dos desequilíbrios regionais. Os esforços para corrigir essa situação raramente são eficazes. [...] O Banco tem um papel de traço de união numa relação assimétrica, favorecendo as atividades cujas sedes estão nas cidades de escalão superior e, portanto, prejudica as que estão instaladas nos escalões urbanos inferiores. [...] E a regra é a existência de uma verdadeira rede de dependências, cujo vértice está fora do país, no sistema bancário internacional. (SANTOS, 1979 [1975], p. 84).

Assim, a atividade bancária acaba criando o que a literatura à época chamava de fluxo perverso do crédito (*perverse flow of credit*): “em vez de encaminhar fundos dos países ricos para os países subdesenvolvidos, os fluxos executam exatamente o papel oposto” (SANTOS, 1979 [1975], p. 84).

Na escala local, isto é, no nível do cotidiano da população, sobretudo naquilo que diz respeito ao circuito inferior da economia urbana, o autor dá destaque significativo ao que chamou de “crédito aos clientes” (SANTOS, 1979 [1975], p. 188 e ss.). O crédito para as classes populares seria uma “necessidade imperiosa”, já que nelas predominam os trabalhos temporários e ocasionais, o que torna o fluxo da renda extremamente instável e insuficiente (até para despesas básicas de sobrevivência). Para ter acesso a produtos de necessidade cotidiana, muitas vezes é necessário o recurso ao crédito para consumo.

Como resultado dessa estrutura concentradora de renda, o endividamento é uma situação generalizada, principalmente nas classes mais pobres (mas também nas classes médias). Os pobres se endividavam, antes de tudo, para as “despesas correntes”, enquanto as classes médias se endividam para “despesas ocasionais” (SANTOS, 1979 [1975], p. 190-191). Assim, pode-se concluir que

Este endividamento generalizado, única maneira possível de os pobres sobreviverem, e para a maior parte o meio de responder ao efeito-demonstração, constitui um mecanismo de sucção da poupança popular. As margens de lucro, através das quais os comerciantes se protegem contra os riscos e cobram pelos prazos de espera, fazem parte deste mecanismo de espoliação cujos lucros, aparentemente utilizados para a manutenção do subsistema (o circuito inferior), sobem por diferentes canais, inclusive o banco, para o circuito superior.

O fenômeno do crédito, portanto, intervém como uma variável essencial do consumo “em ambos os circuitos” da economia urbana (SANTOS, 1979

[1975], p. 206). Porém, as formas predominantes de crédito em cada um deles se distingue:

1. As formas não-institucionais de crédito, isto é, os créditos pessoais informais, são utilizados majoritariamente pela população de baixa renda (e em parte também pelas classes médias), para satisfazer suas necessidades de consumo no circuito inferior da economia urbana; estes créditos promoveriam “consumos correntes indispensáveis”, e criariam uma cadeia de crédito à montante do sistema econômico.
2. Já as formas institucionais (ou bancárias) de crédito, podem ser consideradas como um “instrumento do aparelho de produção”, e serve para financiar as indústrias modernas que se instalam nos países periféricos (sejam elas nacionais ou multinacionais); esta cadeia de crédito, por sua vez, se formaria à jusante do sistema econômico (SANTOS, 1979 [1975], p. 206).

Por fim, conclui o autor,

De fato, o crédito intervém sob diversas formas e não tem a mesma incidência para todas as camadas da população. A população pobre recorre ao crédito usurário para sua alimentação, a população abastada recorre ao crédito bancário para os bens de consumo duráveis e as despesas de luxo. (SANTOS, 1979 [1975], p. 206).

Em função desses mecanismos, o autor identifica duas consequências principais da difusão das finanças no circuito inferior da economia urbana: 1) por um lado, são constituídos poderosos mecanismos de “sucção da poupança popular”, que podem também serem entendidos como formas de “espoliação” desta população (SANTOS, 1979 [1975], p. 191); 2) concomitantemente, em função desta população pobre não conseguir cumprir os critérios de “análise de risco” que o sistema bancário (circuito superior exige), são criadas “inovações não importadas, invenções locais” para suprir esta necessidade de dinheiro líquido (e escapar da “usura” dos juros sistema bancário formal); surgem desta forma iniciativas de “crédito pessoal feito entre amigos, conhecidos e vizinhos”, “associações de ajuda mútua” e outros tipos de “associações financeiras” não-bancárias, voltadas para suprir estas necessidades, incluindo o recurso à agiotas (SANTOS, 1979 [1975], p. 189).

Essas são as principais reflexões que Milton Santos faz sobre o tema das finanças, em um de seus livros mais importantes. Como intelectual incansável

na busca da verdade, seu tratamento do tema segue aguçado, e ganha proporções mais significativas em suas obras mais recentes (principalmente a partir do final da década de 1980).

As finanças e o mundo contemporâneo: a espacialidade do dinheiro e a creditização do território

Ao analisarmos as últimas obras de Milton Santos (aquelas escritas entre o final da década de 1980 e o ano de seu falecimento), fica claro que o autor focou seus esforços principalmente na construção de uma teoria crítica da geografia, mobilizando leituras da própria história da disciplina, mas também em um frutuoso e denso diálogo com autores clássicos e contemporâneos das demais ciências sociais (CONTEL, 2014).

Parte destes diálogos permitiu ao autor propor que haveria duas variáveis que têm um peso especial na organização da história contemporânea: as *finanças* e a *informação*. Ambas passam a fazer parte constitutiva do espaço e da vida social, de formas ainda mais intensivas, o que levou o autor a também se preocupar em pensar novos conceitos e formulações teóricas para tornar inteligível este novo estado de coisas. Para entender este peso da informação, por exemplo, criou o conceito de *meio técnico-científico informacional*, um tipo de forma-conteúdo que se expande desigualmente, na mesma medida das dinâmicas mais contemporâneas do capitalismo.

Para entendermos as principais formas de tratamento do fenômeno financeiro na obra mais recente de Milton Santos, estamos propondo apresentar duas delas (que nos parecem as mais originais e profícuas): suas considerações sobre o dinheiro e o território, e seu conceito de “creditização do território”.

Um primeiro raciocínio que Santos faz a respeito das moedas e das finanças está relacionado ao que poderíamos chamar de *espacialidade do dinheiro*, isto é: as características deste instrumento de troca em sua relação direta com as áreas em que é utilizado. Para ele, a história do dinheiro é em grande parte a história do aumento da autonomia em relação à esta base material à qual o dinheiro serve. Em síntese, pode-se dizer que

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática do medo, que é um dos produtos

da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais. (SANTOS, 1999, p. 12).

Antes das revoluções industriais, portanto, o dinheiro era, de fato, um fenômeno muito mais diverso, e com áreas de uso mais “localizadas” ou “regionalizadas”. Sua utilização dependia de contextos geográficos limitados, e foi sendo paulatinamente difundido em substituição à troca direta (escambo). Tratava-se de um tempo em que o mundo era muito mais lento, com pouco movimento e de “alvéolos autoconduzidos” em suas próprias situações geográficas específicas (SANTOS, 1999). Estes são os tipos de dinheiro que Fernand Braudel ([1979] 2005) indicaria fazerem parte das “engrenagens no limite inferior das trocas” e da vida cotidiana da população alijada dos grandes circuitos da circulação financeira. As técnicas eram ainda pré-industriais, e também possuíam maior dependência da natureza circundante, constituindo-se principalmente como “técnicas corporais” (MAUSS, 1947), ou “prolongamentos do corpo” (SANTOS, 1999, p. 8). “Nesse período da história, o território assim delineado rege o dinheiro; o território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro” (SANTOS, 1999, p. 9).

Com as revoluções industriais e a difusão de novas técnicas de toda sorte (industriais, comerciais, de transportes, de comunicações, etc.) essa espacialidade do dinheiro vai ganhando também outra dinâmica. Dada a ampliação expressiva das trocas (seja dentro dos territórios nacionais, ou seja, entre eles, seja por intermédio do comércio internacional de bens e de capitais), são cada vez mais numerosos os objetos e os valores a serem trocados. Novos instrumentos monetários e financeiros são desenvolvidos, o que faz “desencaixar” as moedas de seus contextos geográficos originais. Em função dessa maior complexidade (e da maior dependência das trocas em relação às moedas e às finanças), é também necessário aumentar a regulação e o controle das variáveis financeiras. Os Estados nacionais cedo se incumbem de garantir que apenas um tipo de moeda se entronize como o meio de troca “oficial” para suas respectivas jurisprudências, criando as moedas nacionais.²

Uma terceira fase dos padrões de circulação da moeda e do crédito no mundo é exatamente essa em que nos encontramos, isto é, o padrão do

² Como mostra Benjamin Cohen (1998), as moedas agora institucionalizadas e controladas centralizadamente dariam as seguintes vantagens para os Estados: 1) Elas são um poderoso símbolo político para a promoção da identidade nacional; 2) Se tornam também um instrumento potencial de fontes de renda para a sustentação de gastos públicos; 3) Por fim, mais recentemente – com a criação dos Banco Centrais – as moedas se tornam um mecanismo para gerenciar a realidade macroeconômica dos países, e depende em grande parte delas a riqueza e estabilidade econômica das nações.

período técnico-científico informacional. Com a ascensão da “tecnociência e do tecnomercado” (SANTOS, 1999, p. 12), também o dinheiro vai se tornando paulatinamente “informação” (*op. cit.*, p. 9), e se desmaterializa ainda mais. Como mostra Charles Goldfinger (1986), esta nova “moeda informacional” ou “cyber-moeda” se caracteriza por seu novo “suporte”, que deixa de ser físico (ou material), para ser informacional (bits, imagens, fluxos de mensagens). Nas palavras do autor, “o novo cofre-forte bancário é a memória do computador” (GOLDFINGER, 1986, p. 269).³

Para além de se informacionalizar, o dinheiro também se torna global. Ele ganha uma maior autonomia relativa e tende a ser “despótico” em relação às demais variáveis econômicas, aos territórios dos Estados nacionais,⁴ e às outras formas de dinheiro não-globais:

Nunca na história do homem houve um tirando tão duro, tão implacável quanto este dinheiro global. É esse dinheiro global fluido, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações. [...] Esse dinheiro global é o equivalente dele próprio. (SANTOS, 1999, p. 10).

Assim, estaríamos vivendo, com a ascensão do período técnico-científico informacional, numa fase em que prevalecem dois tipos de “tirania” ou “ditadura”: ambas derivam do controle centralizado do dinheiro e da informação, as duas variáveis centrais do período. Dentre as características desta tirania, no que diz respeito à moeda e às finanças, Santos (2001, p. 43-44) destaca:

1. As grandes empresas não-financeiras criam seus próprios “setores” ou “braços” financeiros.
2. O capital financeiro se autonomiza em relação aos capitais produtivos.
3. Os organismos multilaterais trabalham para tornar irrestrita a mobilidade do capital financeiro.

³ Para Adenot e Albertini (1975), esta desmaterialização da moeda tem relação direta com evolução das técnicas bancárias. Se antes as moedas dependiam de seu valor intrínseco (como é o caso das moedas metálicas), a cada dia elas passam ter seu valor vinculado muito mais a um conjunto de crenças (confiança) e regulamentações, do que de seu valor material. A introdução das técnicas da informação nos sistemas de ação bancários é mais um passo desta “desmaterialização”, mas que não deixa de prescindir de uma série de outros objetos técnicos (computadores, redes de transmissão de dados) para sua operacionalidade ser garantida. (ADENOT; ALBERTINI, 1975, p. 20-24).

⁴ Como mostra também Benjamin Cohen (1998, p. 4), “hoje em dia, a competição guiada pelo mercado alterou profundamente a organização espacial das relações monetárias, erodindo significativamente os poderes monopólicos do Estado”.

4. Há uma monetarização da vida cotidiana, ocorrida principalmente a partir da década de 1970.
5. Surgem por fim, novos produtos financeiros e novos sistemas de objetos voltados à circulação e difusão financeira.

Estas formas monetárias e financeiras, portanto, só adquirem este caráter despótico e “irrecusável” pois há um enorme esforço por parte das firmas globais de produção de informações para legitimar este tipo de dinheiro. Essa produção de informações se baseia principalmente na produção de um “discurso único”, cirurgicamente elaborado pelos “intelectuais” da globalização, cujas matrizes de argumentação derivam sobretudo das teorias econômicas de cunho neoliberal, que se institucionalizaram mundo afora com força, a partir do começo da década de 1990 (sobretudo com o chamado “Consenso de Washington”). Essas teorias são alardeadas principalmente pela mídia corporativa / agências de notícias financeiras globais (como *Reuters*, *Bloomberg*, entre outras), mas também pelas poderosas instituições financeiras multilaterais e de governança mundial (FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento), que em seus “diagnósticos” propalam soluções baseadas nestes consensos, e acabam por “legitimar” essas visões de mundo como as únicas possíveis. Ainda segundo Santos (1999), talvez mais danosa do que a ação dessa mídia corporativa e das instituições multilaterais seja a chancela concedida por parte das próprias universidades (principalmente aquelas do norte global), que embalam estas concepções ideologizadas com um discurso pseudocientífico fundamentado principalmente em economistas clássicos e neoclássicos, dificultando ainda mais a visibilidade nos fóruns públicos de visões mais críticas sobre estes processos.

Junto destas considerações sobre a espacialidade da moeda, outra contribuição seminal do autor para o entendimento do atual período histórico diz respeito ao conceito de *creditização do território*, proposto por Santos (1993) em seu livro *A urbanização brasileira*. Em que constituiria este fenômeno?

Fundamentalmente, esta creditização é fruto da “nova composição orgânica do espaço”, isto é, do aumento da parcela técnica (ou “trabalho morto”) em sua constituição em detrimento da parcela laboral (ou “trabalho vivo”). Como mostra Santos (1993, p. 41), esta tecnificação leva à maior necessidade de “capital adiantado” nas áreas de modernização mais acelerada (incluindo aí obviamente as áreas de cultivo agrícola moderno). Para Santos (1993, p. 41-42), esta nova composição diz respeito à

incorporação mais ampla de capital constante ao território, e a presença maior deste capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes adequados, pesticidas, etc.). Como consequência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões) e necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário.

A “creditização do território” é justamente essa necessidade premente de recursos financeiros e monetários que obriga os agentes (principalmente os bancos) a se difundirem pelo espaço geográfico, à reboque das novas necessidades de financiamento que a difusão do meio técnico-científico informacional catalisa. Esta proposta da “creditização do território” abriu caminho para os estudos da difusão das variáveis financeiras tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas agrícolas do espaço nacional, e possibilitou dar o relevo adequado à esta nova importância da variável financeira na vida da sociedade.

Cabe destacar que esse conceito foi criado no mesmo momento em que o economista José Carlos Braga propôs a noção de *financeirização*, ainda em 1993, para se entender o capitalismo contemporâneo; para ele, a *financeirização* seria “a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo” (BRAGA, 1993, p. 26). Na geografia brasileira, cabe também destacar que a Professora Helena Kohn Cordeiro, já em 1992, se utiliza da noção de *financeirização* – ainda que não como conceito propriamente dito – em seu importante texto sobre São Paulo como uma “cidade mundial” (CORDEIRO, 1992).⁵

Considerações finais

O presente artigo procurou analisar as principais formas de tratamento do tema das finanças e da moeda em partes significativas da obra do geógrafo Milton Santos. Tratou-se obviamente de um desafio enorme, tanto pela magnitude de sua produção acadêmica, quanto pela complexidade de suas propostas de caráter mais teórico.

⁵ Para a autora, “a ‘financeirização’ do espaço brasileiro é um dos fenômenos mais surpreendentes do Brasil recente” (CORDEIRO, 1992, p. 5).

Foi possível identificar que no contexto em que o autor escreveu seu importante *O espaço dividido*, o estudo das finanças estava muito mais diretamente relacionado com as variáveis da chamada “economia real”, principalmente aquelas ligadas às dinâmicas industriais e a transformação “material” do território (instalação de unidades fabris, construção de infraestruturas, avanço das redes bancárias, etc.). Outra característica central da análise do sistema financeiro à época é sua maior “dependência” em relação à uma instituição financeira específica: os bancos; e no caso do Brasil, os bancos comerciais.

Em seus trabalhos mais recentes, esta relação mais orgânica das variáveis financeiras com os territórios parece perder força. A própria análise de Santos sobre a evolução do dinheiro parece mostrar isso: de uma relação mais “encaixada” (*embedded*) e regionalizada, a moeda e as finanças vão paulatinamente se tornando mais fluidas e autônomas em relação à base material que lhe dá sustentação; a bem da verdade, essa circulação financeira obviamente não se torna “a-espacial” ou “atópica”: ela simplesmente passa a ser ainda mais seletiva e centralizada, concentrando a riqueza em circuitos cada vez mais específicos, como estes que compõem as grandes praças financeiras, os centros financeiros *off-shore*, e outros pontos e linhas que compõe os fluxos das “altas finanças” globais. Junto com os bancos comerciais, passa a ser fundamental a análise das bolsas de valores, dos investidores institucionais e da manipulação que estes fazem das inovações financeiras típicas do período (derivativos, opções, etc.).

Dada a própria insustentabilidade destes atuais arranjos financeiros, políticos e espaciais, o mundo permanecerá numa eterna crise, como mostram também French, Leyshon e Thrift (2009). As inovações que surgem “de dentro” do próprio sistema financeiro (fintechs, criptomoedas e bancos digitais) parecem não se constituir como “rupturas” a este sistema montado, e não trarão “destruição criativa” alguma. Ao contrário, parte significativa destas inovações age nos mesmos moldes dos agentes financeiros tradicionais, e pelo visto apenas promoverão alterações pontuais na atual globalização financeira.

Caberá às demais forças da sociedade, principalmente aquelas ligadas à constituição da cidadania plena e efetiva, estabelecer formas alternativas de uso das finanças, pois é em grande parte a cidadania é aquela que melhor “resiste à ação cega do dinheiro” (SANTOS, 1999, p. 13), e poderá colocar as variáveis financeiras à serviço da grande maioria da população mundial.

REFERÊNCIAS

- ADENOT, J.; ALBERTINI, J.M. *La Monnaie et les banques. Initiation*. Paris: Seuil, 1975.
- BRAGA, J. C. A Financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e Sociedade*, v. 2, n. 1, p. 25-57, 1993.
- BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Séculos XV-XVIII. Os Instrumentos da Troca. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1979]. v. 2.
- CHESNAIS, F. L'émergence d'un régime d'accumulation à dominante financière. *La Pensée*, n. 309, p. 61-86, 1997.
- COHEN, B. *The Geography of Money*. London: Cornell University Press, 1998.
- CONTEL, F.B. Milton Santos. In: SECCO, L.; PERICÁS, L. B. (org.). *Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- CORDEIRO, H. K. A "cidade mundial" de São Paulo e a recente expansão do seu centro metropolitano. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54, n. 3, p. 5-25, 1992.
- EPSTEIN, G. (ed.). *Financialization and the World Economy*. Chaltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2005.
- EVANS, P. *Dependent development*. The alliance of multinational, State and local capital in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- FRENCH, S.; LEYSHON, A.; THRIFT, N. A very geographical crisis: the making and breaking of the 2007–2008 financial crisis. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, p. 287-302, 2009.
- GOLDFINGER, C. *La Géofinance. Pour comprendre la mutation financière*. Paris: Seuil, 1986.
- KRIPPNER, G. The financialization of the american economy. *Socio-Economic Review*, n. 3, p. 173-208, 2005.
- MAUSS, M. *Manuel d'Etnographie*. Paris: Payot, 1947.
- SANTOS, M. *L'Espace partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine dans les pays sous-développé. Paris: Éditions M-Th. Génin, 1975.
- SANTOS, M. *O Espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- SANTOS, M. *Economia espacial*. Críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, M. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SINGER, H. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, v. 40, n. 2, p. 473-485, 1950.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo, Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMO CITAR

CONTEL, Fabio Betioli. As finanças e o espaço geográfico: considerações a partir da obra de Milton Santos. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 293-308.



Redes econômico-financeiras e centros *offshore**

Leila Christina Dias

Introdução

Ainda era mestrande e professora auxiliar de ensino na Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando assisti às exposições de Milton Santos no III Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A cidade era Fortaleza, o ano, 1978. Num ambiente tenso, de vivos confrontos entre orientações de diferentes matrizes teóricas e políticas, aquela plateia numerosa era impactada pela força de sua presença física – trajava coloridas batas africanas –, mas sobretudo pela sua habilidade para comunicar seu discurso e suas ideias com clareza e confiança. Lembro, particularmente, de suas críticas contundentes à chamada Nova Geografia ou Geografia Quantitativa e de seu compromisso com a transformação da Geografia e com a criação de uma Geografia Nova: científica e politicamente engajada. Milton Santos retornava dos anos de exílio, com sólida formação teórica e filosófica, pesquisador e professor em pelo menos 15 universidades situadas na Europa, na África e nas Américas

* Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Finanças, política e território: grupos econômicos e redes de associações”, desenvolvido no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina desde 2020, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na elaboração dos mapas, a colaboração inestimável do geógrafo Rafael Chasles.



do Norte e do Sul.¹ Até então, meu único contato com sua obra fora a leitura do artigo “Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil”, publicado em 1967 na *Revista Brasileira de Geografia*.

No ano seguinte, Milton Santos foi convidado a atuar como professor titular visitante no Departamento de Geografia da UFRJ, onde permaneceu até 1983. O encontro com o professor representou um ponto de bifurcação na minha trajetória, um redirecionamento temático e teórico. O convívio cotidiano com o autor de *Por uma geografia nova* (1978) era desafiador e abria um campo de discussão epistemológica e teórica numa época de crise do empirismo e quantitativismo na Geografia.

Ao lado da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro e da geógrafa Elizabeth Hijjar, Milton Santos desenvolvia, naquela época, uma pesquisa sobre o surgimento de nova frente científico-tecnológica no Brasil.² A ideia central era de que, ao contrário das teses difundidas na literatura mundial consagradas ao tema, o Brasil era um país capaz de acolher, fora da região central, atividades com alta intensidade de capital, de tecnologia e de organização: a rede dos fluxos das atividades do setor moderno se desenvolvia por meio do território, enquanto as atividades do terciário superior, como as funções de comando, de concepção e de previsão tendiam a permanecer muito concentradas. A busca pelo entendimento do processo de constituição de um meio técnico-científico informacional no território se tornou, na verdade, uma tarefa coletiva, levada a cabo pelos que nas formulações de Milton Santos encontravam material fértil para reflexão e elaboração de suas teses. A compreensão dos processos de remodelação do território brasileiro exigia – ele sempre insistia – a seleção de novas variáveis. A informação foi reconhecida, em todas as suas formas, como alavanca fundamental do processo social (SANTOS, 1993). Alguns anos mais tarde, sua obra iluminou a associação entre território, informação, dinheiro e sistema ideológico, ao sustentar que “a ação territorial do dinheiro global” se torna cega, provocando ingovernabilidades pelas suas consequências sobre a vida econômica, social e administrativa (SANTOS, 2000, p. 101).

Neste seminário estamos diante de um trabalho coletivo de atualização, de ressignificação de suas ideias. Nos mais de 40 anos transcorridos desde que fui inicialmente impactada até o presente, o pensamento de Milton Santos é um permanente convite a seguir em frente, pela abertura de possibilidades para compreender os problemas atualmente colocados aos cientistas sociais.

¹ Ver http://www.miltonsantos.com.br/site/miltonsantos_curriculum.pdf

² A convite do professor, comecei a participar do projeto.

Largamente inspirada em suas ideias, temos procurado investigar as redes e os espaços nos quais as finanças contemporâneas se organizam, para compreender a crescente complexidade da geografia das finanças e dos grupos econômicos no Brasil, à luz da inserção do país no processo mais amplo de mudança do sistema financeiro internacional. Este artigo objetiva elucidar o papel crescente dos centros financeiros *offshore* nas redes econômico-financeiras organizadas pelos maiores grupos industriais estrangeiros que operam no Brasil.

De Bretton Woods aos centros *offshore*

Um recuo no tempo mostra que em julho de 1944 – quando a Segunda Grande Guerra chegava ao fim – reuniram-se em Bretton Woods, nos Estados Unidos, delegados de 44 países aliados e neutros. O resultado foi o estabelecimento das bases de um novo sistema monetário internacional, desde então centrado nos Estados Unidos e caracterizado principalmente pela mudança no padrão cambial, da libra esterlina para o dólar, pela criação de instituições monetárias supranacionais – Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (mais conhecido como Banco Mundial) – e pela substituição da regulamentação privada pela regulamentação pública nas altas finanças (ARRIGHI; SILVER, 2001).³ O sistema de taxas fixas de câmbio instituído em Bretton Woods exigia forte controle sobre os movimentos internacionais de capitais. Havia acordo sobre a necessidade de tal controle, “interpretado como um modo de melhorar a eficácia da política econômica” (ALLÉGRET, 2000, p. 78).

A partir dos anos 1960, os controles passam a ser cada vez mais interpretados como fonte de ineficiência econômica. Como compreender a construção do novo consenso a favor da liberalização financeira? Segundo Machado (1996), tal construção remonta ao final dos anos 1950, com o surgimento do eurodólar e dos mercados extraterritoriais (*offshore*), que possibilitaram empréstimo de dólares em bancos localizados fora dos Estados Unidos. Arrighi e Silver inscrevem esse movimento no contexto de “incorporação da Europa Ocidental nas redes de poder dos Estados Unidos” (2001, p. 155). Segundo eles, a ação governamental norte-americana “preparou o terreno para a transplantação lucrativa das empresas estadunidenses” que se instalaram em grande número na Europa,

³ Ao Fundo Monetário Internacional (FMI) caberia o papel de regular o sistema financeiro internacional e ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) a missão de participar do financiamento do processo de reconstrução econômica dos países diretamente afetados pela Segunda Guerra, especialmente os países europeus.

contribuindo para consolidar a hegemonia norte-americana. Contudo, “essa transplantação desenvolveu uma dinâmica própria, que contrariou as expectativas do poderio mundial dos Estados Unidos”. Como interpretam os autores, a renda dos residentes dos Estados Unidos e de seu governo não registrou aumento proporcional à apropriação das rendas externas geradas pelas filiais das empresas norte-americanas. Ao contrário: parcela crescente da renda e da liquidez dessas empresas migrou para mercados monetários estrangeiros, justamente quando se agravava a crise fiscal do “Estado de guerra e de bem-estar norte-americano”, sob o impacto da Guerra do Vietnã, solapando o sistema monetário mundial concebido em Bretton Woods, porquanto grande parte das finanças em eurodólares escapou da autoridade reguladora de países e de organismos supranacionais, dirigindo-se para centros *offshore* que tinham menos regulamentações e restrições.

Dada a grandeza e o escopo das mudanças que alteraram a trajetória do sistema financeiro internacional desde o acordo de Bretton Woods, firmado em 1944 (PLIHON, 1997; CHESNAIS, 1998, 2017; MACHADO, 1996, 2017; ARRIGHI; SILVER, 2001; BASSENS; VAN MEETEREN, 2014; HALL, 2018), assistimos ao crescente interesse acadêmico pelo processo de financeirização no campo das ciências humanas e sociais. Apesar do crescente consenso sobre o fato de as instituições financeiras e os mercados financeiros serem atores cada vez mais importantes, moldando a vida econômica, social e cultural contemporânea, French, Leyshon e Wainwright (2011) identificaram pelo menos duas maneiras principais de como a ideia de financeirização vem sendo mobilizada pelos cientistas sociais. Na primeira, a financeirização tem sido utilizada como descritor de ampla transformação na economia e na sociedade, na qual o setor financeiro e os mercados financeiros passaram a ocupar uma posição dominante ou quase dominante em países como os EUA e o Reino Unido. Na segunda, a financeirização foi empregada para descrever os processos e os efeitos do crescente poder dos valores financeiros e das tecnologias sobre corporações, indivíduos e famílias. Nessa perspectiva, o surgimento do discurso da maximização do “valor para o acionista” e o florescimento da economia das métricas financeiras, em resposta às expectativas dos investidores institucionais para valorização constante dos preços dos ativos, teria levado ao realinhamento radical dos interesses das corporações e dos gestores corporativos nos EUA e no Reino Unido desde a década de 1990 (FRENCH; LEYSHON; WAINWRIGHT, 2011). A financeirização diz respeito tanto às finanças quanto à produção, tornando-a indissociável do capitalismo na realidade contemporânea, o que nos confronta com a centralização e concentração “simultânea e combinada de capitais monetário, industrial e financeiro” (CHESNAIS, 2017, p. 8).

Grupos econômicos e centros *offshore*

Nos últimos 20 anos, os maiores grupos econômicos que operam no Brasil tornaram-se mais complexos, com subsidiárias e centros de controle sendo instalados cada vez mais nos chamados centros financeiros *offshore* e paraísos fiscais (DIAS; SANTAROSA; AUGUSTA, 2021). Clark *et al.* (2015) discordam de que as duas expressões se equivalham, embora sejam muitas vezes usadas como sinônimos. Enquanto os paraísos fiscais correspondem às jurisdições com baixa ou nenhuma taxa, os centros financeiros *offshore* são jurisdições que desenvolvem todo um arcabouço de leis, regulações e outras condições que favorecem o direcionamento dos fluxos de capitais.

Garcia-Bernardo e colaboradores (2017) esclarecem as conexões entre a estruturas corporativas e o papel dos centros *offshore*. Com base em estudo que organizou dados globais das redes de 98 milhões de empresas com 71 milhões de conexões estabelecidas pelas relações de propriedade, foram identificados dois tipos de centros financeiros: os que servem como condutores de capitais de um lugar para outro, e os que retêm capitais. Garcia-Bernardo e colaboradores (2017) sustentam que as corporações criam estruturas complexas de propriedade por, pelo menos, três razões. Em primeiro lugar, buscam aumentar a proteção legal: ao organizar partes de sua estrutura em territórios que apresentem condições legais favoráveis, podem aumentar a segurança jurídica para suas operações ou *joint-ventures*. Em segundo lugar, os regimes regulatórios favoráveis nos centros *offshore* podem ser usados pelas empresas para evitar a responsabilidade corporativa e o escrutínio público de suas operações, ou seja, a arbitragem regulatória. Em terceiro lugar, estruturas corporativas de propriedade ajudam a reduzir o pagamento de impostos. Propondo uma abordagem baseada na posição de um país na rede de propriedade corporativa global, esses autores diferenciam lugares que atraem e retêm capital estrangeiro – *sinks* – daqueles que são amplamente percebidos como destinos intermediários – *conduits* – atrativos no direcionamento de investimentos. Enquanto os primeiros são territórios geralmente caracterizados como paraísos fiscais, como as Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e Bermudas, em sua maioria com pequenas economias domésticas e grandes valores de ativos estrangeiros (que são atraídos por impostos corporativos baixos ou nulos), os outros constituem jurisdições com sistemas legais altamente desenvolvidos que são capazes de atender às necessidades de corporações multinacionais, desempenhando um papel fundamental na rede global de propriedade das empresas, permitindo a transferência de capital sem tributação. A Holanda aparece no topo da lista dos

maiores centros financeiros *offshore* do tipo *conduit*, cuja função é transferir capital de um lugar para outro sem tributação, seguida do Reino Unido, Suíça, Irlanda e Singapura. Com cerca de 50% do total de ativos e passivos que atravessam as fronteiras passando pelos centros financeiros *offshore*, eles se tornaram nós dominantes das redes econômico-financeiras transnacionais, em que o capital é armazenado e redistribuído (GARCIA-BERNARDO *et al.*, 2017).

A maioria das conexões acionárias dos maiores grupos industriais estrangeiros que atuam no Brasil origina-se nos EUA, na Europa e na Ásia Oriental (DIAS; SANTAROSA; AUGUSTA, 2021). As cidades paulistas são os destinos de mais da metade dessas conexões, mostrando o controle acionário estrangeiro em grupos sediados na metrópole paulista e em cidades próximas. Que conexões esses grupos constroem entre o Brasil e os principais centros financeiros internacionais? Qual é a natureza dos nós e das conexões dessas redes que revelam complexas estruturas de centros de controle e subsidiárias para organizar suas operações e estruturas de propriedade? Concentrador de enorme poder econômico e político, o grupo econômico é aqui entendido como o conjunto de empresas que, mesmo quando juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, cuja propriedade pertence a indivíduos ou instituições que exercem controle efetivo sobre esse conjunto de empresas (GONÇALVES, 1991). Fonte de informações de nossa pesquisa, a edição do Anuário Valor Grandes Grupos apresenta a cada ano os 200 maiores grupos econômicos que operam no país, com organogramas (que identificam as relações e participações acionárias), localização das sedes, receitas brutas e origem do capital. Em 2018, dos 79 grupos industriais presentes no Anuário Valor Grandes Grupos, 35 eram majoritariamente controlados pelo capital estrangeiro. Desses, 14 apresentavam conexão direta entre as sedes e as subsidiárias no Brasil, enquanto 21 apresentavam conexões indiretas, mediadas por centros financeiros *offshore* e paraísos fiscais. Com o objetivo de identificar mudanças nas conexões de grupos cuja origem do capital é internacional, selecionamos sete grupos sediados nos EUA, na Europa e nas Bermudas (Quadro 1) e representamos cartograficamente os caminhos dos controles acionários entre as sedes e as subsidiárias no Brasil para os anos 2003 e 2018 (Figuras 1 e 2).

Em 2003 os grupos selecionados apresentavam controle acionário direto entre as sedes nos lugares de origem e as subsidiárias no Brasil. Com exceção da Bunge, sediada no paraíso fiscal das Bermudas, os centros *offshore* não apareciam nas estruturas societárias dos grupos (Figura 1). Quinze anos depois, a situação

Quadro 1. Grupos industriais estrangeiros selecionados, segundo a sede e os setores de atividades, 2018

Grupo	Sede	Setores de atividades
Fiat Chrysler Automóveis	Holanda	eletroeletrônica, financeiro, mecânica, metalurgia e veículos e peças
Bunge	Bermudas	açúcar e álcool, alimentos, e transportes e logística
Cargil	Estados Unidos	açúcar e álcool, alimentos, química e petroquímica e transportes e logística
Bayer	Alemanha	farmacêutica, química e petroquímica
Bosch	Alemanha	eletroeletrônico, veículos e peças
Ericsson	Suécia	eletroeletrônico, telecomunicações
Alcoa	Estados Unidos	energia elétrica, metalurgia e mineração

Fonte: Organizado por Leila C. Dias com base em informações do Anuário Valor Grandes Grupos, 2018.

é outra. Dos sete grupos aqui mapeados, cinco instalaram subsidiárias em jurisdições holandesas (Bunge, Cargil, Bosch, Ericsson e Alcoa); o grupo Bayer, sediado em Leverkusen, encontrou seu destino intermediário em Barcelona, Espanha, e o grupo Fiat Chrysler⁴ instalou sua sede em Amsterdã (Figura 2).

Como explicar a emergência desses novos nós – “centros de cálculo do capitalismo contemporâneo”, na feliz expressão de Bruno Latour (2009) – na cartografia dos controles acionários dos grupos? Apesar do uso frequente da expressão “finança global”, o sistema financeiro internacional é organizado e dirigido por um pequeno número de centros, que concentram milhares de escritórios de advocacia, contabilidade, consultoria e de outros peritos que se especializam em construir intrincados planos de evasão fiscal; uma “parafernália de organizações privadas” que inclui bancos, firmas de intermediação financeira, *holdings* e fundações que operam em rede (MACHADO, 2017). São firmas de serviços avançados de negócios que detêm considerável poder, operando entidades legais e financeiras concebidas para escapar do controle de organizações governamentais ou intergovernamentais por meio do uso de jurisdições *offshore*, com consequências negativas para a estabilidade e a equidade do sistema (WÓJCIK, 2013).

⁴ Numa operação de aquisição na Holanda, o grupo Fiat incorporou, em 2014, a marca Chrysler. Em 2019, o grupo Fiat-Chrysler anunciou um acordo de fusão com o grupo PSA (marcas Peugeot e Citroen), dando origem a Stellantis, grupo franco-italo-americano multinacional igualmente sediado na Holanda.

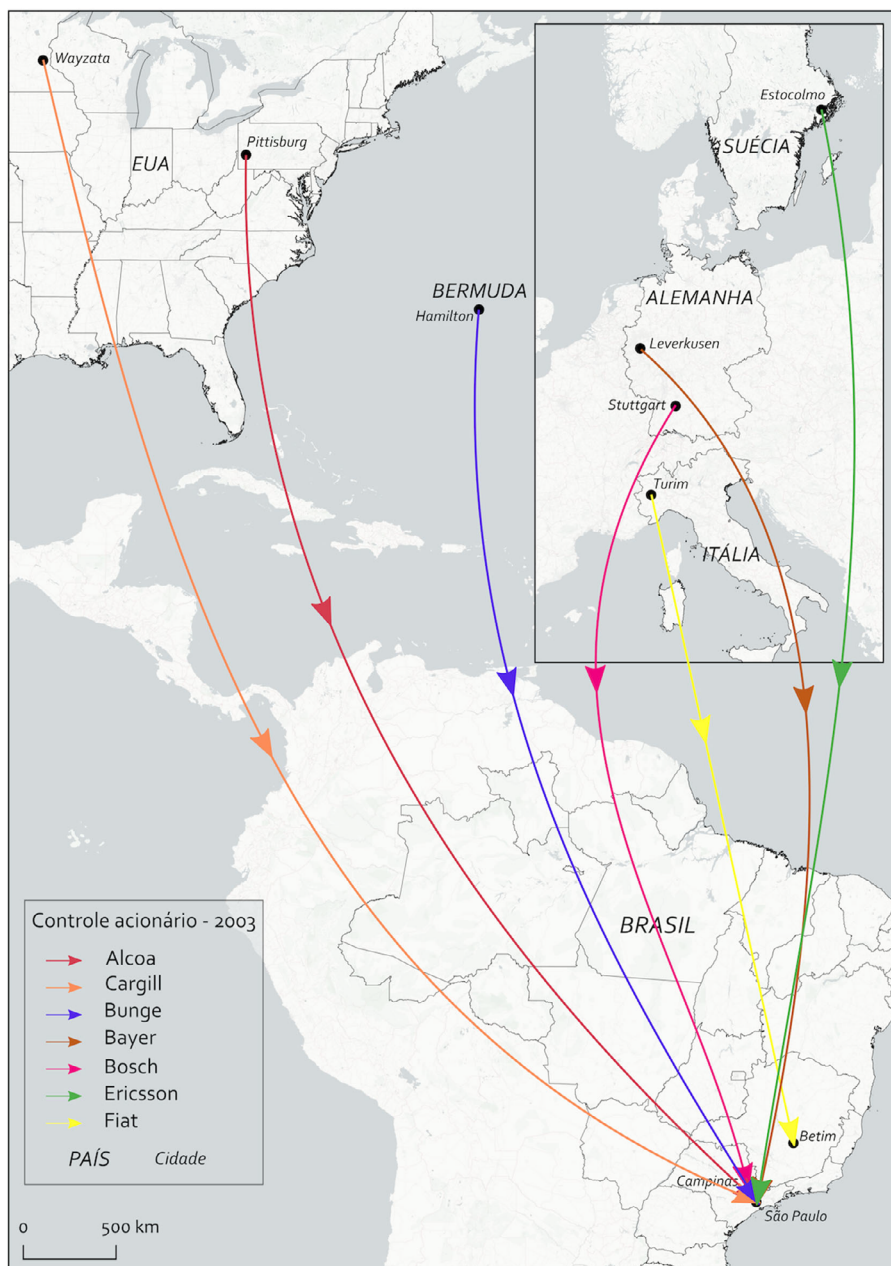


Figura 1. Grupos industriais estrangeiros selecionados – conexões do controle acionário entre a sede e a subsidiária no Brasil, 2003.

Fonte: Organizado por Leila Christina Dias com base em informações coletadas na edição do Anuário Valor Grandes Grupos, 2003, realizado por Rafael Chasles.

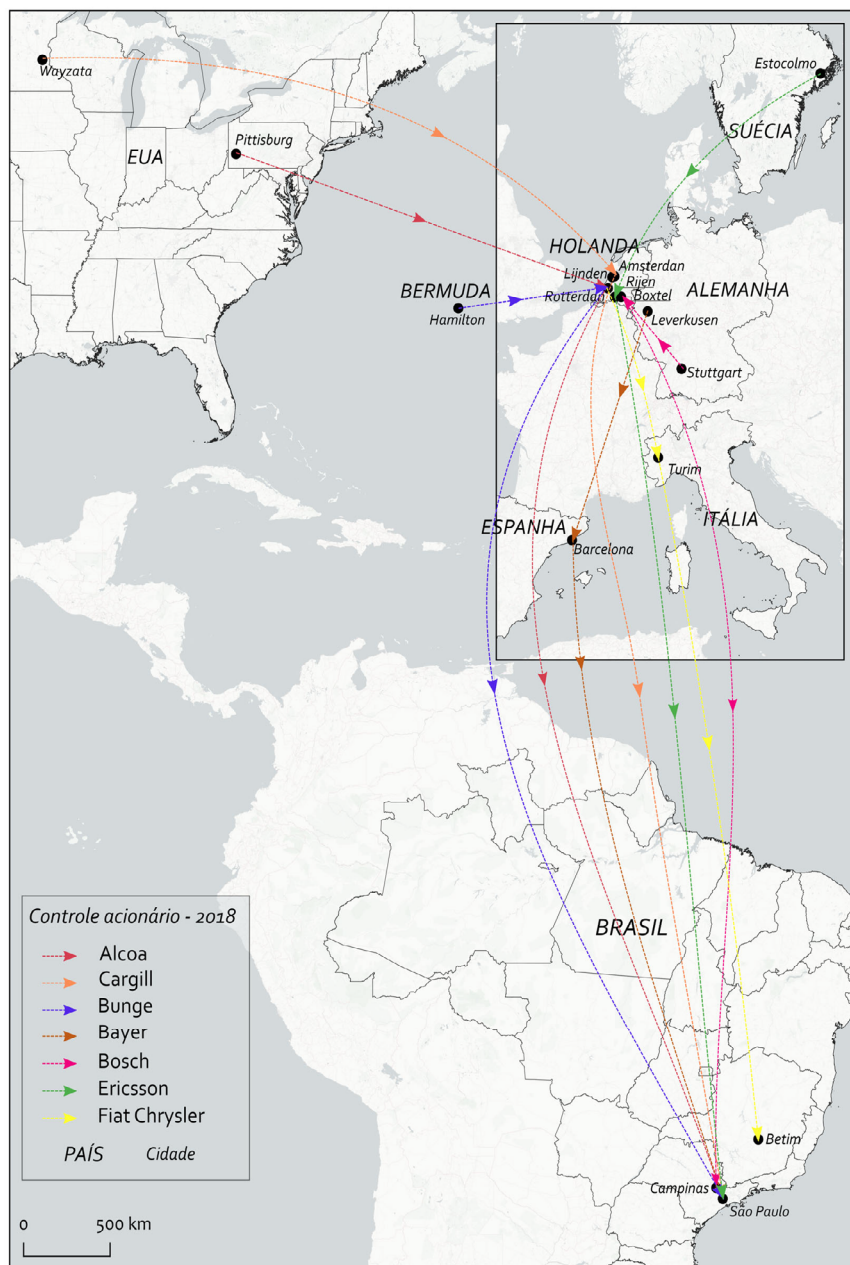


Figura 2. Grupos industriais estrangeiros selecionados – conexões do controle acionário entre a sede e a subsidiária no Brasil, 2018.

Fonte: Organizado por Leila Christina Dias com base em informações coletadas na edição do Anuário Valor Grandes Grupos, 2003, realizado por Rafael Chasles.

Infraestruturas técnicas e computacionais integram as redes econômico-financeiras. Mas é preciso distinguir a “categoria técnica” da “entidade sociotécnica” (SANTOS, 1996). “A velocidade é filha da política e não da técnica”, lembrava-nos sempre Milton Santos em suas inúmeras conferências nos anos 1990. Embora a informatização da sociedade concorra para todo um conjunto de operações em redes, não são “os algoritmos, programados para comprar títulos por preços mais baixos e vendê-los por mais altos que estabeleceram as leis da valorização do capital, a busca infinita de rendimento, a concorrência, etc.” (LAZZARATO, 2015, p. 203).

O amplo artigo publicado na edição internacional do *The New York Times* – *Closing tax loopholes*⁵ – descreve como, para fins de evasão fiscal, a Holanda oferece o *status* de um país europeu, enquanto permite que grandes multinacionais movam lucros globais por meio de subsidiárias holandesas, reduzindo drasticamente o valor dos impostos a pagar. O país mantém uma rede abrangente de tratados tributários com quase todas as nações, garantindo que pouco ou nenhum imposto incida sobre o dinheiro que passa pelo país. Segundo o artigo, com população de 17 milhões de habitantes, a Holanda atrai mais investimentos diretos do que países maiores, como França e Alemanha; em 2017, ela ocupava a quarta posição em volume de investimento direto estrangeiro. É um país especialmente popular para as corporações americanas, com a presença de importantes escritórios de advocacia e consultoria em Amsterdã e outras cidades holandesas, que abrigam dezenas de milhares de advogados, contadores e consultores que se especializam na construção de complexos planos de evasão fiscal. O artigo sustenta que a Holanda tem sido especialmente popular para as corporações norte-americanas, atraindo suas grandes firmas de advocacia e de consultoria. A Figura 2 revela que a Holanda tem sido igualmente popular para grupos com sede na Alemanha, na Suécia e nas Bermudas, e que novos centros *offshore* emergem no cenário europeu, como a Espanha, destino intermediário na rede econômico-financeira da Bayer.

Autoridades holandesas justificam suas leis, argumentando que elas encorajam grupos multinacionais a estabelecerem suas sedes no país, criando empregos e investimentos. Em contraposição, os eleitores holandeses questionam cada vez mais o que eles veem como privilégios: enquanto as corporações “ricas” pagam pouco ou nada de impostos, os residentes da classe média, em contraste, podem facilmente pagar mais da metade de sua renda em impostos (The New York Times International Edition, 2018).

⁵ The New York Times International Edition, 28 set. 2018, p. 7.

Embora reconheçamos a limitação da base de informações utilizada nesta análise exploratória, ela projetou luz sobre o papel crescente dos centros financeiros *offshore* nas redes econômico-financeiras organizadas pelos maiores grupos industriais estrangeiros que operam no Brasil. Identificamos: 1) papel crescente dos centros *offshore* nas conexões entre as sedes e as subsidiárias dos grupos; 2) diferenciação entre os centros que não cumprem todas as mesmas tarefas; 3) estruturas de propriedade mais complexas que incluem firmas de advocacia, de consultoria, bancos, firmas de intermediação financeira, *holdings*, serviços de contabilidade e fundações que operam em rede; 4) estruturas corporativas de propriedade que contribuem para reduzir impostos a pagar.

Considerações finais

A estrutura da rede de controle acionário dos grupos transnacionais tem impactado a estabilidade do sistema financeiro. Grandes grupos industriais estão atentos ao ativismo dos acionistas, liderado pelos *hedges funds*, que são fundos de investimento que se caracterizam pela adoção de estratégias mais arrojadas e arriscadas do que os fundos tradicionais. Esses grupos não estão sob o controle dos bancos e estão engajados nas operações do mercado financeiro, incluindo as mais especulativas. Muitas dessas redes integram desde agentes financeiros que operam com o tempo-mundo até agentes que atuam na escala dos lugares e dos territórios, quando, por exemplo, o controle de terras no cerrado brasileiro “se expressa numa relação transescalar de poder” (FREDERICO; ALMEIDA, 2019, p. 135). Os organogramas de grandes grupos multinacionais de *commodities* agrícolas presentes no cerrado e na Amazônia, como Bunge e Cargil, mostram que além da Holanda, eles usam as Ilhas Cayman em suas redes de propriedade corporativa, provavelmente minando a proteção de um bem comum ambiental.

O fabuloso documentário canadense “The Price We Pay”, baseado no livro de Brigitte Alepin, *La crise fiscale qui vient* (2011), premiado no Festival Internacional de Toronto, em 2014, mostra a história e a realidade atual da evasão fiscal de grandes multinacionais, que privam os governos/Estados Nacionais de trilhões de dólares em receita tributária de lucros drenada/retida em paraísos fiscais. Há drenagem de recursos necessários aos investimentos em políticas sociais de médio e longo prazo que ficam comprometidas pela predominância de agentes especializados em investimento em ativos de alta liquidez que operam num horizonte de curto prazo. A análise do caso holandês confirma que a chamada globalização das redes econômico-financeiras não significa o fim dos

estados territoriais nacionais. Como analisou Machado (2017), “é precisamente a condição de existência de limites políticos e jurisdicionais que permite sua manipulação por redes financeiras e corporativas” (p. 334).

É muito difícil, para não dizer impossível, estabelecer o limite de uma rede econômico-financeira: onde ela começa ou termina. O número de possíveis recombinações entre seus agentes é quase infinito dada a qualidade de fluidez que torna o resultado das operações em rede radicalmente aberto. Fuga de capital, evasão fiscal e lavagem de dinheiro constituem, hoje, eventos organizados em rede, impactando brutalmente países e populações.

REFERÊNCIAS

ALLÉGRET, J. P. Quel rôle pour le contrôle des mouvements internationaux de capitaux. *Économie Internationale*, Paris, n. 81, p. 77-108, 2000.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

BASSENS, D.; VAN MEETEREN, M. World cities under conditions of financialized globalization: towards an augmented world city hypothesis. *Progress in Human Geography*, p. 1-24, 2014.

CHESNAIS, F. 1998. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Chicago: Haymarket Books, 2017.

CLARK, G. L.; LAI, K. P.Y.; WÓJCIK, D. Editorial introduction to the special section: deconstructing offshore finance. *Economic Geography*, v. 91, n. 3, 2015.

DIAS, L. C.; SANTAROSA, V.; AUGUSTA, T. Configuração geográfica dos maiores grupos comerciais e industriais no Brasil: redes de associações no século XXI. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. da (org.) *Redes, sociedades e territórios*. 3. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2021.

FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. de. Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. *Revista NERA*, v. 22, n. 47, p. 123-147, 2019.

FRENCH, S.; A. LEYSHON, A.; WAINWRIGHT, T. Financializing space, spacing financialization. *Progress in Human Geography*, v. 35, p. 798–819, 2011.

GARCIA-BERNARDO, J.; FICHTNER J., TAKES, F. W.; HEEMSKERK, E. M. Uncovering offshore financial centers: conduits and sinks in the global corporate ownership network. *Nature Scientific Reports*, v. 7, n. 6246, 2017. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-017-06322-9#Tab1>. Acesso em 20 mai. 2018.

GONÇALVES, R. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 491-518, 1991.

HALL, S. *Global finance*. London: SAGE Publications, 2018.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAZZARATO, M. *Governing by debt*. Pasadena: Semiotext(e), 2015.

MACHADO, L.O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. E. *et al. Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 15-64.

MACHADO, L.O. O visível e o invisível: o sistema financeiro-corporativo mundial sob o prisma da extraterritorialidade e do binômio legal/ilegal. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 325-340, 2017.

PLIHON, D. Les enjeux de la globalisation financière. In: CORDELLIER, S. (org.). *La mondialisation au-delà des mythes*. Paris: La Découverte, 1997. p. 69-79.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova – da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WÓJCIK, D. Where governance fails advanced business services and the offshore world. *Progress in human Geography*, v. 37, p. 330-347, 2013.

COMO CITAR

DIAS, Leila Christina. Redes econômico-financeiras e centros *offshore*. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 309-321.



Tecnificação, financeirização e multiplicação da escassez: reflexões sobre dinâmicas e contradições da pobreza no período atual

Marina Regitz Montenegro

Aproximações sobre a pobreza

O período atual se define, entre outros aspectos, pela generalidade da produção da pobreza em escala global e pela renovação de suas dinâmicas diante da aceleração do processo de transformação das variáveis determinantes contemporâneas em variáveis dominantes (SANTOS, 1996). Embora mediado pelas formações socioespaciais, o alcance da financeirização e da tecnificação atuais se expande, chegando aos diferentes lugares e impondo novos conteúdos e crivos à participação na divisão territorial e social do trabalho hegemônica. Um conjunto de processos em curso no território brasileiro revela manifestações e extensões da crise que compreende a globalização (SANTOS, 2000), com a produção crescente de contradições, dentre as quais a multiplicação de uma pobreza financeirizada e tecnificada no país.

Enquanto fenômeno multidimensional complexo, a pobreza envolve carências de diferentes ordens não atendidas de forma adequada e satisfatória (SANTOS, 1978; ROCHA,



2013). Sua compreensão passa, assim, pela análise da interdependência entre múltiplas variáveis distintas, mas também da especificidade de seu significado em cada período.

Abordada historicamente em diferentes momentos pelos campos das ciências humanas, as análises mais sistematizadas sobre a pobreza datam do início do século XIX, inseridas em um contexto de avanço da urbanização e do empobrecimento de grande parcela da população no continente europeu. Em *Memórias do pauperismo* (1983 [1835]), Tocqueville apresenta um diagnóstico sobre a contradição que caracterizava a sociedade moderna da época, quando o crescimento da produção industrial capitalista era acompanhado pelo surgimento de uma massiva classe de pobres na Europa. Nessa perspectiva, vale destacar que o autor foi um dos primeiros a relativizar a noção de pobreza, ao afirmar que os desejos e necessidades individuais se modificam e variam em função da sociedade e do período considerados.

No início dos anos 1970, Santos (1978) também busca se aproximar, a partir da geografia, da compreensão da natureza do fenômeno da pobreza. Ao resgatar então o estado da arte do debate, reconhece uma série de definições em voga naquele momento, a partir das quais distingue aquelas mais restritas a “critérios exclusivamente materiais”, como as que associam a pobreza ao grau de participação na modernização (MOORE, 1963 *apud* SANTOS, 1978), à incapacidade de satisfazer necessidades de natureza material (LEWIS, 1969), ao poder de compra reduzido em relação ao ambiente em questão (SIDNEY; WEBB, 1911 *apud* SANTOS, 1978) ou mesmo à privação em comparação ao nível de vida dos demais membros de uma sociedade (CARTER, 1970 *apud* SANTOS, 1978). Identifica, ainda, definições consideradas “parciais”, como aquelas baseadas em limiares estatísticos, linhas da pobreza, critérios de salários e jornada de trabalho. Santos busca, nesse momento, uma acepção de pobreza que seja relativa e dinâmica, ao entender que sua definição deve passar necessariamente pelos conceitos de recursos e necessidades que, por sua vez, são também dinâmicos. A ideia de escassez, inerente à natureza da pobreza, implica, desse modo, a compreensão da relatividade da disponibilidade e do valor dos recursos, conforme o tempo e o lugar considerados.

Ao longo do século XX, com o avanço da urbanização da população e a expansão progressiva da pobreza no campo e nas cidades, sobretudo nos países subdesenvolvidos, multiplicaram-se, ao mesmo passo, as abordagens sobre o fenômeno, assim como suas definições. Na visão de Santos:

O fenômeno da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge todos os países, embora em particular aflija mais duramente os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato de que a urbanização galopante que estes conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo desigual, da pobreza, mesmo que ela se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país. (SANTOS, 1978, p. 9).

Nos anos 1970, as populações urbanas em ascensão dos países periféricos encontravam, com efeito, grandes limitações na capacidade de absorção de força de trabalho por parte de setores intensivos em capital, como a grande indústria, nos países em que esta se fazia presente. Diante da ausência de infraestruturas básicas e da não provisão de bens e serviços universais, as maiores cidades passaram a abrigar, então, grandes distorções na esfera do consumo coletivo e no bem-estar público. Tal combinação resultou em um forte aumento da pobreza nas aglomerações urbanas dos países subdesenvolvidos, onde passaram a se desenvolver uma miríade de atividades de pequena escala e familiares, integrantes do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1975), garantindo condições de existência mínimas para grande parte da população.

Nesse contexto, multiplicam-se as abordagens parciais da pobreza, associando a crise urbana em ascensão à crise demográfica e às migrações, nas quais residiria, por sua vez, a origem da falta de empregos e da persistência de uma economia tradicional nas cidades. Os desdobramentos desse debate fortaleceram uma perspectiva dicotômica e dual das realidades urbanas dos países subdesenvolvidos, da qual se origina a abordagem do “setor informal”.

Desde esse momento, a natureza e a extensão da pobreza têm se tornado, contudo, crescentemente complexas e voláteis, com dinamismos e contornos redefinidos pela aceleração contemporânea global e pela força de suas variáveis chave, as quais se combinam e se redefinem em relação à concretude dos lugares. Conforme esclarece Santos (1978), a despeito da universalidade do fenômeno, a pobreza deve ser compreendida a partir das necessidades e valores que caracterizam cada lugar e cada período:

A pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada (...). A combinação de variáveis, assim como sua definição, muda ao longo do tempo; a definição dos fenômenos resultantes também muda. De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação

à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação com sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence. (SANTOS, 1978, p. 18).

A indagação sobre a natureza e a composição da pobreza na globalização nos leva, assim, à busca da apreensão das variáveis chave desse período, uma vez que a pobreza atual, embora assuma manifestações diversas em cada lugar, é, também, dialeticamente, uma pobreza globalizada, resultante da combinação das novas hegemonias e contradições que definem a contemporaneidade (SANTOS, 2000).

A pobreza globalizada e suas dinâmicas recentes

No período da globalização (SANTOS, 1996), as finanças, juntamente com a técnica, o consumo e a informação, se consolidam como as variáveis chave do período, ou ainda, como as variáveis determinantes que conformam o motor da mais nova divisão do trabalho, tornada hoje definitivamente global. De acordo com Silveira (2015, p. 248), ao criar infinitos eventos subordinados, “(...) essas variáveis determinantes do período se tornam dominantes (...) e, portanto, produtoras de uma profusão de formas materiais e imateriais características da modernidade”.

Característica do período atual, a aceleração da expansão e da banalização das variáveis contemporâneas se revela, entre outros, no alcance da tecnificação do circuito inferior da economia urbana e da financeirização da pobreza (MONTENEGRO, 2017). Para Silveira (2015), agentes hegemônicos impõem hoje conteúdos, usos e normas que revelam a natureza determinante das variáveis do período. Esses mesmos agentes têm garantido, ao mesmo passo, a crescente banalização dessas variáveis, tornando-as assim dominantes, haja vista o alcance de sua difusão pelo espaço geográfico. O caráter determinante e dominante das variáveis chave do período manifesta-se, desse modo, nos próprios fatores que, segundo Santos (2000) explicam a globalização, ou seja, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a conformação de uma mais-valia globalizada.

Com o advento da pandemia da Covid-19 e a profusão de eventos de abrangência global, as variáveis determinantes do período reafirmam sua centralidade. Não obstante, observa-se, contudo, um reordenamento da

força e do peso entre elas em favor da dominância da técnica e das finanças, aprofundando os crivos entre os circuitos da economia. A intensidade do rearranjo e da interdependência entre as variáveis, assim como sua redefinição, mudam ao longo do tempo. Renovam-se hoje, por conseguinte, desafios teóricos e metodológicos, tais como olhar para a atual fase do período da globalização – em que se aprofundam seu caráter perverso e a crise social –, buscar desvendar a recomposição da força e do peso de suas variáveis e como esses redefinem as dinâmicas da pobreza hoje.

No território brasileiro, as implicações sociais, econômicas e sanitárias da pandemia global não só explicitaram, mas aprofundaram desigualdades estruturais, com a escalada do crescimento da pobreza e da fome no país nos últimos anos. No âmbito da economia urbana, transformações recentes já em curso em um momento anterior se potencializaram com a pandemia, haja vista o avanço da tecnificação, da financeirização e da expropriação em novas escalas.

A difusão da técnica contemporânea e novos elos entre os circuitos

O grau de difusão da técnica contemporânea revela o alcance da unicidade técnica, aprofundando a interface entre os sistemas técnicos modernos. Aderida ao cotidiano, a onipresença do sistema técnico atual permeia, cada vez mais, o conjunto das ações, redefinindo não apenas a atividade econômica e os fatores produtivos, mas o próprio modo de vida urbano, cujas determinações se estendem inclusive às áreas não urbanizadas. Nessa direção, Ellul (1954), já atentava para a tendência de extensão da técnica a todos os domínios em nossa civilização, alcançando todas as atividades do homem.

Reveladora da natureza mutante e híbrida do espaço geográfico (SANTOS, 1996), a técnica se realiza não apenas enquanto tecnologia, mas também enquanto uso social embutido nos objetos em cada situação geográfica. Nessa perspectiva, o conceito de uso remete às estruturas e funcionamentos heterogêneos, cujo significado deriva da relação entre os funcionamentos da técnica e do ser humano em ação (SIMONDON, 1958). Já o fenômeno técnico, por sua vez, abrange os objetos técnicos e seus modos de uso, mas também a política subjacente a esse conjunto em suas mais variadas combinações e localizações (SILVEIRA, 2019).

Ao longo da história, conformaram-se diferentes agrupamentos de objetos característicos de sua época. Segundo Santos (1996), cada período se distingue por uma família correspondente de objetos e por um elenco de técnicas e formas

de ação particulares. Guardando seu caráter local, as técnicas se restringiam outrora a determinados grupos e extensões por muito tempo. A partir dos anos 1970, no entanto, a difusão de inovações se acelera de forma extraordinária, passando a se limitar cada vez menos à presença prévia de um substrato material específico. Esboçavam-se, aí, os primeiros contornos da unicidade técnica (SANTOS, 1996).

Diante da intensidade do processo posto em marcha desde então, reafirma-se o desafio de reaprender a natureza da técnica, assim como as características do processo de sua difusão. Para Gaudin (1978), é a maneira como a técnica se realiza, se difunde e se transmite que transforma a realidade. Nessa direção, Ellul afirma (1958, p. 65) que “não são os caracteres intrínsecos da técnica que podem revelar se há algo mudado ou não, mas os caracteres da relação entre o fenômeno técnico e a sociedade”; daí, a importância de reconhecermos as especificidades da chegada de novas técnicas nos contextos de subdesenvolvimento. De acordo com Santos (1975), a difusão das modernizações gera resultados diretos e indiretos na economia urbana dos países subdesenvolvidos, manifestados respectivamente nos circuitos superior e inferior da economia. Não obstante, segundo o autor, as próprias atividades do circuito superior não se definem em função da data do surgimento das modernizações, mas por sua incorporação e modo de funcionamento nos países subdesenvolvidos. Estruturalmente subordinadas às condições da modernização, as atividades do circuito inferior sofrem igualmente um constante processo de transformação e adaptação, não podendo, portanto, ser definidas como tradicionais.

A convergência lograda entre as técnicas das telecomunicações, da informática e da *internet* se revela especialmente representativa do fenômeno técnico na contemporaneidade, assim como de sua unicidade. Sintetizado, entre outros, na miniaturização alcançada pelo aparato do *smartphone*, esse conjunto de sistemas técnicos se difunde pelos territórios e pelo corpo social, afirmando-se, cada vez mais, como condição para a inserção na divisão social e territorial do trabalho. No bojo desse processo, a incorporação das técnicas materiais e imateriais do período torna-se mais acelerado também entre os agentes não-hegemônicos. Desse modo, o circuito inferior se redefine diante de sua tecnificação, a qual implica uma reorganização e adaptação cada vez mais velozes, assim como novas formas de obsolescência.

Frente à intensidade e a velocidade das mudanças em curso, cremos reconhecer diferentes etapas desse processo de incorporação das técnicas no circuito inferior, reveladas pelas recentes transformações na economia urbana das cidades brasileiras. Desde o início dos anos 2000, a crescente penetração

de aparatos como telefones celulares e computadores como instrumentos de trabalho no âmbito da economia popular, assim como de objetos de consumo entre a população de baixa renda, têm contribuído para a expansão da divisão social e territorial do trabalho própria do circuito inferior. A adaptação às modernizações atuais em meio à economia popular resultou não apenas na adaptação de “atividades típicas” desse circuito, mas também no surgimento de novas atividades e tarefas. Nesse movimento, ao realizar pequenos serviços mobilizando novas técnicas e materiais, ao garantir a distribuição de aparatos técnicos modernos oriundos de grandes empresas junto aos consumidores de baixa renda e ao oferecer serviços de reparo a esses mesmos produtos, permitindo sua reutilização, o circuito inferior acaba por exercer um papel ativo na difusão do sistema técnico da globalização. Participa, assim, de forma crescente e contraditória, da produção da unicidade técnica, a qual não se caracteriza, no entanto, pela presença exclusiva de uma única técnica, ou ainda de um único procedimento (SILVEIRA, 2011).

Nos últimos anos, porém, a intensificação, velocidade e extensão alcançadas pelo sistema técnico atual se potencializaram extraordinariamente. No bojo desse processo, o grau de tecnificação da ação diante da banalização de *smartphones* e da capilarização da *internet* representam elementos basilares da presente tecnificação (SANTOS, 1996). Esses sistemas técnicos têm levado à digitalização de diferentes esferas da vida de relações, estreitando a interdependência entre a tecnificação, o consumo e a financeirização da vida cotidiana, inclusive entre os atores não-hegemônicos em situação de pobreza.

Condição e fator de inserção na divisão do trabalho contemporânea, as novas tecnologias da informação e da comunicação têm protagonizado a emergência da fase mais recente do capitalismo, definida por autores como Srnicek (2017) como “capitalismo de plataforma”. Liderado por corporações globais multissetoriais que realizam um uso intensivo da tecnologia da informação, dos dados e da *internet* – a exemplo de grupos como *Google, Apple, Facebook, Amazon, Netflix, Alibaba, Tesla, Uber*, etc. –, consolida-se hoje um modelo organizacional hegemônico baseado no gerenciamento algorítmico e em plataformas digitais. Nesse estágio, a exploração econômica dos dados torna-se o insumo vital para a realização de uma mais valia mundial viabilizada, entre outros, pela unicidade técnica e pela convergência dos momentos (SANTOS, 1996). Enquanto um setor transversal, com aplicações sobretudo nos serviços e nas telecomunicações, o dinamismo alcançado pelo capitalismo de plataforma estaria alçando-o ao posto de um novo modelo hegemônico, com implicações diversas sobre o conjunto da economia, as condições de trabalho e a conformação das cidades (SRNICEK, 2017), haja

vista, entre outros, a difusão do uso de aplicativos e suas múltiplas implicações sociais e econômicas.

Transformações recentes na economia urbana das grandes cidades apresentam, pois, conexões diretas com os imperativos de plataformas controladas por grandes corporações cujo êxito financeiro depende, sobretudo, da adesão a formas de consumo e trabalho por meio de aplicativos. Dentre as atividades incorporadas à divisão social do trabalho do circuito inferior nos últimos anos, destacam-se, com efeito, aquelas viabilizadas pelo uso de aplicativos em telefones celulares, como as de motoristas e entregadores de aplicativos. Conforme esclarece De Stefano (2016), no âmbito dessas atividades, apenas a intermediação entre a oferta e a demanda acontece no ambiente virtual, uma vez que as atividades são realizadas localmente.

A posse de artefatos como *smartphones* e a conectividade garantida pelo acesso à *internet* entre a população de baixa renda têm permitido, com efeito, a crescente adesão a essas novas formas de trabalho. Desenham-se aí novas conexões entre os circuitos da economia urbana a partir das quais aprofunda-se a subordinação dos trabalhadores do circuito inferior aos oligopólios do circuito superior. A facilidade da adesão a ocupações como entregador, motofretista, operador logístico e motorista de aplicativos se contrapõe, porém, à assumpção da totalidade dos custos e riscos envolvidos na realização da atividade, conforme sintetiza Abílio (2017). A essas condições soma-se, ainda, a nebulosidade das normas concernentes ao próprio funcionamento dos aplicativos, garantida pela hipertelia (SIMONDON, 1958) desses sistemas operacionais. A política subjacente ao conjunto objeto técnico e uso social (SILVEIRA, 2019) em tela explícita, ademais, como se realiza uma sintonia fina da intencionalidade entre objetos e ações, visto que “a ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados” (SANTOS, 1996, p. 76).

Verticalidades procedentes de um circuito superior global vêm determinando, dessa forma, o cotidiano de uma massa empenhada no cumprimento de metas e prazos, cuja redefinição constante e obscura garante a expropriação em novas bases do trabalho desses agentes. Sujeito a formas inéditas de subordinação técnica e organizacional que conformam, por sua vez, novos canais de drenagem, o circuito inferior se torna mais pobre e dependente do superior. O êxito e o alcance dessas engrenagens têm garantido, por outro lado, a realização de ganhos extraordinários às grandes corporações detentoras de plataformas e aplicativos, ampliando não só as desigualdades e a concentração de renda, mas a própria distância entre os circuitos.

Do alargamento do consumo à financeirização da pobreza

A atual renovação dos elos de união e subordinação entre os circuitos se estende também às transformações recentes do consumo. Variável chave do período, a centralidade do consumo seria de tal ordem que, para autores como Bauman (2007), viveríamos hoje em uma “sociedade de consumidores” baseada na “refundação” das relações humanas à medida dos mercados; sendo a característica mais proeminente da sociedade atual justamente sua capacidade de comprometer seus membros como consumidores. Revigoram-se hoje, com efeito, os fenômenos de distinção social a partir das diferentes possibilidades de consumo e da busca de maior participação no mesmo (BAUDRILLARD, 1970). Esses dinamismos manifestam-se diretamente nas relações entre os circuitos da economia urbana, oriundos das diferentes possibilidades de satisfação das necessidades e carências nos meios urbanos.

Desde o início dos anos 2000, a expansão do consumo se estendeu à população de baixa renda no território brasileiro, sobretudo nas grandes cidades, alavancada pelo aumento da oferta de crédito e pela onipresença de uma psicoesfera promotora do consumismo. Desde então, esboçou-se a emergência de uma pobreza permeada por novos padrões de consumo de bens e serviços, mas também por uma nova escassez, vide o grau de endividamento entre a população de baixa renda e a retomada do crescimento da pobreza a partir de meados da década de 2010. Nessa direção, Silveira destaca o papel explicativo do consumo nos dias de hoje.

Trata-se do acesso aos novos bens, tantas vezes mascarado de afirmação social quando na realidade é uma forma de controle, e de obediência às normas que advém do processo de consumir e de um endividamento difuso da população, também uma forma de poder de uns sobre os outros. Tal desigualdade estrutural na qual escassez e consumo coexistem é herança e cenário para a atual vida de relações. (SILVEIRA, 2011, p. 45).

O crescente conteúdo técnico dos territórios vem implicando, ao mesmo passo, mudanças nas práticas, canais e formas de consumo. A expressiva expansão do comércio eletrônico nos últimos anos, potencializada pelo isolamento no contexto da pandemia da Covid-19, se reflete no aumento da quantidade de operações de compra digitais, de empresas que passaram a ofertar seus produtos e serviços pela *internet*, dos valores transacionados nesse meio, assim como pela

importância adquirida pelos serviços de entrega e pela logística (VENCESLAU, 2019). Consumo, circulação e distribuição ganham hoje novas velocidades ancorados na difusão dos sistemas técnicos contemporâneos, na densidade do meio técnico-científico informacional e na expansão dos sistemas de pagamento digitais. A retomada das atividades presenciais no Brasil não tem resultado, ademais, em uma redução das compras pela *internet*, haja vista, entre outros, o crescimento do serviço de *delivery* para restaurantes, do investimento em logística e da multiplicação das chamadas “*dark stores*” (depósitos de itens voltados a entregas rápidas) e “*dark kitchens*” (galpões compartilhados por restaurantes e lanchonetes exclusivos para entregas rápidas).

A crescente importância das operações digitais tem gerado, contudo, novos paradoxos para os pequenos negócios pouco capitalizados. Por um lado, esses agentes encontram aí a oportunidade de expandir seu mercado diante da possibilidade da criação de sites, da realização da publicidade nas redes sociais, da multiplicação de canais de comunicação e da adesão aos aplicativos, ampliando, assim, a oferta de seus produtos e serviços a outras escalas da cidade. A dependência dos menos capitalizados em relação ao lugar, à contiguidade e aos limites de um mercado circunscrito à proximidade tenderia, sob esse prisma, a diminuir. Por outro lado, o grau de oligopolização exercido pelas plataformas de compras online enquanto espaços de compra virtuais – como Amazon e Mercado Livre, por exemplo – tem gerado novas formas de dependência aos pequenos negócios, impondo crivos técnicos, organizacionais e financeiros à participação nesses canais. O reverso de uma menor dependência ao lugar se reflete ainda na quebra de solidariedades e complementaridades entre agentes não hegemônicos, rompendo relações horizontais internas ao circuito inferior.

Nessa perspectiva, se em um momento anterior o novo residia na incorporação e difusão do sistema técnico advindo do circuito superior pelo circuito inferior, hoje parece haver uma lógica inversa que se soma a essa anterior, visto que grandes corporações – como grandes plataformas de compras digitais e aplicativos de entrega – têm passado a garantir parte da circulação e distribuição da produção dos circuitos inferior e superior marginal. Uma empresa como Mercado Livre, cuja base de usuários ativos chega a 82,2 milhões de pessoas no Brasil, reúne atualmente 9 milhões de vendedores únicos que dependem, em grande medida, dessa empresa para comercializar seus produtos (PEREIRA, 2022).

A inserção em novos canais digitais controlados por oligopólios vem implicando, desse modo, a emergência de paradoxos para os pequenos negócios, cuja permanência no mercado depende da adequação a novos conteúdos técnicos, organizacionais e financeiros, haja vista as taxas e porcentagens envolvidas em cada operação, a modernização da organização e a centralidade dos serviços financeiros em plataformas de compras online (VENCESLAU, 2019). Conformam-se, assim, novos crivos entre os circuitos, inferiorizando aqueles que não logram alcançar as exigências para ingressar nos mercados digitais.

Assim como a técnica e o consumo, as finanças tecem, hoje, novos laços de união entre a pobreza e a riqueza e, por conseguinte, entre os circuitos da economia (SILVEIRA, 2019). No período da globalização, as finanças adquirem, com efeito, uma centralidade inédita na vida social, assumindo um papel determinante e cada vez mais dominante sobre as dinâmicas do espaço geográfico. Garantida pela difusão do meio técnico-científico informacional, a enorme fluidez alcançada pelo dinheiro global se ancora na unicidade técnica e temporal planetária, a qual garante, por sua vez, a realização de uma mais-valia globalizada (SANTOS, 2000).

Fenômeno de profunda dimensão espacial (FRENCH; LEYSHON; WAINRIGHT, 2011), a financeirização se completa hoje em novas escalas, capilarizando-se pelas mais diversas porções do território e pela totalidade do corpo social. Implica, desse modo, um amplo processo de transformação dos comportamentos e valores não apenas na economia, mas na política e na sociedade como um todo (Christopherson; Martin; Pollard, 2013). O cotidiano das populações em seus lugares de vida encontra-se hoje crescentemente atravessado por métricas financeiras derivadas do consumo, do parcelamento, do financiamento, do endividamento, da inadimplência, ou seja, da gestão cotidiana das implicações de compromissos financeiros.

É importante reconhecer, nessa direção, as relações entre o aumento do consumo em meio à população de baixa renda brasileira, ocorrida na década de 2000, e processos como a ampliação da oferta de crédito, a multiplicação de agentes e produtos financeiros, a expansão dos sistemas de pagamento eletrônicos e a desburocratização do crédito. O reverso desses processos resultou, no entanto, no forte avanço do endividamento, da inadimplência e da insolvência, sobretudo entre as famílias de baixa renda. A ampliação da topologia de grandes redes de varejo e financeiras também exerceu um papel importante no processo de financeirização da pobreza, ao englobar periferias e centralidades populares de

grandes cidades. Transformações significativas nas práticas e instrumentos de consumo, na estrutura produtiva, na oferta de crédito e na massa de dinheiro circulante nessas áreas (SILVEIRA, 2015) tende a redimensionar o escopo do mercado e das possibilidades de trabalho para o circuito inferior. A própria vida de relações desses lugares redefine-se diante da ruptura de horizontalidades e complementaridades entre os atores não-hegemônicos.

A voracidade das finanças segue, porém, se revigorando. Assim como observado em relação ao avanço mais recente da tecnificação, e de forma imbricada à própria universalização da técnica contemporânea, a intensidade, velocidade e extensão dos nexos financeiros se potencializaram ainda mais nos últimos anos, garantindo a realização da “expropriação financeira” (LAPAVITSAS, 2011) em novas escalas. A diversificação de agentes e produtos financeiros, o crescimento do comércio eletrônico, o avanço da plataformização do consumo e do próprio trabalho, a expansão dos sistemas de pagamento digitais, apontam, entre outros, para a multiplicação recente dos vetores de financeirização da sociedade e do território.

Exacerbada pelo capitalismo de plataforma, a possibilidade de vampirização das rendas, independentemente de sua localização, se acentua, somando-se aos canais de drenagem da poupança popular. Conforme coloca Ribeiro (2011, p. 23), os desígnios da hegemonia do capital financeiro “atravessam muros físicos e simbólicos, ambientes favoráveis ou adversos, descobrindo renovadas fontes de lucro e propiciando a concentração da riqueza”.

A grave crise social no território brasileiro, já em curso nos anos 2010 e agravada no contexto pandêmico, se manifesta hoje na retomada do aumento da pobreza, da miséria e da fome. O Brasil soma atualmente mais de 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza (Made-USP, 2020) e 27,4 milhões na pobreza extrema (FVG Social, 2021). Estima-se que 55,2% da população se encontra em situação de insegurança alimentar em 2020, índice que chegava a 85,3% entre os mais pobres (REDE PENSSAN, 2021).¹ O grau crescente de endividamento e inadimplência entre a população de baixa renda integra esse quadro, aprofundando a natureza estrutural da pobreza no país. Cabe questionar, nesse ponto, o paradoxo inerente à chamada “*financial literacy*” (educação financeira), apregoada pelo discurso hegemônico como habilidade imprescindível, em uma sociedade regida pela própria fabricação do homem endividado (LAZZARATO, 2011).

¹ Consulta de dados disponíveis, respectivamente em: <https://madeusp.com.br/>; <https://portal.fgv.br/fgv-social/>; <https://pesquisassan.net.br/>.

Reflexões finais

Conforme ensinava Santos (1978), a pobreza se define a partir dos valores, necessidades e carências de uma determinada sociedade e de um determinado período. Ao estabelecermos aqui aproximações a respeito das implicações recentes do avanço da unicidade técnica aliada à plataformização e à financeirização sobre a pobreza, buscamos compreender como dinâmicas hegemônicas contemporâneas redefinem a pobreza na formação socioespacial brasileira hoje. O empobrecimento progressivo, o aumento das desigualdades de renda e um quadro de elevado desemprego estrutural explicitam a gravidade das condições de vida de grande parte da população, em uma conjuntura de recuo dos sistemas de proteção social e de privatização de bens e serviços universais.

Ao alcançarem todos os lugares, as variáveis determinantes, tornadas hoje dominantes, garantem a reprodução de uma pobreza global de natureza estrutural. A própria expansão das variáveis é, nesse sentido, contraditória, pois define um período que é, em si, uma crise (SANTOS, 2000). A insustentabilidade estrutural desse arranjo tem levado, contudo, à emergência de formas de resistência territorializadas que se combinam a esses mesmos processos globalizantes. Racionalidades financeiras e econômicas alternativas revelam a possibilidade de outros arranjos derivados da incorporação das variáveis dominantes do período entre os não-hegemônicos. Malgrado a força dessas formas de insurgência contemporânea, cabe atentar, contudo, para o risco de sua captura e cooptação por uma racionalidade hegemônica. Conforme assevera Gaudin (1978), o excesso de poder econômico de certos agentes submete os produtivos aos improdutivos, conformando um jogo onde os grandes grupos tendem a confiscar o *savoir-faire* popular em seu benefício.

A complexidade do mundo presente nos coloca, por fim, novos desafios teóricos e metodológicos, dentre os quais a apreensão do processo de totalização, do movimento totalizador, ou ainda, dos nexos reveladores de como as variáveis determinantes tornam-se também dominantes. Nessa direção, consideramos que o constante rearranjo entre as variáveis chave do período, em prol da realização de uma mais-valia global, renova as articulações verticais entre os circuitos da economia urbana (SILVEIRA, 2015), mas expande também, em um movimento dialético, o crivo entre eles. Amplia-se hoje a concentração de capital e poder das grandes corporações, manifesta no avanço da oligopolização dos mercados e dos territórios pelo circuito superior global. Cada vez mais imerso em um processo dialético de adaptação às modernizações e empobrecimento contínuo, o circuito inferior, se encontra, por sua vez, crescentemente subordinado às hegemonias do período.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L.; MACHADO, R. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. *IHU On-line (UNISINOS)*, v. 1, p. 20-28, 2017.

BAUDRILLARD, J. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1970.

BAUMAN, Z. *Vida de consumo*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2007.

CHRISTOPHERSON, S.; MARTIN, R.; POLLARD, J. Financialisation: roots and repercussions. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, n. 6, p. 351-357, 2013.

DE STEFANO, V. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork, and labor protection in the “gig-economy”. *Comparative Labor Law & Policy Journal*, v. 37, n. 3, p. 461-471, 2016.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968 [1954].

FRENCH, S.; LEYSHON, A.; WAINRIGHT, T. Financializing space, spacing financialization. *Progress in human geography*, n. 35, p. 798-819, 2011.

GAUDIN, T. *L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?* Paris: Union Générale des Éditions, 1978.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, Employment and Society*, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.

LAUTIER, B. *L'économie informelle dans le Tiers Monde*. Editions La Découverte. Paris-France, 1994.

LAZZARATO, M. *The Making of the Indebted Man*. An essay on the neoliberal condition. Amsterdam: Agence litteraire Pierre Astier, 2011.

MONTENEGRO, M. R. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contraracionalidades do cotidiano. *Geographia (UFF)*, v. 19, p. 92-106, 2017.

PEREIRA, V. Entrega rápida dá impulso à expansão do comércio online. *Revista São Paulo*, n.p., 30 abr. 2022. Disponível em: <https://saopaulo.folha.uol.com.br/o-melhor-de-saopaulo/2022/servicos/04/entrega-rapida-da-impulso-a-expansao-do-comercio-online.shtml>

ROCHA, S. *Transferências de renda no Brasil*. O fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. da (ed.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 19-34.

SANTOS, M. *L'espace partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVEIRA, M. L. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. Em: Silva, C. A. (ed.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 35-51.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015.

SILVEIRA, M. L. Economia urbana hoje: categorias necessárias para sua compreensão. SANTOS, E.; RODRIGUES, G.; SANTOS L.; SILVA, S.; RAMOS, T. (org.). *Território, Economia Urbana e Conflitos Territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1958.

SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity, 2017.

TOCQUEVILLE, A. de. Mémoire sur le paupérisme. *Commentaire*, v. 23, p. 630-637; v. 24, p. 880-888, 1983. Disponível em: <https://www.commentaire.fr/auteurs/alexis-de-tocqueville-2066>

VENCESLAU, I. Meio técnico-científico-informacional e comércio eletrônico no território brasileiro: agentes, conflitos e estratégias. In: ENANPEGE – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, XIII, 2019. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPEGE, 2019. v. 1. p. 1-15.

COMO CITAR

MONTENEGRO, Marina Regitz. Tecnificação, financeirização e multiplicação da escassez: reflexões sobre dinâmicas e contradições da pobreza no período atual. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 323-337.



SEXTA PARTE

TERRITÓRIO COMO ABRIGO: CIRCUITOS E CENAS CULTURAIS

Roda de conversa com Allan da Rosa: Literatura, imaginários, densidade comunicacional e cotidiano nas cidades

Allan da Rosa
Mauricio Moysés
Sílvia Lopes Raimundo

A formação da roda

O texto apresentado é fruto do nosso encontro na Roda de Conversa *Literatura, imaginário, densidade comunicacional e cotidiano nas cidades*, realizada junho de 2021, durante o Seminário Milton Santos 20 anos: “Um período, uma crise: globalização e instabilidade dos territórios – por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos”. Com pequenos ajustes, necessários pela mudança da apresentação oral para a escrita, expomos a transcrição das apresentações e da troca de ideias feita por três convidados: Allan da Rosa, Mauricio Moysés e Sílvia Lopes Raimundo.



do movimento das ideias, das quebradas, porque ele desafia a superficialidade. Ele vai além do maniqueísmo, do *slogan*. Então, quando ele apresenta a ideia de Período Popular da História, quando ele apresenta o conceito de homem lento e tantos outros sobre os quais nós vamos conversar, ele desafia ideias superficiais que colocam a periferia ou a arte da periferia sempre como se estivesse em revide, sempre como se fosse contundente. E uma das coisas... aliás, uma das trincas que a nossa arte-educação pleiteia é passear desde a literatura mais ponta de lança até a literatura que topa mergulhar na simplicidade da psique de cada pessoa do cotidiano. De cada viela. Do peito de cada pessoa. E quais são as relações com a própria linguagem. Esse é um princípio. Milton Santos é sempre um oriente muito bacana pra gente, desde que a gente tope, desafie sair de uma noção idealizada de periferia, que eu confesso, 90% das vezes é a que não só nos coloca, que nós mesmos colocamos para nós mesmos, por um monte de fatores. Obrigada por chegar.

[Mauricio Moysés] Opá, com licença. Boa tarde! Para mim é uma satisfação e um prazer estar aqui com vocês para fazer esse diálogo. Eu que estou no processo de formação, não só a formação acadêmica, mas também a formação da vida e estar aqui com o Allan da Rosa e a Silvinha à convite de todo o possível que está envolvido nesse evento faz com que possamos articular ideias e trazer aqui aquilo que Milton Santos apresenta como contribuição, que é um conhecimento construído a base de muita luta de um intelectual negro que esteve à frente do seu tempo e ainda está nos colocando em provocação e sempre nos desafiando a trazer novas propostas e reflexões a medida que muitos acesso, ou como uma amiga diz: estamos num processo de reintegração de posse intelectual quando passamos a adentrar alguns espaços que fazem parte da construção do pensamento brasileiro, do pensamento do povo brasileiro, e colocando em evidencia várias reflexões que ainda não foram ditas que são necessárias à medida que nos aproximamos cada vez mais das pessoas e de diferentes problemáticas. Eu sou do interior de São Paulo, da cidade de Araraquara e tento trazer um legado histórico que foi construído de certa forma pelos meus ancestrais, que buscavam se libertar das amarras do preconceito e das amarras da escravização e de tantas outras amarras que ainda estão presentes. Atualmente, sou professor de Geografia nos anos finais do ensino fundamental 2, então há um processo educativo de formação não só no momento em que posso dialogar com meus alunos e alunas, mas no momento em que eu aprendo com eles ao trazer diferentes concepções e formas de ver o mundo. Hoje acredito que será um diálogo muito bacana e prazeroso. Espero poder aprender com todos vocês.

[Sílvia Lopes Raimundo] Meu nome é Sílvia. Sou geógrafa e educadora. Hoje, atuo como docente da Unifesp, no Instituto das Cidades, Campus Zona Leste – Itaquera, São Paulo. Também sou membro do Fórum de Cultura da Zona Leste. Agradeço a Adriana M. Bernardes Silva e, em seu nome, todas e todos os organizadores do evento, aqueles que estão no *backstage*, enfim, a todos que estão há tanto tempo organizando o evento para que tudo desse certo. Agradeço pela oportunidade de estarmos participando deste seminário em homenagem a Milton Santos. E que reflete sobre o pensamento e obra do professor. Sua leitura sobre o Brasil e sobre o mundo. E a primeira coisa que trazemos é a nossa indignação, pois não é possível começar uma atividade sem falarmos sobre tantas mortes e perdas em decorrência da pandemia causada por Covid-19 e tantas famílias enlutadas. Em segundo lugar, aproveito para falar sobre o próprio conceito de circularidade que está na base desse nosso encontro de hoje. Presente na elaboração deste evento. Como aparece no livro *Terça Afro – Território de afetos* (2016), “(...) quando falamos em roda de conversa, acreditamos que devemos ter em mente o conceito de circularidade como um dos elementos presentes na forma de pensamento e de organização social e religiosa da matriz africana, que se manteve presente na travessia do Atlântico graças a ‘transmigração’ da cultura africana”. Experiência que tem sua permanência garantida também pela presença nos espaços de educação popular e cultura. Como temos visto e experienciado há um tempo na cidade de São Paulo. Mas, certamente em outros lugares também acontecesse assim. Na Terça-Afro, nas atividades de muitos coletivos e aqui também, onde o encontro não se pautará em torno do conceito de debate, mas sim no conceito de troca-diálogo, aprendizado e produção de saber e conhecimento. É com muita alegria que trago para essa roda de periféricos Allan da Rosa e Mauricio Moysés.

Literatura, imaginários, densidade comunicacional e cotidiano nas cidades

[Allan da Rosa] A mesa tem um nome, né? Imaginário, densidade comunicacional e cotidiano. São palavras oceânicas. O imaginário de uma quebrada é uma teia. É uma teia. E que muitos e muitos anos são necessários para conceber a minúcia da quebrada. Quando a gente pega grandes artistas ou artistas miudinhos ou enciclopédias como, por exemplo, os saberes da capoeira, a gente descobre o que sempre esteve ali. E que talvez o maniqueísmo, a vontade de escolher um

herói, um lugar heroico ou de escolher uma saída. Que não é muito diferente do que sempre fizeram, né? Com a colocação da utopia nos nossos ombros. Muitas vezes os ombros pretos serviram para carregar a utopia de outros, mas na hora de partilhar o bolo da utopia, o que era recheado era considerado como radical demais ou ingênuo demais. Então, a absorção dos nossos problemas, o uso político das nossas imagens é um grande dilema, que acredito que Milton Santos já denunciava e dedilhava.

A luta por consolidar toda gama de imaginários que a gente tem. Imaginário místico. Imaginário heroico. Imaginário da partilha. Imaginário bélico. Tudo isso que compõem cada esquina. Aqui onde eu moro, em Americanópolis, zona sul de São Paulo, mas também compreendo e percebo em várias outras quebradas por onde já pude rodar, um viés dessa “ameficalatina”, que Lélia Gonzalez tão bem nomeou assim: “ameficalatina”. Ela traz várias questões pra gente. Uma delas, só para começar, é pelo que já conversaram no primeiro encontro os porquês e os poros das fronteiras, das fronteiras nacionais, inclusive.

Como que um povo preto, por exemplo, pode compreender o seu espaço e o seu território, compreendendo o que é tão específico diante das histórias, das técnicas, do cotidiano de cada lugar, das linguagens de cada lugar, dos anseios de cada lugar, seja a necessidade de uma vacina, seja a necessidade de uma linha de ônibus? Ou ao contrário, a necessidade de um espaço aberto?

O Professor Rafael Sanzio, geógrafo da UnB, ele sempre falava de uma marca, uma configuração territorial das favelas. Pelo menos até os anos 1980, a década perdida, ainda era muito forte, que era a centralidade de um espaço vazio dentro das favelas. A isso torna o campo de futebol, isso se torna um encontro para o lazer. Mas, aquilo que parece vazio dentro de uma lógica do mercado, ao contrário, ele é fértil. Fértil justamente porque cabe muitas coisas nele.

Quando a gente pensa dilemas, por exemplo, dos povos pretos dessas Américas todas, a gente tanto pensa as diferenças das histórias nacionais, como que as ideias de nação foram sendo colocadas, vampirizando, chicoteando, ou idealizando esses povos pretos que ao mesmo tempo que são centro são beirada. Então é complexo de ver com essa dupla consciência que deixa de ser dupla para ser tripla que a gente vive também nesse movimento entre os espaços.

E como estou falando de centro e de beirada, estou falando de instituições, tô falando de movimentar a economia e tô falando de estar dentro, ocupando espaço das figuras nacionais. Muitas vezes a gente tem nossas estéticas apropriadas e anestesiadas pelos discursos oficiais, né?

Esses discursos oficiais vêm desde os mais sanguessugas avassaladores até aqueles que durante muito tempo e até hoje falam em nome do povo. Até porque se pensar em um Período Popular da História, a gente tem que pensar como é complexa a ideia de povo. Nos últimos tempos, só não viu quem não quis ver lugares que eram tidos como ninho da liberdade, como Quilombos, dentro de si, traziam muitos discursos autoritários. Talvez porque são feitos de seres humanos. E seres humanos têm tanto imaginário de partilha, do ninho e da solidariedade, quanto na sua própria instiga, seus próprios impulsos, também imaginário, inclusive do ódio. Cada vez mais fomentada, cada vez mais esses pássaros crescem e a asa toma sombra do lugar.

O Milton Santos deu aula em Dar-es-Salaam, deu aula na Tanzânia, onde também Paulo Freire deu aula, onde Angela Davis passou, e onde tantos intelectuais dos anos 1960 e 1970 foram. A Tanzânia foi um lugar muito especial no imaginário africano após as independências, após a descolonização diante dos países europeus. Ali foi um caldeirão de ideias. E quais eram os dilemas que hoje talvez ainda nos referenciam nesses lugares e que incentivaram Milton Santos em seu pensamento? As questões entre autenticidade de lugar e universidade. Isso que Fanon já apresentava e que está presente nos dilemas desses intelectuais. Como substituir uma ideia de humanismo universal tão branca por (não julgando a ideia de humanismo, nem de humanidade no lixo) para uma ideia mais porosa, mais múltipla. Isso que a Professora Arroyo falou dos Estados Plurinacionais que ocorreram aqui na Bolívia. As ideias de plurinacionalidade ocorridas aqui no Equador, mais no eixo de uma ancestralidade, de uma presença contemporânea indígena.

Milton Santos também lidou com isso quando passou em África, a lidar com dilemas, o papel do Estado, o papel do mercado, o papel de uma autenticidade atribuía ao lugar. E o papel dos movimentos sociais que lidavam a isso desde a idealização do que viria ser o pós-colonial até com a realidade crua daqueles governos que beiravam entre o autoritarismo e a incapacidade de lidar com as suas elites e ainda com seus colonizadores que continuavam dando as cartas. É muito importante pra gente pensar nisso quando a gente olha aqui na quebrada, a gente percebe como nossos movimentos trazem isso, eles trazem a curva, muito mais que a linha reta.

O que está sendo dito? Muitas coisas estão sendo ditas na mesma palavra. Então, você leu o mercado usando e abusando. O grande mercado, vampiro, usando e abusando das ideias de poder periférico. E isso já tem mais de 10 anos. A gente também tem vontades de conforto que em alguns momentos passam a ser vislumbrados pelas vontades de aquisição. A gente vê a diferença

no linguajar, a diferença no verbo de, por exemplo, uma leva de *Raps* para uma outra leva de sons hoje que mantém o *Boom Bap*, mantém a célula $\frac{3}{4}$ como é da nossa essência ancestral, estética musical.

E como já o que se pleiteia é diferente, né? Então tudo isso serve para compreender a complexidade do que é o cotidiano na quebrada. Essa densidade comunicacional que passa pelas técnicas, pelo acesso às tecnologias, que passa pela carestia, mas também passa pelo desejo contemplado de encontro.

O Professor Milton Santos deixou nítido pra gente como já no final dos anos 1990 o ideológico está em tudo. Qualquer linguagem está pingando ideológico, mesmo aquela que se pretenda ser unilateral ou se pretenda pura. Então, a todo instante nós vemos hoje a propaganda utilizando o que é mais pulsante, o que é mais vibrante. Não só das nossas artes, mas das nossas heranças ancestrais. E como não me canso de dizer, são contraditórias. Enquanto a gente não apurar as análises e não contemplar os sintomas como se os sintomas fossem exames, a gente vai continuar pisando na idealização que se faz das nossas próprias quebradas. Eu sinto que o Milton Santos ajuda a gente compreender como não história (já que colocaram ele dentro de uma linhagem dos chamados intérpretes do Brasil, Furtado, Caio Prado) eu sinto que ele contempla muito bem como a luta por humanidade, a luta por si nomear como ser humano ainda para povos pretos e povos indígenas desse país, ainda é uma luta de ponta de agulha. Porque não se trata de inserção, mas se trata de assunção de si, se trata da compreensão de si como gente. A própria ideia de periferia pode ser algo superficial.

Eu ‘tava conversando com um amigo de Porto Alegre, um jovem estudante poeta, que mora na Restinga e que tem família na Lomba do Pinheiro, nas áreas periféricas de Porto Alegre. Ele dizia que quando pessoas brancas nessas favelas acessam seus sobrenomes italianos ou alemães isso serve para lhes garantir uma ideia de humanidade. Ou seja, aquilo que W. E. B. Du Bois já apresentava como salário ideológico. Quais são os bônus ideológicos pagos diariamente para as pessoas, mesmo as mais pobres como no caso eles se referiam aos brancos pobretões dos EUA na virada do século XIX para o XX. Mesmo a essas pessoas é pago o bônus ideológico, o salário ideológico. Isso ainda está aqui no cotidiano.

São muitas conversas pra gente ter a partir da métrica oferecida pelo Milton Santos. Pra gente não entrar naquilo que parece nos fortalecer, mas que nos diminui, que é a idealização do nosso cotidiano e que impede com que a gente entenda as relações espinhosas, delicadas, sensíveis, entre cotidiano e povos das periferias e Estado. Entre povos das periferias e espelho. Entre cotidiano e povos das periferias e diferenças entre pobreza e humanidade.

Então para começar, poderia ser essas dúvidas que me recorro a partir das leituras que fiz de Milton Santos ficaram espetando a minha orelha e me ajuda no que eu escrevo. Eu sou escritor de ficção. Eu escrevo teatro. Eu escrevo contos. Escrevo cartas. Meu doutorado são cinco cartas para cinco homens pretos ancestrais na cidade de São Paulo. Então, a primeira carta é para um homem chamado Claro, que era um homem escravizado que em 1850 sabia escrever, 0,01% dos homens pretos sabiam escrever. Depois, escrevi para o seu Ditinho, que era craque do São Geraldo em um time de futebol da Barra Funda, quando jogadores negros não podiam jogar em times de futebol na capital. A outra carta escrevo para Mariano, que foi alforriado pelos benevolentes excelsos brancos que lhe libertaram, que disseram: “agora que você é livre, você precisa fazer isso...”. Então, Milton Santos ajuda a se comunicar com os nossos ancestrais sem colocá-los numa moldura ideal. Sem que pregue nas costas dos nossos ancestrais ditos que são de agora (nossos) e, ao mesmo tempo, que a gente possa ouvir os dilemas antigos que ainda são presentes.

[Mauricio Moysés] Existem vários pontos que o Allan destacou que nos fazem guiar não somente para agendas de pesquisas no campo da construção do conhecimento na Universidade, como também estão presentes no debate de movimentos culturais, sociais e artísticos que procuram se manifestar de alguma forma. Falo da minha parte, sobretudo, como tive contato com a obra do Milton Santos *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, eu conheci esse trabalho no ano de 2005, a partir de um amigo, o Marquinho, vulgo China, um *hippie* que me apresentou a obra do Milton Santos que até aquele momento eu não conhecia, pois eu não fazia nem ideia que eu entraria na universidade, e na vontade de construir algo, de construir um movimento de me manifestar e colocar ao que estava dentro de mim para fora, a gente entra em contato com as pessoas coincidiu de Milton Santos nos conectar nesses pontos reflexivos.

Não só as ideias que Marquinho “China” passou para mim em relação a obra do Milton, mas também o potencial que a literatura, dita literatura marginal ou literatura periférica, mas uma literatura que estava muito mais próxima dos nossos iguais e eu me vendo em tudo aquilo que era proposto. E a literatura construída até mesmo com o próprio Allan da Rosa, mesmo sem conhecê-lo pessoalmente, eu tive contato a partir da produção da criação da Edições Toró, com a obra de Dugueto Shabazz *Notícias jugulares*, pois foi um impacto ao saber que havia alguém conversando comigo cujo eu não conhecia e nunca havia visto.

Então, há um “q” de ancestralidade que estava se conectando em momentos totalmente distintos. E com a literatura você passa a fazer contatos com outras pessoas que estabelecem o mesmo diálogo, tal como, Alessandro Buzo, realizando coletâneas conectando pessoas de diferentes partes do Brasil, o grandioso Preto Ghoetz com *A sociedade do código de barras*, um livro que fez com que a minha geração pudesse estar integrada, e o escritor Rodrigo Ciríaco com uma obra também publicada pela Edições Toró, *Te pego lá fora*, e que depois de muito tempo eu não sabia que me tornaria um professor de Geografia.

Eu via muita coisa do *Rap* integrando todos esses pontos. Literatura e *Rap*, o *Rap* e a literatura ora em alguns momentos elas se confundem, mas estão relacionadas a construção do de um pensamento e conhecimento que é da cultura *Hip-Hop* que a partir de livros e revistas, como a revista *Rap Brasil* que foi muito importante para uma geração, pois formou muitas pessoas, a revista *Caros Amigos*, eram os materiais que chegavam até nós fazendo um diálogo entre literatura, *Rap* e *Hip-Hop*. E também temos que considerar a formação de uma geração mais antiga que rodou no moinho de vento na estação São Bento do Metrô de São Paulo, na transição do *break dance* para o *Rap* no fim dos anos 1980 com o lançamento da coletânea em vinil “*Hip Hop cultura de rua*” e tantos outros materiais que foram importantes para uma geração que me formou e continua formando.

Há um elemento que eu gosto de enfatizar que é a manifestação artística, antes de tudo, que é a literatura, o *Rap* e o *Hip-Hop* que se concretiza no período demográfico da história, cujo Milton Santos nos alertava para a expressão “período popular”. O popular pode muitas vezes ser confundido, pois que popular seria esse?

Se pegarmos o período atual e a manifestação que ocorre a partir do momento em que um genocida chega ao poder acaba sendo uma expressão onde o “popular” se dá com maior influência de cultura, que cultura é essa? Uma cultura de massa, uma cultura de massificação, de padronização, de pasteurização. E há uma cultura popular, a cultura que vem do povo que reforça identidades que emanam de resistências e existenciais, da necessidade e da sobrevivência na busca pela liberdade por conta das amarras construídas em séculos de opressão.

A literatura e o *Rap* vem com uma leitura do que é a quebrada na metrópole. Quer saber o que é a quebrada? Vá ouvir um *Rap*! Mas ouça um *Rap* de peito aberto, pois a batida é cadenciada, será repetitiva, pois nem todo mundo tem condições de produzir um som da forma como sempre sonhou e vai “loopar” mesmo o *sample*. Aí você acompanha o ritmo, a cadência e se envolve na roda e começa o diálogo. Mas vá de peito aberto, não vá de longe com um olhar distante.

Foi assim que, sobretudo eu, fui me colocando na condição de observador das quebradas brasileiras, pois o que vinha para nós, também vinha por uma imposição. O *Rap* feito nos Estados Unidos vinha como uma imposição e não sabíamos traduzir as letras para saber qual era a real do conteúdo que estava sendo narrado. Mas no *Rap* feito no Brasil, era diferente. Havia conteúdo crítico em forma de arte e também havia conteúdo em forma de movimento das posses, dos selos e organizações sociais não só para um grupo específico, mas para toda uma geração. Então o *Rap*, nesse sentido, a meu ver não seria um retrato da quebrada, mas um movimento portando uma cena e circuitos.

O Allan chamou atenção para a densidade técnica, e também reforço essa questão, pois revelam contradições, complementaridades e revela interdependência entre diferentes densidades, sendo a densidade técnica, informacional e normativa que se apresenta como verticalidade que ao incidir no campo horizontal, da horizontalidade essas verticalidades e horizontalidade atuam ao mesmo tempo, tem-se a força da densidade comunicacional e social que não deixa de ser interesse das verticalidades, mas há também peso, força e unidade, pois está em coexistência. É só olharmos para a construção do *Hip-Hop* e do *Rap* nos anos 1990 até chegar nos anos 2000 com maior massificação e empiricização técnica de todo o instrumental tecnológico como suporte para que se tenha uma virada.

Se fala da grande virada, da grande revanche do território, há um sentido que é pontual e datado e vem sendo construído desde a primeira metade dos anos 1990 chegando com força nos anos 2000, onde *Rap* e literatura começam a se massificar por diferentes territórios e territorialidades até chegar na Universidade. Quando entramos na Universidade, a Universidade acha que entramos vazios, sem fazer qualquer ideia que o vinil é o nosso escudo. Um escudo para as ideias e reflexões para a construção do conhecimento.

Muitas vezes até subestimamos as nossas relações. É a partir do momento da entrada das pessoas das quebradas na Universidade que a teoria do Professor Milton Santos se reforça, pois a diversidade a todo momento é contemplada. É esse momento de entendimento do espaço geográfico, sendo possível, a partir do espaço banal, nós vamos entender esse cotidiano do processo de construção não só do pensamento, mas da forma de se presenciar o período demográfico da história. Que é diferente do território usado, pois a partir do território usado podemos entrar por diferentes frentes, sejam elas na dimensão vertical, ou na dimensão horizontal que são contraditórias, complementares e interdependentes uma não se realiza sem a outra, pois são pares dialéticos. Mas a dimensão do espaço banal contempla tudo e a todos envolve o território usado contido nele.

As culturas são reveladoras disso, a cultura produz a identidade, a identidade do lugar como menciona Stuart Hall, a questão cultural em relação ao negro, em relação a quebrada não é arqueológica, ela é genealógica. É uma relação ancestral que move essa forma-conteúdo de pensamento em diferentes escalas. Para Milton Santos a escala é tempo, duração, alcance de até onde se chega a forma como se expressa por isso é importante fazer a leitura do tempo rápido, do espaço luminoso e do tempo lento, do espaço opaco e como o espaço luminoso está contido no espaço opaco e como o opaco busca essa virada em relação aos espaços luminosos e ao tempo rápido nessa velocidade da aceleração contemporânea frenética que ora suga, atrai, coopta, mas que também enfrenta diante da necessidade e diante da busca pela liberdade a existência, a sobrevivência e a consciência de quem busca se manifestar artisticamente e produzir conhecimento como é o caso da cultura *Hip-Hop*.

[Sílvia Lopes Raimundo] Obrigada, Mauricio. As falas de Maurício e de Allan me lembraram bem minha caminhada. Porque conheci o Professor Milton Santos durante a graduação, como estudante de primeiro semestre. Mas depois o reconheci novamente nas pessoas, artistas, produtores, ativistas que encontrei durante o trabalho etnográfico que fiz. O reencontrei a partir das falas dessas pessoas.

Então, fico imaginando como o Professor Milton Santos, que teve essa trajetória pós-exílio, saindo da Bahia e indo para tantos lugares, trabalhando em lugares distintos, em continentes distintos, onde pôde também se reencontrar com referências, bibliografias e fazer outras leituras, e isso certamente causou um impacto na sua obra, na sua trajetória intelectual, entra na periferia? Como é que ele é tão citado? Como ele aparece com tanta frequência nas falas? E aí fico pensando que talvez a inserção do Professor Milton Santos tenha vindo por três possibilidades.

Primeiro, é a quantidade de intelectuais orgânicos formados em geografia. De professores e intelectuais orgânicos que estão atuando e militando por dentro dos coletivos culturais. Que estão escrevendo em uma diversidade de linguagens e fazendo arte, artes plásticas e teatro de rua. São professores/as de geografia e intelectuais orgânicos trabalhando na organização da cultura. Além dessa possibilidade também tem a disseminação da sua leitura a partir desses intelectuais orgânicos, desses professores/as. E a busca dos movimentos pela leitura de autoras e autores negros. De onde emerge o interesse por ler o Abdias do Nascimento, ler Beatriz do Nascimento e ler Milton Santos, entre outros. E a percepção que a geografia explica a periferia e sua condição. Então, a partir

dessas chegadas, e devem ter outras, ele esteve muito presente nos discursos que encontrei ao longo da minha caminhada pelos coletivos, contribuindo para que esses intelectuais e escritores das periferias pudessem fazer uma leitura sobre o lugar da sua existência, sobre o país e sobre o mundo também. E, vem um período em curso, vivenciando como o Mauricio falou há pouco, já trouxe para a gente, ideias sobre esse novo período que emerge.

O Professor Milton Santos escreve num período chamado técnico-científico informacional, com uma densidade informacional e técnica, mas que ele consegue – com clarividência – ver o surgimento de um novo período (o Período Popular da História).

Milton Santos já tinha falado e escrito sobre cidadania, território e cultura. Sobre direitos humanos. Quando ele vai percebendo que esse novo período está emergindo a partir de observações da cultura. Que não é a cultura de massa, mas a cultura popular. Então, ele vai colocar essas duas culturas frente a frente pra gente percebê-las. Uma cultura de massa que vem apoiada pelas grandes empresas, que vem de cima para baixo. E a cultura popular que vem de baixo, que vem do chão, que vem do território a partir da multiculturalidade sobre a qual o Mauricio também trouxe pra gente. E o Allan lembrou da importância da ancestralidade. Pois, somos da periferia, filhos, netos, bisnetos, de ancestrais indígenas, ancestrais que vieram da diáspora das Áfricas. De migrantes nordestinos que também vêm dessas origens e trazem essa riqueza cultural para a cidade de São Paulo. E que certamente muda, constrói um olhar nosso, diferente não somente sobre o nosso lugar, o nosso pedaço, a nossa quebrada, mas também sobre o mundo.

Nesse período popular da história que se anuncia, os coletivos assumiram um papel, porque dentro desses coletivos que a gente percebe as ações, atitudes, criações de atividades, posturas e também criação de novas narrativas sobre os lugares justamente se apropriando das tecnologias possíveis de acessar para mostrar outras histórias, inclusive se apropriando de lugares, formas-conteúdo para dar outra função como acontece com as ocupações que são ocupações culturais e artísticas, mas que também são ocupações políticas. Porque são lugares que estavam ociosos, abandonados e que a partir da ocupação tomam um novo sentido naquele bairro que vive uma escassez histórica e que somente conseguem dar um salto de conquistas a partir de muitas lutas. Os filhos da geração que lutou por equipamentos de educação, saúde, por creches, abertura de salas de aula noturnas, por asfalto, por saneamento básico, por linhas de ônibus, preservam a capacidade de imaginar futuros.

Entre esses, jovens e “pontas de lança” buscam organizar a cultura. E “não romantizando”, acho que o Allan falou sobre isso: pensar a periferia sem idealizar, mas destacando a forma como as coisas estão acontecendo a partir do cotidiano na cidade de São Paulo e da luta. De lutas que vem acontecendo desde as décadas de 1970 e 1980, com um reflexo grande nas periferias de São Paulo, pois na década de 1990 e início dos anos 2000, há um acirramento violento do neoliberalismo e das políticas neoliberais. De tudo aquilo que aconteceu desde então, do desemprego, de um certo desalento. E isso coincidindo com as mudanças territoriais das dioceses da igreja católica em São Paulo e a perda de espaços de convivência e reflexão. Pois, as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] foram muito importantes para a organização dos movimentos populares, especialmente nas Zona Sul e Leste do município de São Paulo.

Os jovens passaram a se organizar em coletividades que a gente posteriormente chamaria de coletivos culturais. E essas coletividades, entre outras atividades, organizam-se a partir da escrita. Que podiam aparecer nos saraus. E, posteriormente, vão aparecer nos *slams*. Nos saraus como um “sequestro” da literatura da classe dominante, tanto na leitura, como na produção. Como o Professor Antônio Candido escreveu sobre a busca do direito à literatura, representado não somente através do acesso à leitura, como também da produção de seu próprio texto, da escrita, da edição e da venda.

Nos coletivos, a gente percebe, inclusive agora nos últimos anos, têm produzido obras sobre a própria memória – a história do movimento cultural e a história do próprio coletivo que também é um outro momento no qual a universidade é bem-vinda. Há um diálogo profícuo. Não há negação. Mas, também há uma autonomia na produção de seus próprios textos, na divulgação, distribuição e fruição de seus textos. A periferia escreve sobre seu próprio cotidiano. Cotidiano que parte do lugar das nossas relações mais próximas. Cotidiano que traz o sentido da existência da periferia e tem aparecido nos textos e nas atividades como sarau e *slam*.

Essa mesma periferia traz uma característica importante que está na criação de redes de solidariedade, de trocas, de proximidade, inclusive na experiência de um feminismo diferente. Um feminismo que vem das práxis do cotidiano. De mulheres que fazem o “feminismo comunitário”. E que também está relacionado com a ancestralidade e a história das mulheres. De mulheres que não vivem a privacidade de lugares centrais, luminosos onde as pessoas vivem mais fechadas. Mas, daquelas mulheres que representam a periferia.

E por isso que a periferia para o Fórum de Cultura da Zona Leste é um conceito feminino. É de uma periferia que cuida. De uma mulher que cuida da outra. De uma prática de observação e cuidado. No cotidiano para as pequenas coisas e inclusive quando acontecem casos de violência doméstica. A criação desse feminismo a partir do lugar e de uma prática cotidiana.

E isso está na nossa formação também. E acho que está no que o Allan da Rosa falou. E essa organização toda nos ajuda, nos possibilita, enquanto sujeito político, produzir conhecimento e pensar formas de resistência e insurgências a inúmeras opressões criar ações que são políticas e culturais. Culturais e políticas, ao mesmo tempo. Para lutar por direitos que historicamente foram negados. E assim, promover ações e intervenções culturais e urbanas que vão fortalecer os valores ligados à cidadania, um conceito que também foi tão caro ao professor. A ideia de cidadania mutilada e da cidadania que não será dada, e assim como a democracia, somente será alcançada a partir do exercício da luta. Da busca incessantemente. O que vai qualificar uma pauta da luta por direito à cidade, por direito territorial, por direito ao entorno.

O *Slam* da Guilhermina acontece num espaço anexo à estação Guilhermina-Esperança do metrô de São Paulo. Onde não é necessária uma infraestrutura sofisticada. A história dos coletivos culturais vem um pouco nesse sentido. O quanto é dependente do sarau, assim como o *slam*, uma atividade que pode se realizar com pouco recurso. Como aconteceu na Cooperifa e em outros saraus da zona sul. De você estar em um bar. Estar em algum lugar usado para outra atividade, outra função, onde a pleno pulmão, mesmo sem microfone, você pode ler o texto que escreveu, pensar sobre você e tocar o outro de alguma forma. E fazer o outro sentir também.

E se de alguma forma tiver condições de se apropriar de uma tecnologia e ter equipamentos, isso pode ficar mais potente e alcançar mais pessoas. Pode ir para espaços abertos. O *Slam* da Guilhermina funciona em um espaço de passagem, quase sem equipamentos, e a cada noite de sexta-feira alcança muitas pessoas no entra e sai da estação do metrô. Uma caixa de som, [microfones] e um lampião para iluminar. O vencedor do *Slam* da Guilhermina é chamado slampião, pois é o campeão de um *slam* que acontece naquela baixa luminosidade [os mais roots do Brasil, como os próprios criadores dizem].

Atividades que acontecem em lugares opacos, em princípio por essas verticalidades sobre as quais o Maurício falou, mas quando a gente olha as fotos das atividades, imagina a potência de outras áreas. Outros pedaços e quebradas da cidade são muito potentes. E a gente pode imaginar que se troca

esse opaco por luminoso. Aquilo que é em princípio opaco pela verticalidade dos investimentos, torna-se luminoso pela cultura que é rica e muito diversa.

Há pouco tempo participamos de uma audiência pública cidadã, ocorrida na sede da Cia do Pessoal do Faroeste. Allan, não sei se você lembra. Depois de muita pesquisa realizada pelas coletividades, feita sobre as diferentes linguagens artísticas e apresentada para o secretário municipal de Cultura da cidade de São Paulo e equipe, o próprio secretário demonstrou não ter entendido muito bem a diversidade de linguagem trabalhadas por esses coletivos e artistas, tão pouco sobre a potência do lugar e os problemas que atingem a cultura e a arte na periferia. Para o secretário, a luminosidade está no centro, em lugares como a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, vista por ele como um farol que ilumina toda a cidade. A jornalista e mestre pela FAU/USP, Gisele Brito, inspirada nesse episódio, escreveu um artigo sobre os novos faróis para o planejamento urbano. Porque logo depois da audiência e da fala do secretário, o movimento cultural fez um mapa onde cada Ocupação Cultural foi representada por um pequeno farol. Um mapa feito com intuito de mostrar que a luminosidade da cidade não vem exatamente do Teatro Municipal, da Biblioteca Mário de Andrade e de outros equipamentos públicos localizados na área central, mas sim das Ocupações Culturais das periferias, onde acontecem muitas ações e atividades.

Considerações finais

[Allan da Rosa] As pessoas fizeram muitas perguntas. As cartas? Vou defender o doutorado dia 30... quarta-feira com transmissão aberta pela videoteca... O tema. A Professora Mónica Arroyo perguntou. São cartas para compreender quais eram as situações desses homens pretos nas diversas fases da cidade de SP, desde 1850 até agora. Carta ao meu finado pai, tem várias outras questões.

Você falou de opacidade. Opacidade para nós sempre foi um valor. Quando a gente estuda a inteligência negra, quando a gente estuda a presença. Fazer dentro desse regime de transparência total que quer vigiar, quer guardar, que quer instituir o luminoso, o heroico. Fazer a finta, fazer o sumiço acontecer, conseguir não ser mapeado, ser detectado. A lei de fomento às periferias, via imagens. Estive em vários lugares com várias dessas pessoas. E a análise minuciosa do movimento das periferias. O Fofão está aqui. E eu tava lá sexta-feira. Uma análise minuciosa. É uma relação contraditória. O contraditório não é negativo. Negativo é negar o contraditório.

Uma relação contraditória, circular entre a opacidade e a transferência com o Estado. O que se quer quando se quer institucionalizar? Eu não vou citar nomes, mas vários desses lugares são apresentados como autônomos (primeiro a gente tem que tomar cuidado para não cair. E você não fez isso). Para não cair numa valorização da precariedade. Essa romantização da precariedade, às vezes derrama, transborda dos discursos.

Quando falei da idealização, os grandes bancos patrocinam a rodo ideias de favela, ideias de periferia. Então, não são autônomos, não são independentes. Isso também não se trata de uma vilanização. Não, não. A relação é muito mais complexa. Basta a gente olhar 500 anos de história para ver que entre o Estado, o mercado e a comunidade, muitas, muitas encruzilhadas se bordaram. Aí também está. Há uma anestesia.

Quando falo de uma idealização, é aquela que não dá conta de compreender que aqui há discursos libertários e há discursos bolsonaristas. Quando a gente idealiza a periferia como espaço de liberdade, a gente deixou de passar muitas coisas, muitas coisas. Quem convive sente-se até ofendido ou iludido ao perceber esse tipo de discurso. Então, não só de igrejas que oferecem abrigos comunitários e por outro caminho vampirizam ou manipulam. Não, de várias formas as relações com essas técnicas comunicacionais trazem devaneios. Devaneios materiais. Elas trazem devaneios materiais. Elas trazem devaneios de poder. Então, quando a gente fala de imaginários na periferia e que a gente tem vários tipos de imaginários, ou várias estrelas que têm numa constelação, num bairro, numa quebrada.

O que eu acho que é pior e que a obra do Milton Santos nos apresenta com galhardia é a ideia de superioridade moral. Seja por sua raça, seu gênero, sua nacionalidade ou por seu espaço-território. Compreender nessas obras as várias formas de fintar. Porque há algo na elite brasileira, há algo na casa grande brasileira – a historiadora Ângela Alonso mostra muito bem. Olha a contradição. Nós pretos, ao meu ver de forma correta, louvamos e celebramos a habilidade de abrir frestas. A gente louva quando abre fendas. A gente louva nossos ancestrais terem aberto fendas.

Ao mesmo tempo os barões, os magnatas, são mestres em controlar frestas, em lacerar frestas. E é nesta tensão que está a criatividade, que tá inclusive os desafios internos, as divergências. Porque a gente pensa nesse movimento cultural.

E a gente falou de periferias só de São Paulo. Se a gente pensar em outros lugares, outras quebradas são muito distintas. E uma coisa é você ser periferia, e tudo é muito relacional, não é Europa. Eu já estive nos Estados Unidos falando e vi pessoas do Leblon. Leblon é área de quebrada. Antiga do Monsueto, Morro

da Catacumba, Favela do Pinto. Era um Quilombo no século XIX. Se tornou o que é porque a vida gira. Essas pessoas. Silviano Santhiago, um crítico literário, já apresentava. Essas pessoas já se apresentavam como periferia do mundo. Elas se apresentavam somos oprimidos, porque somos a América Latina. Mas, aqui elas estão em outra sintonia. Então, qualquer noção fixa de identidade, ela tem um desafio. O Maurício citou o Stuart Hall, mas outras pessoas também já pensam nisso. Lélia Gonzalez pensava nisso muito bem... pensar os ganhos e as perdas. Da gente firmar uma ideia essencial do nosso ser periférico preto, mulher indígena ou nordestino. A gente vê aí a moça que ganhou um programa. Um programa de tortura nacional que é dois meses das pessoas se digladiando. A pessoa mora em Campina Grande. Não. Ela morava próximo a praia em João Pessoa. E ela vendeu uma ideia, um imaginário periférico, cangaceiro que tá nas vitrines.

Então, isso é não idealizar. Isso é compreender. Porque é tão palatável pra essas grandes forças lidar com a identidade que vende e anestesia o que não vende. Por isso, é louvável sim pensar no movimento cultural das periferias e muitos outros movimentos dos Brasis fazem ao pensar as relações de institucional, comunitário, as relações dentro do próprio quintal, sem idealizar. Então, acho que a gente tem um desafio. Perceber que um discurso, um discurso de uma identidade forte, ele tem ganhos porque ele mobiliza, mas ao mesmo tempo ele tende a fixar. Ele tende a superficializar a nossa compreensão. Mas, se a gente só frisa o movimento também, a fluidez, as relações, muitas vezes a gente pode perder, pode perder as vigas, pilares ancestrais.

O Maurício falou sobre o ritmo. Vou dar um exemplo. Semana passada puxei um curso sobre a obra do Jorge Ben. Isso aí era para seis meses de conversa. Desde as texturas sonoras, desde o seu verbo, canto, ele é um estuário estético, várias águas. E você tem um cara que cantava Zumbi na guitarra elétrica em 1976 e se diz apolítico.

E ao mesmo tempo ela tá cantando Patropi. Moro num país tropical. Isso confunde. Confunde porque a opacidade. Dibre (não é drible que é esquiva em inglês). Dibre vem de dibu de Kikombo que significa discurso. Confundir para não tomar solada na barriga. A gente tem que confundir.

Hoje a gente tem anseios de representatividade. Anseios superficiais de representatividade. Que nada mais são, porque são fundamentais, importantes. E que se adaptam ao jogo da representatividade anestesiada. A representatividade pelo mercado. E não pelo direito de confundir. As transexuais negras de Manhattan, os capoeiras, essas pessoas negras de quando as cidades começaram a florescer no século XIX com mais força. Como é que tinha que sumir. Como

é que tinham que confundir a vigilância? Isso é uma ancestralidade. O que não se diz. Não, não é difícil eu chegar agora numa roda e fazer em verso viva a periferia ou qualquer identidade pra ganhar palmas. E tudo bem.

E a gente pode conversar sobre o que é competição. Muitas coisas não são ditas e estão nas entrelinhas. Esse é o poder da imagem. A imagem não é um conceito quadrado. E isso acontece. Isso acontece. E a literatura pode servir para isso. A literatura ainda é um espaço onde a gente pode tá livre da manipulação do mercado. Você está lendo um livro. Por isso as ideias podem ser de todo tipo. Não vou idealizar o livro. Mas, não tem uma propaganda entre um vídeo e outro. Como no *YouTube* não tem o patrocinador falando vamos patrocinar esse sarau e não outro, por isso, por isso, por aquilo.

Quando a gente fala de não idealizar, é que a gente tá no meio. E a gente compreende que essa desgraça que nos abate, que atualiza o escravismo brasileiro. Foi eleito um presidente que é um nazi patético. Ele foi eleito. Pessoas aqui da favela onde estou, aqui debaixo da palafita, votaram nesse cara. Por quê? São da quebrada. Enquanto a gente não pensar que essas são linguagens, densas e cotidianas. E apenas exaltar. A gente não vai dar conta. A gente vai viver tentando fazer o gol dois dos 7×1 de cada dia. Então eu penso que as cartas que eu escrevi e muitas outras pessoas que nos orientam, elas nos fazem perceber que essa lógica eurocêntrica da transparência, da linearidade, que exime a contradição, não é uma lógica nossa.

A rítmica africana, por exemplo, ela não é uma rítmica previsível. Eu falei de Jorge Ben. Tem assimetrias na musicalidade dele. Por isso que ele confundiu. Ninguém sabia falar se era samba. Se era *rock*. Se era bossa. Isso é nosso. E isso vive num constante vai e vem. E finta. Entra. Queremos institucionalizar? Também não queremos. Queremos estar no mapa? Também não queremos. Isto também é saber. Fala muito em decolonialidade e epistemicídio. Mas, muitas vezes a gente usa os óculos ou a moldura que agarra nossas tintas. E a universidade que vê a gente como exótico. Quando você questiona na arte desde os anos 1980, várias pessoas, não só aqui, egípcias na Inglaterra, criadas na Inglaterra, elas entravam na categoria de arte africana. Ah, mas a periferia da Inglaterra, a colônia egípcia, então precisa de uma indiana. E essas pessoas, artistas plásticas ou dançarinas ou poetas, elas questionavam esse papel do intelectual. Elas viviam nessa tensão, justamente porque elas percebiam, desde os anos 1970, por exemplo, que a gente tem um sistema. Milton Santos prenunciou isso ao falar sobre formação técnica e corpo.

A gente tem um sistema que nos manipula pelos nossos desejos. Eu não posso comparar a geladeira toda semana. Mas, eu posso consumir o espetáculo

dos meus desejos pela *internet* a cada minuto. Então, o que a gente consome hoje? E como essas ideias, esses selos e estampas de periferia, seja o que for servem para lamber, soprar ou morder? É isso. Obrigado. A defesa vai ser dia 30. Cola no *Instagram*. Eu agradeço vocês. É uma honra estar aqui. Muito obrigado, Maurício. É muito comovente. É muito nutritivo ver coisas que a gente fez, e ver os livros na sua mão. Muito obrigado a Sílvia também.

[Sílvia Lopes Raimundo] Obrigada. Obrigada, Allan, pelos comentários.

[Mauricio Moysés] Bom, eu também só tenho o que agradecer. É sempre um aprendizado poder ouvir as pessoas em geral. E tem uma questão que o Allan sempre toca. Eu tive muitas oportunidades de conversar com o Allan, assim como com a Sílvia. Mas, pelo menos com a Sílvia, a gente mantém uma comunicação. E as vezes que eu conversei com o Allan, eu sempre fui levado a refletir. E é isso que nos move também.

Acho que é muito importante por conta da situação, dos momentos que a gente vive, e como as construções são edificadas. Elas são. Elas são trazidas à tona. Então, uma coisa que me faz refletir muito sobre o período atual, pensando a universidade, pensando a periferia, que cria esse estigma, esse estereótipo, até mesmo da questão da resistência como se a periferia fosse o que a da resistência do mundo. E não. Tem pessoas que vão resistir de outras formas. De que pessoas a gente tá falando? E aí trazendo para o Milton Santos: quais contrarracionalidades existem nessa dimensão banal cotidiana? É a produção de um saber local, arraigado nessa territorialidade marcante da cultura popular ou é o saber que construído pelos *experts* que acha só porque viu/ouviu sabe de tudo? Então, é essa a ideia. A gente está em defesa em todos os lugares. É necessário abrir campos, matas, frentes. Saltar de cachoeiras, percorrer por córregos, rios, né? Descobrir caminhos e sempre puxando um dos nossos. Eu só tenho a agradecer a Sílvia, Allan, muito obrigado. E a todos presentes pela energia que foi passada para criar esses momentos de reflexão.

[Sílvia Lopes Raimundo] Obrigada. Obrigada, Mauricio. Eu fiquei lembrando que de fato além de tudo que vocês falaram tem essa inserção na periferia dos institutos, ONGs e OSCIPs, e que usam o nome de instituto porque carrega um caráter de respeito. Quando é instituto parece que representa mais uma respeitabilidade e que na verdade insere, injeta na periferia todo um léxico que vem do Banco Mundial e FMI. Que está ali diretamente falando do empreendedorismo, que está trazendo essas palavras que não entram à toa é

o tempo inteiro a partir de seus cursos suas atividades no contraturno e que infelizmente hoje a partir das mudanças que vêm acontecendo primeiro com a criação dos PCNs, criados na década de 1990, que trazem já uma ideia de habilidades e competências, de formar as pessoas a partir da separação de habilidades e competências para alguns, habilidades e competências para outros. E com a BNCC que a gente já observa em escolas a ocorrência de cursos de projeto de vida e empreendedorismo.

Então, não somente contraturno de um instituto que está na periferia trabalhando com arte e cultura, atraindo jovens a partir de editais, muitas vezes, pequenos editais, nem pagam tanto assim, mas que vão pulverizando esse léxico neoliberal. E agora já dentro da escola para um grupo maior. Porque você vai atingir todos os estudantes do sexto ano. Numa disciplina que se chama empreendedorismo você vai tratar dessa ideia que instala uma verdadeira confusão na cabeça das crianças e adolescentes. Certamente, não é o conceito de empreendedor que será tratado ali, mas mais um conceito para amenizar a dor de quem no futuro não terá emprego. E que pode imaginar que ele será patrão de si. Bem descrito por Dardot e Laval. O homem de negócios, mas que na verdade não é. E sim um pouco isso.

Encerramento/agradecimentos

[Allan da Rosa] Agradeço a vocês e todas as pessoas que ouviram. Gostaria de homenagear e celebrar a inteligência e a presença de meu tio João Batista dos Santos que faleceu essa noite e acabou de ser enterrado. Então que toda luz, toda força da gente esteja presente. Meu agradecimento também aos muitos ensinamentos. Que esse grande homem da beira do rio deixou. Tá bom. Muito obrigado. Boa noite para vocês.

[Sílvia Lopes Raimundo] Muito obrigada, Allan. E meus sentimentos. Muito obrigada pelo esforço de ter participado de um dia muito triste para você. Ter participado da atividade com a gente. Até a próxima.

[Mauricio Moysés] Eu queria agradecer o convite e por essa tarde e noite de terça-feira maravilhosa. Agradeço a todas as pessoas que estiveram presentes e deixaram seus comentários e perguntas. Muito obrigado mesmo. É muito importante que a gente tenha esses momentos de reflexão, de construção do

conhecimento. Quero agradecer imensamente ao Allan da Rosa, a Silvinha por esse momento de trocas.

Agradeço também a todos da equipe técnica que de forma muito brilhante conduziu, nos auxiliou pra gente poder fazer esse diálogo. A única fala que tenho para esse momento é de nos mantermos juntos, firmes e fortes, conscientes. Sempre alerta para todos os movimentos. O Professor Milton Santos deixa um legado. Como disse o Allan, uma horta pra gente colher frutas, legumes, verduras. Ou seja, pra gente coletivizar aquilo que há de melhor na vida que é a produção de conhecimento... Então, que nós possamos ter força para seguir em frente e vencer obstáculos. Obrigado.

[Sílvia Lopes Raimundo] Obrigada, Mauricio. Eu também agradeço a oportunidade de participar dessa roda com você e o Allan. Foi muito profícua no sentido, nem temos todas as respostas, mas temos muitas perguntas. Agradeço às pessoas que estão no *backstage* pela ajuda. E a todos que acompanharam e fizeram perguntas e a oportunidade real de troca. Que bom pra gente ter tido o contato, o conhecimento, a possibilidade de ter estado perto, seja fisicamente, como aluna do professor, no caso do Maurício a partir das leituras.

Então, como é fundamental, pensar que depois de 20 anos, a sua obra tem tocado muitas pessoas. Que ele seja sempre referenciado nos cursos dentro das universidades, bem como nas periferias a partir dos professores e dos intelectuais orgânicos. De pessoas muito envolvidas com seu pensamento, como no caso de Perus, cidade de São Paulo, como o mestre Soró que sempre foi um entusiasta do pensamento do Professor Milton Santos e certamente no movimento cultural a todo momento lembrava algum trecho ou conceito que seria pertinente para pensar a cidade, para pensar a cultura da cidade.

Mais uma vez, a gente dialogando percebe que ainda há muito a ser refletido. Quando aconteceu a sua passagem, ele ainda estava no auge de sua criatividade, deixando pensamentos inacabados. Mas que aí estão pra gente estudar e refletir sobre. Seu pensamento permanece. Está vivo. E a gente ainda tem muito a fazer. Que a gente permaneça com saúde e entusiasmo nessa caminhada. Agradeço imensamente seu trabalho e sua obra. Obrigada.

COMO CITAR

ROSA, Allan da; MOYSÉS, Mauricio; RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Roda de conversa com Allan da Rosa: Literatura, imaginários, densidade comunicacional e cotidiano nas cidades. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 341-361.



Milton Santos e o existir em ato: contribuições do teatro negro para as geografias das existências

Anita Loureiro de Oliveira

Hilton Cobra

Raquel de Padua Pereira

Apresentação

Este texto é um registro-síntese com notas reflexivas sobre a roda de conversa “O elogio do horizontal, da criatividade, da espontaneidade na vida dos lugares”, que ocorreu no contexto do evento “Um período, uma crise: globalização e instabilidade dos territórios”, em homenagem ao Professor Milton Santos, em junho de 2021, 20 anos após sua morte. A proposta de roda de conversa foi evidenciar a dialogicidade existente entre geografia e arte, versando, mais especificamente, as conexões entre o teatro e a obra de Milton Santos por meio da relação do geógrafo com o ator e produtor Hilton Cobra, artista convidado para a conversa com as geógrafas Anita Loureiro de Oliveira e Raquel de Padua Pereira.

O que se pretende trazer no texto é a contribuição epistemológica de Milton Santos em diálogo com as artes, especialmente o teatro, a partir das geografias das existências



(SILVA *et al.*, 2014), e como tal análise considera a emoção uma nuance necessária à interpretação do real. Nesse sentido, se abrem as possibilidades de conexão dessa epistemologia com a tessitura de dramaturgias nas quais a corporeidade, os lugares e a copresença aparecem como base de uma geografia das existências. O diálogo de Milton Santos com as artes, dotado de sensibilidade característica e irrefutável, também se fez a partir de seu contato com artistas diversos ainda em vida, especialmente a classe teatral, dentre os quais se destacam os que se dedicam aos fazeres teatrais negros, como Hilton Cobra e a Cia dos Comuns.

Hilton Cobra é natural de Feira de Santana – baiano tal qual Santos, portanto. Trabalha como ator há mais de 45 anos, tendo atuado em telenovelas, longas-metragens e, majoritariamente, em espetáculos teatrais como ator e produtor. Ganhou diversos prêmios e distinções ao longo de sua carreira, na qual também assumiu a gestão pública de órgãos ligados à cultura, como a Fundação Cultural Palmares/DF e o Centro Cultural José Bonifácio/RJ. A partir de 2001, se tornou membro fundador da Cia dos Comuns, na cidade do Rio de Janeiro, onde se radicou, com o principal objetivo de promover o desenvolvimento de um teatro comprometido com a negritude brasileira e sua cultura, bem como em fomentar a inserção de artistas negros no campo do teatro. Com raízes na ancestralidade negra advinda de figuras representativas como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Sueli Carneiro, nessa companhia todos os atores e atrizes são negras, e os temas abordados nos espetáculos mobilizam questões relativas à trajetória e ao cotidiano da população negra brasileira. Sobretudo a corporeidade negra e seus variados elementos herdados da matriz cultural africana, como a capoeira, o maracatu, a dança dos orixás, servindo de base para a criação de técnicas e métodos para um fazer teatral e uma dramaturgia propriamente negras.

A trajetória da Cia. dos Comuns era justamente tratar da vida negra brasileira em sua dimensão cotidiana – daí a ideia de comuns, isto é, aquilo que faz parte da maior parte da população brasileira, o povo negro. Propusemos a criação de uma TÁBUA ESTÉTICA do fazer teatral negro, que é pautada na corporeidade. O teatro busca por saídas alternativas através de sua dramaturgia e estética à vida da gente negra brasileira. (COBRA, Hilton. Fala em evento de 23/06/2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tkmdp-mO6Bg>).

O encontro entre Milton Santos e Hilton Cobra se deu, primeiramente, por meio da difusão do debate sobre globalização instigado pelas produções e pesquisas do geógrafo no final da década de 1990. A obra *Por uma outra globalização* (SANTOS, 2000a) teve uma marcante difusão das ideias e propostas

teórico-metodológicas da geografia de Milton Santos para além da universidade, sendo a classe artística uma das que mais se interessou em abrir diálogos com essas questões – tão caras à rápida transformação do espaço-tempo em que o mundo se lançava.

Durante a roda de conversa, Cobra se apresentou como um representante da Cia dos Comuns e do teatro negro brasileiro. Demonstrou de imediato a influência de Milton Santos e o impacto da obra do geógrafo em sua trajetória de artista – que, de diversas formas, inspiram o argumento e a construção da dramaturgia da trilogia de espetáculos composta por *A roda do mundo* (2001), *Candaces – A reconstrução do fogo* (2003) e *Bakulo – Os bem lembrados* (2005), pela Cia dos Comuns, em meados da década de 2000. Todas as obras tratam de temas inerentes às questões centrais da sociedade brasileira, como o racismo e as heranças coloniais escravocratas que perduram até os dias atuais, porém ainda tratados de forma superficial e incipiente nas artes à época.

Seu encontro em vida com o geógrafo deu-se em meados dos anos 1990, primeiramente através de uma matéria jornalística pregada na parede de um espaço cultural, a partir da qual Cobra se interessou ao ver a imagem de Milton Santos. Em novembro de 1998, aconteceu o encontro presencial entre os dois durante um evento organizado por Cobra no Centro Cultural José Bonifácio, onde acontecia a Kilunge – Feira do Livro Afrobrasileiro. Foi então que ele afirmou terem tido a coragem de convidar Santos para uma palestra nesse evento, e ele aceitou, como reitera Cobra, de forma “muito sensível ao convite”. Enfatizando que a sensibilidade foi o que orientou sua participação no evento, Cobra lembra que no início da palestra, Santos ressaltou que há tempos queria dar uma palestra para uma plateia negra, como a ocasião possibilitou. E lá se foram mais de três horas de um debate rico e generoso que marcou toda a gente presente, no qual, segundo Cobra, ele passou muita sabedoria e, principalmente, conhecimentos:

Eu estou muito envaidecido por este convite e pela gentileza do diretor do Centro Cultural José Bonifácio. Primeiro pelo prazer de poder conhecer esta casa, que é um exemplo de algo que nós temos que preservar, e depois pelo prazer de falar aqui. Quando Hilton Cobra me chamou, eu perguntei: ‘Mas o que é que eu posso dizer?’. Porque eu não sou um especialista na questão negra, não tenho estudos sistemáticos sobre o problema da negritude no Brasil ou em qualquer outro lugar. Então, eu lhe disse: ‘Não estará sendo um equívoco seu convidar-me a vir falar no seu centro?’ E ele, com a gentileza que lhe é conhecida, insistiu e me convenceu. Então, o que eu vou trazer é mais um depoimento de um negro, que viveu sempre cada vez mais sabendo o que é um ser negro e com uma proposta dissimulada, tímida, de enxergar essa problemática. (...) Queria começar com algumas perguntas: o que é ser cidadão? O que é ser um indivíduo completo? Ser

classe média é ser cidadão? O que é ser cidadão no Brasil? E finalmente: negros são cidadãos? (SANTOS, 1998, p. 133).

Nascia aí uma amizade entre Santos e Cobra (Figura 1), o qual diz ter se tornado uma espécie de agente/produtor do geógrafo na cidade do Rio de Janeiro devido às inúmeras tentativas de contato que pessoas e organizações das mais diversas faziam com o artista com a intenção de falar e marcar eventos com o geógrafo.



Figura 1. Milton Santos e Hilton Cobra, na Kilunge – Feira do Livro Afro-brasileiro no Centro Cultural José Bonifácio, 1998.

Fonte: Acervo Muhcab.

Entretanto, vale ressaltar que, antes mesmo da globalização ser um tema que atravessasse as fronteiras entre os nichos artísticos e intelectuais, a cultura e a cidadania já apareciam como preocupação temática e teórica para Milton Santos pensar a sociedade brasileira. Em sua obra *O espaço do cidadão* (1987) principalmente, mas também em outros textos e debates, encontramos uma profícua problematização em torno de uma interpretação geográfica da noção de cultura e de sua importância como elemento constituinte do que ele chamou de geografia cidadã.

Para Santos, a cultura deve ser considerada inerente às práticas territoriais em que se forja e se desenvolve, e à cidadania, em que almeja se manter. Um determinado grupo desenvolve-se culturalmente ligado ao seu processo social e comunitário que se dá no território e em conexão com os lugares, nos quais

os motores e estruturas econômicas vão, diretamente, influenciar o seu arranjo. Sendo assim, heranças e vivências se amalgamam num processo contínuo enquanto práticas sociais e, portanto, culturais.

Para Cobra, ainda que Santos tenha se posicionado como, em suas próprias palavras, um *intellectual outsider* – isto é, que não se filiou a nenhum grupo intelectual, um partido, um credo ou um movimento social que seja, como o movimento negro – ele foi, sim, uma figura representativa para a gente negra brasileira, pois, além de sua posição de destaque mundial, sua corporeidade, seu pensamento geográfico crítico, a um só tempo pragmático e sensível, se disseminou por além de fronteiras e nichos, tal qual ele mesmo se mantinha.

Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. (SANTOS, 2000a, p. 144).

Logo, a formação socioespacial brasileira (SANTOS, 1978), em sua historicidade, juntamente aos movimentos da globalização, influenciou o surgimento de determinados arranjos societários, os quais são deflagrados em produções culturais comprometidas com a crítica às injustiças sociais flagrantes no Brasil. É o caso, no teatro, da Cia dos Comuns, que no espetáculo *Bakulo – Os bem lembrados* (2005), bebeu diretamente da fonte de Milton Santos para a composição de sua dramaturgia, criada pelo diretor e dramaturgo Márcio Mirelles, com colaboração dos atores da Cia dos Comuns Gustavo Melo Cerqueira e Débora de Almeida, problematizando a formação socioespacial brasileira do ponto de vista da herança africana na população negra, bem como os desafios para artistas negros e negras existirem e sobreviverem nos arranjos da produção cultural contemporânea.

Milton Santos (1998) observa o quanto a cidadania dos negros e pobres é mutilada e como isso se evidencia no cotidiano e na própria corporeidade negra. A dimensão do cotidiano se relaciona à escolha de temas e subtemas para a produção de dramaturgias – da escala micro à problematização macro, analogia “do local ao global”. Em *Bakulo*, esse diálogo toma forma literal, no qual o debate da globalização, a discussão do novo milênio, a vida no mundo e, principalmente, “uma outra globalização”, se configuram como um novo olhar sobre a própria obra de Milton Santos – o olhar das emoções, que é o que movimenta a matéria prima do fazer teatral, adaptada para esta linguagem em texto:

Queremos fazer uma reflexão independente sobre o nosso tempo.

Ter um pensamento sobre os seus fundamentos materiais e políticos.

Temos vontade de explicar os problemas e dores do mundo atual e apesar das dificuldades da era presente queremos também ter razões objetivas para continuar vivendo e lutando.

Temos convicção do papel da ideologia na produção disseminação, reprodução e manutenção da globalização atual.

Diante dos mesmos materiais atualmente existentes, tanto é possível continuar a fazer do planeta um inferno, como também é viável realizar o seu contrário.

Daí a relevância da política, isto é, da arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas.

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima; os atores principais serão os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado, e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

É preciso que se entenda por que a globalização atual é perversa. Fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural.

A globalização atual acarreta o desfalecimento da política feita pelo estado e impõe uma política comandada pelas empresas.

Podem objetar-nos que a nossa crença na mudança do homem é injustificada.

Mas acreditamos não ser a globalização atual irreversível.

Estamos convencidos de que a história universal apenas começa.

(Cobra olha a plateia. Ouve-se o mar. Cobra começa a chorar e, aos gritos, vai para trás, para os tambores, começa a tocar o Tema dos Bakulo.)

(Texto do diretor e dramaturgo Márcio Meirelles, com colaboração dos atores da Cia. dos Comuns, Gustavo Melo Cerqueira e Débora de Almeida, e citação de Milton Santos.)

As ideias de Milton Santos iniciam o espetáculo (Figuras 2 e 3), integrando, de forma orgânica, a dramaturgia entre os atos, propondo ao espectador uma primeira reflexão sobre este contexto unido aos dilemas cotidianos de personagens negras que estão inseridas nas artes e na produção cultural. Há desde o cineasta ao morador de comunidades cariocas, passando pelas pessoas de classe média, todas elas questionando suas vivências e contextos também em relação à ancestralidade e à corporeidade negra em espaços para revoltas e insurreições. A cidadania contemporânea é dissecada neste contexto específico,

através do qual se desenrolam as cenas que expõem as exclusões da globalização, mas que, didaticamente, perpassam todas as suas etapas, da fábula à construção de novas possibilidades para o mundo.



Figura 2. Espetáculo *Bakulo*.

Foto: Ierê Ferreira.



Figura 3. Espetáculo *Bakulo*.

Foto: Ierê Ferreira.

O falecimento de Milton Santos em junho de 2001 foi um evento marcante para a criação da Cia dos Comuns, logo no mês seguinte. Conforme relatou Cobra, a composição da dramaturgia de *A roda do mundo* foi a primeira a ser influenciada pelas ideias de Santos, sobretudo a partir do evento no Centro Cultural José Bonifácio no final de 1998, como se lê a seguir:

Hoje, o terror emite seu discurso político-religioso detonando vidas inocentes em aviões-bomba e “buchas” humanas suicidas, contra a intransigência civilizatória ocidental sobre outros povos num espetáculo estarrecedor, amplificado pela mídia e manipulado pelos órgãos de informação à serviço da opressão do ocidente sobre outros povos e culturas. A história dessa opressão é muito mais sangrenta do que se conta e reconta, gerações após gerações. Somos e fomos homens e mulheres que sangramos e suamos para construir o Brasil. Hoje somos 30 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza – linha da pobreza coisa nenhuma, miséria mesmo, miséria – e não esqueçam que a maioria desses 30 milhões de miseráveis é de negros que são tratados como merda humana. Falta terra pra você, nunca tivemos direito à terra, enquanto existir miséria favelada neste país, não me fale em democracia racial, enquanto existir racismo neste país, não me exija [ser] brasileiro, para a elite branca racista deste país, antes de brasileiros, somos negros, seres inferiores (...) como podemos confiar em instituições beneficentes que atendem pelo nome de Ford, Rockefeller, para onde vão esses relatórios dessas organizações? São organizações deste tipo que sufocam nossos gritos, impossibilitam nossas revoltas, nossas lutas, nossos bastas “crianças e adultos desse país e do mundo que viram atônitos as imagens chocantes do atentado os quilombolas revoltosos malês gritam aqui pela voz dos COMUNS neste espetáculo respondemos desde sempre com a rebeldia dos revoltados com o ódio que a opressão e a intolerância são capazes de gerar nos homens e mulheres de coragem (COBRA, Hilton¹, citação direta da dramaturgia do espetáculo *A roda do mundo*, criada pelo diretor e dramaturgo Márcio Meirelles).

Tal como Rodrigo dos Santos (2021) destaca: “Para além da lembrança do tom da voz e da veemência com que Cobrinha o gritava em cena, é evidente que ele transcorre com a agressividade típica de um povo oprimido que decide dar um basta aos abusos, ao terror e à violência dos poderes que o dominam” (DOS SANTOS, 2021, p. 43). Para Rodrigo dos Santos,

a poética da revolta nasce da relação entre o estudo das rebeliões, revoltas e revoluções negras e a memória viva da experiência vivida na Cia dos Comuns. O teatro de nação, então, é a composição da sabedoria muscular com uma poética da revolta.

¹ A partir de um texto de Sandra Almada, escrito especialmente para a peça, improvisação de Hilton Cobra e citação de Milton Santos.

A ideia da capoeira como fundamento de uma estética negra é um legado da experiência vivida na Comuns desde a montagem da nossa primeira peça, *A roda do mundo*. Porém, o texto também contém o germe de uma pesquisa sobre as rebeliões, revoltas e revoluções negras. (DOS SANTOS, 2021, p. 41).

Para Rodrigo dos Santos (2021, p. 43) Hilton Cobra é “um dos grandes responsáveis pelo poder político e criativo da [Cia dos] Comuns e interlocutor fundamental na criação da poética da revolta”. Para o autor e ator da Cia dos Comuns, a poética da revolta do teatro de nação tem um sentido de afirmação, “absorvendo as expressões de ódio do povo preto e produzindo uma elaboração estética desse ódio, que deve ser devolvida ao povo preto” (DOS SANTOS, 2021, p. 44) de modo que a dignidade negra possa se fortalecer frente aos estigmas depreciativos do racismo.

A reflexão nos ajuda a compreender como uma teatralidade própria, pode restituir “ao povo preto suas próprias expressões de ódio e de revolta” “de maneira que, enquanto povo, ele possa decidir o que deve ser feito, por si e para si”, “a partir do reflexo e da experiência teatralizada do ódio e da revolta, em nome de um futuro em que o mundo reconheça verdadeiramente o peso da nossa dignidade negra” e que tem sentido de eliminação do complexo de inferioridade e com o desejo de organização política (DOS SANTOS, 2021, p. 44).

Uma análise minuciosa desse discurso da Roda precisa ser efetuada em alguma ocasião, porque é um discurso integrado com diversos temas cruciais, relacionados ao estudo das relações raciais, políticas, culturais e econômicas, como racismo, colonialismo, cultura de massa, capitalismo e subdesenvolvimento, violência, militarização, necropolítica e revolta. Para além da lembrança do tom da voz e da veemência com que Cobrinha o gritava em cena, é evidente que ele transcorre com a agressividade típica de um povo oprimido que decide dar um basta aos abusos, ao terror e à violência dos poderes que o dominam. (DOS SANTOS, 2021, p. 43).

Os alertas e ensinamentos contidos nas reflexões partilhadas por Milton Santos, como o cuidado que movimentos sociais precisam ter com relação às instituições e corporações, é considerado por Cobra como um conselho, o que também inspirou a dramaturgia de *Candaces* – “a reconstrução do fogo, em que Nanã, Oxum, Iemanjá e Oya, com seus itàn, seus ritmos, seus orin e seus modos de dançar, nos inspiraram na criação de um espetáculo sobre um ‘mergulho no universo feminino das mulheres negras’, como Cobrinha sempre falava” (DOS SANTOS, 2021, p. 47). Rodrigo dos Santos lembra ainda que *Candaces* foram rainhas pretas africanas do Reino de Kush e Méroe, que reinaram por séculos,

chegando a resistir continuamente ao imperialismo romano e que foi a bem lembrada Lélia Gonzalez que, anos antes, provocou Cobra para a montagem de uma peça negra com esse tema (*idem*).

Assim, a ponte entre ancestralidade, contemporaneidade e política nesse fazer teatral evidencia elos entre o teatro e a geografia, isto é, a partir das emoções que direcionam a epistemologia das existências de que tratava Milton Santos (1996a). Significa considerar que não há teatro sem emoção, dimensão essa incorporada filosoficamente à análise geográfica.

Se, de acordo com a formulação teórica miltoniana a respeito da possibilidade de revanche popular ante à globalização, a partir da valorização da experiência de escassez, são necessárias tanto a denúncia da perversidade e da fábula igualitária, quanto a dimensão da sensibilidade e da emoção do tempo lento, da criatividade e da possibilidade de tecer novos mundos. É necessário o pé na crítica, de um lado, e no otimismo, de outro, para que a revanche a partir da escassez se torne fonte de recursos. E de recursos para as artes teatrais negras, neste caso, considerando este teatro como uma contribuição, realidade representada, que é crível.

O teatro, por sua vez, continua sendo de suma importância para a cultura e para a vida dos lugares. E não estamos falando, aqui, necessariamente, do teatro tradicional, mas também do teatro que se faz, tal qual a Cia dos Comuns, entre métodos, técnicas e pedagogias do teatro que se forjam a partir do uso do território, a partir de experiências urbanas corporificadas que são fatores de conflito, mas também de possibilidades criativas. Se há um resgate da cultura africana ancestral na sociedade brasileira, se há a valorização dos marcantes elementos da corporeidade negra, se há a crítica sobre as formas como essa população é tratada e representada nas cidades contemporâneas e no mundo, há, portanto, uma percepção do território em sua historicidade.

Há o elogio às horizontalidades, à medida que são valorizadas nuances rechaçadas pelo mundo corporativo global no que tange à existência da maior parte da população brasileira, horizontalidades essas que representam o tempo lento e as relações comunitárias, dando suporte a dramaturgias que se tecem a partir do real, isto é, a partir do tempo-espço da existência humana. A elaboração de novos projetos de existência por meio do teatro, e de novos teatros e artes que se propõem a reinventar o futuro pelas bases, tecendo uma geografia das existências como inspiração e propulsão da arte.

O teatro negro e outras artes podem contribuir para a consolidação de uma epistemologia da existência, que é fundamentalmente dialógica, e que

vislumbra a investigação da ação no cotidiano, da copresença e da reconstrução do método pela vivência. A análise das questões lidas pela perspectiva existencial e pelo sentido relacional do corpo com o espaço, por meio da corporeidade, se traduz numa geografia corporificada, que se faz, cotidianamente, nas brechas da fechada trama da ciência (OLIVEIRA; TAVARES, 2022).

Santos chegou a dizer que: “no Brasil os negros vão deixar de ter a posição que têm hoje, pois ainda sorriem, e vão começar a ranger os dentes”.² Perceber no movimento do pensamento de Milton Santos a possibilidade de reconhecer a importância das relações raciais a partir da dimensão espacial do corpo é algo que parece estar na crítica que o próprio autor realiza ao enunciar que:

Desculpem evocar o meu caso pessoal. Tenho instrução superior e posso apresentar um documento, imagino que sou uma individualidade forte, mas tenho certeza de que neste País não sou um cidadão completo. Eu não posso ser cidadão se não sou tratado como cidadão, e não sendo tratado como cidadão raramente serei tratado como uma individualidade forte. (SANTOS, 1998, p. 154).

Para Diogo Cirqueira “o aumento do prestígio de Milton Santos ocorria concomitante à dinamização das relações étnico-raciais no Brasil” (CIRQUEIRA, 2010, p. 111). A aparição de convites para falar acerca de temas dessa natureza passava a ser mais frequente e o texto a seguir revela esse convite feito ao autor a uma reflexão sobre ser negro no Brasil.

Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambiguidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições. Tais refrões cansativos tornam-se irritantes, sobretudo para os que nele se encontram como parte ativa, não apenas como testemunha. Há, sempre, o risco de cair na armadilha da emoção desbragada e não tratar do assunto de maneira adequada e sistêmica. (SANTOS, 2000b, p. 4).

Milton Santos inspira uma reflexão sobre as corporeidades negras na análise espacial do cotidiano que precisa ser explicitamente corporificada, para que possa contribuir, de fato, para a consolidação de uma prática dialógica da ciência com a arte. E é o próprio Milton Santos que afirma: “Quem pensa o novo são os homens do povo e seus filósofos, que são os músicos, cantores,

² Entrevista explosiva com Milton Santos. Revista Caros Amigos (ago. 1998) republicada por Geledés (2016) Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-explosiva-com-milton-santos/> Acesso: 07 jun. 2022.

poetas, os grandes artistas e alguns intelectuais”.³ Para Milton Santos (1996a), a epistemologia da existência é o “existir como condição para ver o mundo”.

E isso inclui, em primeiro lugar, a emoção. Porque a razão reduz a força de descobrir, porque só a emoção nos leva a ser originais. Não só a emoção, claro, mas por meio dela é mais rápido. Propor uma coisa nova na universidade é muito difícil, embora seja o lugar da proposição do novo. Essa força, digamos, de esquecer, de ser original, só a emoção permite. E ela então passa a ser um dado do pensamento. Não é a razão que produz o grande pensamento. E aí é preciso caráter. Uma interpretação da sociedade brasileira em movimento permite ver, digamos, uma outra coisa, um futuro mais perto. Nós fomos tratados e educados para examinar o chamado presente, não imaginando que o futuro está aí, embutido no presente. Na realidade, cada ato nosso é presente, agimos em função do futuro. A ação é presente, mas a aspiração dela é o futuro. (SANTOS, 2002a, p. 63-64).⁴

O existir como condição para ver o mundo, permite uma abertura dialógica de análise da sociabilidade humana a partir do (re)conhecimento da existência de qualquer pessoa. Porque, ora, “é o espaço geográfico que transforma em existência a sociedade global, este ser que é um todo, mas um todo em potência. O existir, ser em ato, oferece esta ideia de epistemologia da existência, porque existindo estão todos” (SANTOS, 1996a, p. 14). Se trata da “reconstrução do método através da vida” (SANTOS, 1996a, p. 7), do ser em ação, da ação presente aspirando um futuro, da busca pelo sentido da ação.

A epistemologia das existências que Milton Santos nos instiga a refletir, embasando a ação como sentido de aspiração do futuro, torna-se fundamental para entender a espacialização do cotidiano, dando o tom geográfico necessário, reconhecendo-o politicamente. Afinal,

O cotidiano supõe o passado como herança. O cotidiano supõe o futuro como projeto. O presente é esta estreita nesga entre o passado e o futuro e cuja definição depende das definições de passado e de futuro: desta existência do passado, da qual não nos podemos libertar porque já se deu; e desse futuro, que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe. É que a base do fato é que cada um de nós são dois, oscilando entre a necessidade e a liberdade, entre o que somos e o que queremos ser, entre a dificuldade de

³ Um encontro [Gilberto Gil entrevista Milton Santos]. São Paulo, 01 de setembro de 1996b. Disponível em: <http://www.geocrocetti.com/msantos/gilmilton.htm> Acesso em: 07 de jun. 2022.

⁴ “Diálogo entre Milton Santos e a atriz Denise Stoklos, editado pelo jornalista Valmir Santos”, Folha de São Paulo, caderno: Ilustrada, realizado em 07/03/2000. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0703200006.htm> Acesso em: 07 de jun. 2022.

afirmação diante das situações e a crença de que podemos ser outra coisa e de que podemos construir outra coisa. (SANTOS, 1996a, p. 10).

É nesse campo mais que ambíguo de sentidos que para o autor o cotidiano abarca, pelo menos, três dimensões fundamentais para entendê-lo a partir de um olhar espacial. Segundo Milton Santos, essas três são “corporeidade”, “individualidade” e “socialidade”. A corporeidade está ligada a “uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade” (SANTOS, 1996a, p. 10). A individualidade, por sua vez, associada à perspectiva subjetiva, está intrinsecamente conectada à socialidade, que diz respeito às nossas relações sociais:

há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós. Todas estas formas de consciência têm que ver com a individualidade e lhe constituem gamas diferentes, tendo também que ver com a transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto. Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço. (SANTOS, 1996a, p. 10).

A geografização do cotidiano, proposta por Milton Santos, diz respeito à análise política, sobretudo, reconhecendo sua dimensão central, a dimensão espacial. É reconhecer o cotidiano como espaço contínuo, e que tem tudo a ver com a própria cidadania, “com a questão do espaço do cidadão, com a questão do espaço banal” (SANTOS, 1996, p. 11). E como afirma o autor, a corporeidade é feita de dados objetivos, a individualidade, de dados subjetivos, e a cidadania, de dados políticos (SANTOS, 1996). A análise geográfica do cotidiano supõe corporeidade, individualidade e socialidade, apontando para o que trabalhamos intelectualmente hoje (SANTOS, 1996), principalmente por reconhecer nas geografias das existências um fazer geográfico em busca de sentidos (SILVA, 2014).

Milton Santos afirma “a escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais desse país”. (SANTOS, 1997, p. 135). Desde o espaço do cidadão (SANTOS, 1987), o tema da cidadania aparece na obra de

Milton Santos, mas no final da década de 1990, o autor passa a enfatizar ainda mais a perspectiva existencial da análise geográfica. Em uma leitura geográfica da cidadania, Santos (1998) questiona: “O que é ser cidadão? O que é ser um indivíduo completo? Ser classe média é ser cidadão? O que é ser cidadão no Brasil?” E finalmente: “Negros são cidadãos?” (SANTOS, 1998, p. 148). Para ele, a “cidadania é uma conquista lenta, dura”.

Países como o nosso, o Brasil, jamais conheceram a figura do cidadão. O que aqui se chama por esse nome é um arremedo de cidadão. Eu gosto de insistir no fato de que no Brasil as classes médias recentemente expandidas jamais fizeram cidadãos. As classes médias sempre desejaram reter privilégios – e o privilégio é inimigo da cidadania –, enquanto os pobres e todas as minorias jamais tiveram direitos. (SANTOS, 1998, p. 148).

Assim, uma das contribuições do teatro negro para o fazer geográfico está na possibilidade criativa da ação que afronta a opressão racista e classista. Para Rodrigo dos Santos (2020, p. 51), o elogio da agressividade e da violência são formas de silenciar e imobilizar o avanço da atitude racista, em referência à declaração de Frantz Fanon, segundo a qual, a “violência desintoxica”.

Para Milton Santos, “as massas se mobilizam nos lugares, nos espaços de horizontalidade e de emoção, em que produzem a linguagem com a qual elas afrontam o mundo”. O teatro negro da Cia dos Comuns evidencia que o pensamento se produz na relação entre impulsos e afetos, e que essa afronta ao mundo e, mais especificamente, a afronta à ideologia racista se dá na criação de uma poética da revolta, com a qual a teatralidade da violência contribui para o fortalecimento das subjetividades negras e aponta para a afirmação da dignidade negra.

Uma geografia das existências trata desse diálogo de saberes com a arte, pois reconhece a expressividade seu potencial pedagógico e, ainda mais com o teatro negro que é comprometido com a ideia de restituição ao povo negro do poder de regenerar-se a si mesmo, no sentido insurgente da resiliência, da resistência e da reinvenção criativa de si.

REFERÊNCIAS

- CIRQUEIRA, D. M. *Entre o corpo e a teoria: a questão étnico racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- COMPANHIA DOS COMUNS. *A Roda do Mundo*. Rio de Janeiro, 2001. Texto impresso, não publicado, constante do programa do espetáculo *Candaces* – A reconstrução do fogo, 2001.
- COMPANHIA DOS COMUNS. *Candaces* – A reconstrução do fogo. Rio de Janeiro, 2003. Texto impresso, não publicado, constante do programa do espetáculo *Candaces* – A reconstrução do fogo, 2003.
- COMPANHIA DOS COMUNS. *Bakulo* – Os bem lembrados. Texto impresso, não publicado, constante do programa do espetáculo *Bakulo* – Os bem lembrados, 2005.
- DOS SANTOS, R. A Experiência do Teatro Negro e a Ideia de um Teatro de Nação através do Baraperspectivismo. *Revista Calundu*, v. 4, n. 2, p. 26, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/35002>. Acesso em: 5 set. 2022.
- OLIVEIRA, A. L. de.; TAVARES, A. L. B. “Me olha de novo?": sentidos do existir em Milton Santos e Linn da Quebrada, miradas negras em diálogo. *PerCursos*, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 80-104, jan./abr. 2022.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1978.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora Nobel, 1987.
- SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 7-14, 1996a.
- SANTOS, M. *Um encontro [Gilberto Gil entrevista Milton Santos]*. São Paulo, 1 set. 1996b. Disponível em: <http://www.geocrocetti.com/msantos/gilmilton.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.
- SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In: JULIO, L. (ed.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.
- SANTOS, M. As exclusões da globalização: pobres e negros. *Thoth*, Brasília, n. 4, p. 147-160, 1998. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/obras-deabdias/revista-thoth>. Acesso em: 5 de jul. de 2021.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- SANTOS, M. Ser negro no Brasil hoje. *Folha de São Paulo*, São Paulo, v. 7, p. 1-4, 2000b.
- SANTOS, M. Um olhar dissonante. In: RIBEIRO, W. C. (org.). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002a. p. 61-64.
- SANTOS, M. O tempo despótico da língua universalizante. In: RIBEIRO, W. C. (org.). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002b. p. 109-114.

SILVA, C. A. da. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a Geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. *In: SILVA, C. A. da; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. d'A. Por uma geografia das existências. Movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 19-45.*

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, A. L. de. Geografias corporificadas: outras narrativas da vida na metrópole. *In: OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, C. A. da. Metrópole e crise societária. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 43-67.*

SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

COMO CITAR

OLIVEIRA, Anita Loureiro de; COBRA, Hilton; PEREIRA, Raquel de Padua. Milton Santos e o existir em ato: contribuições do teatro negro para as geografias das existências. *In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 363-378.*



Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção

Antônio Carlos Malachias
Vanir de Lima Belo

Introdução

A realização de rodas de conversa como parte do Seminário Milton Santos 20 Anos teve por objetivo evidenciar o diálogo entre ciência e arte, bem como o alcance e influência que o pensamento de Milton Santos exerceu e ainda exerce sobre alguns artistas e suas diferentes formas de expressão artística.

Em linhas gerais, a estratégia adotada pelo seminário foi a de refletir a obra através de artistas, conferir aspecto lúdico ao seminário, bem como ampliar as possibilidades de abordagem e interpretação do pensamento miltoniano, valendo-se de interlocutores e intérpretes localizados fora do ambiente acadêmico. Mas que, ao mesmo tempo, se valem do pensamento intelectual de Santos para buscar interpretar a realidade e as contradições em que se encontram inseridos. Fazendo da interpretação crítica das ideias e pensamento miltoniano, arte. E, da arte que realizam, a crítica.



Particularmente, a roda de conversa “Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção”¹ contou com artistas populares, vinculados à música, mais especificamente ao gênero musical samba de enredo², com vistas a estabelecer relação entre pensamento miltoniano e cultura popular. Mais especificamente, entre a cultura popular ligada ao universo sociocultural das escolas de samba com o espaço geográfico, concebido como “fato social, fator social e instância social” (SANTOS, 1996 [1978] p. 130) de materialização da vida.

A escolha pela música do gênero samba de enredo levou em conta o plano teórico, “razão e emoção”, como categorias de análise existenciais, interpretativas e descritivas da realidade socioespacial. Ambas as categorias são caras ao pensamento miltoniano e explicitadas como subtítulo do livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Já no plano empírico, levou em conta a produção e execução cultural dos desfiles das escolas de samba foco central debatido pelas pessoas participantes da roda de conversa. Debate que intercalou reflexões e cantorias de samba de enredo entre um bloco e outro da roda de conversa. Assegurando com música, a ludicidade pretendida para cada roda de conversa ocorrida no seminário.

Penso que tudo deve ser ensinado como um grande enredo. Os próprios livros deveriam ser escritos como enredos. Eu creio que o que está nos faltando é poder abandonar a linguagem da faculdade, o facultês, o universitês, o geografês, e, se possível, tentar apresentar os fatos, as realidades como um enredo porque tudo isso é enredo. (SANTOS, 1995).

Milton Santos aponta para a importância de se empregar linguagens menos herméticas na transmissão do conhecimento geográfico ensinado pelas escolas formais e universidades. De modo a tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atraente e acessível para estudantes, bem como despertar entre elas(es) maior interesse, curiosidades e compreensão sobre o conteúdo transmitido. Valendo-se de uma linguagem enredada que atinja também os “de baixo”, “os lentos”, pessoas que diante de um cotidiano de escassez forjado pela desigualdade capitalista

¹ A roda de conversa “Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção”, contou com a participação de André Neiva, Billy Malachias, Jonathan Fragoso e Vanir Belo, e ocorreu de forma online no dia 24 de junho de 2022, com transmissão pelo Canal USP/FFLHC, no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=mfUrHaSw5-I&t=22631s>).

² Samba de enredo, ou samba-enredo é um subgênero do samba. No desfile carnavalesco das escolas de samba é narrativa cantada pela escola de samba que conta em verso, prosa, fantasias e alegorias a história real ou fictícia apresentada pela escola de samba durante o desfile. Desde que o desfile passou a ser competitivo se tornou quesito avaliado por jurados do desfile de escolas do carnaval.

buscam formas de participação “ativa” num mundo que se apresenta como fábula e perversidade, mas também, que pode vir a ser um mundo de possibilidades.

Nesse sentido, o desfile das escolas de samba, centralidade temática trazida à baila pelos debatedores, foi para a roda de conversa, “Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção”, uma alegoria³ para ilustrar, a partir de relatos e de sambas de enredo apresentados, as noções de “razão e emoção”; “fábula”, “perversidade” e “possibilidade”, como elaborações teóricas miltonianas, utilizadas para a compreensão do mundo globalizado.

Entendemos que a partir da realidade atual dos desfiles, bem como da situação político-social do país, abordada como enredo por dois dos sambas cantados na roda,⁴ foi possível refletir, ainda que de maneira inicial, a globalização como etapa histórica do capitalismo. Simultânea, a emergência do “período popular da história”.⁵ E evidenciar, segundo nosso entendimento, as contradições e desdobramentos que envolvem a transformação do desfile das escolas de samba de festa popular local, em evento comercial de impacto turístico mundial. Evento inserido no calendário turístico de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que atraem turistas de diversas regiões brasileiras e de diferentes países.

Se de um lado a transformação ocorrida no desfile movimenta os “circuitos espaciais da economia”, de outro é também acompanhada pela expropriação das pessoas da comunidade, das funções de direção e até mesmo da participação como componentes de ala. Função e participação que no passado eram majoritariamente realizadas pelas pessoas oriundas da comunidade. Hoje são realizadas por “profissionais”, gestores e componentes, muitas vezes contratados pelas escolas de samba para transformar o desfile num produto comercial, destinado a “consumidores perfeitos”. Profissionais esses, muitas vezes, vindos de fora da comunidade em que a escola se encontra localizada, também com pouco ou nenhum vínculo afetivo e emocional com a escola.

³ Em termos gramaticais, a alegoria é aquilo que se reporta a um fato ou situação com sentidos duplos e figurados. Já em termos carnavalescos, as alegorias têm como função básica “carnavalizadora” a subversão da linearidade narrativa do enredo e da “própria linearidade temporal e espacial da passagem de uma escola pela passarela”. Ver Cavalcanti (2006).

⁴ *Meu Deus, Meu Deus. Está Extinta a Escravidão* (PARAÍSO DO TUIUTI, 2018) e *História para Ninar Gente Grande* (ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA, 2019).

⁵ Período marcado por demografias insubmissas em que os mesmos meios técnicos controlados pelo capital, destinados a exploração dos trabalhadores e ao consumo de massa, a partir da insatisfação e tomada de consciência dos explorados, possibilitam “revanche”. Mobilizações insurgentes de resistência, possível, em decorrência de ações passadas e presentes e sobretudo pela densidade de pessoas e técnicas distribuídas em múltiplos e distintos lugares do mundo.

Assim, neste novo modelo, a escola de samba é concebida como empresa, em muitos casos reduzindo o caráter sociocultural comunitário de manifestação popular. O processo de comercialização do desfile das escolas de samba, com a consequente expropriação das pessoas da comunidade, se apresenta dessa maneira como uma das contradições atuais do carnaval.

Ainda assim, em que pesem as contradições do atual desfile, as escolas resistem como espaços populares de existência sociocultural, política e de recreações da vida, que concentra populares e artistas realizadores e participantes do desfile.

São artesões, músicos, escultores, figurinistas, dançarinos, poetas, bordadeiras, compositores, coreógrafos, roteiristas, mestres de saberes populares, etc. A paixão pela escola agrupa pessoas com a finalidade de “botar a escola na avenida”. Idealizações, ações e sonhos se intercalam. A lógica dos apaixonados pelas escolas é que o próximo carnaval começa no mesmo momento em que termina o desfile do ano vigente. Portanto, o desfile vai de um carnaval a outro, de um ano a outro, na cabeça daquelas pessoas apaixonadas pela escola.

Além de artistas, outras centenas de milhares de pessoas indiretamente participam dos desfiles das escolas de samba comparecendo aos ensaios realizados nas quadras das escolas de samba, assistindo os desfiles das arquibancadas e pelas transmissões televisivas. Muitas dessas pessoas são mobilizadas também por paixões e devoções que cultivam pelos pavilhões e baterias das diversas escolas de samba existentes. E outras que são curiosas e atraídas ao desfile em decorrência das propagandas que divulgam comercialmente este evento carnavalesco.

Organizando a roda

As etapas de preparação da roda de conversa consistiram em definir quais ideias da obra de Milton Santos seriam abordadas e quais sambas de enredo e contextos de vida dos artistas e pesquisadoras(es) envolvidos seriam utilizados para estabelecer diálogo com as ideias de Santos. Elegemos as seguintes proposições teóricas por considerá-las relevantes ao sistema de ideias elaboradas por Milton Santos: o espaço geográfico como “acumulação desigual de tempos”; “razão e emoção como categorias de análise para a vida”; “o mundo como fábula e o mundo como ele é” e para encerrar a roda de conversa “a força dos fracos é o seu tempo lento”.

O espaço é uma acumulação desigual de tempos⁶

A noção de espaço geográfico como “acumulação de desigual de tempos” precede a noção do espaço geográfico como conjunto indissociável de um sistema de ações e de um sistema de objetos (1994). Esta última concepção resulta de outras⁷ que a precederam, dentre as quais esta, em que o espaço geográfico é no presente a acumulação de tempos passados, presentes no mesmo presente geográfico em suas distintas escalas.

A ideia do espaço geográfico como acumulação desigual de tempos incorpora as noções de diacronia e sincronia, que em Santos são concebidas respectivamente como sucessões (diacronia) e coexistência (sincronia).

A diacronia expressa a sucessão histórica do tempo, enquanto a sincronia expressa o tempo das diversas ações e dos diversos atores, assim como a maneira como esses fazem uso do tempo social em cada lugar do planeta. Para Santos (1999 [1996], p. 126-127), sincronia é coexistência.

(...) não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. (...) Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidade diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.

Pensando o espaço como acumulação desigual de tempos, no primeiro bloco da roda de conversa, buscamos, através de dois artistas, mas que são também professores de Geografia envolvidos com as escolas de samba, evidenciar a sucessão histórica do desfile coexistindo com novos atores, realidade social, ideias e materialidade dentro de uma mesma unidade geográfica, que é a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Espaço geográfico esse que ao longo do tempo passou por diversas mudanças infra estruturais, demográficas, políticas, econômicas e culturais.

Aprofundando a noção de coexistência, Antonio Carlos Malachias (Billy Malachias) inicia a atividade do bloco convidando o Professor Milton Santos a participar da roda “Bom, uma roda de conversa sobre o Professor Milton.

⁶ SANTOS, M. (1997 [1982]) *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. Hucitec SP. 1997.

⁷ Fator e fato social (SANTOS, 1996 [1978]); fixos e fluxos (SANTOS, 1988).

Ou para o Professor Milton, não pode acontecer sem ele. Sendo assim, a gente convida o Professor a participar da roda. Você nos ajuda, Luciano?”

Nesse momento é exibido um vídeo em que aparece o Professor Milton falando sobre sua opção pela Geografia:

...a minha, digamos, vocação, a minha inclinação, vem dos grandes professores que eu tive no ginásio, que me levantaram o ânimo para perseguir essa carreira. Então eu creio que a forma como essas disciplinas são dadas no ensino secundário é determinante. É fundamental. (SANTOS, 1995).⁸

E prossegue, após ser indagado pelo entrevistador sobre como a Geografia deveria ser ensinada: “É., isso tudo deve ser ensinado como um grande enredo”. (SANTOS, 1995).

Ressaltamos que a opção por utilizar vídeos com falas do professor teve como um dos seus propósitos reforçar a ideia de coexistência de ações e objetos de diferentes idades mediada pelas técnicas disponíveis em cada momento e lugar.⁹ Essa noção de espaço geográfico é recorrente no conjunto de formulações teóricas elaboradas por Santos¹⁰ e reveladora da sua busca analítica em cingir tempo e espaço.

Ao utilizar vídeos, falas e samba de enredo, a roda de conversa buscou neste primeiro bloco ilustrar empiricamente a teoria de Milton Santos à luz dos desfiles de escola de samba, articulando o universo conceitual do autor ao universo sociocultural dos desfiles. Para isso, utilizou os recursos técnicos de informação e comunicação contemporaneamente disponíveis com vistas a ter o professor participando da roda de conversa, bem como evidenciar a pertinência das técnicas como elemento que cingi tempo e espaço, conforme apontado por Santos em diversos trabalhos. E reforçar a ideia de sucessão histórica e coexistência empírica, presentes na elaboração teórica do espaço geográfico como acumulação desigual de tempos.

Além de aspectos teóricos, a escolha do trecho exibido no primeiro vídeo considerou o conteúdo da fala de Milton Santos, pois nele o professor destaca a forma “enredo” como adequada ao ensino de Geografia, conforme

⁸ Entrevista concedida em 10 de julho de 1995 ao programa *Jô Soares Onze e Meia*.

⁹ Apesar dos 20 anos da ausência física do Professor Milton Santos, sua imagem, voz e gestos estiveram presentes em função das possibilidades técnicas disponíveis no atual período técnico.

¹⁰ O conceito-metáfora de rugosidade que aparece desenvolvida em diversos trabalhos é também uma dessas formulações teóricas que evidenciam a atenção de Santos à questão do tempo-espaço na Geografia.

já apontado acima, destacando que sua opção profissional por essa área do conhecimento esteve atrelada aos bons educadores (enredistas) que fizeram parte da sua formação escolar. A participação virtual do Professor Milton Santos abriu caminhos para a apresentação dos Professores André L. P. Neiva e Jonathan F. Brasil.

André Neiva se apresenta traçando uma linha do tempo em que relaciona a sua formação em música, o ingresso na universidade e concomitante aos seus primeiros passos no “mundo do samba”. André Neiva segue agradecendo a oportunidade por

estar falando (...) sobre essa obra generosa e potente do Professor Milton Santos. Correlacionando, Geografia ao samba, com samba enredo e música. Eu fui apresentado ao samba de maneira muito generosa pelo Jonathan que milita no samba desde muito novo também, desde adolescente. E a partir desse momento ele me apresentou as disputas de sambas de enredos na quadra do Viradouro, ele me fez um convite para eu participar de uma disputa de samba enredo na quadra do Viradouro. Isso, no ano de 2010. E desde então fui apresentado ao mundo do samba. A partir dali o mosquitinho do samba mordeu a minha veia e não saiu mais. Jonathan e eu participamos de algumas disputas de samba ao longo dos anos. Na Viradouro, também na Porto da Pedra. Pudemos assim levar para dentro da universidade, para faculdade de formação de professores da UERJ¹¹, algumas rodas de samba.

Além de citar a importância de alguns e algumas professores universitários, André Neiva também destaca o acolhimento do movimento estudantil da UERJ,

que nos ajudou e nos proporcionou muitas das rodas de samba que tivemos o prazer de organizar. Alguns seminários também em que trouxemos o samba para o dentro do debate do seminário de Geografia. (...) Atividades que tiveram um bom engajamento dos alunos e dos professores foi muito bom, foi uma experiência muito boa para a gente.”

“Meu nome é Jonathan Fragoso! Sou professor de Geografia de ensino fundamental e médio da rede estadual aqui do Rio de Janeiro. Sou formado em licenciatura pela FFP, Faculdade de Formação de Professores, assim também como o André. Eu possuo especialização em teorias e práticas da geografia escolar pelo Colégio Federal Pedro II. Onde venho me dedicando também ao estudo da relação do samba enredo, música dentro da sala de aula. Nas aulas de geografia. Além de professor **também sou sambista**. (grifo nosso).

¹¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Razão e emoção como categorias de análise para a vida¹²

O segundo bloco da roda de conversa abordou a razão e a emoção, as quais Milton Santos (1996) apresenta como categorias fundamentais para a compreensão e a análise das relações no espaço geográfico. Essas categorias, ao mesmo tempo individuais e coletivas, são unidas pelas trocas simbólicas, pelos intercâmbios efetivos que gestam a densidade social (SANTOS, 1996, p. 256). Em suas palavras, “além do capital e do trabalho há as emoções, que são patrimônio de todo mundo, e não são objetos do grande número de preocupações da famosa globalização a que estamos assistindo” (SANTOS, 1995).¹³

Nesse contexto, em especial nas grandes cidades, a copresença, a vizinhança e a concentração cada vez maiores de pessoas nos espaços limitados (SANTOS, 1999 [1996], p. 256), fomenta solidariedades e a produção de uma cultura popular que se impõe assumindo uma revanche sobre a cultura de massas. Em suas palavras:

Sob certos aspectos, a cultura popular assume uma revanche sobre a cultura de massas, alimentada com a crítica espontânea de um cotidiano repetitivo e, também não raro, com a pregação de mudanças mesmo que esse discurso não venha com uma proposta sistematizada. (SANTOS, 1999 [1996], 257).

A arte e a cultura popular são, no geral, coletivas e gestadas no encontro, nas relações e nas trocas simbólicas. Compreendemos a emoção como motor dessas relações e, inclusive, como propulsora das diferentes racionalidades. Razão e emoção são, portanto, categorias indissociáveis.

André Neiva descreve, em sua fala, a emoção do artista e a emoção inerente a uma escola de samba quando afirma:

eu acredito que a emoção está intrínseca na vida de um artista. Seja ele um compositor, seja ele um instrumentista, seja ele um pintor de um quadro, eu acredito que a emoção seja a capacidade do artista expor as suas ideias através da arte. Assim, é quase redundante a gente falar de emoção e arte. Então, nesse sentido eu acredito que o Carnaval e as escolas de samba vivem de emoção. Ela (emoção) é o cotidiano da escola de samba.

¹² O título da segunda parte da roda de conversa faz referência ao livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (SANTOS, 1999 [1996]), no qual essas categorias são desenvolvidas como um par indissociável.

¹³ Entrevista concedida em 10 de julho de 1995 ao programa *Jô Soares Onze e Meia*.

Ao assumir a fala, Vanir Belo relembra um rico diálogo entre Milton Santos e a atriz Denise Stoklos, publicado no ano de 2000. Nesse diálogo Santos fala sobre a emoção na produção artística e na produção científica nas universidades. Para ele,

esse aspecto mostra também a diferença entre o artista e o homem da universidade na direção da verdade. O grande artista é livre e sabe que, se não há emoção, ele não se aproxima da verdade. E o homem da universidade imagina que tem de reprimir a emoção para produzir. (SANTOS, 2002 [2000], p. 62).¹⁴

Analisando a obra do geógrafo, Vanir Belo segue refletindo sobre o artista,

esse indivíduo que está falando a partir de um determinado lugar, conectado com o mundo, produzindo cultura, fazendo política, reivindicando e denunciando à sua maneira. (...) Artista, que o professor tanto valorizava, reconhecendo a sua força em se comunicar. Não foi por acaso que tantos artistas se aproximaram e se aproximam do pensamento do professor.

Estabelecendo uma relação com a epistemologia da existência, ou seja, o existir como condição para ver o mundo, Santos coloca a emoção como fator central, “porque só a emoção nos leva a ser originais”, mais rapidamente, pelo menos (SANTOS, 2002 [2000], p. 64). A emoção, individual e coletiva, e a originalidade estão na base da cultura popular. As escolas de samba são um reflexo dessa inter-relação entre razão, emoção e originalidade, pois embora estejam inseridas no contexto político e econômico da produção artística cultural, ou da indústria cultural, “as escolas de samba ainda agregam pessoas e promovem sociabilidade, lazer, cultura e diversas formas de solidariedade” (BELO, 2008, p. 198). E o samba de enredo caracteriza-se como um potencial veículo de crítica e posicionamento.

Articulado a essa ideia, Jonathan Fragoso afirma: “eu acredito muito na potencialidade do samba-enredo. (...) Acredito que ele possa ser um instrumento de transformação. Um instrumento de reflexão. E eu tenho trazido bastante das minhas experiências adquiridas ao longo da vida no samba. Dentro da sala de aula também”.

Por fim, vale registrar o trecho do samba de enredo *Milton Santos... Caminhos da Igualdade*, da Escola de Samba Camisa 12, do ano de 2003, citado por Vanir

¹⁴ Milton Santos em um diálogo com a atriz Denise Stoklos em 07 de março de 2000.

Belo em sua fala de apresentação ainda no início da roda de conversa, cujo enredo homenageou o Professor Milton Santos.

Sonhando com a liberdade, respeito e direitos iguais.
Lutando contra a opressão sem injustiça e discórdia social.
Negro, herança de Palmares,
Com sua força e coragem revolucionou com o seu pensar.
E hoje a minha escola faz do sonho a esperança.
Filósofo da geografia, que lembrança.
Seu eterno caminhar.¹⁵

O mundo como fábula e o mundo como ele é¹⁶

O terceiro bloco da roda de conversa é tematizado pela noção de cidadania e do direito como prerrogativas das pessoas da nação, em oposição aos “fundamentalismos” ditatoriais da informação e dinheiro que caracterizam o processo de globalização. Chamado novamente à roda de conversa, Santos abre o bloco de maneira enfática:

O Brasil jamais teve cidadãos. Nós, a classe média, não queremos direitos, nós queremos privilégios. E os pobres não têm direitos. Não há, pois, cidadania neste país. Nunca houve. (...) O consumo que é hoje o grande fundamentalismo. Esse sim é o grande fundamentalismo.

O samba de enredo escolhido para ilustrar essas reflexões encaminhadas pela roda de conversa foi *Meu Deus, Meu Deus. Está Extinta a Escravidão?*. Levado ao sambódromo pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba Paraíso do Tuiuti. Escola sediada no bairro de São Cristóvão na cidade do Rio de Janeiro.

A Paraíso de Tuiuti foi vice-campeã do desfile de escolas de samba do carnaval carioca em 2018. Ano que registrou os 130 anos da Lei Áurea. História que foi recontada no sambódromo, com críticas dirigidas à escravidão moderna, ao racismo, bem como às reformas trabalhista e previdenciária,

¹⁵ O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Camisa 12 foi campeão do Grupo 1 da UESP, no Carnaval de 2003, com o enredo *Milton Santos... Caminhos da Igualdade*. Compositores: Ceza Be, Edson Sorriso, Ezekiel Muvuca, Wagner Santos.

¹⁶ O título deste terceiro bloco faz referência aos três vieses da globalização elaborados por Milton Santos no livro *Por uma outra globalização* (2005 [1999]). A globalização “tal como nos fazem crer”, “a globalização como fábula”. O mundo como é: “a globalização como perversidade”. E o mundo como possibilidade: uma outra globalização.

ambas patrocinadas pelas grandes empresas e chanceladas com o aval do governo do Estado brasileiro.¹⁷ Tais reformas neoliberais retiraram direitos e reduziram benefícios da classe trabalhadora nacional, situação que na narrativa enredada pela Paraíso de Tuiuti transforma a classe trabalhadora atual, analogamente, em sujeitos semelhantes às pessoas negras escravizadas no passado. Vem daí o questionamento levado ao sambódromo pela escola: “Está extinta a escravidão?”

Para os integrantes da roda de conversa, a crítica social que a letra do samba e imagens (fantasias, alegorias, adereços e carros alegóricos) levadas ao sambódromo pela Paraíso de Tuiuti, estabelece diálogo com algumas das reflexões sobre direito, cidadania, questão negra, preconceito racial e espaço geográfico elaboradas por Milton Santos ao longo da sua trajetória intelectual¹⁸.

Sobre a questão cidadã, no livro, *Espaço do cidadão* (1993 [1987], p. 3), por exemplo, Santos aponta que o progresso material obtido pelo Brasil é resultado “de uma racionalidade econômica exercida pelas firmas mais poderosas, estrangeiras ou nacionais”, e também do “uso extremo da força e do poder do Estado”. Como consequência, “a noção de direitos políticos e de direitos individuais teve que ser desrespeitada, se não frequentemente pisoteada e anulada”.

Tal qual enredado pela Paraíso do Tuiuti, entendemos que essa situação permanece até hoje, visto que as atuais reformas, trabalhista e da previdência, resultam da associação entre o poder político concentrado no Estado e poder econômico do capital privado.

Santos segue:

(...) muitos pobres acreditaram nos slogans com que se popularizou o discurso cientificista dos economistas do regime, e acabaram mais pobres ainda. O modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico. (...) estas massas eram despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada. (SANTOS, 1993, p. 15-16).

Nota-se que a crítica social apresentada pela Paraíso do Tuiuti aborda o passado e o presente nacional como continuidade histórica atravessada pela

¹⁷ Propositamente distinguimos aqui governo de Estado. O primeiro é concebido como formulador, executor e gestor de política. Enquanto o Estado é concebido, neste artigo, como instância jurídico-política de incidência territorial

¹⁸ Ver Malachias, A.C. (no prelo), “Milton Santos: a face negra do pesquisador engajado”.

escravidão negra, racismo e também pela exploração de classe.¹⁹ Para Santos, a questão negra passa pela compreensão da formação socioespacial do país, algo que a Paraíso do Tuiuti buscou levar na forma de enredo para o sambódromo.

Daí porque a análise das situações do preconceito no Brasil supõe um estudo da formação sócio-econômica brasileira. Não há outra forma de encarar o problema. Tudo tem que ser visto através de como o país se formou de como o país é e de como o país pode vir a ser. (...) O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país. Mas, é também um modelo cívico subordinado à economia, uma das desgraças deste país. (SANTOS, 1996-1997, p. 135).

Jonathan Fragoso, numa das suas intervenções, reforça a ideia de herança escravista como grafia da formação do Brasil contemporâneo, comparando o escravismo do passado às reformas neoliberais do presente: “(...) essa reforma trabalhista aí também não é uma nova modalidade de escravizar as pessoas? (...) Ele (o enredo) faz uma conexão entre o passado e o presente. Esse samba é um samba bem atual (...) Um desfile que ficará na história”.

Destacamos que o épico desfile da Paraíso do Tuiuti de 2018 teve como pontos altos do desfile: a comissão de frente intitulada “Gritos da Liberdade”, representando alegoricamente a opressão vivenciada por escravizados negros; a ala, “Guerreiros da CLT”, em que componentes da escola fantasiados de carteira de trabalho sujas, rasgadas e queimadas representavam a destituição de conquistas alcançadas e a luta da classe trabalhadora tentando se proteger dos ataques à Consolidação das Leis do Trabalho; outra ala trouxe componentes montados em patos verdes e amarelos parodiando as mobilizações “cívicas” financiadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); e, no último carro alegórico, uma fantasia do ex-presidente brasileiro Michel Temer, representado como um “vampiro neoliberalista”, posicionado acima de uma ala com componentes manipulados por mãos gigantes e batendo painéis também vestidos de patos verdes e amarelos numa outra versão da ala, “Patos da FIESP”.

¹⁹ “Existem apenas duas *classes sociais*, as do que não comem e as do que não dormem com medo da revolução dos que não comem” (grifo nosso). Frase de Milton Santos proferida no documentário dirigido por Sílvio Tendler, *Encontro com Milton Santos* (2006). Adaptada do pensamento de Josué de Castro, que escreveu que: “metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come” (CASTRO, J. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Antares, 1980, p. 22).

A força dos fracos é o seu tempo lento²⁰

*Seja como for, a distância do homem comum em relação
a esse novo Tempo do Mundo é maior do que antes.*
(SANTOS, 1998 [1994], p. 82)

A categoria tempo é central na obra de Milton Santos. Ao discorrer sobre o suposto Novo Tempo do Mundo, da globalização, salienta o tempo humano, possível de ser, na cidade, tratado de forma empírica, contábil e concreta (1998 [1994], p. 82). Segundo ele,

o tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo. A cidade é o lugar onde o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado. (SANTOS, 1998 [1994], p. 83).

Ao analisar a força do lugar, Milton Santos (1999 [1996], p. 254-257) também chama a atenção para a importância da proximidade, como uma garantia de comunicação, o que fortalece os “lentos”. Mas, embora essa relação não ocorra de forma absolutamente harmoniosa, ela possibilita novas formas de solidariedade.

Na roda de conversa, refletindo sobre os dias atuais, Vanir Belo afirma, revelando a força dos fracos, que o

professor chama atenção para o fato de que cooperação e conflito são a base da vida comum nos lugares. Em A Natureza do Espaço, ele chama a atenção para a importância da proximidade. A proximidade como uma garantia de comunicação. O que fortalece os lentos. E hoje, embora as tecnologias da informação e da comunicação estejam mais difundidas, ainda é possível falar em sujeitos lentos e sujeitos velozes, porque o abismo se mantém. Mas essa proximidade que, independentemente da distância e em função da tecnologia, tende a ser cada vez

²⁰ O título da quarta e última parte da roda de conversa faz referência a um capítulo do livro Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional (1994), intitulado Metrôpole: a força dos fracos é o seu tempo lento.

mais virtual, ainda possibilita a percepção mais clara da condição comum, das afinidades, porque as tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano, ampliando possibilidades de comunicação, de organização, de solidariedade e de negócios, diante da escassez e do desemprego. A pandemia²¹, que revela mais claramente a desigualdade que sempre esteve presente, cuja doença mata mais pobres e pretos, por motivos óbvios, revela também a solidariedade e o esforço de coletividade dos de baixo, dos lentos. Em muitas periferias, favelas e comunidades (...) ou escolas de samba, são os próprios moradores, ou membros da comunidade, que se articulam e se organizam, virtual ou presencialmente, para buscar diferentes formas de superar a escassez. É a chamada nação passiva, demonstrando que ela é de fato a nação ativa.

Para Milton Santos (2002 [1999], p. 94-97)²² a chamada nação passiva, é aquela do tempo lento, cujo cotidiano perpetua a situação de inferiorização, de escassez, mas é também aquela que mantém relações de simbiose com o seu entorno, que cria uma cultura própria, endógena e resistente. É justamente esse enraizamento no meio e a experiência da escassez que possibilita a tomada de consciência. Essa nação passiva que é, portanto, a verdadeira nação ativa.

Há uma multiplicidade de fenômenos de baixo, que a gente não dá importância, porque a gente dá mais importância à chamada violência. (...) Mas as outras formas, todas, de manifestação, que são propriamente culturais, mas que não aparecem com essa aura de cultura que é reservada, digamos assim, à parcelas já privilegiadas, que fazem cultura. Os outros fazem outras coisas. A gente não admite dizer, imediatamente, que o que eles fazem é cultura. Porque o que eles fazem é cultura e é política ao mesmo tempo. (SANTOS, 2004).²³

Billy Malachias acrescenta que,

quando a gente pensa no carnaval das escolas de samba, e quando a gente está pensando a emoção, nós não podemos em hipótese nenhuma dissociar essa emoção da qual o Milton nos fala da ideia, neste contexto, do período popular da história. Porque ele está falando dos populares e está falando de uma lentidão popular que é produtora de um conjunto de impressões que esses populares produzem sobre o mundo para poder participar do mundo que só quer a participação dessas pessoas como consumidoras, e que reproduz constantemente essas pessoas como consumidoras. E aí quando a gente vê a materialização de

²¹ Referindo-se à pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021.

²² Texto publicado no Caderno Mais, do jornal *A Folha de São Paulo*, em 21 de novembro de 1999.

²³ Fala do Milton Santos no filme *Por uma outra globalização*, dirigido por Silvio Tendler (2004).

um enredo na avenida, e talvez por isso o professor tenha dito da importância dos enredos, o que nós estamos vendo são as contrarracionalidades que nem sempre conseguem se manifestar de modo a tomar na nossa necessidade e com a nossa urgência o poder. Mas elas são germinadoras de ideias que, também para Milton, é a melhor forma e a principal forma de intervir no mundo.

A força dos fracos, suas ações, bem como as possibilidades e críticas geradas nesses contextos, revelam-se claramente na letra do samba de enredo *História para ninar gente grande*, da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, do ano de 2019. Na fala de Jonathan Fragoso, o samba é “a história que a história não conta. É a história na perspectiva dos vencidos e não dos vencedores. É história do negro, é do índio, a história do povo que construiu esse país e foi mais ou menos assim”:

Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis
 de barracões
 Dos Brasis que se faz um país
 de Lecis, Jamelões
 São verde e rosa, as multidões

Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou
 Desde 1500 tem mais invasão
 do que descobrimento

Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não
 está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão
 no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
 Quem foi de aço nos anos de chumbo
 Brasil, chegou a vez
 De ouvir as Marias, Mahins,
 Marielles, malês.²⁴

No ano de 2019, com esse enredo questionador e crítico em relação à situação dos invisibilizados, a Estação Primeira de Mangueira vence pela vigésima vez o carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro. E seu samba torna-se um clássico.

²⁴ *História para ninar gente grande*. G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ, 2019). Enredo de Leonardo Vieira. Compositores: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino.

Considerações finais

A roda de conversa “Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção” foi uma excelente oportunidade de estabelecer um diálogo entre o pensamento miltoniano e a cultura popular. A participação do próprio Milton Santos através de suas falas, propiciadas pela técnica, a execução de sambas-enredos emblemáticos e a descontração dos participantes proporcionaram ludicidade à roda. Sem demover, no entanto, o rigor da reflexão e da análise acerca de sua obra.

Podemos afirmar que a discussão realizada nessa e nas demais rodas de conversa corrobora a relevância e a atualidade da obra de Milton Santos, bem como seu otimismo em relação à novas possibilidades e outras racionalidades. Para ele,

Esse otimismo é um otimismo fundado na história do presente. Nas coisas que já existem. Que não precisam ser inventadas, já estão aí. É a primeira vez na história, na qual a gente convive com o futuro possível. Acho que essa é que a grande novidade da nossa geração. Essa capacidade que nos foi dada de conviver com o futuro possível. Que não é nada do domínio dos filósofos. É algo que tanto nós, que imaginamos ser intelectuais, sabemos que existe. Como o rapaz pobre da periferia que inventa a música revolucionária que explica o seu mundo. Acho que essa é a grande novidade. (SANTOS, 2004).

REFERÊNCIAS

BELO, V. de L. *O enredo do carnaval nos enredos da cidade: dinâmica territorial das escolas de samba em São Paulo*. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAVALCANTI, M. L. V.C. As alegorias no carnaval carioca: visualidade espetacular e narrativa ritual. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 17-27, 2006.

POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO. Diretor: Silvio Tendler. Produção de André Alvarenga. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sdSwEezXrAk>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005 [1999].

SANTOS, M. *O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1999 [1996].

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998 [1994].

SANTOS, M. As Cidadanias Mutiladas. In: LERNER, J. *O Preconceito*. São Paulo: Imesp, 1996/1997. p. 133-144.

SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova*. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996 [1978].

SANTOS, M. *Entrevista com Milton Santos*. Entrevista concedida a Jô Soares. São Paulo: SBT, 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c96nNjaO62w>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993 [1987].

SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado*: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988 [1978].

COMO CITAR

MALACHIAS, Antônio Carlos; BELO, Vanir de Lima. Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios*: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH, 2023. p. 379-395.



EPÍLOGO

Um olhar dissonante¹

A atriz Denise Stoklos encontra o geógrafo Milton Santos para conversar sobre os 500 anos do Brasil e sobre a peça “Vozes Dissonantes”, destaque do Festival de Curitiba

O mineiro João Guimarães Rosa (1908-1967) escreveu que “a vida traz a esperança mesmo no fel do desespero”. Em tempos de ideologias flutuantes e muros invisíveis, suas palavras são como estacas-metáfora perfeitas para o diálogo que se segue entre o geógrafo Milton Santos, 73, e a atriz Denise Stoklos, 41.

Santos é um dos autores que Stoklos cita em seu novo espetáculo, “Vozes Dissonantes”. A montagem teve sua estreia nacional adiada em SP, duas vezes, por causa de uma contusão que a atriz sofreu no pé esquerdo. Virá a público, finalmente, nos dias 22 e 23, no Festival de Teatro de Curitiba.

Reunidos a convite da *Folha*, no final do ano passado, Santos recebeu uma Stoklos bem diversa daquela que se vê nos palcos: ela estava com o pé engessado e apoiava-se em muletas. A conversa aconteceu na modesta sala de Santos na USP, onde é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

“Vozes Dissonantes” recorre a filósofos, políticos, escritores e cidadãos que brandiram, cada um a seu modo, um tanto da dignidade que é possível vislumbrar nesses 500 anos de Brasil. Estão lá, por exemplo, Filipe dos Santos, Manuel Beckman, Maria Quitéria, Antonio Bento, Luiz Gama, Frei Caneca, Lauriana Maria e Vicente Tavares da Silva.

¹ SANTOS, Valmir. Um olhar dissonante. A atriz Denise Stoklos encontra o geógrafo Milton Santos para conversar sobre os 500 anos do Brasil e sobre a peça Vozes Dissonantes, destaque do Festival de Curitiba. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 Mar. 2000.



O baiano Santos e a paranaense Stoklos falaram de teatro, universidade, cultura e problemas sociais, sem esmorecer a esperança no “presente do futuro”.

Milton Santos – Quando é que você formulou essa ideia de que o Brasil tem de ser repensado de forma autônoma?

Denise Stoklos – Eu tive sorte de ter 18 anos em 68, de estar na universidade naquela época. Nunca fui líder estudantil, nunca fui presa, torturada ou exilada por imposição. Mas convivi com colegas que tinham liderança e com os quais eu entendi que não era possível pensar o Brasil de uma forma macro, porque tudo naquela época era tão difícil, pequeno e limitado. E isso me acompanhou por todo o tempo, desde que sai da universidade e comecei minha vida teatral, vindo para São Paulo e Rio.

Quando comecei a ser vista como uma boa atriz na juventude, o único caminho era tornar-me intérprete de novela de sucesso. Não havia possibilidade de encontrar companhias ou grupos que desenvolvessem uma linguagem própria, o medo era grande...

Santos – ...Era a manifestação da cultura própria dificultada pela emergência da indústria cultural...

Stoklos – ...Exatamente. Repetir a indústria cultural era o único desenvolvimento aceito, apropriado a qualquer ator, diretor ou autor que quisesse continuar aqui. Era muito insatisfatório para mim, que escrevi minha primeira peça aos 18 anos, sobre o tema da mais-valia. E não poderia escrever sobre outra coisa: aquilo era fruto da minha geração, não da minha autoria.

Santos – Quer dizer, era a vontade de afirmação da cultura nacional como afirmação do povo brasileiro. Talvez esses 500 anos pudessem ser úteis para isso...

Stoklos – ...Ou pelo menos que a gente não pudesse passar por isso tudo de novo...

Santos – É curioso. Penso que nas ciências humanas temos o mesmo problema. A diferença é que eu levei meio século para descobrir isso, e você descobriu mais rapidamente...

A maneira como interpretamos o Brasil e o mundo é empobrecida na universidade porque somos extremamente copiadores – primeiro da Europa e agora dos EUA. Não se trata de recusar o pensamento que vem de outros países, mas há uma maneira própria de ver o mundo e a si mesmo. É isso que distingue as culturas e dá nervo aos povos. Nós não chegamos a ser universais porque não somos suficientemente brasileiros. Relendo suas peças, encontrei esse ponto que nos aproxima, que é retirar do país as suas próprias forças para entender o mundo e melhorar o Brasil. Estamos atravessando uma fase de desmanche de muita coisa. Isso nos deixa preocupados e, ao mesmo tempo, nos dá força para enfrentar a tarefa.

Stoklos – Quando li pela primeira vez o seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (Hucitec, 1996), tentei captar o seu raciocínio de geógrafo e descobri verdadeiras epifanias. Por isso que eu cito tanto o seu pensamento, mesmo com receio de fazer uma interpretação errada ou superficial da sua obra. O senhor proporciona ao mesmo tempo o rigor do pensamento e o convite à análise crítica.

Acho muito interessante, por exemplo, quando o Sr. diz que não estamos vivendo uma época da comunicação, como se apregoa por aí, porque comunicação é emoção.

Santos – Esse aspecto mostra também a diferença entre o artista e o homem da universidade na direção da verdade. O grande artista é livre e sabe que, se não houver emoção, ele não se aproxima da verdade. E o homem da universidade imagina que tem de reprimir a emoção para produzir.

As ciências humanas, brasileiras e latino-americanas, acabam não interpretando os respectivos países porque olhamos para a interpretação que é dada a outra história. Como está claro no seu texto “500 anos – Um fax de Denise Stoklos para Cristóvão Colombo” (1982), por exemplo, a troca do espelhinho pelo ouro. Quer dizer, a gente busca se espelhar apenas e toma isso como se fosse uma riqueza intelectual.

Seu trabalho no palco é uma cruzada. Minha impressão é que ele repercute algo que é profundo na alma brasileira e está buscando intérpretes... A cultura tem de vir com o território, com o povo, com a história se fazendo.... É um conjunto que inclui possivelmente essa preguiça intelectual, essa comodidade de pegar os espelhos e usá-los adequadamente.

Stoklos – E a gente raspa, assim, as palavras suas... Pega aquilo e se agarra como se fosse uma boia no naufrágio. Quantas vezes um simples pensamento nos conduz a praias mais iluminadas...

Volto ao seu pensamento da emoção, de que o pobre, o destituído, ele se comunica por causa da emoção, por estar com a emoção... Eu não fui instruída para trabalhar com isso. Era complicado lidar com a emoção, principalmente porque vivíamos uma época difícil. As coisas nesse país têm a aparência e o significado fica por baixo, que é muito mais forte. Só que as coisas não mudaram, mesmo com essa chamada democracia legitimada pelo voto, que não significa nada. É pior, porque traz o fantasma desse “legítimo”...

Santos – ...É um consumo eleitoral...

Stoklos – ...Esse distanciamento entre a emoção e a leitura do real também nos criou uma dificuldade para se aproximar da nossa própria emoção. Houve essas pequenas sequelas, mas dá para reajustar. É a emoção, afinal, que está determinando que a gente não queira desistir e se entregar ao cinismo que todos os convertidos ao neoliberalismo assumiram, de que “é assim mesmo”, “é mais um passo”, “estamos evoluindo”, “esse é o movimento global”, “as novas leis são assim mesmo”, enfim, é um cinismo absoluto. Não tem graça não ser cidadã, não ter compaixão, não ter reverência, enfim, tudo que nos é dado como único patrimônio, único no sentido de bom, de uno, não de pouco, de menos. E seu trabalho, professor, também nos pede essa emoção.

Santos – Aliás, foi uma descoberta recente. A maior parte do tempo eu era refreado. Recordo-me dos anos em que ensinei na França e nos EUA, entre as décadas de 1960 e 1970, e a minha volta ao Brasil, quando retomei contato com as pessoas daqui. Fui intelectual na Europa e nos EUA sem ser cidadão, era regido pela razão, pelo esquema. A descoberta dessa nova condição, dessa epistemologia da existência, como estou chamando agora.

Quer dizer, o existir como condição para ver o mundo, e isso inclui, em primeiro lugar, a emoção. Porque a razão reduz a força de descobrir, porque só a emoção nos leva a ser originais. Não só a emoção, claro, mas por meio dela é mais depressa. Propor uma coisa nova na universidade é muito difícil, embora seja o lugar da proposição do novo. Essa força, digamos, de esquecer, de ser original, só a emoção permite. E ela então passa a ser um dado do pensamento, não é a razão que produz o grande pensamento. E aí é preciso caráter.

Uma reinterpretação da sociedade brasileira em movimento permite ver, digamos, uma outra coisa, um futuro mais perto. Nós fomos tratados e educados para examinar o chamado presente, não imaginando que o futuro está aí, embutido no presente. Na realidade, cada ato nosso é presente, agimos em função do futuro. A ação é presente, mas a aspiração dela é o futuro.

Stoklos – O educador Paulo Freire já falava disso: só tem futuro quem tem presente. Essas pessoas são mutantes. Não estou falando daqueles que queimam índios ou dos chamados “mauricinhos”, “patricinhas”, que são apenas uma reprodução dos modelos que se conhece. Mas estou falando dos novos, que têm compaixão... Num país como o nosso, quem não tem compaixão está morto, literalmente.

Encontro²

Na continuação da conversa com Denise Stoklos, Milton Santos define ofício da arte de representar: “Teatro é fome de aperfeiçoamento”.

Folha – Essa aceleração do presente, da qual o Sr. fala, ficou muito clara no final do ano passado, com a ansiedade em torno da chegada do novo milênio.

Milton Santos – O que chamamos de presente não existe. É um momento fugaz da realização de um futuro sonhado. O melhor gesto seu é baseado no futuro, não no presente. Então, acho que a primeira condição para a gente acreditar que o mundo vai mudar é descobrir que o presente não existe. Hoje já tem cartão de crédito para os menos pobres. Mas na minha juventude, nem dinheiro para comer tínhamos. Agora, a classe média “refabrica” o futuro com cartão de crédito, com inadimplências.

O pobre não, ele tem pouco. Ele sabe que amanhã não será igual a hoje. E isso está chegando, está subindo até a gente também. O drama dos filhos sem perspectiva, o drama de quem quer se educar e não consegue.

² Acompanhe a sequência do diálogo entre Milton Santos e Denise Stoklos, que não se conheciam pessoalmente. Durante mais de duas horas, não se serviu café ou água, tão envolvidos que estavam. (Por Valmir Santos).

Denise Stoklos – Mas essa aceleração é dramática...

Santos – ...É dramática, sim. Por isso o papel de gente como eu, você e muitos outros – somos um certo número de pessoas que não nos conhecemos –, volta a ser central.

Folha – No ano passado, o Sr. participou de um seminário do movimento “Arte contra a Barbárie”, organizado em São Paulo por grupos como o Tapa, Folias D’Arte e Companhia do Latão. Como foi a experiência de conversar com a classe teatral?

Santos – Eu sentia falta desse contato com os artistas. Afinal, teoricamente eles são livres. Quer dizer, podem não ser na prática (risos). Bem, eu coloquei para eles um pouco do que estamos falando aqui. O que já não acontece com os colegas da universidade, pois estamos mais propensos à censura. A universidade possui uma estrutura de enquadramento que isola.

Stoklos – No solo, por exemplo, você não está sozinho no palco. No meu caso, não se trata de um monólogo de ficção no qual você vai lá e representa exatamente, e é aquilo. O espectador vai dizer: “Oh, que virtuosismo, como faz bem!”. E vai embora como entrou. Aliás, para ir embora exatamente igual, nenhuma experiência de encontro vale a pena.

O verdadeiro encontro é quando você se transforma. Talvez por isso nossa sociedade se prove tão injusta, porque a gente não se transforma ao encontrar o outro.

Santos – Quando fui trabalhar nos EUA, eu achava que tudo era espontâneo, até descobrir que a informalidade americana é absolutamente regulável. E faltava aquilo que tinha na França, que é jantar a quatro, a seis. Isso estimula você a falar, a dizer o que pensa. Foi aí que senti a diferença entre o encontro e o parto.

Quando retornei ao Brasil, vi que tinha acabado também essa coisa da entrega do tempo como vida ao outro. O que talvez não aconteça com as pessoas pobres, senão elas deixariam de viver...

Stoklos – ... Elas só têm a própria presença...

Santos – ... E a do vizinho. Quando não existe a possibilidade do conflito criador e enriquecedor, quando não querem falar um com o outro, aí você é usado para falar pelos outros... Aliás, como é a competição no meio artístico?

Stoklos – Eu tenho a sorte de não entrar nesses embates. Escolhi um caminho isolado, tenho consciência disso. Faço questão de falar, para quem chega perto de mim, que isso não faz parte do ofício do artista.

Folha – Como o Sr. vê a representação no teatro?

Santos – A minha educação artística é muito pobre. Ainda não me sentei para fazer a exegese dessa pobreza. O teatro constitui, vamos dizer assim, por destino, uma exposição de ideias universais. Acho que esse é o teatro genuíno. É daí que vem, conseqüentemente, a sua postura crítica. E foi assim durante séculos, a busca de coisas que são próprias do homem, essa fome de aperfeiçoamento. O teatro é ético, em suma.

Denise Stoklos

Paranaense de Irati, Denise Stoklos soma 32 anos de carreira, na condição de autora, diretora e atriz. Seu nome está associado ao “teatro essencial”, como denomina a linguagem que criou baseada “numa possibilidade cultural brasileira original, única”.

Corpo, voz e mente/intuição formam o tripé do trabalho. A atriz defende um “teatro que tenha o mínimo possível de efeitos e que contenha a máxima teatralidade em si próprio”.

Quando começou a ganhar projeção, no início da década de 1980, seus espetáculos eram calcados sobretudo na mímica. São dessa fase, por exemplo, “Elis Regina” (1982) e “Mary Stuart” (1987). Aos poucos, gestos e movimentos incorporaram o verbo como signo complementar. Solos como “500 anos – Um fax de Denise Stoklos para Cristóvão Colombo” (1992, sobre o descobrimento

da América), e “Des-Medéia” (1994) consolidaram o caminho de projeto iminentemente autoral. “Meu teatro é o jogo, é o brincar. O espectador brinca comigo ao concluir comigo, mas não brinca de que está vendo uma ficção. Acho que é uma coisa meio xamanística, no sentido do pajé de tribo que fica encarregado de chamar para o encontro a cada noite”, afirma.

Milton Santos

O geógrafo Milton Santos é um dos pensadores brasileiros mais respeitados em sua área. Em 1994, ele recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, na França, uma espécie de Nobel da Geografia.

Santos exerceu boa parte da carreira acadêmica no exterior (França, Canadá, EUA, Peru, Venezuela, etc.). Atualmente, é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Santos publicou mais de 40 livros e 300 artigos em revistas especializadas. Entre os volumes publicados estão: *Pensando o espaço do homem* (1982), *A urbanização brasileira* (1993) e *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996), todos lançados pela editora paulista Hucitec.

Santos é colaborador da *Folha*, em que escreve regularmente na seção “Brasil 500 d.C.” do *Mais!*.

Na sua opinião, só é possível fomentar o caráter na solidão. “Como consultar o outro para dizer o que você pensa?”, questiona.

Cita o poeta francês Victor Hugo como que para justificar a modéstia intelectual: “Ele dizia que o grande artista surge no ápice. Cada grande artista está no ápice, não importa a época, como Shakespeare e Ésquilo”.



SOBRE OS AUTORES

Sobre os autores

ADRIANA M. BERNARDES SILVA

Bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. Integrante do Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (GEOPLAN) do IG-Unicamp. Pesquisadora do CNPq.
E-mail: abernar@unicamp.br

ALLAN DA ROSA

Escritor, poeta, dramaturgo, historiador e angoleiro. Mestre e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Criou o selo Edições Toró no princípio do Movimento de Literatura Periférica de São Paulo. É autor de *Da Cabula* (Prêmio Nacional de Dramaturgia Negra, 2014), *Zagaia*, dos livros-CD *A Calimba e a Flauta* e *Mukondo Lírico* (Prêmio Funarte de Arte Negra, em 2014), além do ensaio “Pedagoginga, Autonomia e Mocambagem” sobre culturas negras e educação popular. Também publicou *Águas de Homens Pretos* (2021), pela Veneta.
E-mail: darosaletra@gmail.com

ANDRÉ PASTI

Geógrafo e mestre pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Integrante do Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social.
E-mail: andre.pasti@ufabc.edu.br

ANITA LOUREIRO DE OLIVEIRA

Professora do Departamento de Geografia /Instituto Multidisciplinar (DEGEO/IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Nova Iguaçu, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ. Coordenadora da COLETIVA – Grupo de Pesquisa em Geografia, Cultura, Existência e Cotidiano e tutora do PET-Geografia UFRRJ/IM (bolsista PET-MEC).
E-mail: anitaloureiro@yahoo.com.br



ANTONIO CARLOS MALACHIAS

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Pesquisador do GEOPO-USP – Laboratório de Geografia Política. Coordenador do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. E-mail: billymalach@gmail.com

CATIA ANTONIA DA SILVA

Professora titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História Social (área de Concentração História Social do Território) – FFP-UERJ. Pesquisadora CNPq, FAPERJ e PROCIENTISTA. E-mail: catia.antonio@gmail.com

DENISE ELIAS

Geógrafa e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do grupo de pesquisa CNPq Globau (Globalização, agricultura e urbanização). Pesquisadora das redes de pesquisa: ReCiMe, Reagri e Observatório das Metrópoles. Pesquisadora do CNPq. E-mail: deniseliasgeo@gmail.com

DENISE STOKLOS

Diretora, atriz e escritora. Intérprete de amplo repertório cênico e formação múltipla na área performática, Denise Stoklos atua, escreve e dirige seus espetáculos, que se caracterizam pela crítica à sociedade contemporânea e pela expressividade rebuscada. Representou suas 20 peças teatrais em sete idiomas, apresentou-se em 30 países e escreveu sete livros. Desenvolveu seu método teatral “Teatro essencial”, que busca ter em cena o mínimo possível de efeitos e o máximo de teatralidade. E-mail: denise.stoklos@gmail.com

FABIO CONTEL

Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Estágio doutoral na Friedrich-Schiller-Universität Jena (Alemanha), onde foi também professor/pesquisador visitante (Gastwissenschaftler). Estágio de pós-doutorado (Academic Visitor) na Universidade de Oxford. Embaixador atual da rede FINGEO (Global Network on Financial Geography) para a América Latina. Pesquisador do CNPq. E-mail: fbcontel@usp.br

FÁBIO TOZI

Professor adjunto no Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, UFMG e professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFMG e da UFSCar-So. Bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestrado em Geografia pela Unicamp e doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Estágio doutoral (PDEE/CAPES) na École

des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e pós-Doutorado junto ao Departamento de Geografia da Unicamp (Programa de Pós-Doutorado Junior/CNPq). Coordenador do Laboratório Terra Mundo (Departamento de Geografia, IGC/UFGM), do Observatório das Plataformas Digitais (OPD) e do Grupo de Pesquisas [continente].

E-mail: fabio.tozi@gmail.com

FLAVIA GRIMM

Geógrafa, mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, realizou a pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros junto ao arquivo de documentos de Milton Santos.

E-mail: flagrimm@gmail.com

HILTON COBRA

Ator, produtor, diretor e fundador da Companhia dos Comuns. Recebeu diversos prêmios e indicações, com destaque para o prêmio de melhor ator no Festival Nacional de Cinema de Brasília/2008, e melhor ator no 9º Prêmio Olhares da Cena 2018/Porto Alegre. Como gestor público foi diretor do Centro Cultural José Bonifácio e presidente da Fundação Palmares/MINC.

E-mail: hiltoncobra56@gmail.com

JAIME OLIVA

Docente e pesquisador do Instituto de Estudos Brasileiros (USP), onde coordenou o Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras. Liderou o projeto “Como pensar o Brasil hoje”, desenvolvido em parceria com o SESC-TV dando origem à série *Galáxias, olhares sobre o Brasil* (2015). É geógrafo e publicou, entre outros títulos, *Temas da Geografia do Brasil* (Atual, 1999), *Cartografia* (Melhoramentos, 2013) e *Espaço comunicativo e fratura social* (Fino Traço).

E-mail: jtoliva@gmail.com

LADISLAU DOWBOR

Doutor em Ciências Econômicas. Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Consultor de agências das Nações Unidas, governos e municípios. Autor e coautor de mais de 40 livros. Alguns títulos em destaque: *A formação do capitalismo dependente no Brasil; A era do capital improdutivo – a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta; O capitalismo se desloca – novas arquiteturas sociais; O pão nosso de cada dia – opções econômicas para sair da crise.*

E-mail: ladislau@dowbor.org

LEILA CHRISTINA DIAS

Professora titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel, licenciada e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Geografia pela Universidade de Paris IV (Paris-Sorbonne). Pesquisadora 1C do CNPq. Foi eleita presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) para o biênio 2009-2011. Foi membro titular do Comitê de Assessoramento de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional do CNPq para o triênio 2011-2014. Desenvolve pesquisas no campo da Geografia das Finanças.

E-mail: leiladias@hotmail.com

LISANDRA PEREIRA LAMOSO

Possui licenciatura, bacharelado e mestrado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp – Presidente Prudente) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001). Fez estágio de pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), na Universidad Autónoma de Madrid (2017) e no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (2022). É professora titular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde atua nos cursos de Geografia, Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado e doutorado). É bolsista de produtividade em pesquisa 2, pelo CNPq.
E-mail: lisandralamoso@ufgd.edu.br

MANOEL LEMES DA SILVA NETO

Arquiteto e urbanista, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e especialista em Gestão do Desenvolvimento Regional pelo Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES). Professor titular da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, coordenador do grupo de pesquisa Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais (LADEUR).
E-mail: manael.lsn@gmail.com

MARÍA LAURA SILVEIRA

Pesquisadora Principal de CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) no Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.
E-mail: maria.laura.silveira.1@gmail.com

MARINA REGITZ MONTENEGRO

Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo, mestre em Geografia, Planejamento e Urbanismo pela Université de la Sorbonne-Nouvelle e mestre e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo.
E-mail: montenegromarina@hotmail.com

MAURICIO MOYSÉS

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicamp. Doutorando pelo mesmo Programa. Integrante do Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (GEOPLAN) do IG-Unicamp. Autor do livro *Véi, aqui o papo é reto: o circuito RAP do Distrito Federal* (CRV, 2022).
E-mail: mauriciomoyses88@yahoo.com.br

MÓNICA ARROYO

Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Laboplan-USP. Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo/PROLAM. Graduação em Geografia pela Universidad de Buenos Aires.
E-mail: mmarroyo@usp.br

NINA SANTOS

Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) e do Centre d'Analyse et de Recherche Interdisciplinaires sur les Médias (Université Paris II). Diretora do Aláfia Lab e coordenadora geral do *desinformante. Foi pesquisadora visitante no Center of Advanced Internet Research (Alemanha, 2020) e no grupo Social Movements in the Global Age (Bélgica, 2018). Sua tese de doutorado foi premiada com o Prix de thèse da Université Panthéon-Assas e indicada ao Prix de la Chancellerie des Universités de Paris. Autora de "Social media logics: Visibility and mediation in the 2013 Brazilian protests" (Palgrave Macmillan, 2022).

E-mail: nina.santos@inctdd.org

RAQUEL DE PADUA PEREIRA

Geógrafa pela Universidade de São Paulo, mestrta em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp.

E-mail: quelstrl@gmail.com

RICARDO MENDES ANTAS JR.

Graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, com um ano de especialização na França – Paris I, Sorbonne. Professor livre-docente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Pós-doutorado no Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine, IHEAL, Paris, França com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Editor da *Revista Geosp: espaço e tempo*. Pesquisador do CNPq – Produtividade em Pesquisa.

E-mail: ricardomendes@usp.br

ROGÉRIO HAESBAERT

Professor titular do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na Open University, Inglaterra. Pesquisador do CNPq.

E-mail: rogergeo@uol.com.br

ROSA ESTER ROSSINI

Professora titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia Humana, livre-docência em Geografia da População pela USP. Bolsista 1A do CNPq. Membro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC/CNPq. Recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico na condição de Comendadora concedida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal. Recebeu o título de Professora Honoris Causa pela Universidade Federal de Rondônia, pela Universidade Estadual do Ceará e pela Universidade Federal do Piauí. Homenageada pelo CNPq na página *Pioneiras da Ciência do Brasil*, 4a. edição.

E-mail: rrossini@usp.br

SAINT-CLAIR TRINDADE JUNIOR

Geógrafo, bacharel em Direito e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA); doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA e pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade do governo brasileiro voltada para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

E-mail: stclair@ufpa.br

SILVIA LOPES RAIMUNDO

Geógrafa formada pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em Geografia Humana pela mesma Universidade. Professora do Instituto das Cidades (Unifesp/*Campus* Zona Leste), na área de Educação, Cultura e Cidade e pesquisadora de temas como periferia urbana, cultura e movimentos culturais, educação popular e produção do conhecimento orgânico.

E-mail: viamundos@gmail.com

SUELI ÂNGELO FURLAN

Professora no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e nos Programas de Pós-Graduação em Geografia Física e em Ciências Ambientais (USP). Pós-doutorado na Universidade de Cádiz, Espanha (Bolsa Fundação Carolina). Mestrado e doutorado em Geografia Física e bacharelado em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências (USP). Foi chefe do Departamento de Geografia FFLCH-USP. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Populações Humanas e Áreas Úmidas NUPAUB-USP. Membro titular do Conselho Consultivo da RPPN Sesc Pantanal. Membro do Conselho Consultivo do Mosaico Jacupiranga-Vale do Ribeira/São Paulo. Membro da Associação Brasileira de Geografia Física. Vice-diretora da Associação Brasileira de Biogeografia. Foi membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

E-mail: sucaangf@usp.br

VANIR DE LIMA BELO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Pesquisadora do LABOPLAN-USP (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental). Professora mestre do Instituto Federal de São Paulo.

E-mail: vanirbelo@gmail.com.





Este livro inscreve-se nas homenagens aos 20 anos do falecimento de Milton Santos, como um tributo especial à produção intelectual do autor, que continua sendo debatida e atualizada em diversos âmbitos.

Propomos discutir a atual conjuntura histórica sob a inspiração da proposta teórica do autor e identificar os processos e disputas contemporâneas pelos usos dos territórios.

À luz do sistema conceitual elaborado por Milton Santos, expõem-se interpretações de complexas situações geográficas que caracterizam o período atual, permitindo analisar questões histórico-estruturais e conjunturais que afetam particularmente os espaços da periferia do mundo.

Entendemos que o tempo presente nos impõe outros tantos desafios analíticos e nos convida a desvelar e a debater caminhos para a ação emancipatória, considerando estarmos diante, a um só tempo, do aprofundamento da crise e de uma transição em marcha.

A leitura dos territórios permanece sendo nosso grande desafio e se coloca como um chamado vindo de múltiplas vozes que se expressam numa diversidade de ambientes acadêmico-científicos, escolares, artístico-culturais, de movimentos sociais, de cidadãos e cidadãs.



pós-graduação em
GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

